

Coleção Investigação | Ciências Sociais

UM
UMinho Editora

Língua portuguesa global

Comunicar no panorama
mediático luso-brasileiro

José Gabriel Andrade



José Gabriel Andrade é Professor Auxiliar na Universidade do Minho e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Em 2015 obteve o título de “Doutor Europeu em Ciências da Comunicação” pela Universidade Católica Portuguesa. Em 2009 recebeu o título de mestre em Ciências da Comunicação: Comunicação, Organização e Novas Tecnologias pela UCP com o apoio do Programa Alban da União Europeia. É licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica de Santos, São Paulo. É membro da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação SOPCOM e das redes internacionais IAMCR, ECREA e LUSOCOM. Atua na Comunicação Organizacional, desde 2002, trabalhando como assessor e consultor de comunicação em empresas públicas e privadas no Brasil e em Portugal. Participa em vários projetos científicos nacionais e internacionais. É, atualmente, diretor da Unidade Cultural, Casa do Conhecimento da Universidade do Minho.





Investigação
Ciências Sociais

UMinho Editora

AUTOR

José Gabriel Andrade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Manuela Martins

FOTO CAPA (descrição da foto)
Daniel M. Ernst/ Shutterstock

DESIGN
Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO
Carlos Sousa | Bookpaper

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS Rainho & Neves, Lda.

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2021

DEPÓSITO LEGAL N.º 492168/21

ISBN impresso 978-989-8974-53-2

eISBN 978-989-8974-46-4

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.29>

Livro com revisão científica externa de pares. / This book was subject to scientific peer review.
Os textos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos/as respetivos/as autores/as. / The texts
pre-sented are the sole responsibility of the respective authors.

UMINHO EDITORA

Língua portuguesa global

Comunicar no
panorama mediático
luso-brasileiro

Este trabalho propõe uma teorização sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da sociedade da informação. Procurámos analisar o espaço luso-brasileiro no contexto da rede das redes, a Internet, analisando a importância dos diferentes meios de comunicação social, bem como a mobilidade proporcionada pelos *media* digitais e a movimentação de negócios em língua portuguesa no espaço luso-brasileiro. O espaço da lusofonia é analisado na perspectiva luso-brasileira e no quadro das relações que prevalecem na sociedade contemporânea globalizada. O trabalho parte de um *corpus* teórico diversificado, assente essencialmente na reflexão sobre os fenómenos da língua portuguesa no espaço luso-brasileiro, da globalização, das tecnologias de informação e comunicação, e da comunicação como fundadora, produtora e reprodutora da realidade. Neste enquadramento partimos do posicionamento da tradição sociocultural em Ciências da Comunicação, com contribuições de outras linhas de pesquisa e de estudos de outras áreas científicas, explorando a comunicação e o uso de novas tecnologias de informação como contexto para uma “língua portuguesa global”. Procuramos mostrar, sugerir e apontar a relevância das novas tecnologias, do seu uso e do ambiente por elas criado, para a comunicação em língua portuguesa na contemporaneidade. Apresentamos a análise das relações luso-brasileiras na atual sociedade e a emergência da “língua portuguesa global”. Esta análise interpretativista dos resultados demonstra o papel da língua portuguesa como um interface, contexto e veículo comunicacional, numa altura em que se assiste a um maior interesse pela cultura portuguesa e a uma transformação do Brasil.

Em busca de uma lusofonia (língua portuguesa) global e plural, <i>Giovandro Marcus Ferreira</i>	9
Portugal e Brasil: o espaço global da língua portuguesa	17
1. Um olhar luso-brasileiro	24
1.1. A mobilidade na lusofonia global	25
1.2. O espaço-tempo luso-brasileiro	30
1.3. Método etnográfico e autoetnográfico	31
1.4. Comunicação e mobilidade no espaço luso-brasileiro	37
2. O português: uma língua global	40
2.1. A comunicação na lusofonia global	51
3. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Um projeto político dos Estados	59
4. Negócios e imaginário em língua portuguesa	72
4.1. Língua global em ação	75
4.2. Língua portuguesa em ciência	75
4.3. Estratégia económica empresarial em Português	80
4.4. Indústrias culturais e criativas em língua portuguesa	90
5. Fluxos e reflexos em língua portuguesa	105
5.1. Migrações: fluxos e reflexos entre Portugal e Brasil	109
5.2. As crises e a globalização – Europa e América Latina	119
6. Os novos <i>media</i> . A questão tecnológica em português	123
6.1. A rede das redes – a internet em Portugal e no Brasil	125
6.2. <i>Social media</i> e <i>mass media</i> em discussão	130

7.	Um caminho para uma língua portuguesa global	136
7.1.	Os atores e os vários cenários de comunicação no espaço tecnológico e global em língua portuguesa no quadro luso-brasileiro	138
7.2.	O panorama comunicacional no quadro luso-brasileiro	158
7.3.	Comunicação e mobilidade no panorama comunicacional e mediático luso-brasileiro: a relevância da língua portuguesa como interface, contexto e veículo comunicacional	161
8.	A mancheia que vê o mar entre Portugal e o Brasil	179
	A língua portuguesa e a sociedade da informação em Portugal e no Brasil, <i>Moisés de Oliveira Martins</i>	185
	Referências Bibliográficas	195

Prefácio

Em busca de uma lusofonia
(língua portuguesa) global
e plural

Giovandro Marcus Ferreira¹

¹ Professor Titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Presidente da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)

Refletir sobre a lusofonia, a língua portuguesa, o lusotropicalismo nos faz também lembrar de uma profecia brasileira, oriunda do sertão nordestino, que diz *o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão*. A lusofonia é, de certa maneira, o encontro do mar e dos sertões, no plural como enfatizara Euclides da Cunha. Num primeiro momento, desbrava-se o mar atingindo diferentes continentes, em seguida os sertões, a terra até então desconhecida, como no mar sem noção de limites, de fronteiras. O lusitano, no sentido amplo, alargado da palavra, é alguém à solta no mar e na terra: nas profundezas do sertão nordestino, na densa floresta amazônica, nas grandes savanas de Angola, nos frondosos maciços montanhosos do norte de Moçambique (Vale do Rift) ou nas suas savanas ao sul... As fronteiras tencionadas tornam-se, em certa medida, membranas que fazem emergir a contribuição lusitana seja num movimento marítimo e/ou num movimento terrestre.

Todos estes movimentos implicaram a lusofonia na construção da globalização, na formação da sociedade moderna através dos seus vários atores (missionários, comerciantes, aventureiros, soldados...) e do processo de colonização (e depois de pós-colonização) na América, África e Ásia. Foi um encontro fortemente marcado entre o europeu (português), o ameríndio, o africano e também o asiático. Surge uma civilização motivada, inicialmente, como em diversas explorações, pela cobiça e fantasia. E avança com o mesmo desejo humano por uma vida melhor, com mais segurança, ambição política, urgência de conversão missionária, oportunidades... que até aos nossos dias, continuam mobilizando grande volume de pessoas e diminuindo cada vez mais as dimensões do planeta. A globalização continua, agora, com mais velocidade (produtos, ideias) com um volume crescente de consumidores e, tendo como consequência uma maior visibilidade, como observa Nayan Chanda, no seu livro “Sem fronteira”.

No interior deste contexto globalizado que é construído o presente livro *Língua portuguesa global. Comunicar no panorama mediático luso-brasileiro*, da autoria de José Gabriel Andrade, o autor estabelece como objetivo “uma teorização sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da sociedade da informação” e se atém num recorte analítico a partir da perspetiva luso-brasileira. O livro está estruturado numa perspetiva deductiva. Inicialmente, faz uma exposição de “um olhar luso-brasileiro”, destacando a mobilidade na lusofonia e a apresentação das estratégias de

análise adotada no curso do trabalho. Os passos seguintes são marcados pela apresentação da língua portuguesa e da organização política da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em seguida, destaca a importância da língua portuguesa em diferentes aspectos, em especial nos negócios, na ciência e nas indústrias culturais e criativas. Avança nos “fluxos e refluxos que marcam as migrações, ao longo da história, na travessia do Atlântico, de portugueses rumo ao Brasil e, vice-versa, de brasileiros rumo a Portugal. Enfim, o autor se atém aos novos media e, baseado numa série de entrevistas, destaca os processos de mediatização da língua portuguesa, conseqüentemente, da vida de brasileiros em Portugal e de portugueses no Brasil, coroando o livro apontando um caminho para uma língua portuguesa global.

O livro em questão, trilhando sobre percursos e discursos, é uma boa plataforma para avançarmos num trabalho colaborativo em diferentes aspetos da lusofonia ou da língua portuguesa. Tanto pela sua preocupação de recuperação histórica, mas por apresentar perspectivas que poderão ser desenvolvidas e desdobradas em trabalhos futuros. No entanto, gostaríamos de nos ater aqui nas contribuições das Ciências da Comunicação disseminadas no livro, como sendo um domínio privilegiado para se pensar a lusofonia, a língua portuguesa, a sociedade... na sua condição de Ciência Social. Comungamos da visão de Craig Calhoun que pensa a comunicação como um lugar privilegiado para o estudo de muitas dimensões da mudança social, quando indica a “comunicação como uma Ciência Social (e mais)”, desde que sabendo articular e criando condições de conexões dos diferentes objetos estudados nesse domínio de pesquisa. Todo campo de pesquisa é heterogêneo, o desafio é a conexão em suas diferentes partes. A pesquisa em comunicação continua dividida, grosso modo, entre o universalismo científico e o foco humanístico, de um lado explorando a precisão quantitativa e, de outro, a profundidade interpretativa. O estudo aqui apresentado já esboça esses dois lados da pesquisa em comunicação. Procura uma precisão recorrendo a métodos etnográfico, autoetnográfico... e também busca analisar a lusofonia (língua portuguesa) no cenário globalizado e plural, num mundo cada vez mais mediatizado, que atinge, entre outros, as instituições, os indivíduos e os próprios meios de comunicação. Enfim, como o descreve Muniz Sodré fazendo emergir uma nova biosfera, a biosfera mediática.

Podemos, de maneira propositiva, pensar, pelo viés dos processos de mediatização, as contribuições dos quadros interpretativos acerca das lusofonias no que toca ao advento e às constantes mudanças da sociedade moderna. A sociedade moderna foi analisada por diferentes campos de estudo

através de alguns núcleos referenciais (urbanização, individualização, secularização) mas foi pouco explorada pelos processos de mediatização, como uma espécie *acte manqué*, mesmo sabendo da importância da criação da imprensa (revolução de Gutenberg), na sua origem, ou mais tarde, com a criação do cinema, do rádio e da televisão, os *mass media*. A sociedade moderna e a modernidade tardia foram construídas através dos andaimes de diferentes meios de comunicação.

E hoje, assistimos à internet e às suas mutações, fortemente marcadas pelas redes sócio-digitais. Neste contexto das redes, a revolução do acesso é um importante fenómeno a ser levado em conta quando o objetivo é a reflexão sobre a construção do sentido, no caso construído em torno da noção de lusofonia. Roland Barthes já imaginava, numa visão utópica, ainda nos anos 70, uma sociedade dos emissores, na qual a circulação dos discursos não passaria pelo “crivo do dinheiro”. Ele pensava sobretudo nos jovens escritores impedidos, na época, pelo mercado fechado das editoras. A sociedade dos emissores já está entre nós, porém, acompanhada de inúmeros paradoxos e situações diversas.

Atualmente, o receptor se tornara também um emissor, edificando a “era dos amadores”, nas palavras de Patrick Flichy. A internet comporta uma série de possibilidades de acesso no tocante ao vínculo social seja ele no domínio do afetivo, do factual e do normativo, suscitando questões da identidade do ator, que atravessa o espaço público e privado. Nesta esteira surge também a crise do mediador ou a crise de autoridade. Vivemos numa democracia representativa com dificuldade de sustentação da representatividade. Há uma espécie de curto-circuito da autoridade, nos moldes tradicionais, no sentido lato da palavra. Enfim, pelos vieses dos estudos da mediatização, vamos tecendo teorias sociais que podem ajudar na reflexão sobre a lusofonia nos dias atuais e, conseqüentemente, os estudos da lusofonia ajudarem na compreensão das lógicas sociais contemporâneas, quiçá, na crise civilizacional na qual estamos vivendo.

Uma dessas situações é a aceleração do tempo histórico, que se observa ao longo da história da mediatização, como pode ser observada em diferentes contextos e, igualmente, no contexto da lusofonia. Como ilustração, podemos citar que nos 50 anos após a criação da imprensa de Gutenberg, se publicou mais do que todo período da Idade Média. O mesmo podemos comparar com a produção textual antes e após o advento da internet. O tempo é uma variável importante e a sua aceleração é levada em conta no centro de muitas análises dos processos de mediatização na sociedade em diferentes

époças, como ressalta Eliseo Verón, com a sua teoria da mediatização, numa perspetiva semioantropológica.

No interior do campo comunicacional, já temos iniciativas (percursos) que buscam fortalecer o intercâmbio nesta solidificação da reflexão sobre uma lusofonia global e plural a partir dos estudos da comunicação. A criação e atividades desenvolvidas no interior da Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, que agrega cinco associações de pesquisadores de três continentes: Agacom – Associação Galega de Investigadores e Investigadoras em Comunicação; Acicom – Associação Moçambicana das Ciências da Informação e da Comunicação; Mediacom – Associação Cabo-Verdiana de Ciências da Comunicação; Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Além de seus eventos científicos, seu congresso como carro chefe, a Lusocom organiza também o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, estimulando a publicação de artigos de pesquisadores dos vários países de língua portuguesa. A Sopcom e a Intercom têm tido relações próximas e frutíferas ao longo de suas existências.

O livro de José Gabriel Andrade destaca, ao longo dos capítulos, os eventos realizados nas últimas décadas que implicam Portugal e Brasil no que tangem à lusofonia. Gostaria aqui de colocar em relevo duas iniciativas dentre elas: O Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (Estação Luz da Nossa Língua) e o Museu Virtual da Lusofonia, em Braga. O primeiro, com expressivo investimento financeiro do estado e da iniciativa privada, antes e depois de um incêndio, tem como objetivo “criar um espaço vivo sobre a língua portuguesa... onde seja possível causar surpresa nos visitantes com os aspetos inusitados e, muitas vezes, desconhecidos de sua língua materna”. Já o Museu Virtual da Lusofonia, tendo à frente acadêmicos da Universidade do Minho e de outras universidades lusófonas, busca criar “um espaço transcultural, aberto à participação ativa dos cidadãos, divulgando materiais artísticos e culturais dos países de língua portuguesa, de suas diásporas e de regiões como a Galiza, Goa e Macau, que exprimem a diversidade das culturas deste espaço e dão forma à memória coletiva destas comunidades e à sua identidade plural”, segundo o seu diretor, Moisés Martins.

Ler o livro de José Gabriel Andrade é ser convidado a fazer parte de um coletivo de reflexão-ação acerca da lusofonia (língua portuguesa), a partir sobretudo das Ciências da Comunicação. É um chamado para conhecer e refletir criticamente o longo processo de gestação da lusofonia, marcado na sua diacronia pelos processos de colonização e pós-colonização e, agora,

na sua sincronia, explorar as suas contribuições no que tange à descolonização, para que ela seja efetivamente uma lusofonia plural e global. Hoje a língua portuguesa, nas suas diferentes variantes, faz parte de diversas periferias, um lugar privilegiado para contribuir na perspectiva de evidenciar que uma outra civilização é possível, reafirmando e edificando uma lusofonia também tropical, mestiça, humanista... como idealizara Darcy Ribeiro.

Referências bibliográficas

- Barthes, R. (2003). *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad. Leila Perrone-Moisés. Estação Liberdade.
- Calhoun, C. (2012). Comunicação como Ciência Social (e mais)*. *Intercom – RBCC*, v.35, n.1, jan./jun, 277-310.
- Chanda, N. (2011). *Sem Fronteira*. Record.
- Cunha, E. (1902). *Os Sertões*. Laemmert C. Editores.
- Flichy, P. (2010). *La sacre de l'amateur: sociologie des passions ordinaires à l'ère numérique*. Editions du Seuil.

Portugal e Brasil: o espaço global da língua portuguesa

A vivência integrada na sociedade que se move entre Lisboa e São Paulo permite que investiguemos a contemporaneidade a partir da nossa atualidade. Analisamos um espaço falado em língua portuguesa, entre Portugal e Brasil, iniciando o percurso da investigação com a canção “Língua Portuguesa”, de Caetano Veloso, composta em 1984. Na década de 80 do século passado, o Brasil saía de uma ditadura que durou 21 anos. Simultaneamente Portugal, com a revolução de Abril de 1974, vivia a democracia com o fim do Estado Novo e do colonialismo.

Portugal era um país que começava uma trajetória distanciando-se do passado colonial histórico e unindo-se a uma União Europeia na qual tinha acabado de entrar. Olhava para a Europa e esquecia-se do Atlântico. O Brasil vivia nessa altura toda uma aventura democrática que tinha sido lançada com a Constituição de 1988. Os dois países procuravam ligações com os respetivos continentes: Portugal com a Europa, esquecendo parte do seu passado, e o Brasil, até então, sempre virado contra a América Latina, procurava agora uma inserção na própria América Latina. Assim, a língua era um fator de isolamento tanto para o Brasil, na América Latina como para Portugal na Europa.

O Brasil e os outros países da América Latina viviam uma crise no seu desenvolvimento económico causada por uma retração agressiva da produção industrial. O Brasil que sempre foi um país recetor de imigrantes, nesse período iniciou processos migratórios transformando-se num país exportador de emigrantes. Por outro lado, a imigração portuguesa e a existência de portugueses no Brasil sempre estiveram presentes no nosso imaginário.

Na década de 90, do século XX, surgia um novo contexto mundial e geopolítico num ambiente pós-colonial. Deste modo, foi necessário pensar uma reaproximação entre os países de língua portuguesa, onde poderia existir um espaço não hegemónico. Contudo neste espaço surgem dois países intermédios, um em desenvolvimento na América Latina, o Brasil, e outro em desenvolvimento na Europa, Portugal. Essa poderia ser a oportunidade de criar uma comunidade onde não houvesse laços neocoloniais, longe da *Commonwealth* e a dominação total vinda, por exemplo da Inglaterra. No espaço falado em Português, a falta da hegemonia era uma força e não uma fraqueza. Foi perceptível uma rivalidade entre as diplomacias portuguesas e

brasileiras sobre quem deveria dominar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) entre Brasil e Portugal. Através da iniciativa de um diplomata brasileiro, a CPLP tinha criado uma certa rivalidade entre Portugal e Brasil, que foi muitas vezes paralisante, tornando-se uma desvantagem. Muitas empresas iniciavam a chegada ao Brasil em novas “caravelas” e Portugal começava a receber um grande número de imigrantes vindos do Brasil, atraídos pela presença do país na União Europeia.

Dos inícios da década de 90 até o ano 2000, muitos fluxos e refluxos existiram entre estes dois países, tendo as novas tecnologias de informação e comunicação diminuído a dimensão do espaço-tempo luso-brasileiro. A partir de 2000 começou a emergir uma nova relação geoestratégica entre os dois países, tendo o Brasil tomado a dianteira. As relações Sul-Sul começaram a surgir e o Brasil recebe a atenção internacional como país emergente. A essa conjuntura internacional junta-se a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e os BRICS (agrupamento formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Em 2008, a crise dos mercados conduziu os países do sul da Europa a uma austeridade complexa. Nesse momento o Brasil passou a ser idealizado como país de destino para os portugueses, do mesmo modo que Portugal passou a acolher migrantes brasileiros. Já não era o “regresso das caravelas”, mas antes “barquinhos a motor” que chegavam ao Brasil com migrantes portugueses escolarizados que “imaginavam” o Brasil, desde 1976, por influência de um produto mediático brasileiro, diariamente presente nas casas portuguesas: a telenovela brasileira. A esse interesse juntou-se a projeção internacional do Brasil, através do Mundial de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o que instigou a nível internacional uma procura pela língua portuguesa e pelo espaço luso-brasileiro. Por outro lado, Portugal, apesar da crise, já era consolidado na União Europeia, sendo por isso atrativo para imigração qualificada vinda do Brasil que pretendia realizar negócios na Europa e em África. Redescobrir Portugal associado ao aumento do número de turistas brasileiros, originou a procura por uma hipótese de vida neste país.

Vivemos numa sociedade global, em constante mutação, ligada direta ou indiretamente a quase tudo o que fazemos, sendo este espaço global o ideal para a língua portuguesa. Para alguns, o termo globalização não passa disso mesmo, dum termo, e defendem que a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. Outros, mais radicais,

afirmam que a globalização é algo de concreto, que está presente e se faz sentir por toda a parte.

O volume de trocas comerciais internacionais passou a ser superior ao de qualquer outro período anterior e abrange um grande número de bens e serviços, sendo que a principal diferença ocorre ao nível financeiro e dos movimentos de capital. Assim, podemos definir globalização como a intensificação das relações sociais à escala mundial, uma conexão que liga localidades distantes, de tal maneira que os significados locais são moldados por acontecimentos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa (Giddens, 2002).

As novas características temporais e espaciais da globalização, resultantes da compressão de distâncias e de escalas temporais, influenciam as identidades nacionais e conduzem ao aparecimento de novas características que se sobrepõem a essas mesmas identidades (Hall, 2001). Nesse sentido, é possível observar que “antes, havia pouco, ou mesmo nenhum conhecimento do território vizinho, hoje, acontecimentos de todas as partes do mundo desfilam nos ecrãs da televisão e do computador, em tempo real” (Vitorio, 2007, p. 11). Os efeitos da globalização permitem uma comunicação instantânea à escala global e a partilha de significados, estabelecendo-se uma estreita relação entre globalização e tecnologias eletrónicas.

Do ponto de vista cultural, a globalização não é marcada simplesmente pelo mercantilismo e pela standardização de bens e mensagens, verificando-se também uma tensão entre as tendências homogeneizadoras e comerciais da globalização, por um lado, e, ao mesmo tempo, uma valorização da arte e da informática como instância para continuar a renovar as diferenças simbólicas, eliminando as barreiras entre cultura popular e de elite (Canclini, 2006).

Além da ideologia mercantil ou do desenraizamento cultural, a globalização afeta ainda e, principalmente, o plano dos imaginários precisamente no que toca às transformações nos modelos e modos da comunicação (Appadurai, 1996).

Hoje o “local” não é composto apenas por situações “cara a cara” e de larga duração, numa época em que diferentes habitats de significado se entrecruzam e quando o que havia sido local, devido à globalização, pode ser sentido, num cenário distante, como nosso próprio. Assim, o local pode ser

proximidade e imersão, diferente dessa proximidade e imersão proporcionada pela televisão ou pela Internet.

A globalização acompanha as culturas locais (Canclini, 2006), naquilo que entendemos por “glocalização”, de que existem vários exemplos nos países falantes de língua portuguesa. A oferta televisiva em língua portuguesa, aberta ou por cabo, combina canais e conteúdos nacionais, brasileiros e africanos. Ao mesmo tempo, surgem muitas telenovelas resultantes de produções luso-brasileiras. Muitos desses deslocamentos derivam do reordenamento das produções e circulações das indústrias, assim como das comunidades consumidoras de imigrantes que se mudam massivamente para outro país. A comunicação global, quer por telefone, via Internet ou facilitada ainda pelas viagens de avião tornadas mais baratas, tem impulsionado a ação global.

Assim, no presente trabalho iremos observar os seguintes pontos: a interação, o movimento das pessoas, a comunicação e as relações dos países de língua portuguesa, Portugal e Brasil, num espaço global, a internacionalização da língua portuguesa, no quadro da tradição sociocultural em Ciências da Comunicação, da globalização e da tecnologia de informação. Com esta investigação levantamos as seguintes questões:

1. Haverá um tempo e um espaço contemporâneos que podemos designar por lusofonia global?
2. Quais são as características de base da lusofonia global no que respeita à comunicação e à mobilidade?
3. Qual o papel dos *media* digitais na expressão desta lusofonia?

Esta análise tem por base uma abordagem interpretativista, de carácter humanista (Burrell & Morgan, 1979), no sentido em que procura conhecer melhor e em profundidade uma nova realidade com o objetivo de melhorar as condições de vida e a sociedade. A investigação assenta na articulação de um corpo teórico relevante para o objeto em estudo e na recolha qualitativa de dados, baseada em 22 entrevistas, e na recolha quantitativa de dados apresentados ao longo dos capítulos.

As entrevistas foram realizadas com a colaboração de migrantes portugueses e brasileiros que vivem entre as duas margens do Atlântico, que foram questionados sobre as problemáticas identificadas. A nossa amostra de

conveniência foi selecionada com base num perfil político, profissional e cultural com as seguintes características: migrantes portugueses no Brasil e migrantes brasileiros em Portugal que utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) entre Portugal e Brasil, ampliando a comunicação a outros países. A amostra de conveniência passou por gestores empresariais e culturais, diplomatas e estudantes, entre outros, que têm a língua portuguesa como denominador comum e para os quais as questões da língua portuguesa, da mobilidade e da comunicação assumem particular relevância.

Tendo por objetivo apresentar um modelo interpretativista, conforme a prática estabelecida nas Ciências Sociais e Humanas (Burrell & Morgan, 1979; Craig, 2007; Craig & Muller, 2007; Ilharco, 2003; Vannini, 2009), a nossa investigação centra-se nas relações luso-brasileiras na atual sociedade da informação e em rede. A nossa abordagem multifacetada, considera a forma como o sujeito-objeto da ciência desenvolve as suas relações no mundo-da-vida. Segundo o interpretativismo, a produção de conhecimento científico é um ato de interpretação intersubjetiva de significados, de entrelaçamento semântico entre diferentes níveis de realidade, numa abordagem metodológica dinâmica e interativa (Lemos et al., 2007).

Neste quadro epistemológico, os dados quantitativos não têm uma relevância aferível por critérios estatísticos, nem a sua seleção obedece a critérios de representatividade objetiva uma vez que a montante, em termos fundamentais, o interpretativismo não aceita a objetividade do conhecimento (Burrell & Morgan, 1979; Craig, 2007; Ilharco, 2003; Lemos et al., 2009). Assim, os dados quantitativos bem como as entrevistas realizadas, são a base empírica para o desenvolvimento de uma análise e reflexão assente na articulação teórica.

Desta forma, levaremos a cabo uma análise do discurso das entrevistas, argumentando e propondo noções e relações sobre o panorama comunicacional no quadro luso-brasileiro, defendendo a relevância da língua portuguesa como interface, veículo e contexto comunicacional.

Esta pesquisa pretende conseguir apresentar cinco contribuições principais: o fator unificador da língua portuguesa num espaço de fluxos supra-estatal; a relevância da comunicação mediatizada face às instituições; a relevância internacional da língua portuguesa; Portugal como interface dos países de língua portuguesa; e a mais valia do uso de “língua portuguesa” em detrimento de “lusofonia”.

1. Um olhar luso-brasileiro

Língua

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior
E deixa os portugueses morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua
Fala Mangueira
Fala!
Flor do Lácio sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer e o que pode essa língua?
Vamos atentar para sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas! Cadê? (...)

Caetano Veloso, 1984

Com a finalidade de atribuir sentido a este texto e, ao realizar a sua análise, encontramos pistas que ajudam a elaborar a historicidade da nossa investigação. A fim de contextualizar o tempo e o espaço no movimento entre o “real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra”, que a leitura desta canção “Língua”, do cantor e compositor brasileiro Caetano Veloso deixa entrever, torna-se pertinente uma análise sobre as relações atuais de um espaço falado em Português e as relações luso-brasileiras, hoje maximizadas, em rede, através da Internet.

A canção “Língua” foi composta em 1984 quando a ditadura militar no Brasil chegava ao fim e procura prever a importância da língua portuguesa

num espaço internacional. Veloso usa as referências de Luís Vaz de Camões (c.1524-1580) e de Fernando Pessoa (1889-1935), conforme o *Livro do Desassossego*, e dos autores brasileiros João Guimarães Rosa (1908-1967) e Olavo Bilac (1865-1918), fazendo associações entre a atualidade e a tradição e procurando conectar lugares, aludindo à miscigenação da língua e cultura portuguesa com a língua e cultura ameríndia e africana.

O que quer e o que pode essa língua? As diversas leituras possíveis deste texto de Caetano Veloso vão além das referências explícitas às “cores como camaleões” num espaço falado em Português, fruto de diversas evoluções, com relações e aproximações à cultura portuguesa, à economia, ao governo, aos *media* e tecnologias, à própria língua portuguesa e aos fluxos constantes de pessoas, desta que é uma das línguas mais faladas no mundo.

1.1. A mobilidade na lusofonia global

Existe uma presença da língua portuguesa na rede de todas as redes, a Internet. A língua portuguesa é a quinta língua mais usada na Internet e a segunda na blogosfera, a terceira língua mais usada no Facebook e é um dos idiomas mais populares no Twitter, tendo uma forte presença em diversas redes sociais e formativas. Assim, se usássemos o volume de negócios como referência e se o espaço falado em língua portuguesa fosse um bloco económico, seria a sexta potência mundial (Reto, 2012; 2020).

Na era da informação, a criação de poder e de riqueza assenta em fluxos de informação, bem como na mobilidade e na capacidade de aceder, partilhar e influenciar este novo mundo, tornado espaço global de ideias, de informação e de conhecimento (Castells, 2005). A sociedade contemporânea é marcada pelo rápido desenvolvimento tecnológico e pelas relações e integração das tecnologias de informação e comunicação no dia a dia das pessoas (Castells, 2005; Giddens, 1990; Bauman, 2000).

A comunicação global (Martins, 2011), seja por telefone, ou graças às viagens de avião mais baratas, determina a ação global. Neste sentido, “Agimos globalmente porque pensamos globalmente e pensamos globalmente porque comunicamos globalmente” (Ilharco, 2009, p. 157). Os cidadãos dos países de língua portuguesa também agem globalmente utilizando e consumindo os meios de comunicação lusófonos, públicos, privados e alternativos. Estes meios tendem a promover um cidadão lusófono e a aprofundar a democracia e a cidadania (Cunha, 2009, abril).

Nos países que têm a língua portuguesa como oficial, tanto mediada como mediatizada, é possível observar que aquilo que nos revela o mundo, como homens, é a língua. Cada língua cria o seu próprio mundo porque escolhe, evolui e gira em torno de vários tipos de distinções, subtilezas, contextos, experiências, histórias, ambições, tempos e lugares que não são nem repetíveis, nem traduzíveis em qualquer outra língua do mundo. É a língua que nos dá o mundo em que nos encontramos (Ilharco, 2009).

A diversidade histórica, cultural, política e social desses países cria um espaço autónomo dentro da globalização, participando dela. É na hibridação cultural, proporcionada pela comunicação de massas, que melhor podemos ler os fluxos e refluxos de informação no espaço da língua portuguesa com um mercado potencial de aproximadamente 300 milhões de consumidores/produtores que migram de um espaço para o outro.

A presença e o fluxo de portugueses no Brasil sempre foi uma constante. Mais perceptível é a “manutenção” da cultura portuguesa por parte dos seus descendentes, que muitas vezes cultivam o sonho de conhecerem a terra dos avós. O sonho europeu está também patente nesses fluxos, sendo que o sonho de um “Brasil emergente” pode estar na base da migração portuguesa para o Brasil. Os fluxos de pessoas entre os dois países acontecem desde 1500, com a chegada dos portugueses a terras brasileiras, passando pelas ondas de imigração de 1530 com a fundação da Capitania de São Vicente, e mais tarde 1800, 1900, 1974 e a atual imigração de 2010 (Pinho, 2013). Importa igualmente destacar o movimento de brasileiros para Portugal, descendentes de portugueses que regressaram a casa em 1800, as ondas de emigração de 1980-1998 e as atuais ondas de 2000 a 2008 e 2016 e 2020.

Em 1880, Joaquim Nabuco (1849-1910) disse, num discurso proferido no Rio de Janeiro, nas festividades do Dia de Camões:

“O emigrante Portuguez chega ao Brazil sem fortunas, mas também sem vícios, e pelo seo trabalho crêa capitães; vem só, e funda uma família; seos filhos são Brasileiros; falando a nossa lingoa, e da nossa raça, essa immigração nem parece de estrangeiros (...) Portugal pode desaparecer, dentro de séculos, submergido pela vaga Européa, ella terá em cem milhões de Brasileiros a mesma vibração luminosa e sonora. O Brazil pode deixar, no decurso de milhares de annos, de ser uma nação latina, de falar a tua lingoa”. (...) o teo génio viverá intacto nos Lusíadas, como o de Homero na Illiade” (Nabuco, 1880, pp. 11-29).

Cem anos depois, Fernando Henrique Cardoso, ao receber o grau de doutor *honoris causa* na Universidade Autónoma de Lisboa no seu discurso, ao referir a globalização e a emergência dos novos meios eletrónicos que permitem reduzir o espaço e o tempo disse “isso tudo provocou uma transformação muito grande nas relações entre os países, levando-os necessariamente a uma maior interação... criou uma situação pela qual a cooperação passou a ser quase obrigatória”. Sobre a atualidade das relações luso-brasileiras, Fernando Henrique Cardoso destacou que “no nosso âmbito específico de brasileiros e portugueses, o caminho imediato, é a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), e em seguida nós temos as nossas identidades” (Cardoso, 2012, pp. 11-13). No discurso da sessão solene de abertura da Reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, disse Fernando Henrique Cardoso que “num mundo de cultura global, cada vez mais uniformizada, é necessário afirmar as diferenças linguísticas, para que o mundo não se empobreça, para que não se estreitem os horizontes da humanidade”, reforçando que “é claro que a maior difusão do Português depende essencialmente da nossa capacidade de nos desenvolvermos económica e socialmente, de gerarmos conhecimento e cultura”. No final do discurso disse, ainda, Fernando Henrique Cardoso: “a língua é veículo de cultura que nos dá condições de entender, de uma perspectiva própria e solidamente ancorada no mundo latino, as profundas transformações do mundo contemporâneo, as quais, sabemos, vão muito além da esfera económica” (Cardoso, 1996, pp. 94-95). Nas palavras de Nabuco e de Henrique Cardoso são perceptíveis tendências e posições que apontam para uma internacionalização da língua portuguesa.

As relações luso-brasileiras da atualidade são caracterizadas pela história entre os dois povos e pelas suas identidades que marcam a descoberta e a redescoberta desse espaço falado em língua portuguesa. Assim, pretendemos caracterizar o atual espaço falado em Português num mundo global conectado pelas redes, pelos *media* digitais, bem como os seus fluxos e refluxos de informação e de pessoas no espaço luso-brasileiro.

Muitos estudos sobre as relações luso-brasileiras e lusofonia foram apresentados por investigadores na área das Ciências da Comunicação, muitos deles em mobilidade dentro desse espaço falado em Português: Benalva Vitorio, brasileira, imigrante em Portugal e em África nas décadas de 70 e 80, assistiu às transformações de Portugal e apresentou uma investigação pioneira sobre a imagem do Brasil na imprensa portuguesa em 1974 (Vitorio, 1974) e, mais tarde, em 2007 e 2015, analisou a imagem da imigração brasileira em Portugal (Vitorio, 2007; 2015); Manuel Chaparro, português,

que migrou para o Brasil em 1961, onde fez toda a sua carreira acadêmica, tendo realizado diversas investigações sobre as relações dos estudos de comunicações entre Portugal e Brasil, e apresentando em 1998, em Portugal, e em 2008, no Brasil, um estudo histórico sobre as relações comunicacionais luso-brasileiras (Chaparro, 2008); Isabel Ferin Cunha, portuguesa, emigrante no Brasil, onde fez grande parte de sua formação acadêmica, durante as décadas de 70 e 80. Quando voltou para Portugal, na década de 90, sentiu-se imigrante vivendo grandes inquietações. É autora de diversos trabalhos sobre os *media* em língua portuguesa e sobre a imagem dos imigrantes nos *media* (Cunha, 2007; 2011). Estas referências tratam das relações luso-brasileiras e lusófonas como parte das Ciências da Comunicação, apresentando a comunicação em língua portuguesa. As referências cruzam-se e misturam-se também nas investigações, num sistema de fluxos: Chaparro, em 1998, faz referência ao trabalho que Vitorio realizou em 1974. Vitorio é orientada por Cunha em 2007 e as referências cruzam-se. Neste seguimento, Vitorio e Cunha incentivaram o trabalho que agora apresentamos na perspectiva da internacionalização da língua pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Ainda no campo das Ciências da Comunicação, realizou-se em Lisboa, nos dias 18 e 19 de abril de 1997, o I Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, iniciativa conjunta da Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação e da Universidade Lusófona (Chaparro, 2008). Nesse encontro foram criadas a Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação) e a Lusocom (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação). No ano seguinte, realizou-se o II Congresso da Lusocom, em Aracaju – Brasil. O III Encontro voltou a realizar-se em Portugal, em 1999, na Universidade do Minho, tendo o IV Encontro ocorrido em São Vicente, no Brasil, no ano de 2000 com a coordenação de Benalva Vitorio. Em 2002, o Lusocom estendeu-se a Moçambique, onde se realizou, por iniciativa da Associação Moçambicana de Estudos da Comunicação (Amescom), o V Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação. Este encontro foi também a ocasião para a renovação do Protocolo de Cooperação da Federação, que passou a integrar novas associações relacionadas com o espaço lusófono, como a Amescom, Associação Moçambicana de Estudos de Comunicação, e a Angocom (Associação Angolana de Estudos da Comunicação), tendo ampliado horizontes, incluindo os investigadores espanhóis com a aceitação da Agacom (Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en Comunicación). O VI Encontro voltou a realizar-se em Portugal, na Universidade da Beira Interior. O VII Encontro foi organizado na Galiza, em 2006, na Universidad de Santiago de Compostela. Dois anos depois, o VIII Congresso Lusófono regressou

à Universidade Lusófona em Lisboa, tendo o IX sido organizado, em 2011, pela UNIP, Universidade Paulista, em São Paulo. O X Congresso decorreu no ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, em setembro de 2012. O XI Lusocom aconteceu em 2014 em Pontevedra, na Galiza, Espanha. O XII Congresso da Lusocom foi realizado em 2016, na Cidade da Praia, em Cabo Verde e, finalmente, o XIII Lusocom decorreu em 2018, em Maputo, Moçambique. Em 2020, o XIV Lusocom estava programado para a cidade do Porto, em Portugal, mas devido à crise pandémica, provocada pela COVID-19, foi adiado.

Importa destacar outra referência nos estudos de comunicação em língua portuguesa, o livro *Comunicação e Lusofonia*, coordenado por Moisés Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas da Universidade do Minho, editado em 2006. A obra tenta perceber de que forma o espaço lusófono alberga realidades completamente distintas umas das outras, além da Conferência Internacional de Interfaces da Lusofonia, uma continuação do trabalho que integrou uma grande comissão científica com representantes de diversos países. Este grupo de investigação tem continuado a trabalhar esta linha de análise ao longo dos últimos anos destacando o livro *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e Travessia*, de 2015 e *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*, de 2019 (Martins, 2015; 2017; Sousa, 2017; Martins & Macedo, 2019).

Ainda nessa área convém destacar os trabalhos do Obitel (Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva).

Ao mesmo tempo é perceptível a necessidade de maiores esforços, talvez de comunicação, com vista à internacionalização da língua portuguesa. Em maio de 2013 teve lugar, em Paris, o I Congresso da Língua Portuguesa no Mundo que teve como principal conclusão a necessidade de “uma política efetiva e concertada para promover uma língua que tem um valor económico e cultural mundial muito importante”. Para a organizadora do evento, Isabel Oliveira, “está a faltar marketing às nossas autoridades. São elas que têm de mostrar porque é que a nossa língua é importante a vários níveis” (Oliveira, 2013, p. 37). Talvez as relações investigadas pelas Ciências da Comunicação e os aspetos da lusofonia careçam de uma maior articulação com os estudos da Comunicação Organizacional e Estratégica em língua portuguesa.

Entretanto, a edição do número 57 da revista internacional *Monocle*, de outubro de 2012, apresenta uma “Lusofonia” como história de capa, com 60 páginas de reportagem, falando de uma língua portuguesa que é a nova língua do poder e do comércio, um mundo de oportunidades, negócios e

cultura (Bloomfield, 2012). Em janeiro de 2014, a mesma revista, na sua edição número 69, apresentava o Brasil e Portugal como superpotências que utilizam o *soft power* para prosperar em tempos difíceis. No ranking dos 30 países que melhor utilizam uma influência sutil internacional, o Brasil aparece como 19.^a e Portugal como 25.^a potência (Bloomfield, 2014).

É com base nesse cenário que pretendemos explorar os efeitos dos *media* digitais (televisão, rádio, *media* sociais e toda a panóplia associada) gerados pela globalização e, sobretudo no caso da língua portuguesa, as vias para afirmação da mesma. Sendo o objetivo investigar as relações do espaço lusófono internacional com os *media* digitais e os novos fenômenos de interação assentes nas novas tecnologias de informação e comunicação até como “emigrante televisivo” (Macedo, 2011, p. 9). Segundo o ponto de vista de Macedo, o consumo de televisão internacional pode ser considerado uma fuga do país por meio da “realidade televisiva”, argumenta que “mais ou menos como emigrar, mas sem a chatice de ter de procurar trabalho, deixar a família e os amigos para trás. Chego a casa, ligo-me à Globo e sinto-me longe de tudo o que se passa por aqui”.

Assim, no espaço da língua portuguesa procuramos caracterizar a interação comunicacional, conhecer as características, os contornos, as tendências e os padrões, bem como a evolução do espaço mediático lusófono no século XXI.

1.2. O espaço-tempo luso-brasileiro

O interesse crescente pela abordagem de questões que dizem respeito à identidade e suas relações, em diferentes áreas do conhecimento deve-se, em boa parte, aos fenômenos relacionados com a globalização, tais como a redução de espaço e de tempo e a “compressão espaço-tempo” (Harvey, 1989 citado em Martín-Barbero, 2004) que alargou o horizonte da humanidade e intensificou a circulação de bens e pessoas. As definições de globalização apontam para um conceito que exprime uma rede complexa de processos de interligação de práticas económicas e simbólicas a nível mundial. Nesse contexto está embutido o papel das tecnologias da comunicação e da informação (Cunha, 2009, abril). A globalização envolve também um conjunto de discussões tais como a compreensão de fluxos simbólicos mundiais. De acordo com Ilharco (2009):

“O início do mundo de hoje é o globo suspenso no espaço, no centro da imagem – de uma cultura feita de imagens, no centro do nosso olhar e dos homens e das mulheres que falam Português por todo

o mundo e de todos os outros seres humanos que por todo o planeta foram tocados pela tecnologia de informação e comunicação” (p. 145).

Assim, os cidadãos, homens e mulheres que falam Português e que foram tocados pelas TIC estão dentro do espaço da língua portuguesa. Esse espaço é uma construção diaspórica, feita de fluxos e refluxos (Cunha, 2009, abril). No que toca aos fluxos e refluxos evidenciam-se as posições dos fluxos de informação da Sociedade de Emigração, caracterizada pela produção, local de consumo, historial e movimentações (Sayad, 2000). É nesse espaço global da língua portuguesa que estamos inseridos, nessa cultura eletrónica da televisão por cabo, do vídeo, dos videojogos, do *streaming*, da Internet, dos iPod, dos leitores de MP3 e dos telemóveis, uma cultura que “está a alterar a forma como trabalhamos, como nos relacionamos uns com os outros, como desfrutamos dos momentos de lazer, como entendemos o que nos rodeia” (Ilharco, 2009, pp. 148-149). Na “era da informação”, a geração de poder e de riqueza assenta na troca de fluxos informativos, na mobilidade e na capacidade de aceder, partilhar e influenciar este novo mundo, tornado espaço global de ideias, de informação e de conhecimento.

O espaço da língua portuguesa constitui um campo de investigação em vários domínios do saber, daí a sua segmentação para efeitos de estudo neste trabalho. Desse espaço da língua portuguesa propomos, no domínio das Ciências da Comunicação, contribuir para um melhor entendimento do espaço global da língua portuguesa nas relações luso-brasileiras. A este respeito temos em atenção os estudos do espaço da lusofonia, os contributos dos estudos da globalização e das migrações e os contributos das tecnologias de informação e comunicação. No cerne desta investigação está o propósito de caracterizar a lusofonia global assente na mobilidade proporcionada pelos *media* digitais.

1.3. Método etnográfico e autoetnográfico

No início de um projeto de investigação são definidos os interesses, as preocupações e as motivações pessoais, dos quais surge uma ideia original. Consideramos relevante explicar as motivações e objetivos relacionados com esta investigação que revelam um pressuposto para o seu decurso: a conceção do investigador como sujeito em interação com o seu objeto de estudo, interação da qual resulta conhecimento inevitavelmente subjetivo, ao invés da conceção do investigador como sujeito distanciado do seu

objeto de estudo. A ideia inicial foi despoletada pela vivência em um espaço lusófono entre Lisboa e São Paulo, tendo o espaço-tempo diminuído entre as duas margens por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. *Surfar*, utilizando uma expressão de McLuhan (1994), nas tecnologias de informação e comunicação é, e sempre foi, uma constante, para um jovem investigador em Ciências da Comunicação. Nas investigações levadas a cabo em 2004 na cidade de Santos/S. Paulo, os computadores, telemóveis, os voos de avião e toda a panóplia acrescida, *software* e atualizações, com o Skype, Facebook, Twitter, WhatsApp, Viber, ou os extintos MSN, ICQ, Orkut, Hi-5, entre outros, faziam parte dos nossos questionamentos e preocupações, tanto na ótica do utilizador, como do investigador.

Desde outubro de 2006 que utilizamos as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação como um fluxo entre os dois lados do oceano. Manter as relações com o Brasil, tanto profissionais como académicas e afetivas, tornou-se uma constante e diária na nossa atividade. O objetivo inicial era “encurtar a distância” do tempo/espaço e solucionar problemas que, em dez minutos, poderiam ser respondidos. Por outro lado, consumir telenovelas brasileiras no canal Português SIC, acompanhar as notícias do Brasil pelo telejornal, com correspondente português, ou pela internet, assinar o canal da Globo em Portugal e discutir a receção dos conteúdos com colegas portugueses ou assistir a RTP ou a SIC internacional no Brasil forneceram a inquietação sobre a produção mediática transnacional em língua portuguesa. Em 2007 o convite para participar na Associação de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Lisboa (APEB-Lisboa), organização que tenta reforçar o intercâmbio entre investigadores académicos nos dois lados do Atlântico, foi mais um incentivo para iniciar este estudo. Nos mais de 300 associados é visível a presença e utilização das mesmas tecnologias em língua portuguesa. As inquietações com a Comunicação Organizacional são ampliadas pela possibilidade de ter uma língua global: o Português, mediada pelas novas tecnologias e entendida como interface devido à emergência do Brasil e à crise iniciada em 2008. A presença em conferências no Brasil e em Portugal, sobre Lusofonia e Tecnologia e Organizações, ampliam o questionamento do que é a Língua Portuguesa Global. Dessa paixão pela tecnologia, *media* digitais, pela língua portuguesa e pelo viver entre as duas margens do Atlântico surgiu a inquietação e a tentação de situar o espaço lusófono internacional nas novas tecnologias de informação e comunicação no espaço da lusofonia entre Portugal e Brasil. Estas experiências motivaram-nos a desenvolver esta análise com o objetivo de, especificamente, dar a conhecer os fluxos comunicacionais entre os países (falantes de língua portuguesa), as suas pessoas e os seus imigrantes que,

mais do que uma exigência para iniciar a investigação pelo mundo da Lusofonia, talvez muito estudada em diversas áreas do saber, pretende dar um novo contributo para os estudos das Ciências da Comunicação.

Relacionando as diferentes observações, uma questão começou a tomar forma: haverá alguma caracterização – qual? – entre a mobilidade dos cidadãos dos países que têm em comum a língua portuguesa, a tecnologia dos novos *media* e a atual sociedade? Rapidamente constatámos que a tentativa de responder a esta questão inicial implicava a formulação de muitas outras perguntas de carácter exploratório, onde destacamos: Quais as características dos países de língua portuguesa como Portugal e Brasil? Como são os processos de globalização e migração? Qual a língua utilizada na relação comercial e tecnológica entre os países de língua portuguesa? Que papel desempenham as tecnologias digitais nesse espaço? Quais são as principais características das tecnologias digitais? Quais as relações entre todos estes elementos? Perante a complexidade da problemática encontrada, a sua pertinência e relevância como tema para uma análise tomou forma.

Partindo deste interesse inicial, procurámos desenvolver a nossa análise seguindo uma dupla estratégia: sempre investigando e escrevendo o trabalho entre Lisboa e São Paulo e procurando colocar os dois países, Portugal e Brasil, sempre em diálogo. As nossas leituras teóricas incidiram na relação entre a comunicação, o espaço da língua portuguesa e as TIC, e verificámos que vários autores concordam que a sociedade contemporânea é marcada por um desenvolvimento tecnológico cuja rapidez e abrangência não tem precedentes na história da humanidade, e apontam-no, destacando as TIC como critério para distinguir a sociedade contemporânea de modelos sociais antecessores, emergindo como a sua característica distintiva e essencial (Baudrillard, 1990, 1991; Postman, 1993; McLuhan, 1994; Negroponte, 1995; Castells, 2005, 2007, 2009, 2011, 2012), responsável pelas principais mudanças sociais ocorridas, como por exemplo a digitalização e virtualização da economia e do trabalho (Castells, 2005; 2007; 2009; Tapascott, 2008), a globalização (Appadurai, 1996, 2001; Giddens, 2002, 2010), e a relação dos países de língua portuguesa (Cunha, 2009, 2012, 2013; Martins, 2004, 2006; Santos, 2002, 2005; Vitorio, 2003, 2007, 2015; Leister, 2018; Andrade, 2018). Estes argumentos sugeriram-nos a possibilidade de conceptualizar os países que falam Português interligando com a comunicação, a globalização e a mobilidade, fatores determinantes para a relevância da língua portuguesa global.

Para prosseguir a investigação foi adotada uma metodologia de observação, consistindo no relacionamento das três variáveis em estudo neste trabalho. A investigação começa pela reflexão crítica do conceito de “Lusofonia” e das suas múltiplas vertentes tal como são percecionadas pelos seus diferentes atores e como está na base (a montante) das estratégias económicas, sociais, políticas, culturais, estratégica e geopolíticas desses mesmo atores.

No mundo falado em Português procurámos investigar a interação comunicacional, conhecer as características, os contornos, as tendências e os padrões, bem como a evolução do espaço mediático da língua portuguesa no século XXI. A noção de *circulação* situa os fenómenos de *mediatização* e *mediação* no contexto dos *fluxos comunicacionais*, levando-nos mais além numa perspetiva linear ou funcional sobre os dispositivos de mediação tecnológica (Vaz, 2001; Santos, 2002; Bauman, 2004).

A autoetnografia representa um género da etnografia que aprofunda a investigação nas múltiplas lacunas da consciência do indivíduo relacionando-o com o meio em que está inserido através da experiência pessoal. O investigador analisa os aspetos culturais e sociais ao seu redor para em seguida realizar uma análise interna de si mesmo, tornando-se assim vulnerável à resistência cultural e às interpretações. Segundo Carolyn Ellis e Arthur Bochner “a análise é realizada na intersecção do passado, futuro, entre o contexto interno e externo, entre a cultura e a pessoa” (Ellis & Bochner, 2000, p. 739). O termo autoetnografia deve-se a David Hayano (1979), sendo utilizado há aproximadamente quatro décadas. Hayano limitou a utilização do termo a grupos culturais nativos a serem estudados por antropólogos. Porém, muitos outros termos são utilizados por estudiosos das ciências sociais de forma direta ou indireta para representar a autoetnografia, tais como: narrativas pessoais, narrativas do eu, narrativas da experiência pessoal, etnografia pessoal, entre muitos outros termos. O sentido da palavra já designa esta variação, auto (por si mesmo), etno (etnia, questões culturais), gráficos (registos). A autoetnografia, na explicação de Ellis e Bochner (2000), permite o envolvimento do pesquisador, assim como a narrativa dos seus pensamentos e opiniões reflexivas, diante do estudo em que está inserido; possibilita ao investigador transpor para o seu estudo todas essas experiências emocionais, revelando detalhes ocultos da vida privada.

Os autores Ellis e Bochner consideram vital o envolvimento do etnógrafo com os outros participantes do grupo (Ellis & Bochner, 2000). Desta forma, a reflexão pessoal não se torna uma verdade única, mas sim a reflexão sobre os discursos pessoais analisados como grupo. O problema construído

gera questões sobre a interpretação de como os outros irão analisá-lo. Na autoetnografia a observação participante tem papel fundamental. Sobre essa técnica alguns autores como Tedlock sugerem a possibilidade de descartar a nomenclatura de observação participante e elegem a investigação como um “encontro etnográfico” (Tedlock, 2000). Os autores defendem uma relação dialógica entre o investigador e o interlocutor (não mais informante). Desta forma, a construção da teia etnográfica dar-se-á não mais pela simples “voz do outro”, mas pela compreensão e análise reflexiva própria do investigador através do “olhar do outro”. Isso significa a aceitação da interferência reflexiva e subjetiva do investigador. Tal situação, não refuta a qualidade da investigação, antes enriquece a discussão por meio da construção de significados entre mais sujeitos de dois mundos negociando as suas diferenças. A utilização da entrevista na autoetnografia é discutida por autores como Ellis e Bochner e que alertam para a ausência de modelo e padronização na escolha das técnicas autoetnográficas, deixando-as ao critério do pesquisador (Ellis & Bochner, 2000). A ação da entrevista não busca uma resposta “verdadeira”, muito menos a “real realidade”, mas sim a compreensão do que forma essa realidade na percepção do outro (Ellis & Bochner, 2000). Aceitar os pensamentos múltiplos e a subjetividade de cada discurso contribui para a construção do objeto, uma vez que cada entrevista possibilita ao investigador reviver, com uma nova versão, os acontecimentos.

Assim, as entrevistas contribuem para a construção do discurso coletivo, da união entre o prisma do pesquisador e o de cada envolvido. Com a autoetnografia, o trabalho de campo, como refere Michael Genzuk sobre a etnografia de 1993, é uma experiência altamente pessoal, sendo a interligação dos procedimentos de campo com as capacidades individuais (do investigador) e com a variação situacional o que faz do trabalho de campo uma experiência tão personalizada. De facto, a validade e a riqueza, de significado dos resultados obtidos dependem diretamente e em grande medida da habilidade, disciplina e perspectiva do observador, e é essa, simultaneamente, a sua riqueza e a sua fraqueza.

Neste sentido, a caracterização da lusofonia global no atual espaço luso-brasileiro é o objetivo final deste trabalho, tendo como material empírico os cidadãos que se movem nesse espaço. Assim, a metodologia etnográfica e autoetnográfica revela-se justificável e operacional. Do ponto de vista teórico, o objeto encontra-se no desvendar do *sentido* da ação em língua portuguesa, na captação dos *significados* atribuídos pelos indivíduos ao viver em mobilidade entre Portugal e Brasil, nos *contextos* sociais que possibilitam essa mobilidade e nos *recursos* pelos quais esta é constituída.

Para verificar os sentidos, significados, contextos e recursos, a metodologia etnográfica do método qualitativo (com as técnicas de amostra, recolha e análise de informação) é a mais adequado à implementação empírica deste trabalho. As atuais relações mediáticas entre os países e as comunidades que têm a língua portuguesa como língua oficial podem vir a acarretar alterações nas culturas, no posicionamento global, nas populações, no desenvolvimento de instituições, nos projetos e trabalhos conjuntos, nos mercados, nas exportações. Assim, iremos procurar investigar os contornos da cultura lusófona em desenvolvimento no mundo global, mediado pelos *media* digitais, observando também o movimento das pessoas. O estudo dos *media* digitais e de novos fenómenos de interação assentes nas tecnologias de informação e comunicação pode dar contributos importantes no campo das Ciências da Comunicação, no desenvolvimento do espaço internacional da língua portuguesa.

Retomando a noção de interface (Laurel, 2014; Bairon, 1995; Johnson, 1997; Braga, 2004) e apontando a mediatização e a mediação como um processo global (Castells, 2005), além de verificarmos os fluxos como o espaço e o tempo em modificação sob o combinado do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais induzidos pelo atual processo de mudança (Castells, 2005), tentamos localizar o conceito de relações mediáticas como lugar de compreensão dos fenómenos de interação tecnológico-cultural, ao discutir as tecnologias informacionais enquanto dispositivos que, a um tempo, produzem e reproduzem a sociedade e possibilitam a interação social (Giddens 1976), e onde cada tipo de construção de identidade leva a um resultado distinto quanto à constituição da sociedade, induzindo novas formas de transformação social (Castells, 2005).

Nesse complexo turbilhão de informação e conhecimento, diferentes nomes têm sido utilizados por autores das mais variadas áreas para caracterizar a nova sociedade e as suas mutações socioculturais: sociedade pós-industrial (Bell, 1973); terceira onda (Toffler, 2000); sociedade do conhecimento (Matos, 1982); sociedade da informação (Masuda, 1982), sociedade informática (Schaff, 1990); sociedade pós-capitalista (Drucker, 1994); sociedade digital (Negroponte, 1995); sociedade informacional (Castells, 1996; 2005) sociedade aprendente (Assaman, 2000); sociedade em rede, sociedade informacional, sociedade dos fluxos (Castells, 1996; 2005); sociedade de controlo (Deleuze, 2000); sociedade líquida (Bauman, 2000); sociedade de emigração (Sayad, 2000). Este trabalho poderá ser valorizado pela sociedade de língua portuguesa em particular, não só pelo seu potencial da caracterização do espaço global da língua portuguesa, mas também para poder contribuir

para melhorar a comunicação nos negócios (diversos) em língua portuguesa dentro e fora desse espaço.

1.4. Comunicação e mobilidade no espaço luso-brasileiro

Este trabalho pretende dar a conhecer as características da lusofonia global, mais especificamente, na comunicação e mobilidade proporcionada pelos *media* digitais no espaço luso-brasileiro. Assim qual será a estratégia metodológica mais apropriada para encontrar uma resposta, do ponto de vista empírico? Uma investigação em Ciências da Comunicação deverá ter uma aproximação às estruturas (meios) e emissores ou às pessoas (audiências), os recetores como material empírico de investigação, uma observação da realidade. No caso desta investigação, a perspetiva teórica escolhida, assente essencialmente na Tradição Sociocultural em Ciências da Comunicação, dirige o olhar metodológico para a epistemologia interpretativista com metodologias qualitativas, tradicionalmente orientadas para desvendar o sentido da ação humana para os atores que a protagonizam. Na Tradição Sociocultural, de carácter interpretativista, são encontrados métodos tais como a etnografia, a observação participante e entrevistas intensivas não-estruturadas.

Uma investigação qualitativa depende de amostras selecionadas por conveniência (Genzuk, 1993). Quem pode dar os melhores dados, referentes à pergunta da nossa investigação? Em quais contextos serão coletados os melhores dados relativos à pergunta da pesquisa? A escolha das unidades de observação é um dos pontos mais importantes na investigação empírica. Assim, nesta pesquisa, começamos por delimitar os cidadãos de “observação” de referência que deram origem à amostra. Esta caracteriza-se pela mobilidade e a comunicação, que poderá ser proporcionada pelos *media* digitais, como a internet, a televisão, a rádio ou as redes sociais no espaço luso-brasileiro, observável nos migrantes dos meios sociais escolarizados com acesso às TIC. A observação de referência da investigação foi teoricamente delimitada em indivíduos que representassem e ou tivessem contacto com a comunidade migrante do país de origem no país de acolhimento, tais como empresários, diplomatas, professores universitários e artistas, representando uma “visão da lusofonia” no espaço luso-brasileiro.

Essa amostra corresponde ao que Giddens (2010) chama de migração global, e ao que Lévy (1997) apelida de juventude metropolitana educada, migrantes escolarizados com acesso privilegiado a diversas fontes de

informação e domínio das novas tecnologias, também descrito como cosmopolitas por Rosenau (2010). A opção foi a de centrar a recolha empírica em cidadãos migrantes entre Portugal e Brasil das classes médias e médias altas², residentes em meio urbano onde o nosso “encontro-etnográfico” fosse considerado para a análise em curso. O objeto de estudo foi, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, e tendo em linha de conta o modelo interativo de investigação qualitativa de Maxwell (2005), progressivamente restringido, um processo orientado pela necessidade de encontrar o *corpus* mais adequado ao nosso trabalho empírico sem comprometer a sua exequibilidade, levando em conta as limitações de tempo e recursos disponíveis. Foram considerados os critérios de diversificação e saturação referidos por Guerra (2010) para a amostragem de investigações empíricas qualitativas de caráter indutivo e interpretativista: uma amostragem de conveniência.

A escolha dos elementos que foram alvo de observação, a amostra, obedeceu ao mesmo critério. Trata-se de uma amostra de conveniência, baseada na pesquisa qualitativa, que pretende estudar componentes da comunicação, mobilidade e uso da língua portuguesa não sendo estritamente representativa, mas que caracteriza uma determinada população. A amostra por conveniência implica que sejam entrevistadas pessoas “que estiverem à mão ou que lhe sejam mais acessíveis” (Perdigão et. al, 2012, p. 193). É normalmente usada em investigações qualitativas e entrevistas em profundidade. A nossa amostra será não-probabilística, pois foi obtida com o uso de dados de fácil alcance (Guimarães, 2007). Assim, foi formada por elementos que reunimos solicitando a entrevista para participação na pesquisa. O nosso *corpus* situa-se num período temporal determinado entre 2011 e 2020. A amostragem do nosso *corpus* apresenta diversidade na medida em que este inclui entrevistados de áreas de atividade distintas, sendo, portanto, uma variação externa particularmente apropriada “quando a finalidade teórica da investigação é fornecer um retrato global de uma questão” (Guerra, 2010, p. 41).

Assim, para este estudo foram realizadas 22 entrevistas a um conjunto de indivíduos, 11 brasileiros e 11 portugueses, explorando relações entre tendências genéricas relacionadas com a sociedade contemporânea que tem a

2 Sobre a categorização da classe média e média alta assim como a sua atual emergência no Brasil ver Cocco, G. (2009) *MundoBraz – O dever do mundo no Brasil e o Brasil no dever do mundo*, São Paulo: Record. Sobre a categorização da classe média e alta em Portugal ver Martins, H. (1998) *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais; e António, B. (1999) *Tempo de Mudança*, Lisboa: Relógio D'Água. E sobre a caracterização da classe média na contemporaneidade ver Friedman, T. (2005) *O mundo é plano*, Lisboa: Actual Editor.

língua portuguesa em comum com as TIC tais como: o consumo da Internet e dos novos *media*, os voos de avião, a crise de 2008 e a emergência do Brasil como país sede do Mundial de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Interessou-nos captar a máxima diversidade de experiências de mobilidade comunicacional e o uso de novas tecnologias de comunicação e informação na construção de comunicação entre Portugal e Brasil, e com demais países, e a vontade ou obrigatoriedade de migrar para outro país de língua portuguesa (Portugal e Brasil). Inicialmente, partimos de um número muito reduzido de critérios e fomos aumentando com o contacto com migrantes nas duas margens do Atlântico. A amostra foi homogeneizada no que respeita ao meio social, género e residência em meio urbano. A diversificação interna fez-se em função da idade e profissão. As entrevistas caracterizadas como “encontro-etnográfico” foram realizadas entre 2011 e 2020 e tiveram uma duração média de uma hora cada, sendo a mais curta de 30min e a mais longa com 2h15. A classe social foi verificada através dos critérios de análise da profissão e escolaridade. Estas escolhas justificam-se com a linha de pensamento de Appadurai onde a contemporaneidade é caracterizada pela forte migração em massa e pela mediação eletrónica, fornecendo novas formas de observar os padrões de consumo, o multiculturalismo e as questões de identidade das sociedades contemporâneas (Appadurai, 1996) e, por Friedman, onde a “imaginação” de uma classe média representada pelo esperar estar numa posição melhor no futuro, uma mobilidade social estrutural-ascendente (Friedman, 2005). A diversidade de experiências de mobilidade foi encontrada numa classe média e alta que, por motivos pessoais ou profissionais, optou pela migração e pelos mesmos motivos considerou o recurso às tecnologias de informação e comunicação. Também tivemos em linha de análise os cidadãos que já tinham pensado anteriormente sobre a importância da língua portuguesa no mundo.

Assim, para esta pesquisa, delimitou-se o universo de entrevistados entre brasileiros residentes na região Centro e Norte de Portugal e portugueses residentes na região Sudeste do Brasil. Todos os entrevistados representam ou têm grande contacto com a comunidade migrante do país de origem no país de acolhimento.

Os métodos e procedimentos adotados neste trabalho empírico seguem o posicionamento científico interpretativista e são qualitativos, sendo também orientados pelo enquadramento teórico e pela escolha do modelo etnográfico e autoetnográfico.

2. O português: uma língua global

Da minha língua vê-se o mar
(in *A Voz do Mar*, Vergílio Ferreira, 1991)

A diversidade histórica, cultural, política e social dos países que têm o Português como língua oficial cria um espaço autónomo no seio da globalização. É na hibridação cultural, por meio da comunicação de massas (televisão, rádio, internet), que hoje percebemos os fluxos, e refluxos, de informação no espaço lusófono, um mercado com um potencial de cerca de 300 milhões de consumidores/produtores lusófonos.

A língua portuguesa tem estatuto de língua oficial na União Europeia (a terceira da UE, com mais representatividade em termos quantitativos), no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul, composto por cinco países da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), na União Africana (UA) e na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), entre outras organizações³, tais como ONU, UNESCO e OIT. Atualmente, procura-se impulsionar a utilização do Português como língua oficial ou de trabalho em organizações regionais, internacionais ou agências especializadas, como, por exemplo, as Nações Unidas, uma vez que o Português é mais falado do que duas das suas seis línguas oficiais, o Francês e o Russo (Pereira, 2012).

A outra dimensão da língua portuguesa prende-se com o nível de intercompreensão com outros idiomas. Existem outras línguas vivas, de origem predominantemente latina, que facultam um maior nível de intercompreensão tais como o Espanhol, o Francês, o Italiano e o Romeno.

Por outro lado, importa salientar que a contabilidade da população dos países de língua portuguesa pode variar quando observamos se o Português é a primeira língua efetivamente utilizada no seu quotidiano. Assim, devemos atentar aos diversos dialetos falados nos diferentes países que têm a língua portuguesa como língua oficial. A diferença no número total de falantes em Português como primeira língua é justificada pela presença de dialetos locais e de línguas estrangeiras nessas regiões, como acontece com a emigração (mesmo sem considerar os emigrantes que também falam Português). Neste sentido, temos que considerar que existem diferenças quanto ao

³ Boletim de Informação Diplomática / Gabinete de Informação e Imprensa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, N.º 59, 26 de março de 2008.

número de falantes de Português. Aos 250 milhões que têm o Português como língua oficial nos seus países juntam-se cerca de 50 milhões de falantes de Português na diáspora, o que perfaz um total de cerca de 300 milhões de falantes de Português em todo o mundo. No entanto, em termos geográficos, a influência global do Português só é comparável à da língua inglesa (Reto, 2012).

Além disso, prevê-se uma evolução bastante positiva da língua portuguesa nos próximos anos, apontando-se, para meados do presente século, em 2050, uma estimativa na ordem dos 331 milhões de falantes em Português, tendo em conta que a projeção considera as perspetivas da evolução demográfica suportadas sobretudo pelo crescimento da população no Brasil e nos PALOP.

Tendo em linha de conta as estimativas da ONU, num relatório apresentado em novembro de 2008, a CPLP deverá registar um aumento populacional de cerca de 110 milhões de habitantes até 2050, passando, assim, a ter 357 milhões de pessoas. Os dados do estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) apontam para um crescimento da população na ordem dos 44% nos países da CPLP, concentrando, em 2050, quase 4% do total da população mundial, que nessa altura deverá ter 9,1 mil milhões de pessoas. Por outro lado, Portugal deverá ser o único país da CPLP com um decréscimo populacional, ao contrário do que irá suceder nos restantes sete países analisados em 2008. No entanto, Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste verão as suas populações crescer mais do dobro e o Brasil, o país mais populoso da CPLP, passará para 254,1 milhões.

A partir do século XX, o Português ganhou falantes de forma contínua, espalhados pelos quatro cantos do mundo. Esse crescimento está relacionado com a imigração portuguesa e com o aumento do número de imigrantes brasileiros, cabo-verdianos e angolanos (Reis & Meireles, 2008). Essa é a opinião do filólogo Carlos Reis, que afirma que a inserção dos falantes de Português no mundo globalizado passa pela internacionalização da língua portuguesa.

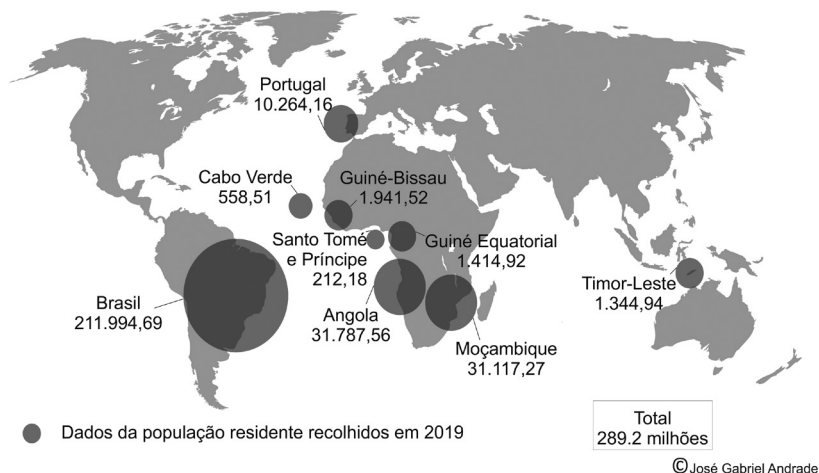


Figura 1 Distribuição da população residente nos países de língua portuguesa oficial⁴.

Os países que têm a língua portuguesa como língua oficial apresentam uma realidade cultural e contextual constituída pelo conjunto de populações e respetivos territórios unidos por laços históricos e por canais de identidade centrados sobretudo na língua falada, o Português, sendo, do ponto de vista geográfico, um núcleo espacial e territorial (Fernandes, 2008) atribuído ao conjunto dos nove países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné Equatorial. Podemos incluir ainda aqui Macau (território português até dezembro de 1999 e agora pertencente de novo à China), bem como Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Haveli (territórios da antiga Índia portuguesa), onde o Português é uma língua de uso (Galito, 2006).

O investigador Carlos Alberto Faraco defende que o desenvolvimento da língua portuguesa dá-se nos meados do século XV com a expansão marítima de Portugal que saiu das suas fronteiras e tornou-se internacional “com falantes seus se estabelecendo em enclaves ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China em 1513, o Timor em 1515 e o Japão em 1534” (Faraco, 2016, p. 57). O mesmo autor propõe para essa internacionalização razões socioeconómicas, que justificam o sucesso e implantação a longas distâncias do ponto de origem, afirmando que “são a estrutura em rede, com relativamente poucas pessoas envolvidas, e a supremacia naval resultante

⁴ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2119.html>

dos navios portugueses transportarem artilharia a bordo” tendo continuado a defender que isso pode “explicar que um país com cerca de dois milhões de habitantes tenha sido capaz de dominar sem grande concorrência, por praticamente um século, o comércio marítimo internacional nas rotas que cobriam a costa africana e chegavam à Índia, Malaca, Timor e Macau” (Farraco, 2016, pp. 58-59).

Mais do que uma comunidade linguística, os países de língua portuguesa criam uma articulação convergente de espaços e povos, cuja relevância estratégica resulta de dois mecanismos básicos, nos quais “cada um dos tempos históricos revela modos distintos de utilizar o poder da língua para configurar sucessivos campos de possibilidade” (Lopes et al., 2011):

1. a visão do passado e do conhecimento mútuo através de uma vivência comum determinada por um facto histórico primordial, a expansão portuguesa;
2. a realidade do presente e a perspectiva do futuro, assente na criação de uma matriz linguístico-cultural de dimensão multi-oceânica, multicontinental, multicultural e multirracal com vista à configuração de uma plataforma comum que estabelece, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação que amplifica o campo de ação de cada parte, sem condicionar ou subordinar qualquer uma delas.

A língua portuguesa, que já foi língua franca, hoje é uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental, falada nos cinco continentes. Em 1880, nas comemorações do Centenário de Camões, Joaquim Nabuco, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras pronunciou que:

“Nesta festa uns são *Brazileiros*, outros *Portuguezes*, outros estrangeiros; temos todos porem o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta. A pátria é um sentimento enérgico, desinteressado, benéfico, mesmo quando é um fanatismo. Este fanatismo admite muitas intollerâncias, menos uma que o tornaria *contradictorio comsigo* mesmo: a de recusarmos o concurso *expontaneo* das *sympathias* estrangeiras nas grandes expansões da nossa Pátria”. (Nabuco, 1880, p. 9).

Assim, é provavelmente nas relações entre política, língua e literatura que a perspectiva de se compreender a identidade a partir da comunicação se torna mais visível. A definição de uma língua como instrumento de

comunicação está vinculada à formação da identidade do agrupamento humano (Martino, 2010).

O processo de globalização, nas suas múltiplas vertentes, agora protagonizado pelas tecnologias de informação e comunicação, como forças motrizes de desenvolvimento, apresenta uma realidade plural/heterogénea e ela própria em mutação, com os fluxos migratórios que lhe estão associados, alterando sociedades, quebrando fronteiras e mudando comportamentos, e culturas em transformação intensa e constante.

A globalização da economia refere-se às reduções tarifárias a nível global, com o incremento substancial das trocas comerciais, da internacionalização da produção, para além do aumento exponencial dos fluxos financeiros, todos eles impulsionados também pelos avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações (Santos, 2001). A “globalização cultural” corresponde também, muito sinteticamente, à penetração de elementos culturais exógenos nas mais recônditas nações (Santos, 2001).

A língua portuguesa, espalhada pelos cinco continentes, integra países que constituem objetos passíveis de tratamento e de incorporação de valor acrescentado, determinando, por exemplo, tráfegos físicos e virtuais, como o turismo (de lazer ou de negócio), a migração ou as redes sociais da internet.

No espaço dos países de língua portuguesa, encontramos a expressão lusofonia, sendo os seus possíveis significados determinados pela sua dimensão universalista como centro do “Espaço Lusófono”. Considera-se que este conceito “assenta no significado dos dois elementos que formam a palavra que o exprime: luso equivalente a lusitano ou Lusitânia, o mesmo é dizer português, Portugal. Quanto a fonia, significa o mesmo que fala, língua” (Cristóvão et al., 2005, p. 652).

A ideia de Lusofonia, peso excessivo para poder ser pertença exclusiva de um Homem, remonta ao padre António Vieira e foi continuada por outros pensadores, uns mais visionários, outros mais pragmáticos: Agostinho da Silva, Adriano Moreira, entre outros (Pinto, 2005).

No seguimento desta linha de pensamento tentando também perceber o que se entende por Lusofonia, Isabel Ferin Cunha apresentou os fluxos que compõem o espaço da Lusofonia (Cunha, 2009, abril). Para a investigadora, a Lusofonia “é uma construção diaspórica, feita de fluxos e refluxos de migrações, em espaços físicos dispersos pelos cinco continentes. Ela é, por

excelência, um local simbólico de encontro de identidades espirituais e culturais que têm, em algum momento, uma herança ou aproximação à cultura portuguesa”. A autora complementa que esse espaço é “uma questão de afirmação geoestratégica que tem, tal como no passado, o centro no oceano Atlântico” (Cunha, 2009, abril).

Logo, a Lusofonia é uma “construção extraordinariamente difícil”, sendo um campo que integra instituições com objetivos muitas vezes conflituosos, difusos e contraditórios (Martins et. al., 2006). No que toca à Lusofonia “há quem considere que Portugal, perdido o Império, inventou a Lusofonia para tentar recuperar uma parte desse espaço” (Pinto, 2005, p. 291). A “nostalgia imperial” (Lourenço, 1999; Martins et al., 2006; Vale de Almeida, 2004) é denunciada por diversos autores, gerando intensos desentendimentos, tanto em assuntos internacionais como nas relações interpessoais (Cabecinhas & Nhaga, 2008). Para Alfredo Margarido, o rompimento de Portugal com o Atlântico só ocorreu a partir de 1960, momento marcado pelas guerras coloniais, imigração e pelo nacionalismo racista (Margarido, 2000). A Lusofonia apareceria, segundo este autor, como ferramenta ideológica para recuperar esse espaço atlântico, apagando a história colonial e as relações polémicas com os povos de língua portuguesa, mediante a tentativa de controlo da língua “mãe”. A importância da língua aumenta quando desaparece o controlo direto das populações e, após 1974, quando se lhe confere o papel que foi dos territórios colonizados: o de recuperar a grandeza portuguesa.

Segundo Alfredo Margarido, um dos principais críticos do colonialismo português, deve ser realizada uma crítica à visão lusófona do passado. O autor defende que o discurso da lusofonia comporta um projeto missionário de “civilização” após as guerras coloniais, agora focado na língua, a qual nunca foi objeto de cuidados aquando da época colonial (Margarido, 2000). No Brasil e nos países africanos (até 1961) não se criaram universidades e a política da não-educação era uma forma de manter o estatuto de inferioridade do colonizado. A língua passaria a ser, depois de ignorada sistematicamente pelo colonialismo português, o elemento de continuidade da dominação colonial. Este autor argumenta ainda que a língua brasileira, sendo mais bonita, maleável e “erótica”, é a única candidata a uma suposta língua lusófona (Margarido, 2000). Esta posição foi considerada muito provocadora para a intelectualidade portuguesa, a qual se sente profundamente incomodada com o avanço da presença do falar brasileiro, acabando por reduzi-lo a um sinal da “criatividade” natural do brasileiro (Margarido, 2000). Esta criatividade é o outro lado da “selvajaria”, pelo que a natural criatividade

do brasileiro seria mais um sintoma da sua inferioridade intelectual, pois ao criativo é negada a razão. Uma das características da lusofonia é, precisamente, a separação entre civilização e selvajaria, na qual Portugal representa o processo civilizatório e a língua equivale a “civilizar”. De facto, não é a fala do brasileiro que é erótica, mas, segundo Margarido, é porque ele é visto de modo erotizado que a fala é considerada erótica, isto por si só dá a entender a força do discurso lusófono em Portugal (Margarido, 2000). Em contrapartida no que se relaciona com as diferenças de sotaque entre Portugal e Brasil, diz Adriano Moreira em entrevista, que “o sotaque brasileiro tem os sons mais abertos pois deriva da presença do colonizador que para ser melhor compreendido abria mais as vogais. Por outro lado, os portugueses com a presença espanhola em Portugal tendiam a ter os sons mais fechados para não serem percebidos pelos vizinhos” (A. Moreira, comunicação pessoal, novembro 14, 2013).

Assim, em determinados aspetos, a Lusofonia é entendida apenas na dimensão linguística enquanto noutros a análise é sobretudo cultural ou histórica. Segundo Rosa Cabecinhas, para muitos autores, falar de Lusofonia é colocar Portugal no centro, numa perspetiva que não questiona as categorias e lógicas de pensamento herdadas do período colonial e, para outros, o objetivo central é a discussão dos significados da Lusofonia, salientando que esses significados não podem ser estudados sem ter em conta a grande heterogeneidade do chamado “espaço lusófono”, as assimetrias nos países onde se fala Português (assimetrias entre os países e também dentro deles) e o momento histórico em que esses significados são produzidos (Cabecinhas, 2011). Na opinião da autora, “não há uma história comum, mas sim versões da história que correspondem sempre a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração, em função do momento presente” (Cabecinhas, 2014, p. 507).

Para finalizar, Lusofonia é um “conceito que exprime a delimitação geográfica e numérica do uso da língua portuguesa”, sendo lugar-comum ouvir-se a afirmação de que existem cerca de 300 milhões de falantes de Português, o que produz, desde logo, uma imagem de unidade linguística dos países de língua portuguesa e da sua projeção internacional, mas, na realidade, a situação não é assim tão linear, pois da matriz do Português derivou o “Português do Brasil” e nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), para além da existência dos crioulos (sobretudo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe), verifica-se uma tendência que vai no sentido de a língua portuguesa adquirir cada vez mais características próprias que são provenientes de várias influências etnolinguísticas locais

(Graça, 1992, p. 218). Nas organizações internacionais e regionais, nomeadamente no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), o Português não detém a relevância e as condições de divulgação que possuem o Inglês, o Francês, o Espanhol e atualmente o Russo, o Árabe e o Chinês.

Por outro lado, o conceito de “comunidade lusófona” pode designar como uma comunidade luso-afro-brasileira em que a palavra “comunidade” significa, desde logo, a condição do que é comum, identidade, coesão e, nesse sentido, a sua utilização projeta uma imagem de certa integração cultural (Graça, 1992, p. 219). Essa definição ultrapassa “o domínio puramente linguístico, sem, contudo, definir uma situação dinâmica e consciente de integração da africanidade, da brasilidade e da lusitanidade” (Graça, 1992, p. 219).

A “comunidade lusófona”, ao albergar realidades completamente distintas umas das outras, leva-nos a pensar num “espaço lusófono” que se manifesta como universo de desigualdades sociais, económicas, culturais e demográficas. O seu mérito reside na coragem em desvelar a complexidade da vivência e partilha duma mesma língua em diferentes países nos tempos atuais (Martins et al, 2006). Torna-se necessário o reconhecimento da existência de realidades radicalmente distintas umas das outras neste espaço e reconhecer também que se trata de uma comunidade pouco coesa e muito desigual, afetada por desequilíbrios demográficos, culturais e económicos flagrantes, mas onde existem igualmente potencialidades a explorar (Martins, 2004).

Porém, a ideia de Lusofonia não é uma nem coesa nos países de expressão oficial portuguesa, causando mesmo, por vezes, um certo desconforto na medida em que remete para uma centralidade da matriz portuguesa (Martins et al, 2006).

Segundo Adriano de Freixo, na década de 1980, setores da elite política e da intelectualidade lusas resgataram o antigo ideal de articulação de uma “comunidade lusófona”, existente sob diferentes perspetivas desde os primeiros anos do século XX. Naquele momento, Portugal ensaiava um “retorno” a África, quase uma década depois da dissolução do seu império colonial (Freixo, 2009). Assim, procurou-se construir um consenso nacional em torno da sua construção, através da ideia da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Assim, defende-se que “através do resgate e da

ressignificação de um conjunto de mitos extremamente caros ao imaginário lusitano, a ideia da lusofonia ganhou corpo e tornou-se efetivamente uma força mobilizadora para amplos setores da sociedade portuguesa” (Freixo, 2009). Entretanto, nos outros países que possuem o Português como idioma oficial esta ideia não tem grande repercussão, visto que a mesma se sustenta em uma mitologia cultural e em um imaginário social que são essencialmente lusitanos carecendo, assim, de uma “comunidade de sentido” para os não-portugueses (Freixo, 2009).

A autora Enilde Faulstich defende que a lusofonia é uma abstração cujo conceito se espalha pelo universo diversificado dos países que falam a língua portuguesa. Considera que “por ser uma abstração requer que estabeleçamos parâmetros de incidência linguística para que compreendamos até onde, no plano concreto, falar Português identifica pertencer a uma comunidade lusófona” (Faulstich, 2001, p. 118). De maneira geral, a autora identifica alguns critérios que compõem o conceito de Lusofonia (Faulstich, 2001, p. 118). Assim, destaca como critérios:

- a. país que adota a língua portuguesa como língua de comunicação ou como língua franca: país lusófono;
- b. comunidade que reúne todos os povos que falam o Português, além dos sete, mais Timor, Goa, Macau: comunidade lusófona;
- c. país que tem o Português escrito e que expande essa modalidade por todo o seu território: Lusofonia crescente;
- d. conjunto de países que têm o Português como língua oficial, materna ou adotada: comunidade dos países de língua portuguesa (critério linguístico) e não comunidade lusófona (critério filológico).

Neste sentido, a autora afirma que a “expressão Lusofonia é débil quando, relacionada ao critério filológico, pretendendo denominar o conjunto de povos que falam o Português, nos diversos continentes “mundo da lusofonia” (Faulstich, 2001, p. 119). Esta autora recorre ao período colonial português para defender que as atitudes daquela natureza arrefeceram o sentimento e sombrearam a concepção de identidade lusófona na América, na África e na Ásia. Ainda assim, Faulstich não deixa de admitir que a língua portuguesa recortou, no mundo, um espaço lusófono, delimitado na geografia que reúne os estados nacionais que têm o Português como língua oficial.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirmou também que espaço lusófono é “uma designação ingrata que não dá conta das polifonias que circulam no interior dela e lhe dão vida e à qual, por isso, prefiro espaço dos países de língua oficial portuguesa” (Santos, 2005).

Para a investigadora Inocência Mata, Lusofonia é “um termo muito idealizado”, ressaltando que “a lusofonia devia ser uma noção cheia de pulsão contra a hegemonia da língua inglesa, mas está muito voltada para dentro” (Mata, 2010).

Por outro lado, o antropólogo Miguel Vale de Almeida, em entrevista, vê o conceito de Lusofonia como um “*constructo* político ou cultural, coisas que ganham uma certa materialidade. No caso da Lusofonia, expressão muito promovida pelo estado, a mesma é muito representada pelos *mass media* e chega depois ao comum da população como uma grande representação”. Este complementa que “a expressão Lusofonia se transformou numa “coisa”, coisa que está cheia de sentidos e de significados mais ou menos ocultos, emocionais, identitários, sendo isso o que, no fundo, as pessoas andam a tentar perceber e desconstruir” (M. Vale de Almeida, comunicação pessoal, junho 21, 2013).

Sempre presentes estão as posições de poder que correspondem, na maior parte das vezes, a movimentos de mobilidade não totalmente controlados, espelhados em movimentos migratórios que vão caracterizando e influenciando sociedades de ambos os lados. Assim, manifesta-se a interdependência cultural lusófona, redes estabelecem-se e emergem as malhas dos elos, permitindo compreender o alcance das redes e relações associadas à Lusofonia, para além da fraternidade, expressa na importância da língua comum, criadora de uma particular expressão de “*culturas cruzadas em portugueses*” (Sarmento, 2010).

Neste seguimento, Eduardo Lourenço refere-se a esta interdependência cultural como “o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado”. Diz este autor que isto é “por natureza um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e de amplitude lusíada” (Lourenço, 1999, pp. 162-163). Assim, a Lusofonia torna-se um espaço da pluralidade e da diferença (Lourenço, 1999, p. 112). Para dar sentido à “galáxia lusófona” (Martins, 2004) não podemos deixar de a viver como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana, são-tomense ou timorense (Lourenço, 1999, p. 112). Assim, o espaço cultural da Lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado (Martins, 2004).

E a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros, conhecimento esse que nos últimos vinte anos se tornou, e torna-se, mais acessível, tanto pela sociedade da informação em rede como pela globalização.

O embaixador do Brasil em Portugal, em 1993, coordenador do projeto inicial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), José Aparecido de Oliveira, afirmou que “os países se organizam em blocos por definição geográfica ou interesses económicos. Porque não criar um bloco por afinidade socioculturais?”. E continuou “a ideia é consolidar uma cooperação cultural e assegurar a presença política” (Oliveira como citado em Faulstich, 2001, p. 117-118). Assim, defende-se o desenvolvimento de políticas linguísticas coletivas a fim de evitar distorções que dizem respeito ao relacionamento entre povos de língua portuguesa.

O ex-Secretário-Executivo da CPLP, que ocupou o cargo de 27 de julho de 2004 a 25 de julho de 2008, o embaixador Luís Fonseca, admitiu que “por parte de muitos intelectuais e dirigentes africanos há alguma reserva e um certo desconforto na utilização do termo Lusofonia. Contudo, defende que não se deve concluir que exista uma rejeição oficial”. Acrescentou, ainda, que “para que a Lusofonia seja o cimento da CPLP, terá que traduzir, para além da língua, interesses e valores comuns que possam traduzir-se em mais-valias para os cidadãos de todos os nossos países” (Fonseca, 2008).

Por outro lado, é interessante observar a proposta de Vítor de Sousa, para quem “interpretação identitária” da lusofonia “se resume a meros fogachos, não passando de uma miragem, já que ela se apresenta pouco operacional, uma vez que as partes intervenientes no processo, na sua grande maioria, persistem em cultivar os equívocos da lusofonia, ao invés de os desmontar” (Sousa, 2017, p. 297).

Assim, uma tentativa de desconstrução, passa por observar uma parte dos movimentos que acontecem dentro desse espaço, entre Portugal e Brasil, e dar voz aos personagens que constituem a vivência desse espaço entre os lados do Atlântico.

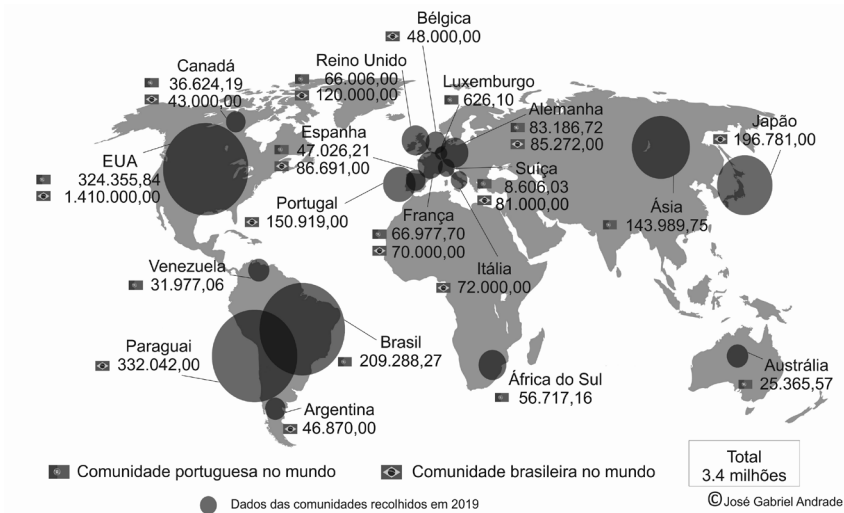


Figura 2 Distribuição da comunidade portuguesa e brasileira pelo mundo.

2.1. A comunicação na lusofonia global

A realidade dos países de língua portuguesa pode ser entendida num ambiente pós-colonial. Assim, na visão de Homi Bhabha, as divisões norte/sul, arcaico/moderno, feminino/masculino rearticulam-se simplesmente em novas formas híbridas de diálogo, mas um diálogo desigual, no qual essas dicotomias procuram manter-se como discurso legítimo ainda que às custas de perder a ligação com a realidade que pretendem expressar (Bhabha, 2008). Na obra *The Location of Culture*, Bhabha apresenta paradoxos de uma realidade humana em fluxo, no qual os aspetos políticos, económicos e culturais se sobrepõem, apontando para a formação de novas maneiras de contar a história das próprias identidades (Bhabha, 2008). Os estudos pós-coloniais no espaço lusófono (Santos, 2002; Vale de Almeida, 2004; Castelo, 2011; Feldman-Bianco, 2004; Cunha, 2013) são vistos de maneira transdisciplinar, indicando que, por “baixo” da construção de Lusofonia, existe “qualquer coisa de colónia” algo que se preocupa mais com a identidade nacional portuguesa e com a representação do estado do que propriamente com a comunidade de que supostamente falamos.

No entanto, vezes mais críticas alertam para o perigo associado ao termo lusofonia. Para Alfredo Margarido, a lusofonia não passa de um “doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se

podem medir as pulsões neocolonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à certeza de que os africanos [e brasileiros] só podem ser inferiores” (Margarido, 2000, p. 71). A lusofonia serve como ferramenta de manutenção das distâncias racistas em que se baseou o discurso colonial após o seu fim sangrento, apagando o passado e recuperando a antiga hegemonia. Neste sentido, “O discurso ‘lusófono’ atual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado”. Este autor defende ainda “o que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fração da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial” (Margarido, 2000, p. 76). Uma procura lusófona que não espelha da parte de Portugal uma preocupação em entender o Outro, o Outro assimilado, colonizado, híbrido, espelho e produto de um colonialismo semiperiférico (Santos, 1994; 2002).

Com palavras que espelham uma certa reticência, mas desta vez no que diz respeito à existência de um pós-colonialismo em Portugal, Boaventura de Sousa Santos (1994; 2002) alimenta esta visão, deixando claro que o pós-colonialismo da língua oficial portuguesa é discursiva e narrativamente aceitável pela sua singularidade histórica e colonial, “um pós-colonialismo situado” que o isola dos critérios estabelecidos pelas características da era pós-colonial, hegemonicamente definida e protagonizada pelo pós-colonialismo anglo-saxónico (Santos, 2002). A idiossincrasia pós-colonial no caso português ancora-se à invulgar natureza da história do seu colonialismo-progenitor, como um colonialismo semiperiférico, equilibrando-se num jogo malabarista de representações de centro, no caso das suas possessões africanas, e de periferia, no que respeita às percepções e imagens que outras potências europeias criavam de Portugal. Este autor argumenta que os estudos pós-coloniais, cuja raiz é inglesa, advêm da reflexão e contraposição a uma realidade do centro que não foi a mesma do colonialismo português e espanhol, o qual deve ser sujeito a uma leitura diferenciada (Santos, 2002). De acordo com Santos (2002):

“Trata-se de um colonialismo subalterno, ele próprio ‘colonizado’ em sua condição semiperiférica, que não é facilmente entendido à luz das teorias que hoje dominam o pensamento pós-colonial nos países centrais, um pensamento baseado no colonialismo hegemónico (...) A falta e a saudade de hegemonia (ou imaginação do centro) propiciou a formação de colonialismos internos que perduram até hoje (...). O pós-colonialismo no espaço-tempo de língua portuguesa, um pós-colonialismo situado, deve manifestar-se, em tempo de

globalização neoliberal, com anticolonialismo e globalização contra-hegemónica.” (p. 9).

Contrariamente ao colonialismo britânico caracterizado por uma ausência de hibridismo racial e cultural, assente na “polarização extrema entre colonizador e colonizado, entre Prospero e Caliban”, observamos uma polarização que é tanto “uma prática de representação como a representação de uma prática,” e cujo rosto se ergue como uma viva reclamação por um espaço híbrido, relacional, comunicador de identidades em criativo dinamismo (Santos, 2002, p. 17).

O caso português implica miscigenação e desenvolveu relações mais profundas entre as diferentes comunidades nas colónias. Daí que a ideia de Lusofonia remeta para o pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freyre (1900-1987), que emerge no Brasil desde os anos 30 do século passado, e em Portugal desde os anos 50, por muito que o Estado Novo, salazarista, a tenha enredado num equívoco colonialista. O lusotropicalismo, segundo Freyre, é uma ideologia especificamente portuguesa que deu origem a uma civilização profundamente multirracial (Freyre, 1940). Na opinião de Castello (2011):

“A partir de meados dos anos 50, verifica-se um esforço sistemático por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo. O objetivo é munir-los de argumentos (supostamente) científicos, capazes de legitimar a presença de Portugal em África e na Ásia. Paralelamente, assiste-se à penetração do lusotropicalismo no meio académico e científico. A adesão de vários académicos ao lusotropicalismo esconde, nalguns casos, uma consciência crítica relativamente ao que, de facto, se passava nas colónias portuguesas (...) a colonização portuguesa no século XX, como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação” (p. 272).

Com efeito, num e noutro caso, prevalece a ideia de que o progresso e a cultura resultam da miscigenação das etnias, e também da miscigenação de memórias, tradições e paisagens. As suas marcas distintivas, a tolerância e a solidariedade, favorecem a coexistência dialética e criativa entre tradição e modernidade, trabalho e ócio, aventura e rotina (Holanda, 1983).

“(...) porque a América Portuguesa é um continente – de cultura de origem portuguesa, tornada aqui plural, aberta a outras culturas, conservados os valores tradicionais portugueses como o necessário lastro comum, conservada a língua portuguesa como instrumento único de intercomunicação verbal entre os brasileiros de todas as regiões e de todas as procedências, não só por sentimento de tradição como por necessidade prática de articulação das mesmas regiões em nação.” (Freyre, 1942, p. 27).

O pensamento de um espaço lusófono político-cultural foi identificado e antecipado, desde os anos 30 do século passado por Gilberto Freyre. Este foi o primeiro pensador “a formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia” (Moreira, 2000, p. 18). Assim, o luso-tropicalismo propôs-nos um culturalismo regionalista. Não nos propôs sobretudo, nem necessariamente, o “modo português de estar no mundo”, como o Estado Novo, salazarista, o adotou nos anos 50 e 60 do século passado. Propôs-nos, sim, um multiculturalismo com o denominador comum de uma língua como pátria (Martins, 2004).

Desde *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos* que Gilberto Freyre aponta para a redescoberta e a revalorização do “Brasil básico, essencial, popular”, privilegiando memórias, paisagens e alimentos locais, estilos de vida e costumes também locais, enfim, as marcas do quotidiano no coração e na mente: o modo de nascer, comer, habitar, dormir, amar, chorar, rezar, cantar, morrer e ser sepultado. A Lusofonia toma do “Lusotropicalismo” este pendor culturalista e regionalista. Deste modo, diante do imparável processo da globalização cosmopolita, que pela economia e pela tecnologia se erguem diante de nós, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, se afirma aquilo que motiva a Lusofonia (Martins, 2004).

Nesta sequência, a dimensão teórica do “Lusotropicalismo” foi consubstanciada na “posição de relativismo cultural” defendida por Freyre, segundo o qual “não havia culturas superiores ou inferiores, mas apenas culturas diferentes”, não aceitando, por isso, “a hierarquia natural das raças como motor de evolução”, nem vendo “a cultura europeia como referencial das outras culturas” (Pinto, 2005, p. 299). Contudo, uma das limitações desta teoria, ou propensa teoria científica, prende-se com a não consideração do fator económico, não conseguindo, assim, “uma explicação completa da presença portuguesa nos trópicos” (Pinto, 2005, p. 302).

A origem brasileira atribuída ao lusotropicalismo, resultante de uma “teoria elaborada por um sociólogo que pertencia a uma antiga colónia” (Pinto, 2005, p. 305), vislumbrava “o sonho de uma comunidade lusófona como forma de afirmação de unidade” (Pinto, 2005, p. 306), em que o Brasil seria o líder em potência dessa grande comunidade, a “comunidade luso-tropical”. Segundo Freyre, a vitória dos portugueses nos trópicos foi conseguida graças à mobilidade, fundando a maior civilização moderna nos trópicos, onde a cultura europeia entrou em contacto com a cultura indígena, amaciada pela cultura africana. Este autor demonstra a formação brasileira entre equilíbrio e antagonismo (economia e cultura), europeia e indígena / indígena e africana / europeia e africana, predominando face ao antagonismo senhor-escravo. Freyre apresenta uma “verdade incompleta” na existência do Brasil com condições peculiares de mobilidade social e confraternização, diminuindo os choques culturais contundentes, contribuindo para que o Brasil fosse um país harmonioso.

Um segundo momento de aprofundamento do “lusotropicalismo” ocorreu durante as conferências proferidas por Gilberto Freyre no King’s College, em Londres e nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Essas conferências são revistas pelo autor e reeditadas sob o título *O Mundo que o Português Criou* (1940). Nesta obra, a pesquisa alarga-se a todos os campos do Brasil, em todas as áreas de colonização portuguesa. O autor justifica o alargamento dizendo que “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem uma unidade de sentimentos e de cultura” (Freyre 1940, p. 42). Já em 1942, Freyre escreve a obra *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-brasileira* onde responde às primeiras críticas à cultura luso-brasileira criada na miscigenação, defendendo:

“Se apresentaram congressos culturais e políticos direta ou indiretamente anti-luso-brasileiros em que se discutem assuntos como “as minorias fazem a história”... uma tentativa da desintegração da cultura luso-brasileira que se davam como “integrantes do Estado Brasileiro,” mas membros de outro povo ou, como julgavam, de outra raça e de outra cultura. Raça ou cultura pura e superior e à parte da mestiçagem luso-brasileira; das tradições democráticas e - no sentido lato, nunca no sectário-cristãs, franciscanamente cristãs, da cultura luso-brasileira; das tendências plurais, universalistas e ao mesmo tempo regionalistas da mesma cultura” (Freyre, 1942, p. 69).

Na obra *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, Gilberto Freyre foi fortemente contestado, na época, pelos académicos marxistas ligados à escola

sociológica da Universidade de São Paulo (entre eles Fernando Henrique Cardoso). Uma certa idealização do colonizador português ou romantização da sociedade escravocrata com a apologia da mestiçagem, com os conceitos de convívio cordial entre senhores e escravos propondo interpenetração cultural entre brancos, negros e ameríndios, e sobretudo defendendo a democracia racial são alguns dos aspetos mais contestados da obra de Freyre (Castelo, 2011). Nos últimos anos temos vindo a assistir no Brasil a novas leituras críticas da sua obra e a uma certa reabilitação do seu legado teórico. Um conjunto de pensadores, personalidades e pesquisadores tem redescoberto e reutilizado Gilberto Freyre, como é o caso do ex-ministro da cultura Gilberto Gil e o ex-ministro das relações exteriores Celso Amorim, que integrou o governo de Luíz Inácio Lula da Silva. O ex-ministro, Celso Amorim, fala de um “esforço de um progressivo convencimento interno da importância de África” (Amorim, 2011, p. 483), afirmando que “uma boa parte da elite” não via em África uma aproximação de relações diversas:

“Quando visitei, com o presidente Lula, a Ilha de Gorée, por onde passava a grande maioria dos escravos que vinham para as Américas, depois de uma série de discursos muito emotivos, e depois de Gilberto Gil ter cantado uma música, comentei: “Até os jornalistas choraram! Porque jornalista chorar no trabalho não é fácil não.” (Amorim, 2011, p. 483).

Quanto ao lusotropicalismo, os pensadores encaram-no como uma “quase teoria” ou “quase verdade”, na qual a parte “lusu” está mais exposta à crítica, como hipótese sociológica e como instrumento usado pelo regime de Salazar para legitimar o império português, do que a parte “tropicalismo”, que deverá ainda ser levada a sério, para combater a noção persistente de uma inferioridade civilizacional dos trópicos. Assim, o “Novo Mundo dos Trópicos”, o *Mundo que o Português Criou* de Freyre, não concebe mais na lusofonia novas combinações de raças e de culturas que tendem, na essência, “a conservar-se lusitanas”; como o formulou o luso-tropicalismo nos anos 50 e 60 (Castelo, 2011). O “Novo Mundo dos Trópicos” é convocado hoje a exprimir-se em multiculturalismos com o denominador comum de uma mesma língua, no território imaginário das culturas (Martins, 2004).

O historiador Stuart B. Schwartz “considerava ser o “lusu-tropicalismo” uma conceitualização equivocada e cientificamente duvidosa” (Schwartz, 2000). Tendo complementado que *Casa Grande e Senzala* se trata de um livro sobre a mentalidade brasileira que contém aspetos essenciais sobre a formação da sociedade colonial que compensa, em muito, as suas falhas (Schwartz,

2000). Este autor apresentou uma comunicação intitulada “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil” no seminário “Gilberto Freyre: Património Brasileiro” na Universidade de São Paulo, o que levou o jornal *Folha de S. Paulo* de 17 de agosto de 2000 a noticiar o seminário como “Universidade recebe evento em homenagem ao sociólogo pernambucano reavaliando críticas à sua obra” (Machado, 2000). No mesmo texto, Fernando Henrique Cardoso refere que “um grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo”, entre os quais ele mesmo, havia “contribuído para ofuscar” algumas inovações propostas por Gilberto Freyre (Machado, 2000). Nas palavras de Freyre, “temos sobretudo, a sempre tão dos portugueses e hoje tão dos brasileiros língua portuguesa, o instrumento da intercomunicação entre os elementos de procedências diversas de raça e cultura que constituem o Brasil” (Freyre, 1942, p. 72). Tal afirmação é apresentada por diversos investigadores como Faraco que apresenta a análise de Freyre sobre o carácter pluricêntrico da língua portuguesa, “a mesma língua, embora com linguagens as mais diversas, nacionais, subnacionais, regionais, populares, a enriquecerem, avivarem e movimentarem essa língua comum e essa cultura ao mesmo tempo una e plural” (Faraco, 2016, p. 265).

Poderá a formação brasileira pensada por Freyre, e mais tarde a noção de “Lusotropicalismo”, definir a atual emergência do Brasil e as relações com os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? O embaixador José Fernandes Fafe no livro *A Colonização Portuguesa e a emergência do Brasil*, de 2010, sugere que a resposta a esta questão é sim.

“A história do Brasil. A colonização portuguesa fez a sociedade brasileira. E, com a sociedade, o Estado (colonial). E com o Estado a língua em que todos os brasileiros acabaram por entenderem-se uma contribuição decisiva para a formação da nação brasileira.” (Fafe, 2010, pp. 169-170).

O embaixador Fafe dá-nos conta da formação cultural e sociológica das últimas lideranças no Brasil desde Fernando Henrique Cardoso (como Ministro da Fazenda, 1993) e faz a analogia com a colonização portuguesa. E cita Fernando Henrique Cardoso: “Não tenho dúvida quanto ao facto de que as matrizes culturais, bem como a própria estrutura básica da sociedade, são portuguesas. Por exemplo, o sistema judiciário. Todas as estruturas fundamentais das instituições brasileiras são portuguesas” (Cardoso como citado em Fafe, 2010, p. 56).

“Deixamos no Brasil uma língua que é hoje global (...) Uma das línguas mais faladas no mundo, graças aos mais de cento e noventa e dois milhões de habitantes atuais do Brasil. À frente do português, aparecem o mandarim, o inglês, o espanhol (...) o Brasil tem uma geoestratégia linguística. O desenvolvimento do ensino do espanhol nas suas escolas e, reciprocamente, o do Português nas escolas dos países hispano-americanos, correspondeu ao Mercosul (...) E o Brasil está obrigado a ser uma potência no Atlântico Sul. Onde, na outra margem, se situam Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e, ainda mais a norte, Portugal (...)” (Fafe, 2010, p. 57).

Na globalização, intercultural e multicultural, o espaço da Lusofonia não pode deixar de ser hoje senão um espaço plural e fragmentado, conectado em rede, com uma memória igualmente plural e fragmentada. O sociólogo Moisés Martins não acredita na redução do luso-tropicalismo:

“(...) se reduza a estereótipos, com a voz de quem manda a reinar sozinha por cima da cabeça dos países de expressão portuguesa. Aquilo que me parece sobremaneira importante sublinhar nesta teoria social é a valorização dos diferentes contributos, africanos, ameríndios, orientais, europeus – para a civilização comum luso-tropical” (...) e também a noção de que a “unidade de sentimento e de cultura” deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados” (Martins, 2004, p. 15).

Para facilitar a compreensão deste espaço na rápida e veloz atual sociedade da língua portuguesa, interrogamos os conceitos de Luso-tropicalismo, Lusofonia, entre as Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a própria língua portuguesa. A concretização académica dá-se pelo contexto social e histórico e pela evolução dos paradigmas que norteiam a sociedade onde vivemos.

3. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Um projeto político dos Estados

A língua portuguesa foi determinante na formação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), criada oficialmente a 17 de julho de 1996, congregando sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, com a independência Timor-Leste passou a integrar a Comunidade. Posteriormente, na X Cimeira da CPLP, a 23 de julho de 2014, em Díli, Timor-Leste, foi aprovada a entrada da Guiné Equatorial na CPLP.

Assim, os nove estados criaram uma comunidade partindo da identidade linguística. Falado por cerca de 300 milhões de pessoas, o Português é a terceira língua do Ocidente, atrás apenas do Inglês e do Espanhol, e a quinta do mundo. Deste modo, as áreas básicas de atuação da CPLP são a concertação político-diplomática, a cooperação económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica e a promoção da língua portuguesa. Os falantes da língua portuguesa situam-se num espaço global, localizado em identidades falantes do Português. Nem todos os países que compõem a CPLP estão no mesmo estágio de desenvolvimento (tecnológico, em rede, de comunicação) e até ao nível da democracia. Logo, parte das informações (de massa, em rede) são também estereotipadas, distanciando as relações das pessoas, países e comunidades (Cunha, 2009, abril).

As intenções por trás da criação de uma comunidade luso-brasileira-africana eram um sonho acalentado por Portugal desde a independência do Brasil (Sousa, 2004). O objetivo do império português era estreitar os laços de comércio com o Brasil, já que o mesmo tinha uma grande importância para a balança comercial portuguesa. Para não perder os laços com a sua antiga colónia (o Brasil), Portugal passou a defender a ideia da criação de uma comunidade luso-brasileira que englobava as suas colónias em África (Sousa, 2004). Entretanto, após a independência do Brasil e o período balizado entre 1825 a 1909 não foram assinados tratados comerciais entre os dois países (Sousa, 2004).

A “triangulação” que foi sendo institucionalizada pela CPLP possui raízes históricas, dado o passado colonial de intensas trocas entre Portugal, Brasil e África (Santos, 2001). Na década de 1950, a partir de reflexões intelectuais sobre o papel dos africanos nas sociedades locais e nas relações políticas e económicas entre os três continentes com destaque para a sociologia de Gilberto Freyre (1930-1940), surgem os primeiros pensamentos para a

criação de uma comunidade que integrasse os países de língua portuguesa. No início de 1960, essa ideia começou a ganhar forma. Assiste-se a um desenvolvimento da política africana brasileira, começando a evidenciar-se na presidência de Jânio Quadros, na linha da chamada política externa independente (Santos, 2001). O Brasil efetivou a sua presença em África com a realização de uma “política africana” que esbarrou, inicialmente, nas relações especiais entre o Brasil e Portugal (nos termos do Tratado de Amizade e Consulta de 1953) (Santos, 2001).

A independência das colónias portuguesas somente ocorreria em 1974 e, embora as relações entre o Brasil e África evoluíssem muito bem até à década seguinte, foi necessário um tempo considerável para que a autonomia dos novos Estados se consolidasse, para que fossem possíveis relações amistosas destes com Lisboa. Um fator determinante para a constituição da CPLP foi a manutenção da língua portuguesa pelas ex-colónias portuguesas. Deste modo, a língua portuguesa foi, e é, instrumental na construção dos novos Estados. Para Fernando Mourão (1995), o Português aparece como língua de resistência em relação a terceiros, possibilitando a diferenciação das novas identidades nacionais durante o processo de descolonização.

No entanto, houve um importante acontecimento que marcou a criação da comunidade. Em novembro de 1989, na cidade de São Luís do Maranhão, ocorreu a primeira reunião de chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, onde o presidente José Sarney (1985-1989), influenciado pelo embaixador José Aparecido de Oliveira (então ministro da Cultura que realizou uma viagem pelos países conclamando-os à institucionalização), anunciou a Comunidade. Na ocasião foi estabelecido o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), selando o compromisso dos sete para a formação da CPLP, que seria constituída somente em 1996.

O grande salto para a criação da CPLP inicia-se a partir de 1993, quando o presidente Itamar Franco (1992-1994) transformou a criação da Comunidade numa prioridade. Assim, José Aparecido de Oliveira é nomeado Embaixador do Brasil em Portugal, onde se dedica à missão de concretizar a Comunidade. O tema tornar-se-á recorrente no discurso da diplomacia brasileira, e em seguida, dos portugueses. O chanceler brasileiro, o embaixador Celso Amorim (Ministro dos Relações Exteriores durante o governo de Luíz Inácio Lula da Silva, entre 2003-2011) fala dos propósitos da Comunidade na Sessão de Abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, apresentando especificamente a cooperação e solidariedade internacionais como características fundamentais para a CPLP (Corrêa, 2007). A proposta

foi apoiada com entusiasmo pelo presidente Mário Soares, que a partir de 1994 passa a referir-se à CPLP (Santos, 2001).

De 1993 a 1995 ocorreram três Mesas Redondas Afro-Luso-Brasileiras (Rio de Janeiro, Lisboa e Luanda) com o intuito de produzir massa crítica para impulsionar a CPLP. Em 1994, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Sete, reunidos em Brasília, decidiram recomendar aos seus governos a realização de uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo para fundar a CPLP. Nesse encontro seria constituído o Grupo de Concentração Permanente, sediado em Lisboa e composto pelos embaixadores dos Seis em Portugal, mais um representante português, para proceder à elaboração dos documentos constitutivos da futura Comunidade, bem como à organização da Conferência. Depois foram agendadas duas Conferências de Chefes de Estado e de Governo para fundar a CPLP, mas sem sucesso. Após a presidência de Itamar Franco, seu sucessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2000), incorporou a proposta de criação da CPLP, através da reunião de Chefes de Estado e de Governo que teve lugar a 17 de julho de 1996.

Fernando Henrique Cardoso justifica a continuação do projeto do seu antecessor, sublinhando a legitimidade inequívoca da CPLP, assente em “alicerces históricos, culturais étnicos e linguísticos”, destacando a necessidade “de procurar fórmulas que permitam traduzir, de maneira palpável e material, as afinidades já existentes”, e referindo-se a possibilidades como a transferência de tecnologia, cooperação trilateral e parcerias com países desenvolvidos e agências multilaterais (Cardoso como citado em Santos, 2001, p. 31). Nas vésperas da formalização institucional da CPLP, Henrique Cardoso reconhecia na futura organização, “a primeira comunidade onde a produção cultural vai puxar o resto” induzindo toda a dinâmica do desenvolvimento económico e político (Cardoso & Freaza, 1996).

O chanceler Luiz Felipe Lampreia (embaixador do Brasil em Portugal na época) distingue também o compromisso do governo de Fernando Henrique Cardoso para com a CPLP, comunicando, todavia, a existência de limitações materiais para o financiamento dos projetos da organização (Lampreia, 1999, p. 158).

De salientar, a relevância de uma CPLP perante uma União Europeia (para Portugal), um Mercosul (para o Brasil) e uma SADC-*Southern Africa Development Community* (para Angola e Moçambique). A CPLP tem o potencial de articular diversos espaços regionais, não excludentes, nos quais um ou mais

dos nove participam. Além de facilitar o diálogo inter-regional, a CPLP pode favorecer a atuação coordenada dos membros em vários outros palcos internacionais, em especial em órgãos multilaterais, ao lado de organizações de abrangência global como a Commonwealth, à qual Moçambique pertence, e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Santos, 2001). Assim, “a base linguístico-cultural da CPLP faz dela, por excelência, um meio de sobrevivência e promoção da língua portuguesa e das culturas dos sócios, contribuindo para que a amálgama da globalização não seja empobrecedora, mas que, pelo contrário, estimule as potencialidades culturais da humanidade como um todo” (Santos, 2011, p. 34).

Logo, era natural que os propósitos e as linhas gerais da CPLP remetessem para as experiências tradicionais de agrupamentos entre países a partir da unidade linguística, em especial a Francophonie (Organisation Internationale de la Francophonie)⁵ e a Commonwealth (Commonwealth of Nations)⁶. O ponto em comum entre a Francophonie e a Commonwealth é que ambas foram concebidas em molduras coloniais, como forma de perpetuar traços da relação metrópole-colônia que preservassem as zonas de influência francesa e inglesa, juntamente com o peso na concertação internacional que isso pudesse acarretar. O movimento da CPLP foi em sentido contrário, ou seja, o entrelaçamento das várias ex-colônias umas com as outras e com a ex-metrópole só foi possível quando a independência estava consolidada e com um discurso que sublinhava a igualdade e a soberania dos parceiros.

“A participação do Brasil, independente de Portugal cerca de 150 anos antes dos países africanos e com uma presença política e econômica no mundo de peso considerável e dissociada de Portugal, também contribuiu decisivamente para que a CPLP não seguisse o padrão do que seriam as suas congêneres” (Santos, 2001, p. 36).

5 Organização constituída por 56 estados, 3 membros associados e 16 observadores, tendo como missão a promoção da língua francesa como uma língua internacional, da paz, da democracia e dos Direitos do Homem. Cobre uma área total de 28 223 184 km² e uma população de 970 000 000 (estimativa de 2005).

6 Organização composta por 54 estados independentes que, com exceção dos membros, Moçambique (aderiu em 1995, graças ao apoio dos seus vizinhos que foram colônias britânicas) e Ruanda (antiga colônia belga que aderiu em 2009), compartilham laços históricos com o Reino Unido (a maioria são antigas colônias britânicas) e cujo objetivo prioritário é a cooperação internacional nos planos políticos e econômico. Abrange uma área total de 31 462 574 km² e uma população na ordem dos 1 921 974 000 (estimativa de 2005).

Embora não sendo uma reedição da relação colonial, ainda transparecia na CPLP uma tendência do que se chama “2+5”, ou seja, Brasil e Portugal de um lado, e os países africanos de outro.

“O fato de existir uma tradição diplomática secular que favorece o surgimento de iniciativas e reações mais consistentes, além do inegável peso económico de ambos, tudo confluindo, ainda, para que os dois países possuam interesses externos mais ambiciosos e abrangentes que os países africanos na CPLP, contribui para que a participação do Brasil e de Portugal fosse efetivamente diferenciada, tornando os demais parceiros quase tributários nessa empreitada. Acresce ao diferencial dados que há vozes no Brasil que defendem um papel de liderança mais agressiva para o país em relação aos países em desenvolvimento, bem como há vozes em Portugal que gostariam de reviver a grandeza lusa sobre as ex-colônias, além de rescaldos de um discurso que idêntica uma disputa entre ambos pela influencia na África Lusófona” (Santos, 2001, p. 37).

Assim, os órgãos da CPLP, por ordem de importância hierárquica, são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (também chamada de Cimeira), o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo.

A I Cimeira aconteceu, em 1996, no momento da criação da CPLP em Lisboa. A II e a III Cimeiras ocorreram, respetivamente, na Cidade da Praia (1998) e em Maputo (2000). A IV e V ocorreram em Brasília (2002) e São Tomé (2004). A VI e VII em Bissau (2006) e Lisboa (2008). A VIII e IX Cimeira realizadas em Luanda (2010) e Maputo (2012). A X e XI Cimeiras foram realizadas em Díli (2014) e Brasília (2016). Mais recentemente decorreu a XII Cimeira na cidade do Sal (2018) e a XIII Cimeira em Luanda (2021).

O Conselho de Ministros é responsável pela coordenação geral das atividades da CPLP, incluindo a definição e adoção de políticas e programas. Este órgão congrega os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos nove países e mantém reuniões ordinárias anuais.

O Comité de Concertação Permanente é o órgão de supervisão contínua das atividades da CPLP. Acompanha o cumprimento, pelo Secretariado Executivo, das decisões e recomendações da Conferência e do Conselho. Possui um representante de cada país, residente em Lisboa, e reúne-se mensalmente.

O Secretariado Executivo que é o órgão que conduz, realmente, as atividades da CPLP. Implementa as decisões e resoluções da Conferência, do Conselho, e do Comité, além de gerir a Comunidade e as suas finanças. Possui um mandato de dois anos, renovável por uma vez. Tem que determinar por ordem alfabética o país que indicará o secretário executivo.

A indicação pelo Brasil de Dulce Maria Pereira para Secretária-geral da CPLP (2000-2002) foi um importante passo para revisão do enfoque culturalista. A sua vasta experiência de análise das relações raciais e de combate ao racismo no Brasil, como antropóloga e especialista em Comunicação Social e presidente da Fundação Palmares, revelou a compreensão afinada da complexa realidade brasileira no que concerne às relações luso-afro-brasileiras com uma tentativa da superação da visão “2+5” que infelizmente pairava na Comunidade.

“O lastro da língua comum e da sua valorização não bastam em si mesmos. É preciso que se encaminhem propostas concretas nos campos da educação social e do treinamento para o trabalho. Tais iniciativas mudam o rumo das percepções acerca do que fazer com populações marcadas pelos conflitos e agruras impostas pela “periferização” dos Palop. A tragédia da guerra pode ser amenizada com esforços de povos amigos como brasileiros e portugueses, que, dispostos a valorizar a língua que falam e escrevem, também cooperam para o bem-estar daqueles que estão mais à margem do processo de internacionalização dos ganhos da globalização económica e da mundialização da cultura. Ela, a língua, deve-se traduzir em elevação da qualidade de vida e afirmação da dignidade humana. Se isso não for feito, a CPLP fenecerá” (Saraiva, 2001, p. 71).

Para os otimistas, a CPLP foi ganhando forma, sem precipitações prossegue um caminho seguro e cauteloso, sem pressões e precipitações. Segundo o embaixador José Pimentel:

“A CPLP não é o remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre os seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral. Seus objetivos são de longo prazo, suas regras democráticas, seu espaço aberto à colaboração de outros parceiros, públicos ou privados, intra e extrazona. Está dando certo na medida em que vem se firmando sem precipitações, não se transformou em “chasse gardée” de nenhum país, nem em

caixa-de-ressonância para reivindicações dos mais carentes, nem em mais uma burocracia amarrada a projetos paroquiais. Para prosseguir no caminho correto, deverá ater-se a metas exequíveis, maximizar a equação custo/benefício e, sobretudo, consolidar consensos.” (Pimentel, 2000, p. 19).

Para os pessimistas, a CPLP cria-se por engano, de forma dissimulada e esquiva na sua missão de concertação política no espaço dos países de língua oficial portuguesa. No início do século XXI, a CPLP enfrentou uma fase crítica, classificada por um dos seus fundadores, o ex-presidente Mário Soares, como uma experiência “desastrosa”, plasmada pela falta de meios e de vontade política dos governos. Este governante defendeu que a culpa era “antes de mais o Governo português pela situação, mas o brasileiro também não está isento de culpas, até porque não lhe dá atenção necessária” (Soares, 2000, p. 19).

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi dada grande importância pelo governo brasileiro, pelo menos retoricamente, ao relacionamento com os Estados do Hemisfério Sul, e, dentro deste, aos membros que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Miyamoto, 2009). Ainda assim, a atenção dada aos países africanos e da CPLP por parte do Brasil é bem visível em alguns episódios registados nos últimos anos. Por ocasião do V Encontro da CPLP, em São Tomé e Príncipe (2004), quando se reuniram os representantes de cada país, o governo brasileiro chegou a financiar o evento doando 500 mil dólares, além de infraestrutura de comunicação e material de informática, que depois ficariam no local (Miyamoto, 2009). Na VII Cimeira em julho de 2008, em Lisboa, com o objetivo de divulgar a língua portuguesa, deu-se ênfase na dinamização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, tendo o governo brasileiro prometido empenho e realçando a importância desse fato. A I Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial ocorreu em março de 2010 em Brasília dando origem ao Plano de Ação de Brasília. Outros elementos podem ainda ser arrolados, como a iniciativa brasileira de propor acordos do Mercosul, tendo já obtido aval dos seus parceiros, com a CPLP, excluindo Portugal, para favorecer intercâmbios económicos e facilitar a importação de produtos dos membros desta entidade (Miyamoto, 2009).

Por outro lado, com o governo de Dilma Rousseff verificou-se um enfraquecimento nas relações entre Brasil e CPLP. A presidente do Brasil faltou à cimeira de Maputo em 2012 e de Díli em 2014, sendo representada pelo vice-presidente, Michel Temer. Em 2018, Michel Temer fez um balanço dos

dois anos de presidência brasileira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e considerou que a organização tem “progredido a passos firmíssimos” sobretudo nas matérias de segurança alimentar e nutricional, na cooperação jurídica e de defesa e na valorização da língua portuguesa (Temer, 2018)⁷.

Na entrevista que realizámos ao sociólogo Álvaro Comin, este comentou-nos que “o investimento do Brasil em África é diferente dos investimentos chineses. Com a EMBRAPA⁸ e as relações do Biodiesel faz-se um investimento honesto”, explica Comin, afirmando que o Brasil leva para África escolas técnicas como o SENAI⁹ para dar formação aos locais. Este sociólogo considera que “existe cada vez mais uma colaboração entre os países do Sul que acaba sendo mediática e diplomática ao mesmo tempo. O Brasil ainda vai ampliar em muito as relações com a África” (A. Comin, comunicação pessoal, novembro 20, 2012).

Para além de manter relações muito estreitas com Portugal, o Brasil tem projetos de cooperação técnica com a África portuguesa. As relações são confirmadas pelo ministro das relações exteriores do governo Lula da Silva (2003-2011), Celso Amorim, afirmou que “o comércio com a África quintuplicou em relação ao início do governo (Lula da Silva). A tal ponto que se a África fosse considerada um país, seria o nosso quarto maior parceiro comercial. Só viria atrás da China, dos Estados Unidos e da Argentina” (Amorim, 2011, p. 481).

As relações multilaterais envolvem, em regra geral, processos mais complexos do que as relações bilaterais. Em entrevista, o ministro conselheiro do Brasil junto à CPLP, Leonardo Lott comentou-nos que “prevalece no cenário internacional o *hard power*, questões económicas. Havendo relações bilaterais por exemplo entre Angola e Guiné ou entre Portugal e Brasil. Assim, fazer o trabalho multilateral, não só a favor da língua, é difícil”.

7 <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-oficial-da-conferencia-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-cplp-ilha-do-sal-cabo-verde>

8 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Criada em 26 de abril de 1973, tem como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira.

9 O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, está fora da Administração Pública. Compõe o chamado Terceiro Setor. É denominado ente paraestatal e é conceituado na categoria de Serviços Sociais Autônomos – SSA.

Por outro lado, Leonardo Lott afirma que “as relações bilaterais entre os países estão muito bem, porém na CPLP, no que toca às relações multilaterais as coisas ainda estão atrasadas. Por exemplo, a comunicação oficial no âmbito das relações bilaterais entre o Brasil e Angola é sempre recebida aqui na representação da CPLP em “telegramas” diários”. E complementa que “as relações de Brasil e Angola são muito boas. Porém foi pressentida uma desconfiança por Angola face a um eventual plano de hegemonia brasileira através da língua, o que não é verdade” (L. Lott, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012). Assiste-se a um novo ambiente nas relações luso-brasileira, o que fornece peso à CPLP. A partir de 1996, existe uma superação relativa, herdeira dos tempos em que as relações entre o Brasil e Portugal não ultrapassam senão os limites do formalismo improdutivo (Saraiva, 2001). Ainda, assim, nos finais da década de 1990, houve disputas entre lideranças portuguesas e luso-brasileiras de São Paulo no contexto do chamado “Regresso das Caravelas¹⁰”, pela chegada das grandes empresas portuguesas ao Brasil como a Portugal Telecom (que comprou a Telesp Celular), EDP (que comprou a Empresa Bandeirantes de Energia), assim como o Grupo Sonae, Cimentos de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos (Feldman-Bianco, 2004). Importa, ainda, registar os constrangimentos nos processos aparentemente contraditórios como os conflitos diplomáticos de 1993, quando brasileiros de baixos rendimentos económicos, juntamente com cidadãos dos PALOP, começaram a ser barrados nos aeroportos portugueses pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Feldman-Bianco, 2004).

Entretanto, as relações entre o Brasil e Portugal podem apresentar impactos no espaço comunitário da CPLP. Os investimentos portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal, e o turismo crescente de lado a lado remetem para significativas alterações nessas relações. Em 2001, José Saraiva apresenta quatro eixos que alimentam a aproximação entre Portugal e Brasil (Saraiva, 2001, pp. 72-74):

- a. a estratégia internacional da economia portuguesa, que aposta crescentemente no mercado brasileiro como um dos seus mais importantes componentes;

¹⁰ Após 1997, com a implementação da política brasileira de privatizações, num período que coincide com o planeamento e o início das comemorações dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”, começou à procura de novos e maiores mercados transnacionais, empresas e investimentos portugueses progressivamente voltaram-se para o Brasil, num movimento sugestivamente alcunhado de “Regresso das Caravelas” (Feldman-Bianco, 2004).

- b. a tendência, a médio prazo, de reforço crescente das interligações entre a União Europeia e o Mercosul;
- c. a revalorização, de forma menos eufórica e mais pragmática, do capital político alicerçado pela presença importante da comunidade portuguesa no Brasil e de uma crescente comunidade brasileira em Portugal, bastante bem integrada nos respetivos países de acolhimento¹¹;
- d. a utilização da plataforma atlântica portuguesa para estabelecer uma ponte utilitária entre o Brasil e a África, intermediando negócios e valorizando a própria política africana de Portugal e do Brasil.

Para o ministro conselheiro da CPLP, Leonardo Lott, os resultados dos últimos 20 anos de trabalho da instituição podem ser apresentados de diversas formas e entre elas destaca “os resultados de ações de Saúde e Educação e concentração política, por exemplo, os atuais desafios da crise na Guiné-Bissau”. Sobre as relações empresariais e a circulação de pessoas, diz-nos que “agora começa a integração económica entre os países da CPLP, as relações económicas e empresariais acontecem. O Brasil olha para a internacionalização desde os anos 90. Existem encontros empresariais da CPLP, porém os grandes grupos de capital não precisam de apoio”. E, afirma que “a CPLP deve observar a circulação de bens e pessoas, mas estamos em posições geográficas com sistemas muito dispares como a União Europeia, o Mercosul, a União Africana (...)” A importância da língua comum, objetivo da cooperação que orienta a ação política dos países membros, deve então ser a tônica da Comunidade, para Lott “a CPLP tem realizado importantes trabalhos como o encontro realizado em 2010 sobre o Futuro da Língua Portuguesa, e até mesmo a eleição do Brasil para a presidência da FAO”. (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Outro dado importante foi a eleição do Brasil, em 2013, para a presidência da OMC (Organização Mundial do Comércio) com apoio determinante da CPLP, tendo a União Europeia dado o seu apoio a outro candidato (Costa, 2013). Entre as maiores dificuldades, o Ministro conselheiro Leonardo Lott destaca o facto de “na CPLP ainda existirem posições pessoais. Uma das dificuldades

¹¹ Apesar das dificuldades dos que trabalham de forma clandestina em solo português e brasileiro. Tendo o ano de 2003 “como o ano chave para os imigrantes brasileiros indocumentados em Portugal”. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um acordo bilateral para facilitar a contratação de brasileiros e a legalização de todos que tinham chegado a Portugal até 2003. 30.000 Brasileiros inscreveram-se para esse processo. (Vitorio, 2007, p. 47).

da internacionalização da língua portuguesa é a concentração diplomática noutros sectores” (L. Lott, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012). Uma vez mais, quando questionado sobre as propostas de internacionalização da língua portuguesa por parte da CPLP, responde-nos que “sobre a problemática da língua o cenário ainda é menos positivo. O IILP foi criado em 1989 e instituído em 2002, mas ainda não se conseguiu consolidar”. Avança que “somente depois do Plano de Ação de Brasília, resultado do encontro sobre o Futuro da Língua Portuguesa de 2010 é que o IILP tem apresentado projetos sobre a internacionalização da Língua”. O ministro Leonardo Lott tem uma visão determinante para a língua portuguesa. Defende que “internacionalizar a língua portuguesa é acrescentar o Português como língua de trabalho na ONU. Acredita-se que, com o assento do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, o Português irá torna-se, automaticamente, uma língua de trabalho. Porém o processo não é assim tão uniforme”. Leonardo Lott fala dos custos e de “quem poderá arcar com esse orçamento? A CPLP? Foi assim com a língua árabe nos primeiros 15 anos na ONU”. Na internacionalização da língua portuguesa devem ser tidos em consideração os trabalhos do Instituto Camões e dos Centros Culturais Brasileiros¹². Segundo Leonardo Lott, “esses centros existem há quase 50 anos, e é um trabalho do Itamaraty que consiste na promoção e difusão da língua portuguesa. Foi o Itamaraty que apresentou ao mundo o maestro Vila Lobos, assim como exportou a Bossa Nova”. E fala, uma vez mais, da relação bilateral: “existe um convénio com os países africanos onde o Brasil recebe seis mil alunos por ano para estudarem em universidades brasileiras, 70% desses alunos são dos PALOP”. E conclui, apresentando a cultura brasileira como um todo: “a intenção do Itamaraty é apresentar a política multicultural do Brasil. Porém, a língua não é estratégica para o Governo Brasileiro. Estratégica é a cultura”. Nas Relações Internacionais do Brasil, a cultura brasileira como um todo é mais estratégica do que a língua portuguesa separadamente. É de entender assim a posição brasileira na CPLP. A este propósito, comentou-nos o Ministro Conselheiro que “é de notar que para os PALOP a capital cultural é Lisboa e não Brasília ou o Rio de Janeiro. Os fluxos movem-se dessa forma”. E apresenta uma nova forma de mobilidade, “ainda que hoje seja comum a ida de angolanos para o Rio de Janeiro para compras e cirurgias plásticas ou de turismo dos cabo-verdianos para o nordeste do Brasil”. E volta a referir a capital portuguesa como modelo: “grande parte do capital angolano está em

12 Os Centros Culturais Brasileiros são ao todo 24 instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da política cultural do Brasil no exterior.

Portugal e existe muito investimento do Brasil em Angola, claro que é uma influência da língua” (L. Lott, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

A sede da CPLP está localizada em Lisboa, no Palácio Conde de Penafiel, sendo responsável pela Biblioteca e Centro de Documentação da CPLP¹³ Isabel Pereira Júlio que em entrevista, referiu:

“Ainda há um certo desconhecimento da CPLP em Lisboa, onde está a sede da CPLP, sendo esse desconhecimento ainda maior no interior do país. Mas existe uma evolução. No início, a CPLP era somente política, muito fechada. Os trabalhos têm avançado, mas os resultados ainda não são conhecidos” (...) “mas agora é o momento de aproveitar o presente e o futuro da língua portuguesa e tirar proveito disso. Existe uma força pública da criatividade em Português, existem resultados económicos que agora é necessário trazer para a prática” (I. Júlio, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

À semelhança do comércio internacional, também a partilha de uma língua comum funciona como facilitador e redutor dos custos de transação, quer da população migrante quer dos anfitriões que a acolhem, empregam e integram (Reto, 2012).

Existe também uma certa desconfiança pelos investigadores linguistas, como Faraco que expressou um sentimento de desconfiança e desalento relativo à eficácia da CPLP, por considerar que ainda existem poucas “possibilidades de a CPLP se afirmar como um organismo internacional para além da retórica sentimental, mesmo considerando que há um potencial inexplorado de cooperação entre os países de língua portuguesa” (Faraco, 2016, p. 308).

A cooperação também se verifica nas relações da língua com os seus falantes em movimento nos múltiplos espaços geográficos em que está presente e fora dele. Também acontece com o interesse de participação na Comunidade de outros países que não têm a língua portuguesa como oficial. É o caso do Uruguai, onde o ensino do Português se tornou obriga-

13 O Centro de Documentação foi criado em maio de 2012 e recebe investigadores dos países membros e dos PALOP maioritariamente. Tem como objetivos a disponibilização de um banco de dados sobre todos os documentos e publicações referentes a CPLP e aos países membros, assim como investigações académicas. Apoiará eventos públicos. Tem um trabalho de digitalização dos documentos para envio *online* e envia uma *newsletter* para a *mailing-list* do Centro de Documentação e da CPLP.

tório no sistema educacional em 2007, que foi eleito país observador da CPLP em 2016 e pretende apresentar uma candidatura a membro pleno da CPLP.

Atualmente, existem 19 países com assento de observadores associados da CPLP, são eles: o Principado de Andorra, a República Argentina, a República do Chile, a República Eslovaca, a República Francesa, a Geórgia, a Hungria, o Japão, a República Italiana, o Grão-Ducado de Luxemburgo, a República de Maurício, a República da Namíbia, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a República do Senegal, a República da Sérvia, a República Checa, a República da Turquia e a República Oriental do Uruguai.

Em 2006, no décimo aniversário de fundação da CPLP, Adriano de Freixo afirmava não ter sido consolidado, por intermédio das bases económicas, o alicerce da CPLP. Neste aspeto, Adriano de Freixo perguntava até que ponto a língua portuguesa pode funcionar como um elemento de unidade cultural entre os seus oito (nove) Estados-membros, acrescentando, que para além da cooperação cultural e económica, o papel mais bem-sucedido da Comunidade tinha sido o de funcionar como espaço de concentração política e diplomática entre os seus membros, ajudando a mediar crises políticas e colaborando com as negociações de paz. Dizia Adriano Freixo que esse papel estava muito aquém das expectativas dos seus idealizadores (Freixo, 2006).

Volvidos 20 anos depois da fundação da CPLP, tentamos apresentar algumas pistas que apontam para a existência de uma língua global em ação dentro e fora da CPLP. No capítulo seguinte iremos abordar os negócios e o imaginário em língua portuguesa, bem como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (proposta sugerida na CPLP), as relações bilaterais entre Portugal e Brasil, rematando com as indústrias criativas desse espaço.

4. Negócios e imaginário em língua portuguesa

Na revista EXAME Angola, de abril de 2010, era colocada a questão: “Afinal quanto é que vale a CPLP?”. A mesma revista apontava os seguintes resultados: se a CPLP fosse um bloco económico seria a sexta potência logo depois da UE, NAFTA (North America Free Trade Association - Associação de Comércio Livre da América do Norte), Commonwealth, Organisation Internationale de la Francophonie (OIF) e MERCOSUL. Se fosse um país seria também o sexto, depois dos EUA, seguido da China, Japão, Índia e Alemanha. Só o Brasil representa 85% da economia da CPLP e 78% da população, liderando Portugal no indicador PIB *per capita*.

Países	Países por PIB 2018 (PPC) \$Bilhões
Angola	\$198,821
Brasil	\$3.388,962
Cabo Verde	\$3,983
Guiné Bissau	\$3,385
Guiné Equatorial	\$28,410
Moçambique	\$38,679
Portugal	\$328,252
São Tomé e Príncipe	\$726
Timor-Leste	\$6,470

Figura 3 Produto interno bruto dos países de língua portuguesa (2018)¹⁴.

Partindo do valor total do PIB nominal indicado para o conjunto dos nove países da CPLP, procura-se verificar se o seu significado é relevante ou se representa um potencial por concretizar (Pereira, 2012).

O imaginário de uma sociedade encontra-se sempre atrelado ao domínio particular das produções e práticas culturais, supostamente distintas de outros níveis, como o económico ou o social, e patente “nas palavras, nos gestos e nos ritos” (Carvalho, 1990).

¹⁴ «World Economic Outlook Database, October 2020». IMF.org. Fundo Monetário Internacional. Consultado em 14 de novembro de 2020

Assim, o espaço da CPLP é um espaço necessariamente fragmentado, e a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela relevância dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros (Martins, 2004).

Numa condição de ex-colónias de Portugal, os países de língua portuguesa oficial pouco se conhecem, a não ser a língua em comum, bem como os mitos e estereótipos difundidos nos meios de comunicação assim como no estilo propagado na escola, onde se confundem os relatos dos factos que fizeram a história dos povos com os interesses daqueles que conduzem os destinos das nações. Importa referir que, “se, nas nossas escolas, a referência ao Outro enfatiza o período colonial, nos outros membros da comunidade, CPLP, a tónica sobre o Brasil não passa dos limites das grandes navegações” (Vitorio, 2003, p. 14).

O escritor e africanista Ondjaki questionou-se em relação à fertilidade humana e cultural que o termo lusofonia e a CPLP proporcionam aos interlocutores de língua oficial portuguesa. Segundo este autor, “há um aproveitamento político da Lusofonia, como associações que não têm eco nem expressão. É o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outras associações que apenas servem de pretexto a atos que são meramente políticos ou diplomáticos”. O autor destaca que “não se faz qualquer esforço no sentido de fomentar grandes trocas ao nível do livro, da pintura e da educação. Não sou gestor ou economista, mas penso que se podia trabalhar no sentido de um mercado comum cultural” (Ondjaki & Martins, 2004, p. 17).

No entanto, a emergente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem características singulares. Os membros que a integram não gozam de contiguidade territorial, como ocorre nas tentativas contemporâneas de nucleação económica. Trata-se de um agrupamento cimentado por motivações nitidamente comunicacionais, sem dúvida alentadas pela pujança da indústria cultural lusófona, cujos produtos estão circulando no triângulo Brasil-Portugal-PALOP (Melo, 1997).

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos entende que, no futuro, a sobrevivência do espaço dos países de língua portuguesa dependerá da posição face à globalização que prevalecer. Este autor considera que “de facto, o espaço da lusofonia não tem qualquer viabilidade no âmbito e nos termos da globalização neoliberal” (Santos, 2005). Neste sentido, este autor

enumera as oportunidades que estes países têm na articulação geográfica (Santos, 2005):

- a. é o espaço com mais longa duração histórica de contactos entre culturas europeias e não europeias. Esta longa duração permitiu que os contactos abrangessem todos os sectores da vida social e configurassem de modo substancial as subjetividades individuais e coletivas. Falamos tanto de saberes como sabores, tanto de funcionalismo público como de música e dança;
- b. este espaço não foi gerido por um poder colonial forte. Foi o único espaço colonial de origem europeia em que a sede do império foi por algum tempo transferida para uma das colónias. Desta debilidade advieram consequências negativas, mas também positivas. Entre estas últimas, foram possíveis relações não coloniais na constância do colonialismo. Sem poder recorrer ao apoio do poder colonial, os colonos tiveram muitas vezes de contar apenas com as suas próprias forças, e estas consistiam frequentemente na sua capacidade de negociação com as populações locais. Realizaram-se miscigenações e misturas identitárias inimagináveis noutros impérios.

Assim, Boaventura de Sousa Santos apresenta como fator principal do conhecimento e entendimento dos países de língua portuguesa, a educação. De acordo com o autor, deve-se “primeiro promover a educação intercultural e pós-colonial em todos os sistemas educativos deste espaço, uma educação que faça do passado um recurso para a construção de um futuro emancipador” (Santos, 2005). O autor complementa que é importante “pressionar os Estados, sobretudo, Brasil e Portugal, para incluir na agenda das arenas internacionais onde têm algum peso, União Europeia ou o Grupo dos 20, as necessidades e aspirações específicas do espaço da lusofonia. Também argumenta que esse espaço deve incluir as universidades, “elos privilegiados de redes de investigação que envolvem investigadores de todos os países, em condições de igualdade e de respeito mútuo”. Finalmente, afirma que deve ser proposta uma lusofonia “de cultura e música populares com o objetivo de transformar este extraordinário manancial num património que se afirma no mundo globalizado no mesmo processo em que é apropriado pelos jovens deste espaço” (Santos, 2005). Assim, a educação básica e universitária bem como os centros de investigação em língua portuguesa pode proporcionar a forte presença da língua portuguesa no espaço global.

4.1. Língua global em ação

Atualmente, são várias as propostas de uma língua portuguesa global no espaço falado em Português, não sendo valorizadas apenas as propostas defendidas pela CPLP. Assim, na nossa análise consideramos língua portuguesa em ciência, língua portuguesa como estratégia económica empresarial e língua portuguesa como indústria cultural e criativa.

Neste ponto concordamos com Moisés de Lemos Martins, que, em 2017 afirmou: “uma língua de cultura e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma língua de conhecimento”. Este autor considera que “o conhecimento não pode ter como unidades de medida, exclusivas, o valor económico-financeiro e o valor no mercado de emprego” (Martins, 2017, p. 30). Em seguida, iremos caracterizar com maior incidência as relações luso-brasileiras na ciência, na economia, nas artes e nas indústrias culturais e criativas, no contexto desta investigação.

4.2. Língua portuguesa em ciência

Desde o século XVI que a língua portuguesa é uma língua de conhecimento e de ciência, considerando-se que “quando as várias línguas principais de cultura da Europa substituíram o latim como a língua da ciência, o Português foi uma delas e tem sido sempre desde então” (Castro, 2013). Segundo o investigador Ivo Castro, “agora, no tempo em que estamos, a força de outras línguas é tão grande que muitas vezes nos esquecemos do passado e do património que possuímos. O sentido comum é que hoje em dia o Inglês é a língua dominante e que não vale a pena fazer ciência noutra língua que não seja o Inglês e nós somos interpelados a esse respeito muitas vezes” (Castro, 2013).

Neste sentido, quando se coloca a língua portuguesa enquanto língua de ciência na agenda académica e como política dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, defende-se a existência de uma língua portuguesa global. Segundo Ivo Castro “pensar ciência em Português não é o mesmo que pensar ciência portuguesa noutra língua”. Afirma o autor que “um debate entre portugueses e brasileiros em inglês é normalmente uma experiência a não repetir” (Castro, 2013).

Por outro lado, segundo Ana Paula Laborinho, há espaço na ciência para comunicar nas várias línguas, não desprezando o Português. Considerando que “não há conflito nesse sentido, achamos que as duas coisas são

conciliáveis”, acrescenta a autora para quem, dependendo “dos nichos de ciência compreende-se perfeitamente que também possa haver esse objetivo que é o de chegar a públicos mais vastos e não há uma incompatibilidade e é importante também para os nossos investigadores e para as nossas universidades essa oferta” (Laborinho, 2013).

Para se conseguir alcançar o objetivo da língua portuguesa como língua de ciência, existem recomendações práticas da CPLP, como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

4.2.1. Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) foi criado por Ato Constitutivo, celebrado em São Luís do Maranhão a 1 de novembro de 1989, e por Acordo foi concluído em Lisboa, a 16 de dezembro de 1990. O Instituto tem funções didáticas e pretende funcionar como centro difusor das variedades do Português, com o objetivo de fortalecer a unidade da língua, e também como lugar em que a pluralidade linguística dos países da comunidade encontra eco na investigação, no ensino e na aprendizagem das línguas de África, da Ásia, das línguas indígenas brasileiras e dos falares portugueses.

Na III Cimeira de Chefes de Estado da CPLP, em Maputo, foi aprovado o contrato para execução do projeto arquitetónico do edifício-sede, em Cabo Verde, na Cidade da Praia. Gilvan Oliveira, que foi Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa IILP, comentou-nos em entrevista que “2010 foi o início de um forte trabalho do IILP com as responsabilidades do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção do Português, documento emanado da 1.^a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”. Este autor considera que “foi delineada a realização de quatro colóquios sobre a língua portuguesa em diferentes estados membros, tendo como fim último a preparação da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no sistema Mundial que teve lugar em Lisboa em 2013” (G. Oliveira, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

Em setembro de 2011, realizou-se, em Maputo, o primeiro colóquio sobre o plurilinguismo das regiões da CPLP que integrou 339 línguas faladas (dialetos, línguas indígenas) consideradas bens culturais, direitos linguísticos e culturais dos países membros. Segundo Oliveira, para este colóquio foram

analisadas instituições como o Instituto Angolano de Línguas Nacionais, a Fundação Mirandês, entre outros. Já em novembro do mesmo ano foi realizado segundo encontro, agora na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Este teve como tema o Português na diáspora, sendo 7,4 milhões de cidadãos que têm o Português como língua da diáspora. Importa destacar que, “por exemplo, o Estado do Massachusetts conta com elementos da diáspora portuguesa, cabo-verdiana e agora brasileira”.

“A presença do Português em tantos espaços fora dos países de língua oficial portuguesa, como uma herança preciosa para as próximas gerações, em uma rede pujante de relações e de sentidos, é prova de que a língua embarcou definitivamente na era da globalização, das transnacionalidades e das novas territorialidades, associadas ao século XXI, e expressas nas comunidades de falantes no exterior, às quais devemos dedicar o melhor do nosso esforço de compreensão e de colaboração.” (Oliveira, 2012, p. 5).

O colóquio de Luanda corresponde ao terceiro encontro, que incidiu sobre o Português na internet. A esse respeito Gilvan Oliveira comentou-nos que “já sabemos os números da língua portuguesa nos blogues, por exemplo, mas não é conhecido o trabalho em concreto. Onde está a língua portuguesa no website da SADEC (Southern African Development Community)? É preciso ocupar espaço. E unificar as línguas (de Portugal e do Brasil) nos conteúdos desses *websites*” (G. Oliveira, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

Destaca-se, ainda, outra iniciativa do IILP que foi assinada pelos oito países que compunham a CPLP, a compilação e implementação do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). Segundo Gilvan Oliveira, “essa implementação é feita pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) de Portugal e pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC-UCP/UFSCAR) do Brasil. Criar esse vocabulário comum é criar uma mercadoria intangível”. Para Gilvan Oliveira, “existem muitos empecilhos para essa implementação, visto que o Português é um ativo crescente sendo necessário ter um vocabulário comum para o uso dos cidadãos e das empresas. Esse vocabulário comum fará parte das especificidades de cada país-membro”. Para o empresariado de língua portuguesa, o VOC poderá ser uma opção de trabalho. Na sua entrevista, Gilvan Oliveira considerou que:

“se um empresário quer fazer negócios em Timor ele poderá conhecer o Português como um todo e ter à disposição as diferenças do

Português utilizado em Timor, e o mesmo acontecerá com os países africanos. Haverá possibilidade de criar um Portal do Português como língua estrangeira pela bandeira dos Estados Membros” (...) o problema dessa implementação é quando os países olham somente para dentro. Brasil e Portugal têm com a língua relações nacionalistas, típicas do século XIX. E na atualidade isso não é possível. Podemos ver o nível de cooperação da União Europeia com 27 línguas, como não pode existir uma cooperação com uma língua comum?” (G. Oliveira, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

Contudo, ainda existem outros problemas como o financiamento do IILP. Sete dos nove países que formam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) estavam a dever mais de 600 mil euros de anualidade ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (Almeida, 2019).

Em 2013, o secretário-executivo da CPLP, Murade Isaac Miguigy Murargy, declarou que “o IILP está com muitas dificuldades, sobretudo financeiras e burocráticas”. Segundo Murade Isaac Miguigy Murargy, “um dos maiores contribuintes, o Brasil, ainda não pagou a sua contribuição e não aprovou o orçamento, deixando o instituto num sufoco financeiro” (Murargy como citado em Costa, 2013a). Na criação do ILLP, Portugal e o Brasil foram os principais contribuintes líquidos, embora fossem frequentes os atrasos no pagamento por parte do Brasil. A situação financeira deteriorou-se ainda mais com a eleição do presidente Jair Bolsonaro que tomou posse em 2019, tendo cortado as verbas para o IILP e alegando suspeitas de irregularidades nas contas (Almeida, 2019). As verbas em atraso só serão desbloqueadas pelo Estado brasileiro depois de serem validadas pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde. Por outro lado, temos a situação cabo-verdiana que é diferente da brasileira. Apesar de também não ter as contribuições em dia, tem assumido custos com o organismo sediado no seu território, através de obras de beneficiação no edifício do IILP (Almeida, 2019).

Assim, é perceptível que o IILP tem um papel unificador, não conservador, com problemas estruturais e financeiros. A língua portuguesa é o objeto linguístico, em torno do qual as ações educativas gravitarão. A diminuição do analfabetismo, ainda dominante em muitos países desta comunidade, deve ser o objetivo das realizações do IILP, motivando a interação linguística entre os nove e em cada um dos países. Para colocar em prática esse propósito, é necessária uma verdadeira compreensão do “poder” da língua portuguesa no mundo e a presença do IILP na Guiné Equatorial. Em 2019, Gilvan Oliveira referiu que mesmo com as dificuldades do IILP, nesses 20 anos de

existência o Instituto tem se tornado um fator de crescente articulação no espaço dos países de língua portuguesa, coincidindo com as necessidades impostas pela internacionalização da própria língua, no contexto do século XXI. Refere ainda que “é preciso analisar se as tendências refratárias à internacionalização multipolar, que se fortalece com a emergência de governos de direita e extrema-direita em vários países, terão um efeito desmobilizador na promoção internacional da língua” (Oliveira, 2019, p. 34).

4.2.2. Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira

As falhas financeiras do Brasil ao IILP não impediram que a língua fosse um instrumento estratégico no anúncio de criação de uma “Universidade da CPLP”, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB¹⁵) ou Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, no Nordeste brasileiro, região do Maciço de Baturité, precisamente no município de Redenção¹⁶ (a 63 quilômetros de Fortaleza), no Estado do Ceará (Martins et al., 2018).

O projeto de lei para a criação da UNILAB foi enviado ao Congresso Nacional Brasileiro em 20 de agosto de 2008. A Comissão de Implantação da UNILAB foi empossada pelo Ministro da Educação da época, Fernando Haddad, em 14 de outubro de 2008, sendo presidida por Paulo Speller (também reitor da UNILAB e ex-reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, a última universidade federal criada pelo governo Lula da Silva).

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou em 13 de março de 2009 a criação da UNILAB, com a finalidade de formar recursos humanos para desenvolver a integração entre o Brasil e os demais países da CPLP, especialmente os africanos. Os cursos da UNILAB são ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos restantes países da CPLP, com ênfase em temas que envolvam formação de professores, desenvolvimento agrário, processos de gestão e saúde pública, entre outros. Esta universidade viabiliza o intercâmbio de estudantes do Brasil com outros dos PALOP, assim como de Timor-Leste e Macau (metade das vagas é destinada a brasileiros e a outra metade a estudantes dos restantes países de língua portuguesa).

¹⁵ www.unilab.edu.br

¹⁶ Escolhido para a localização da UNILAB por ter sido a cidade pioneira na libertação dos escravos no Brasil, em 1883.

4.3. Estratégia económica empresarial em Português

A língua é um ativo intangível que beneficia de economias em rede. Quanto maior o número de utilizadores, maior o benefício que cada um extrai da sua partilha (Reto, 2012). No livro *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Luís Reto apresenta o valor económico do português, com benefício para os utilizadores (capital humano) na diminuição dos custos de transações nas trocas comerciais e na organização nas empresas transnacionais, podendo ser entendido como uma oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural (Reto, 2012).

Na perspetiva de Luís Reto apesar de Portugal ser considerado o país pioneiro da globalização, a influência da sua língua manteve-se latente longe dos demais idiomas de origem europeia, como o Inglês, o Espanhol, o Francês ou o Russo: “Foi necessário esperar pelo crescimento populacional e pela afirmação económica do Brasil e das ex-colónias africanas para que o Português encontrasse o seu lugar entre as línguas mais influentes na esfera internacional, logo a seguir ao Inglês e ao Espanhol” (Reto, 2012, p. 41). Já em 2020, o mesmo autor refere que a língua portuguesa cresceu como língua, mas perdeu valor económico (Reto, 2020). A língua portuguesa perdeu o valor económico nos últimos anos, “sobretudo por causa da quebra no crescimento estimado para a economia brasileira” (Reto, 2020). Essa perda de valor económico relaciona-se com a crise de 2008, que incidiu nos países de expressão portuguesa conduzindo a uma diminuição do valor da língua no mercado internacional. Mas dentro desse espaço internacional, o Português é uma das línguas em progressão nas universidades norte-americanas. Ao mesmo tempo, assiste-se a um crescimento do ensino de língua portuguesa na China, como resultado de uma perceção crescente do valor do idioma no mundo empresarial.

4.3.1. Portugal e Brasil

No Relatório da Comissão Europeia “Brazil – Country Strategy Paper 2007-2013”¹⁷ as relações entre Portugal e Brasil são apresentadas como “laços históricos sempre fortes” (p. 60). As atividades de cooperação com o Brasil são encaradas pelo Governo de Portugal como um desenvolvimento natural dos contactos e intercâmbios existentes entre as entidades dos dois países, sejam públicas ou privadas, nos mais variados domínios, propiciados pelas afinidades históricas, culturais e linguísticas que unem as

¹⁷ European Commission (2007), Brazil Country Strategy Paper – 2007-2013.

duas nações. Atualmente, os dois países compartilham uma relação privilegiada, como é evidenciado em cooperações e ações coordenadas político-diplomáticas, bem como económicas, sociais, culturais, jurídicas, técnicas e científicas.

De acordo com dados da Câmara Portuguesa no Brasil, a partir de 2003, houve uma notável evolução da corrente de comércio entre Brasil e Portugal¹⁸. Ainda segundo os mesmos dados, até 2007, a maior parte desse incremento deveu-se ao crescimento das exportações brasileiras, que alcançaram, nesse ano, um pico de 1,8 mil milhões. Em 2008, regista-se uma subida das exportações portuguesas, com as vendas para o Brasil a atingirem um valor superior a 600 milhões de dólares, quase o dobro da média observada no biénio imediatamente anterior. O relatório aponta também a crise internacional que afetou negativamente o intercâmbio bilateral em 2009, começando em 2010 a recuperação parcial dos volumes transacionados entre ambos os países, evolução que se consolidou em 2011 quando os fluxos bilaterais registaram valores recorde, com as exportações brasileiras para Portugal atingindo US\$ 2,1 mil milhões e as vendas portuguesas para o Brasil somando US\$ 835 milhões. O relatório também descreve que entre 2009 e 2011 o ritmo de crescimento das importações brasileiras oriundas de Portugal superou a expansão das exportações brasileiras com destino a esse país. É referido também que, desde 1997, o saldo comercial entre os dois países tem sido continuamente favorável ao Brasil. O relatório aponta os momentos de crise indicando que o saldo comercial brasileiro sofreu uma primeira contração em 1999, quando o Brasil enfrentou uma severa crise cambial, e voltou a registar variações negativas em 2008 e 2009, em virtude da crise internacional. Nos demais anos, contudo, o saldo brasileiro foi sempre crescente (Câmara Portuguesa em Revista, 2013, p. 30).

18 Câmara Portuguesa em Revista (2013) Potencial de Exportação de Produtos Portugueses para o Brasil. Março a abril de 2013

Principais produtos importados de Portugal		Valor FOB US\$
1º	Gorduras e óleos, "soft", bruto, refinado e fracionado	265 milhões
2º	Filés ou outras carnes de peixes congelados, frescos ou refrigerados	60,1 milhões
3º	Bebidas alcoólicas	52,5 milhões
4º	Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas	50,3 milhões
5º	Demais produtos – Indústria de Transformação	34,7 milhões
6º	Matérias brutas de animais	21,5 milhões
7º	Pescado, seco, salgado, defumado, ou preparados comestíveis	20,1 milhões
8º	Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos)	19,8 milhões
9º	Válvulas e turbos termiônicas, de cátodo frio, díodos, transistores	16,6 milhões
10º	Aeronaves e outros equipamentos (incluindo as suas partes)	15,5 milhões

Figura 4Principais produtos importados de Portugal para o Brasil¹⁹.

Principais produtos exportados para Portugal		Valor FOB US\$
1º	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	264 milhões
2º	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais (exceto óleos brutos)	153 milhões
3º	Soja	120 milhões
4º	Milho	112 milhões
5º	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado	70,6 milhões
6º	Minérios de ferro	34 milhões
7º	Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas	33,8 milhões
8º	Matérias vegetais em bruto	29,3 milhões
9º	Demais produtos – Indústria de transformação	26,3 milhões
10º	Motores e máquinas não elétricos e as suas partes	23,4 milhões

Figura 5Principais produtos exportados do Brasil para Portugal²⁰.

19 ComexStat – janeiro a dezembro de 2019.

20 ComexStat – janeiro a dezembro de 2019.

Da leitura dos dados é perceptível que Portugal está a exportar cada vez mais para o Brasil e a reduzir o seu défice comercial.

Tendo por base os dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil²¹ em 2014 as relações bilaterais entre Brasil e Portugal foram voltadas para o fortalecimento dos fluxos de comércio e investimentos, parcerias na área da ciência, tecnologia e inovação, bem como iniciativas que facilitem o reconhecimento mútuo de títulos e diplomas universitários. Segundo os elementos desse ministério, o Brasil é o quarto principal destino dos investimentos diretos portugueses no exterior e de aproximadamente 600 empresas portuguesas ou de capital português. Os investimentos brasileiros em Portugal cresceram mais de 250% nos últimos anos, atingindo o comércio bilateral o valor de 1,9 mil milhões de dólares. Em 2014, nas relações bilaterais também foi considerada a avaliação do cenário económico internacional e a agenda de paz e segurança. Já em junho de 2018, o *stock* de investimento português no Brasil, atingiu 2,3 mil milhões de euros e o investimento brasileiro em Portugal somou 3,2 mil milhões de euros (mais 5,1% do que em 2017).

Tendo por base os dados do mesmo ministério²², as parcerias no campo científico e tecnológico refletem a convergência entre o interesse brasileiro na capacitação profissional e o interesse português na ocupação de sua conceituada estrutura universitária e laboratorial. As recentes iniciativas na área da inovação, nanotecnologia, biotecnologia e energia demonstram a vitalidade da agenda tecnológica entre os dois países.

As reuniões bilaterais de alto nível são constantes, o que ressalta a relevância do relacionamento bilateral para os dois países. Os presidentes e chanceleres dos dois países participaram, em julho de 2018, da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Cabo Verde. A 10 de outubro de 2018, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil Aloysio Nunes reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal Augusto Santos Silva em Lisboa. No encontro, foram discutidos assuntos relacionados com a promoção da língua portuguesa, acordo MERCOSUL-UE, comércio bilateral, acordo para evitar dupla tributação, serviços aéreos, produção e aquisição do avião KC-390 pela Embraer.

21 http://www.itamaraty.gov.br/index.php?searchword=Portugal&searchphrase=all&Itemid=441&option=com_search&lang=pt-br

22 <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5672-republica-portuguesa>

De salientar que o material de alta tecnologia para aeronaves é um dos principais produtos de exportação entre Portugal e Brasil.

No ano de 2018, o comércio bilateral voltou a crescer, tendo registrado US\$ 2,31 mil milhões em trocas. Nesse contexto, as exportações brasileiras foram de US\$ 1,45 mil milhões, compostas, principalmente, por combustíveis (26,8%), minérios (14,4%), ferro e aço (12,5%). As importações brasileiras de Portugal foram de US\$ 858 milhões, sendo gorduras e óleos (30,8%), pescados (9,7%) e combustíveis (9%), os produtos portugueses de maior relevância. Ainda de acordo com o ministério do Itamaraty, “a comunidade brasileira em Portugal é uma das maiores do mundo, estimada em cerca de 116.000 pessoas. É composta, sobretudo, por estudantes e profissionais liberais. Existindo representações consulares brasileiras em Lisboa, Porto e Faro”. Essa mobilidade de pessoas entre Portugal e Brasil será analisada em profundidade no próximo capítulo.

4.3.2. Cronologia das relações bilaterais

1822 – Declaração da independência brasileira

1825 – Reconhecimento da independência brasileira por Portugal através do Tratado de Paz e Aliança

1914 – Elevação à categoria de Embaixadas das representações diplomáticas de Brasil e Portugal

1953 – Assinatura do Tratado de Amizade e Consulta

1972 – Entrega ao Brasil dos restos mortais do imperador D. Pedro I

1991 – Realização da I Cimeira Brasil-Portugal

1996 – Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP

2000 – Assinatura de Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta

2003 – Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes

2010 – Visita a Portugal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar da 10.^a Cimeira Luso-Brasileira (Lisboa, 19 de maio)

2011 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado (18 de fevereiro)

2011 – Visita da presidente Dilma Rousseff a Portugal (29 e 30 de março)

2011 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (26 a 28 de julho)

2012/2013 – Realização do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal no Brasil

2012 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (3 a 8 de setembro)

2013 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (22 de maio)

2013 – Visita do ministro das Relações Exteriores, António de Aguiar Patriota, a Portugal (10 e 11 de abril)

2013 – Visita da presidente da República, Dilma Rousseff, a Portugal (10 de junho)

2013 – Realização da XI Cimeira Brasil-Portugal (10 de junho)

2014 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, a Portugal (20 de março)

2015 – Visita a Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (4 a 7 de maio)

2016 – Reunião de trabalho do ministro Mauro Vieira com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, à margem da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região, em Londres (4 de fevereiro)

2016 – XII Cimeira Brasil-Portugal (Brasília, 1.º de novembro)

2017 – Visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (29 de março)

2018 – Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Portugal (Lisboa, 9 e 10 de outubro)

Uma cultura e língua comuns são facilitadores do comércio (Reto, 2012). Nesse sentido, em novembro de 2010 o ex-Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP²³, Basílio Horta, declarou que “há na cultura e na língua portuguesas um grande valor económico”, existindo, todavia, “um caminho a percorrer” (Horta, 2010). No mesmo encontro, o ex-diretor-geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Nuno Brito, disse que “a língua significa negócios, dinheiro e captação de investimentos”, sustentando que, num quadro mais amplo, a “cultura e língua são também elementos de política externa” (Brito, 2010).

Em 2012, Luís Reto demonstrou que a proximidade geográfica e a pertença a uma comunidade económica é decisiva para o comércio externo, enquanto a proximidade linguística é um determinante poderoso do IDE (Investimento Direto Estrangeiro).

Nessa perspetiva a Galp Energia²⁴ desenvolveu uma estratégia que valoriza os interesses de Portugal, ao apostar na “integração vertical”, prospeção, pesquisa e exploração de petróleo bruto no espaço dos países de língua portuguesa. Está a explorar petróleo em Angola e no Brasil, sendo parceira da Petrobras²⁵, faz pesquisas em Timor e ganhou concessões de gás natural em Moçambique (M. Oliveira, comunicação pessoal, maio 27, 2013). O Presidente da Galp Energia, Manuel Ferreira de Oliveira, disse em conferência:

“(...) esse é o reposicionamento estratégico da lusofonia em virtude das descobertas de petróleo. Brasil, Angola e Moçambique representam 50% das novas descobertas de petróleo. O Brasil produz dois

23 AICEP Portugal Global, E.P.E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa. Resultado da fusão, em 2007, entre a API (Agência Portuguesa para o Investimento) e do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal), a AICEP tem como principais atribuições promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora, captar investimento estruturante e promover a imagem de Portugal com iniciativas criadoras de valor para o país.

24 Galp Energia – detentora da Petrolgal e da Gás de Portugal, é hoje um grupo integrado de produtos petrolíferos e gás natural de Portugal, com atividades que se estendem desde a exploração e produção de petróleo e gás natural, à refinação e distribuição de produtos petrolíferos, à distribuição e venda de gás natural e à geração de energia elétrica. Atualmente está entre as maiores empresas de Portugal, controlando cerca de 50% do comércio de combustíveis neste país e a totalidade da capacidade refinadora de Portugal.

25 Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é uma empresa de capital aberto (sociedade anónima), cujo acionista maioritário é o Governo do Brasil, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Instituída em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados.

milhões de barris por dia e vai aumentar para cinco milhões (...) isto vai dar uma nova dimensão geopolítica à lusofonia” (M. Oliveira, comunicação pessoal, maio 27, 2013).

Outro exemplo que retrata esta posição prende-se com o que sucedeu em 2008, quando a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER)²⁶ decidiu fazer o seu primeiro investimento fora do Brasil. O país escolhido para este projeto de 300 milhões de euros foi Portugal, estando agora a gerar um núcleo de indústria aeronáutica no país. O resultado desse investimento originou o aparecimento da empresa OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.²⁷. A forte diplomacia política e razões culturais estiveram na base de tal escolha. Também a Organização Odebrecht²⁸, a maior empresa petroquímica e a maior empresa de engenharia da América Latina, começou a sua internacionalização em 1987 com uma base em Portugal e hoje exporta produtos petroquímicos para mais de 60 países (Odebrecht, 2008).

Qual a língua utilizada na Comunicação Organizacional e Estratégica na EMBRAER no Alentejo? Ou qual a língua utilizada nas relações entre a Galp e a Petrobras? A resposta é a “língua portuguesa global”.

De acordo com a investigadora Maria Galito o “estatuto internacional” de uma língua pode ser impulsionado, “se o seu uso for estimulado em contexto profissional”. O Português é então uma língua de trabalho, uma vez que permite comunicar e negociar no seio de uma população de cerca de 300 milhões de pessoas, talvez acrescido em força e número pela diáspora lusófona, um pouco dispersa pelo mundo, e “pelos não lusófonos” que, entretanto, aprenderam a expressar-se em Português (Galito, 2006).

“E o Português afirma-se em ambiente de trabalho quando é empregue nas organizações internacionais, em transações comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, em acordos de

26 Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – Embraer é um conglomerado brasileiro fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares. Foi instituída em 19 de agosto de 1969 e tem sede em São José dos Campos – São Paulo.

27 OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. é uma empresa portuguesa dedicada ao fornecimento de serviços de manutenção e fabricação de aeroestruturas. O seu capital é detido em 65% pelo consórcio Airholding SGPS, composto pela Embraer, sendo os restantes 35% detidos pelo Empordef (Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, SA, composta pelo Governo português).

28 Organização Odebrecht é um conglomerado brasileiro que atua em grande parte do mundo nas áreas de engenharia, construção, produtos petroquímicos e químicos. A empresa foi fundada pelo engenheiro pernambucano Norberto Odebrecht, no ano de 1944, em Salvador, no estado da Bahia, e atualmente está presente em todo o Continente Americano, na África, na Europa e no Oriente Médio.

investimento direto estrangeiro, em contractos empresariais, no âmbito do turismo e do intercâmbio científico-tecnológico, nas relações interpessoais quotidianas. Não obstante, admite-se que as pressões da globalização económica e a convivência de culturas tão diversas num mundo altamente competitivo, estejam a alimentar rivalidades; a ajudar a dar emprego aos interessados em aprender várias línguas, mas também a ameaçar a sobrevivência de idiomas mais vulneráveis e minoritários. Aquiescendo perante uma tal hipótese, é fundamental que a Língua de Camões esteja no rol de idiomas vivos, dinâmicos e mais empregues em contexto internacional” (Galito, 2006, p. 65).

A presença da língua portuguesa na internet (número de sites, por qualidade e quantidade de informação transmitida e número de navegantes que navegam em Português na rede) parece ser também um elemento indispensável no processo de difusão das empresas dos países de língua portuguesa. Na opinião de Maria Galito: “As tecnologias da informação podem ajudar a estimular a interatividade e a gestão do conhecimento em língua portuguesa e, conseqüentemente, a disseminar a sua relevância estratégica no âmbito dos negócios” (Galito, 2006).

“A comunicação eletrónica digitalizada, isto é, em linguagem binária, deu origem a uma nova funcionalidade das línguas faladas que é a de serem “redes/clientes”. (...) é a revolução económica introduzida pelo comércio eletrónico na Internet que está a dar esta grande oportunidade às línguas não anglo-saxónicas. Com efeito, o comércio eletrónico exige uma relação direta comercial entre o serviço e o cliente (...) A importância de cada rede depende assim do número de falantes dessa língua, potencialmente captáveis para o contacto” (Neves, 2002 como citado em Galito, 2006, p. 48).

No âmbito dos negócios, a visão académica corrobora a visão que se extrai da prática em algumas das entrevistas realizadas. Assim, o diretor da Imperial College Business School, Francisco Veloso, confirma que o Brasil tem vindo a crescer bastante e tem conseguido uma sofisticação do seu sistema de ensino. Registam-se “ligações empresariais que refletem o investimento de empresas portuguesas no Brasil e recentemente de empresas brasileiras em Portugal” (F. Veloso, comunicação pessoal, julho 18, 2013). Na entrevista, Francisco Veloso falou-nos da geografia do espaço luso-brasileiro, defendendo que “agora Portugal é relativamente pequeno para a dimensão do Brasil. Não por qualquer tipo de discriminação, mas pelo facto de Portugal ser relativamente pequeno face à dimensão económica do Brasil e face

à dimensão económica que o Brasil tem com outros gigantes económicos como a China e os EUA”. O entrevistado destacou que “os volumes de exportações de alguns bens que o Brasil faz para algumas destas geografias fazem com que as ligações a Portugal sejam relativamente pequenas. Outro facto a destacar é que há uma série de gestores portugueses no Brasil e uma série de gestores brasileiros em Portugal”. Sobre estas ligações entre os dois países, diz Veloso que “isso mostra que há um conhecimento da realidade específica dos países” (F. Veloso, comunicação pessoal, julho 18, 2013).

Quando questionado sobre o valor da língua portuguesa na economia, Francisco Veloso defende “que a língua portuguesa está a ganhar relevância e que o desenvolvimento económico de países como Angola, Brasil e, daqui a alguns anos, Moçambique, é ótimo para a visibilidade e para o impacto do Português”. No decorrer da entrevista, Francisco Veloso retoma a questão da relevância económica que a língua tem: “A importância que o Português tinha do ponto de vista da receção, do ponto de vista da comunicação, de leitura, dos gestores internacionais não correspondia à importância real que o Português tem na atual atividade económica” (F. Veloso, comunicação pessoal, julho 18, 2013). No entanto, faz uma ressalva: “apesar de sermos uma das línguas mais faladas, não parece que as pessoas tenham essa perceção sobre a importância da língua. Se perguntássemos a um americano o que acha da língua portuguesa, certamente se lembraria mais rapidamente da língua espanhola”.

A rematar a entrevista, Francisco Veloso critica também o termo lusofonia utilizado nos países de língua portuguesa: “Pelas indicações que tenho, lusofonia é um termo que não devemos usar no Brasil”. Na opinião de Francisco Veloso “lusofonia é claramente uma perspetiva centrada no território de Portugal, não na língua, daí que tenha abandonado a utilização do termo lusofonia. Falo do Português, da língua portuguesa, da cultura portuguesa, mas não da lusofonia e é a mesma coisa em África” (F. Veloso, comunicação pessoal, julho 18, 2013).

A língua portuguesa utilizada no mercado empresarial, dentro dos países de língua portuguesa ou fora deles, é uma constante no atual cenário mundial. A estratégia económica da língua portuguesa é vista pelas empresas e também pelos Estados, por meio dos seus corpos diplomáticos, como expressão Lusofonia. Talvez o uso da língua portuguesa possa ser mais perceptível nas empresas de *media*, principalmente, nas Indústrias Culturais e Criativas que abordaremos a seguir.

4.4. Indústrias culturais e criativas em língua portuguesa

A diversidade histórica, cultural, política e social da Lusofonia cria um espaço autónomo dentro da globalização, participando no processo. É na hibridação cultural, por meio da comunicação de massas (televisão, rádio, internet), que hoje percebemos os fluxos, e refluxos, de informação no espaço lusófono num mercado com potencial de cerca de 300 milhões de consumidores/produtores lusófonos.

E, sendo a globalização inevitável, a aposta na difusão internacional da cultura lusófona, através da massificação da produção cultural, do ensino e da formação do Português, deve ser uma estratégia prioritária da Lusofonia (Martins et. al., 2006). Como espaço de cultura, “a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua” (Martins, 2006, p. 69).

No espaço dos países de língua portuguesa detetamos uma grande experiência cultural, a riqueza de uma mestiçagem que se espalha pelos cinco continentes. Um espaço espiritual e identitário que partilha saberes, experiências, história e conhecimento com grande parte dos povos e países do mundo. São exemplo disso experiências comuns como os Rock in Rio e Rock in Rio Lisboa, eventos que já acontecem em Espanha, EUA e Argentina bem como atividades conjuntas de músicos, autores, atores, pesquisadores e cineastas (Cunha, 2009, abril). Em relação às indústrias dos *media*, criativas e de conteúdos, existem os casos da produção conjunta de telenovelas, a presença de correspondentes internacionais e o apoio de canais televisivos internacionais nos diversos países de língua oficial portuguesa.

Assim, a produção cultural apresenta-se como uma dimensão essencial do desenvolvimento, chegando-se à conclusão que a “cultura não é somente a atividade intelectual e artística, mas também o comportamento geral do Homem e a visão que este tem de si mesmo em relação ao seu modo de vida e de ser, aos seus sistemas de valores e crenças” (Graça, 1992, p. 203).

O conceito de indústria cultural funda-se nos pressupostos teóricos de Adorno e Horkheimer (1985), membros da escola de Frankfurt. Inicialmente denominado cultura de massas, o conceito de indústrias culturais refere-se à crescente estandardização da produção de bens culturais para conduzir as massas à passividade. Recentemente, num contexto em que as fronteiras

da cultura deixam entrever uma certa indefinição, tem-se assistido a uma mutação do conceito de indústrias culturais para o de indústrias criativas (Bendassolli & Wood como citado em Reto, 2012). Este novo conceito é uma miscelânea entre as artes, as novas tecnologias e as indústrias culturais.

O entendimento linguístico nos países de língua portuguesa pode ser uma mais-valia na oferta económica dos produtos gerados pelas Indústrias Culturais e Criativas (ICC) sobretudo nos meios de comunicação de massa como é o caso das telenovelas, da música, da imprensa e da arte feitas em língua portuguesa. Neste sentido, em seguida, vamos apresentar a língua portuguesa global em todas as ICCs, dando maior destaque ao género telenovelas.

4.4.1. Televisão em língua portuguesa

As telenovelas produzidas no Brasil são consideradas um produto de alto nível artístico, que foi sendo aprimorado no decorrer das últimas décadas e que, embora moldado industrialmente pela Rede Globo²⁹, passou a influenciar as produções de outras emissoras, tanto no Brasil, como no exterior (Mogadouro, 2007).

A fidelização do público passou a exigir cada vez maior criatividade aos produtores, dada a procura de uma constante renovação de roupagem para um produto que tanto sucesso comercial alavancava. Convencionou-se que cada novo programa deveria trazer maiores novidades, em termos de elenco, assuntos polémicos que teriam de ser diferentes das novelas anteriores, por outro lado, teria de provocar um aumento das vendas de discos, roupas e outros produtos de consumo. É importante registar que as mudanças mais significativas e que são, efetivamente, incorporadas socialmente, relacionam-se com temas como preconceito, igualdade da mulher em relação ao homem, entre outros (Ribeiro, 2005; Lopes, 2003).

No que toca à influência no exterior, podemos referir o caso da nova produção de telenovelas em Portugal. Antes das novas produções (no caso

²⁹ Rede Globo é uma rede de televisão brasileira, fundada em 26 de abril de 1965, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), pelo jornalista Roberto Marinho. É assistida por 150 milhões de pessoas diariamente, sejam elas no Brasil ou no Exterior por meio da TV Globo Internacional. A emissora é desde 2012 a segunda maior rede de TV comercial do mundo, atrás da americana American Broadcasting Company (ABC) e um dos maiores produtores de telenovelas, sendo parte do grupo empresarial Organizações Globo. A emissora alcança 98,44% do território brasileiro, cobrindo 5.482 municípios e cerca de 99,50% da população total do Brasil.

português, sobretudo por parte da estação TVI) as telenovelas brasileiras eram presença constante na televisão portuguesa.

O género telenovela está na base das maiores transformações do mercado televisivo português em todas as emissoras (RTP, TVI e SIC) desde 1977 até aos dias de hoje. A transmissão de *Gabriela, Cravo e Canela*, em 1977 na estação RTP1, conseguiu que os portugueses alterassem os seus comportamentos e rotinas (Cunha, 1999). Já em 1994, mediante o acordo de exclusividade com a Rede Globo, a estação comercial SIC assumiu a liderança do ranking. Na década seguinte, entre 2000/2001, a TVI, canal que na altura passava por grandes dificuldades, alcança o primeiro lugar, através da aposta maciça em telenovelas portuguesas (Burnay, 2005).

Os consumidores de telenovela veem telenovelas para obterem informações sobre locais que não conhecem, “portugueses e estrangeiros, ou sobre outras vidas similares à sua. Por outro lado, gostam de ver telenovelas para se distraírem. A telenovela ajuda-os a apreender novas informações e a adotarem uma forma de escapismo das situações do quotidiano” (Burnay, 2005). Segundo a investigadora Catarina Burnay, a ficção portuguesa aparece como um novo produto a ser explorado, encontrando espaço no mercado: “Este facto poderá estar relacionado com a melhoria das técnicas existentes, com o aproveitamento de uma certa saturação das personagens e enredos apresentados pelas telenovelas brasileiras” (Burnay, 2006, p. 63). Atualmente assistimos a produções conjuntas entre Portugal e Brasil (SIC e Rede Globo) tanto na produção como na realização de telenovelas que já alcançaram a liderança do ranking de consumo televisivo e foram premiadas internacionalmente.

O género telenovela é entendido como “pano de fundo” nas relações da comunicação de massa entre Portugal e Brasil e com os PALOP. O Obitel (Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva), no anuário de 2012, demonstra a tendência das parcerias e a presença empresarial dos setores de *media* nos países de língua portuguesa. O relatório cita como “tendência” “a entrada em Portugal de empresas de capital angolano nos meios de comunicação portugueses, bem como a consolidação da presença da Rede Globo em Portugal” (Cunha et. al., 2012).

“No que toca às empresas angolanas, já em 2009 a Newshold, um grupo angolano com sede no Panamá, adquiria 96% do influente semanário “Sol”, e nos anos seguintes expandiria os seus interesses para a IMPRESA (da qual detém 2%) e para o grupo COFINA (do qual

se tornou o maior acionista com 15%), proprietários dos jornais Correo da Manhã, Sábado, Jornal de Negócios e Record (...). A Rede Globo inaugurou em outubro de 2011 a nova sede europeia da estação em Lisboa, traçando objetivos estratégicos: manter a sua atividade em Portugal, nomeadamente incentivando as co-produções com as estações televisivas portuguesas, entrar no mercado europeu e consolidar a sua presença em Angola.” (Cunha et. al., 2012, p. 449).

Desde de 1977, com *Gabriela Cravo e Canela* que as telenovelas brasileiras são produtos de exportação para Portugal. No entanto, estas exportações não se ficam somente pelas telenovelas da Rede Globo mas também pela atual concorrente, a Rede Record³⁰, que tem apresentado as suas produções na RTP. A Rede Record de Televisão é propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, possuindo escritórios em Lisboa e estando presente também nos PALOP.

Atualmente, em Portugal é possível ter acesso ao canal internacional da Record TV Europa nos “pacotes básicos” das operadoras por cabo. Já o canal Globo Premium (Now) tem um custo mensal de 10 euros em qualquer operadora, sendo disponibilizado a partir de 2013, primeiramente pela operadora NOS, e agora em todas as operadoras enquanto o canal Globo Portugal está englobado nos “pacotes básicos”. Importa salientar a presença de oito canais de televisão brasileiros em Portugal, sendo dois exclusivamente religiosos (TV Canção Nova – Católica e TV Mundial – Protestante) conforme os dados apresentados na figura 6.

³⁰ Rede Record é uma rede de televisão aberta brasileira fundada por Paulo Machado de Carvalho, em 1953, sendo a mais antiga emissora de TV em atividade no país. No final da década de 1980, o canal, que antes pertencia a Paulo Machado de Carvalho e Sílvio Santos, foi comprado pelo empresário e religioso Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

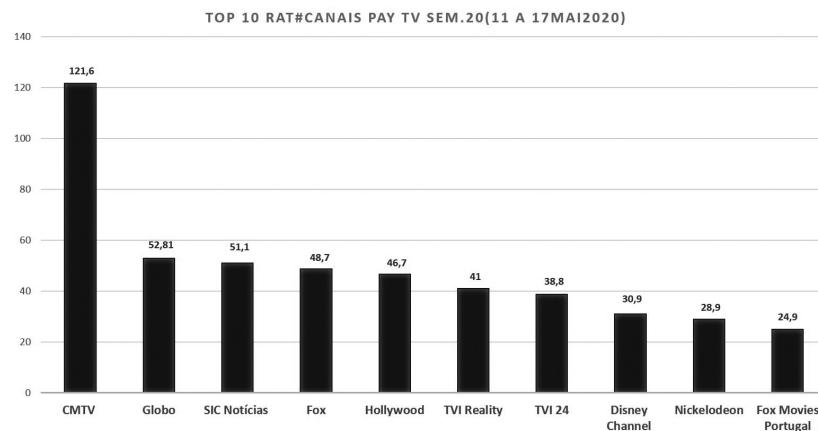
Canais brasileiros em Portugal	Empresa licenciada (operadora)
Record TV Europa	MEO NOS NOWO Vodafone
Record News	MEO NOS NOWO Vodafone
Globo Premium (NOW)	MEO NOS NOWO Vodafone
PFC O Canal de Futebol (Globo)	MEO NOS NOWO Vodafone
Globo Portugal	NOS
TV Brasil Internacional	MEO
TV Canção Nova	MEO NOS NOWO Vodafone
TV Mundial	Sinal aberto por satélite NOS

Figura 6

Distribuição dos canais brasileiros em Portugal³¹.

Com base nos dados fornecidos pela Mediamonitor Markttest e Havas Group, analisando as audiências televisivas em Portugal nos canais pagos, a Globo alcança a liderança televisiva com uma audiência de 52,81 mil telespectadores por dia, perdendo somente para o Correio da Manhã (CMTV), ultrapassando a SIC Notícias.

³¹ Dados da MEO, NOS, NOWO e Vodafone TV



Tipo de Audiência - Total Dia
Target + 4 anos 9 467 000Ind

Figura 7

Distribuição das audiências dos canais pagos em Portugal³².

Por outro lado, os modelos portugueses dos canais generalistas assentam na produção para consumo interno (Cunha et. al., 2012), defendendo a ideia de que, “embora Portugal seja um produtor de telenovelas, a sua venda enquanto produto acabado (lata), implica custos extras” (Cunha et. al., 2012: 474). No entanto, apesar dos custos, tem sido feito algum esforço para penetrar nos mercados de língua portuguesa, como Brasil, Moçambique e Angola. Porém, o acordo da estação privada TVI com a brasileira Rede Bandeirantes (a terceira em audiência), realizado em 2004, não alcançou grande sucesso devido à dobragem do Português para o brasileiro da série juvenil *Morangos com açúcar* e da telenovela *Olhos de água* que não conseguiram encantar os brasileiros, tão habituados ao padrão Rede Globo (...)” (Cunha et. al., 2012: 475).

Importa destacar a presença da Rede Globo no “imaginário” dos países de língua portuguesa tanto no passado como no presente. Durante a Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia, o investigador em Ciências da Comunicação da Universidade do Texas, Joseph Straubhaar, afirmou:

³² Havas Media Group/CAEM GFK MediaMonitor Telereport – Audiência canais pagos em Portugal 11 a 17 de maio de 2020

“(...) a TV Globo teve um papel dominante na construção mediática transnacional da lusofonia. As novas mídias (...) e as novas indústrias culturais de televisão em Portugal e de outros países lusófonos talvez tenham potencial para criar alternativas nas representações mediáticas da lusofonia. Mas algumas pesquisas apontam que muitas atividades interativas na Web, Facebook, etc. giram em torno de grandes espetáculos mediáticos como as novelas da Globo” (Straubhaar, 2013, p. 27)

Em relação à aceitação das produções brasileiras em Portugal e a não concretização do contrário, podemos entender que o motivo se prende com razões histórico-culturais, bem como pela preferência do Brasil pelos padrões americanos de *media* em detrimento dos padrões europeus. O mesmo processo parece não acontecer nos PALOP. O presidente do IILP Gilvan Müller Oliveira, quando vivia na Cidade da Praia, Cabo Verde, comentou-nos que “a relação nacionalista do Português do Brasil ou de Portugal é perceptível nos meios de comunicação. No Brasil não são exibidos programas ou filmes portugueses, muito menos dos países africanos sem a legendagem do Português do Brasil”. Afirmou ainda que “o Brasil não consegue conviver com outras variantes do português, é uma assimetria importante. O mesmo não acontece em Cabo Verde, por exemplo, que recebe programação em três variantes de Português e partilha os programas normalmente” (G. Oliveira, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

Por sua vez, no Brasil estão disponíveis dois canais portugueses a SIC Internacional e a RTP Internacional (serviço de televisão pública).

A disponibilização desse serviço pela RTP Internacional acontece pela presença no satélite com um sistema não codificado e de recepção livre (TELS-TAR 14 R/ESTRELA DO SUL 2 (Banda ku, DIGITAL)) (Figura 9).

Canais Portugueses no Brasil	Empresa Licenciada (operadora)
SIC Internacional	Claro TV
	Vivo TV
	SkyBrasil
	TVAIphaville Canal
	Astro Canal
	Claro net TV
	Orange
	SFR
	ZAP
	Oi
RTP Internacional	VSAT MG
	TVC Topã SP
	TV Cabo Assis SP
	TV Caratinga MG
	TV Cabo St Anastácio SP
	TVN MA
	TVN SC/RS
	Unifique
	TelacabeRN
	TCV SP
	TCM RN
	TV Light DTH
	RCA TV
	Atenas
	Brasilnet
	Cabo Natal
	Cabovisão
	Costa do Sol
	Brasil
	INA
Brasil	
IntercaboRJ	
LifeSP	
Ligue TV	
Netflex SP	
Pontal SP	
PortoSolBA	

Figura 8 Distribuição dos canais portugueses no Brasil³³.

³³ RTP Internacional disponível em <http://www.rtp.pt/rtpinternacional/?article=26&visual=12> e SIC Internacional disponível em <http://sic.sapo.pt/internacional/>

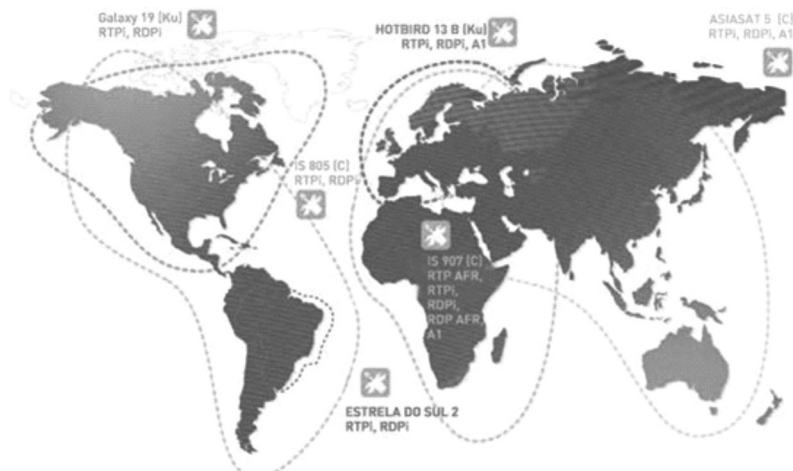


Figura 9 Mapa com a distribuição dos satélites da RTP Internacional³⁴.

Em julho de 2007, o jornal *Diário de Notícias* dava conta de que a RTP Internacional iria deixar de ser transmitida no Brasil pela DirectTV, sendo substituída pela SIC Internacional (Saldanha & Real, 2007). Segundo o jornal, a decisão foi tomada pela Sky Brasil, que também tinha deixado de emitir a RTPi, depois de ter adquirido a DirectTv. Em entrevista, o diretor de assuntos jurídicos e institucionais da RTP, José Lopes de Araújo, comentou-nos que “a RTP Internacional é distribuída em poucas redes de cabo no Brasil. A receção é muitas vezes feita diretamente do satélite já que o nosso sinal está aberto”. Ainda reforçou que “a SIC, em virtude de parceria privilegiada que tem com a Globo e o grupo Marinho, está nas redes NET Brasil e Sky, ambas do grupo Globo” (J. L. Araújo, comunicação pessoal, julho 25, 2013). A direção do serviço internacional da RTP, por meio do seu representante Paulo Jorge, na sua entrevista comentou-nos que “as empresas do grupo Globo (Net e Sky) totalizam 84% dos lares. A RTPi está acessível em cerca de 135.000 lares, aproximadamente 1% dos lares com acesso a TV por assinatura” (P. Jorge, comunicação pessoal, julho 26, 2013). Por outro lado, o técnico de distribuição internacional da SIC, António Castanheira referiu na sua entrevista que “a SIC Internacional chega a 1.000.000 de lares no Brasil e a programação é igual para todo o mundo” (A. Castanheira comunicação pessoal, julho 26, 2013). Em alguns casos a RTP Internacional acabou substituída pelas emissões internacionais da SIC. É perceptível uma relação comercial entre a brasileira Rede Globo e a portuguesa SIC com o intuito

³⁴ RTP Internacional disponível em <http://www.rtp.pt/rtpinternacional/?article=26&visual=12>

de consolidar a produção de conteúdos internacionais em língua portuguesa e indústria privada. O presidente do conselho de administração da RTP, Gonçalo Reis, disse que o mercado brasileiro é difícil “por várias razões”, indicando que o Brasil “tem uma indústria de conteúdos muito forte”, tendo afirmado que “os brasileiros têm alguma dificuldade em compreender a língua portuguesa” (Rodrigues, 2020).

Para encontrar alternativas e consolidar a presença da RTP no Brasil, a estação pública de televisão firmou um acordo de cooperação com a TV brasileira “Cultura”, com a Fundação Roberto Marinho (Rede Globo), que “prevê e executa intercâmbio de programas” (Rodrigues, 2020).

Neste sentido, os conteúdos na televisão por assinatura e por satélite estão disponíveis para todos os que vivem entre Portugal e Brasil, sejam imigrantes ou turistas, assim como para todos os cidadãos que visitem esses países. Muitos dos conteúdos da televisão estão também disponíveis nas redes da internet, podendo ser consumidos, vistos, revistos e “recriados” no espaço do “fluxo de comunicação” entre Portugal e Brasil.

4.4.2. Música e imaginário em língua portuguesa

A música portuguesa, brasileira e cabo-verdiana tem conexões singulares, sejam elas diretas ou indiretas. Esta afirmação surgiu numa entrevista ao brasilianista David Treece, que considera que “a relação da música no espaço falado em língua portuguesa é real, recente e em contínuo. Existem fluxos, relações e processos e não entidades fixas que estão a criar música”. Na sua opinião “é a canção que nos dá a possibilidade de habitar e vivenciar outra cultura. O primeiro passo para esse diálogo linguístico ocorre por meio da música” (D. Treece, comunicação pessoal, novembro 22, 2012). Na sua investigação Treece afirma que a música “é claramente, muito mais do que um texto ou uma mensagem. O seu poder signficante e comunicativo só é percebido como um processo social à medida que o ato performativo vai articulando e engajando uma comunidade de músicos e ouvintes numa forma de comunicação social” (Treece, 2000, p. 128).

Esta opinião é partilhada pelo músico brasileiro Tony Bellotto que defende o valor não só literário das letras de música escritas em Português, como a possibilidade da apreensão do idioma. Este músico considera que “há nelas uma construção artística, feita com a palavra e com função de métrica, rima e ritmo, tão precisa quanto a da poesia e tão informativa sobre o idioma quanto um livro” (Bryan & Bellotto, 2012, p. 13). Sobre a produção atual da

música em língua portuguesa diz o músico que “cada um produz sua obra de maneira muito pessoal, como sempre foi. O que de fato mudou foi a maneira de promoção e venda da música (...) Com o advento da internet e o enfraquecimento do mercado de disco, eles trabalham de forma mais independente das corporações” (Bryan & Bellotto, 2012, p. 13). Assim, é por meio das novas tecnologias da informação e comunicação que podem ser criadas redes de comunicação para o conhecimento, produção e reprodução de música em língua portuguesa.

Esse processo transnacional pode ser analisado na página de Facebook, criada para a promoção do Hip Hop em língua portuguesa. Trata-se de uma página Hip Hop Conexão Portugal-Brasil que reúne compositores e músicos, assim como fãs, portugueses e brasileiros, e que apresenta produções de Hip Hop em Português. Esta página é uma ferramenta de comunicação para a criação e veiculação dessas mesmas produções. Existem também propostas de produção conjunta desse gênero musical como é o caso do grupo português *Buraka Som Sistema* que desenha músicas entre Portugal, Brasil e PALOP criando um novo gênero musical apelidado de *kuduro progressivo*. O grupo esteve presente no *Rock in Rio* no Rio de Janeiro de 2013 e teve uma música como tema de abertura de uma das telenovelas com o maior índice de audiência tanto no Brasil como em Portugal: *Avenida Brasil*.

4.4.3. Arte em língua portuguesa

A relação entre indústrias culturais e criativas nos países de língua portuguesa ultrapassa os meios de comunicação de massa ou as relações literárias. Segundo Isabel Capelo Gil, as relações culturais entre Portugal e Brasil, e entre todos no mundo lusófono, são muito mais do que aquilo que transparece nos *media*, é o que está na “vanguarda”. Na sua entrevista Isabel Gil comentou que “sobretudo no âmbito da arte contemporânea há uma relação entre a produção artística portuguesa e a produção artística brasileira que tem sido muito fecunda nos últimos anos”.

As relações culturais em língua portuguesa estão presentes em diversas áreas da produção contemporânea na área da fotografia, da escultura e do cinema. Na opinião de Isabel Gil: “os investidores portugueses em arte vão ao Brasil e investem em artistas brasileiros. E isso deve-se à emergência dos artistas brasileiros no sistema de arte mundial, ao valor dos artistas portugueses no sistema de arte mundial e a uma percepção de um momento marcado por divisas em crise, em que a moeda, o euro ou o dólar, está em crise e são precisos valores imóveis onde o investimento seja sólido para o

futuro. Na sua entrevista Isabel Gil defende o “valor da arte” feita em língua portuguesa. Na sua perspectiva, “na arte encontra-se um investimento sólido, sabendo comprar arte (...) Os consultores de arte falam a língua portuguesa, são portugueses, são brasileiros, aconselham os *marchands* e há uma grande dinâmica nesse mercado”. No referente ao fluxo cultural entre a comunidade de artistas, diz Isabel Gil que “há muita parceria com conjuntos de exposições de artistas brasileiros como o Vik Muniz³⁵, é importante para ser apresentado ao público português, que estava acostumado com trabalhos europeus ou americanos”.

A emergência do Brasil aparece também nos fluxos culturais. Segundo Isabel Gil, “o Brasil como grande potência abre muitas portas importantes, não só para a comunidade de artistas, mas também para o público em geral”. O momento da emergência do Brasil pode ser aproveitado pelas artes de todos os países de língua portuguesa. Porém, de acordo com Isabel Gil, é preciso antes que os públicos e os governos “percebam duas coisas: que a arte, e a cultura, é produtora de valor económico, como na Alemanha onde o setor da cultura produz mais valor do que o setor automóvel, e que a educação deve ser o motor dessa formação cultural”. No caso dos países emergentes como o Brasil, a China e a Índia “já se percebeu que a arte não é somente valor simbólico, é também valor económico e que tem que se aproveitar e reconhecer esse momento de emergência” (I. Gil, comunicação pessoal, junho 14, 2013).

4.4.4. Museu Virtual da Lusofonia

O Museu Virtual da Lusofonia, criado em 2017, é uma plataforma de cooperação académica em Ciências Sociais e Humanas, vinculada, sobretudo, às ciências da comunicação e dos estudos culturais, ao ensino pós-graduado, e às artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, em curso no Centro de Estudos da Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Estende-se, também, à Galiza, a Goa e à Região Autónoma de Macau³⁶.

O fundador do museu, Moisés Martins, afirma que a proposta “inscreve-se na tradição dos estudos pós-coloniais, compreendendo as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural,

35 Vicente José de Oliveira Muniz (São Paulo, 20 de dezembro de 1961) mais conhecido como Vik Muniz, é um artista plástico brasileiro radicado em Nova Iorque, que faz experiências com novos *media* e materiais artísticos.

36 www.museuvirtualdalusofonia.com

transnacional e transcontinental” (Martins, 2017). O idealizador do museu complementa que este: “concebe, por outro lado, as políticas da língua e da comunicação como um combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de usuários que têm o Português como língua de referência” (Martins, 2017, p. 47).



Figura 10 Apresentação do site do Museu Virtual da Lusofonia³⁷.

Segundo Moisés Martins, o museu aborda as seguintes dimensões: 1. um arquivo documental, ou base de dados, organizado por categorias, de género, tema e país ou região, e que compreenda narrativas (crónicas e entrevistas), materiais sonoros e pequenos vídeos, relatórios finais de projetos de investigação, programas de cursos de mestrado e doutoramento, assim como revistas científicas; 2. uma secção informativa, que assinala o lançamento de livros, a inauguração de exposições, filmes em estreia, a defesa de teses de mestrado e doutoramento, e também projetos de investigação em execução; 3. uma biblioteca, com teses de doutoramento e mestrado, além de publicações científicas selecionadas: livros, capítulos de livros e artigos; 4. uma filмотeca, com uma curadoria de filmes relevantes, de todo o espaço lusófono; 5. uma fonoteca, com uma curadoria de festivais de música selecionados, com a identificação dos promotores, das bandas de música, dos discos e cantores; 6. glossários de Língua Portuguesa; 7. salas de exposição,

³⁷ www.museuvirtualdalusofonia.com

particularmente de fotografia, postais ilustrados, artes plásticas, filmes e outros materiais audiovisuais.

Em 2020, o Museu Virtual da Lusofonia passou a integrar a plataforma Google Arts & Culture. A plataforma Google Arts & Culture é uma iniciativa sem fins lucrativos da Empresa Google que trabalha com instituições culturais e artistas por todo o mundo. A missão da plataforma é preservar e colocar online a arte e a cultura do mundo, para que esta seja acessível a qualquer pessoa, em qualquer lugar. Devido à crise pandémica de 2020, a apresentação do Museu Virtual da Língua Portuguesa foi realizada em setembro de 2020 e foi transmitida em direto no canal do YouTube e no Facebook do Museu Virtual da Lusofonia e nos *media* sociais do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. A apresentação contou com a presença do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva.



Figura 11 Apresentação do Museu Virtual da Lusofonia no Google Arts & Culture³⁸.

A língua portuguesa, juntamente com a transformação do Brasil, e dos países do Sul como um todo, converte-se numa língua de trabalho internacional, seja nas empresas ou nas indústrias criativas. O motor para essa metamorfose são as próprias pessoas que vivem nos países de língua portuguesa. A língua portuguesa pode ser admitida como uma língua de trabalho, com potencialidades à escala global. Importa ter em atenção se os seus utilizadores têm consciência do impacto económico que esse instrumento,

³⁸ https://artsandculture.google.com/exhibit/museu-virtual-da-lusofonia/gwJC_gjMuVetIw

que têm à sua disposição, lhes pode oferecer. Uma proposta será ter essa consciência menos individual e mais coletiva, estimulando exponencialmente os benefícios a favor de cada um (Galito, 2006).

As línguas desempenham uma função crucial na gênese das culturas e civilizações e o Português só desempenhará esse papel neste século, ao impor-se como língua de ciência, de expressão cultural sendo um meio de afirmação e uma poderosa vertente da economia de um país (Reto, 2012). No entanto, essa metamorfose não se pode tornar “uma alucinada narrativa messiânica (Martins, 2017, p. 30).

Em entrevista, Miguel Vale de Almeida disse que “as línguas, as culturas, as cidades e os espaços são mercadorias. Portanto perante os fenómenos dos BRICS e das relações sul-sul, o Brasil surge claramente como um lugar de “moda”. Assim, as instituições académicas, os investigadores voltaram a atenção ao “produto Brasil” e isso inclui “o pacote da língua, da cultura, da cultura popular. A mesma coisa acontece com Lisboa, como cidade na moda”. Para o antropólogo, esses fenómenos acontecem e fazem parte e ajudam a comprovar que as línguas e as culturas nacionais são produtos. Nesse sentido, e por isso os Estados investem também nesses produtos”. Complementa Miguel Vale de Almeida “nada impede que isso desapareça nos próximos 10 anos e seja substituído”. Na perspetiva de Vale de Almeida continua a faltar da parte do estado brasileiro a “diplomacia cultural”. Ou seja, “O Brasil, não tem o equivalente do Instituto Camões. E está mais do que visto que os estados-nação só funcionam no palco internacional quando têm instituições concebidas propositadamente para tal”. Em contrapartida, Miguel Vale de Almeida apresenta o exemplo de Portugal que nesse cenário, “sendo um país pequeno e estando numa situação de crise, justamente usa a política cultural e linguística como cartada de influência internacional, chega a ser nacionalista por vezes, portanto há aqui um desequilíbrio” (M. Almeida, comunicação pessoal, junho 21, 2013).

Quanto maior o conhecimento sobre o idioma e a cultura de um país, mais facilmente podem ser criadas oportunidades de negócio com ele e mais simples é convencer os outros atores no cenário global de que os países que têm o Português como língua oficial são importantes do ponto de vista político, cultural e económico. Na contemporaneidade marcada pela rapidez dos fluxos de comunicação, poder escolher a língua de trabalho, viver as experiências culturais de cada língua e partilhar essas experiências pode ser o motor de vivência e de reconhecimento da língua portuguesa (Andrade, 2017, 2018).

5. Fluxos e refluxos em língua portuguesa

O interesse crescente pela abordagem de questões relativas à identidade e suas relações, em diferentes áreas do conhecimento deve-se, em boa parte, aos fenómenos relacionados com a globalização, com destaque para a redução do espaço e do tempo. A “compressão espaço-tempo” alargou o horizonte da humanidade e intensificou a circulação de pessoas e bens (Harvey, 1989). As noções de globalização apontam para um conceito que exprime uma rede complexa de processos de interligação de práticas económicas e simbólicas a nível mundial. É aqui que surge o papel das tecnologias da comunicação e da informação. Por outro lado, a globalização envolve ainda um conjunto de discussões tais como a compreensão de fluxos simbólicos mundiais e é precisamente nesses fluxos e refluxos que encontramos a lusofonia. Uma marca observada nesses fluxos é o desconhecimento mútuo das populações. Esse desconhecimento é tanto mais gritante quanto são densos e constantes os fluxos e influxos das migrações entre países como Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal, agravando-se bastante relativamente a países com quem os contactos são mais espaçados como Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor ou Macau (Cunha, 2009, abril). A presença constante do movimento das pessoas nos fluxos e refluxos da Lusofonia pode ser verificada de duas formas: migrações internas e externas (Cunha, 2009, abril).

“Dentro das migrações internas podemos considerar, por exemplo, as mobilidades dos nordestinos brasileiros para São Paulo, mas também dos alentejanos portugueses para Lisboa ou, ainda, com causas e características diferentes dos habitantes do Huambo para Luanda. Mas migrações internas ao espaço Lusófono podem ser, também, as deslocações de cabo-verdianos para Lisboa, de brasileiros para Portugal, de portugueses para o Brasil e Angola. Estas migrações no espaço Lusófono estão historicamente documentadas há alguns séculos e adquiriram uma nova dimensão e expressão com a aceleração da globalização no final do século XX, início do milénio. Mas as migrações externas, que adquirem sentidos de Exílio ou Diáspora, fazem também com que os portugueses constituam a segunda maior comunidade de habitantes no Luxemburgo, e que os cabo-verdianos sejam um dos maiores grupos na Holanda” (Cunha, 2009, abril).

A globalização como marca histórica coincide com a era da exploração e conquista europeias e com a formação dos mercados capitalistas no mundo. Nesse sentido, existem perspectivas diferentes sobre esse processo, de

acordo com as perspetivas dos diferentes historiadores. Assim, para Burke, se a definição abarcar contactos cada vez mais intensos, sejam económicos, políticos ou culturais, entre diferentes partes do mundo, então, a globalização está em andamento há milhares de anos, “com interrupções relativamente menores em certos momentos da história, como no fim do baixo-império Romano” (Burke, 2004). Neste sentido, Burke realça dois tipos de globalização (Fumian como citado em Burke, 2004). A primeira, económica, está relacionada com a ascensão do mercado mundial e tem consequências para a vida de milhões de pessoas. A segunda emerge dos esforços de cooperação internacional, entre os quais: Cruz Vermelha; União Postal Universal; conferência internacional sobre a standardização horária, realizada em Washington, em 1884; estruturação de línguas universais; regresso dos Jogos Olímpicos; congressos e feiras internacionais. Todavia Bayly denomina o processo como “globalização arcaica”, referindo-se à crescente uniformidade entre os sistemas económicos, sociais, políticos e culturais dominantes em diferentes partes do globo, ao longo do século XIX, definindo o intervalo de estudo entre 1780 e 1914 (Bayly, 2004). O autor não identifica a globalização com a ocidentalização ao considerar as origens policêntricas das transformações.

De acordo com Benalva Vitorio, e sem querer questionar a uniformidade entre os quatro sistemas que moveram o fenómeno da globalização até o início do século XX, considera-se que os mesmos, nos últimos anos, concentraram, de forma quase impercetível, a maioria das mudanças em grande parte do mundo (Vitorio, 2007). Refere Benalva Vitorio que da exploração e conquistas europeias aos mercados capitalistas no mundo atual, o processo de globalização não visa apenas os produtos e a força humana, mas também os “corações e mentes daqueles que correm atrás de sonhos, até mesmo em outros lugares. Promove, o fenómeno recente da migração dos povos periféricos às regiões centrais, polos controladores da globalização” (Vitorio, 2007, p. 19).

No entanto, Renato Ortiz propõe pensar o mundo, não a partir da América, mas no que toca ao seu fluxo, levantando a partir daí questões pertinentes para as realidades nacionais, lançando luz sobre as mesmas a partir de outro ângulo. Assim, considera, entre outros, o “falso problema da homogeneização da cultura”, pois entende que diversidade e semelhança caminham juntas, “expressando a matriz modernidade/mundo numa escala ampliada” (Ortiz, 1997, p. 23).

Vivemos num “globo” em constante mutação, com ligação direta ou indireta a quase tudo o que fazemos. Para Anthony Giddens, há quem renegue o termo globalização, os chamados céticos, alguém para quem este conceito não passa de conversa e que defende que a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. Por outro lado, Giddens fala-nos também dos radicais, para os quais a globalização é algo de bem concreto e que está presente e se faz sentir por toda a parte.

Neste debate de opiniões em torno deste conceito, Giddens acredita também que o volume de comércio de hoje é superior ao de qualquer outro período anterior e abrange um grande número de bens e serviços. No entanto, a principal diferença está a nível financeiro e ao nível dos movimentos de capital (Giddens, 1991). O modo como Giddens caracteriza o conceito de globalização remete-nos para esta ideia:

“A globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa” (Giddens, 2002, p. 45).

Neste seguimento, Giddens refere-se também à comunicação instantânea à escala global e à partilha de significados, aludindo às noções sintetizadas por M. McLuhan quando usa a expressão “aldeia global” e relaciona a globalização com as tecnologias eletrónicas (Giddens, 1999).

“A comunicação electrónica instantânea não é apenas uma forma de transmitir notícias ou informações mais rapidamente. A sua existência muda o próprio quadro das nossas vidas, tanto ricas como pobres. Quando a imagem de Nelson Mandela pode ser-nos mais familiar do que o rosto do nosso vizinho do lado, algo mudou na natureza da nossa experiência quotidiana” (Giddens, 1999, pp. 11-12).

Na opinião de Giddens, a globalização constitui uma mudança social qualitativa, algo de radicalmente novo e que é apenas característico da modernidade tardia ou da alta modernidade, sem, contudo, questionar a continuidade relativamente à modernidade, pois corresponde precisamente à radicalização de tendências inerentes à modernidade.

Uma das primeiras referências ao conceito de globalização é a expressão “aldeia global” de M. McLuhan, metáfora através da qual o autor sintetizou

diversos aspetos da era eletrónica (McLuhan & Fiore, 1968). O aspeto mais evidente é a mudança na perceção dos conceitos de tempo e espaço, pois o tempo sequencial e o espaço visual da era da escrita e da imprensa são substituídos pelo tempo síncrono, pela instantaneidade e simultaneidade, bem como pelo espaço acústico da era eletrónica (McLuhan & Fiore, 1968). O autor refere também o conceito de implosão para descrever a noção de redução do espaço e a noção de globo causada pelos *media* eletrónicos que permitem uma comunicação imediata à escala global, tanto a nível inter-pessoal como de massas. Na era da literacia e da imprensa, a dimensão global acentua-se, pois as tecnologias permitiram ao homem ocidental viajar por todo o mundo e impor a sua lógica num modelo imperial, o que significa que o mundo se pode dividir num centro com elevada literacia e com periferias. Ao contrário, os *media* eletrónicos provocam no globo um processo de implosão, em que todas as localizações se interligam, mas segundo um modelo de rede, que inclui vários centros (McLuhan & Fiore, 1968).

A escolha da expressão “aldeia” remete para a interdependência característica das comunidades pequenas, em que um acontecimento tem consequências para toda a comunidade. Assim, a definição que Giddens propõe para o conceito de globalização vai ao encontro desta ideia: globalização significa que um acontecimento local pode ter repercussões à escala global e em locais muito distantes (Giddens, 1999). Embora M. McLuhan tenha indicado a televisão como principal exemplo de um meio com estes efeitos, alguns autores como N. Postman e Levinson argumentam que só na era digital, com tecnologias como a internet, é possível a concretização efetiva do que M. McLuhan descreveu como “aldeia global” (Postman, 1993; Levinson, 1999).

Na opinião de Isabel Gil, “se o século XX se revelou o século das identidades, o século XXI será necessariamente o século das interculturalidades (...) O processo intercultural é (...) complexo, ambivalente, feito de fluxos e refluxos” (Gil, 2008, pp. 31-33).

A globalização, para além de económica, tem também vertentes políticas, culturais e tecnológicas, comunicacionais e até ambientais e religiosas. Nas diversas vertentes da globalização encontramos a tecnológica. A globalização tecnológica tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicações, registado a partir de 1844 com a invenção do telégrafo eléctrico. Para Canclini, o desenvolvimento tecnológico, sobretudo os satélites e a informática, contribuíram para criar, nas últimas décadas, um mercado económico e financeiro mundial onde a produção foi sendo desterritorializada (Canclini, 2006). As novas tecnologias têm surgido nesta época a uma

velocidade vertiginosa e cada vez com maior impacto. Nos Estados Unidos, a rádio levou 40 anos para atingir os 50 milhões de ouvintes e 15 anos depois da sua invenção esse era o número de pessoas que utilizava computador pessoal. Quatro anos após a invenção da internet, o número de utilizadores era de 50 milhões de pessoas.

5.1. Migrações: fluxos e refluxos entre Portugal e Brasil

A globalização remete-nos para outra referência: a migração. O movimento de pessoas é um ponto fulcral na atual sociedade globalizada e em rede. Por outro lado, Arjun Appadurai acrescenta à migração a comunicação de massas que “criam conjuntamente um novo sentido do global como moderno e do moderno como global” (Appadurai, 1996, p. 23). O atual mundo global caracteriza-se pela forte migração em massa e pela mediação eletrónica, fornecendo novas formas de observar os padrões de consumo, o multiculturalismo e as questões de identidade (Appadurai, 1996).

A mobilidade das pessoas está a crescer a uma escala que pode apropriadamente ser chamada de sublevação (Rosenau, 2010). A mobilidade daqueles que diretamente se movem pelo mundo multiplica encontros com culturas, gerando aquilo que se conhece por “perícias imaginativas” (Rosenau, 2010). Essas perícias são multiplicadas através de cartas (*e-mail*), fotografias e mensagens que aqueles que se movem enviam para casa. Segundo Rosenau, “os dados descritores da sublevação da mobilidade não são meios estrondosos, mas descritores da exposição à educação e às tecnologias de informação” (Rosenau, 2004, pp. 63-65). Para Homi K. Bhabha, enquanto a historiografia tradicional identificava a ideia de nação como uma narrativa do “progresso nacional”, as grandes migrações contemporâneas trouxeram consigo uma reatualização desse conceito, a partir de recriações culturais e sentimentos de “nostalgias culturais”, novas “etnicidades”, novos movimentos sociais, facilmente confirmados pelo sentimento de pertença nos estrangeiros que se observa nas produções culturais ligadas à sua origem, nos outros países (Bhabha, 1990).

No espaço investigado neste trabalho, o luso-brasileiro, desde meados da década de 1980 que começaram a registar-se inversões do papel do imigrante tanto no Brasil como em Portugal. De um lado, o Brasil, uma nação historicamente composta por imigrantes e o principal destino de imigrantes portugueses, começou a exportar migrantes mundo fora, inclusivamente para Portugal. Do outro lado, Portugal, membro do bloco económico europeu,

tornou-se recetor de migrantes do Brasil bem como das suas antigas colónias de África (Feldman-Bianco, 2004).

Em relação ao tema da imigração no espaço falado em língua portuguesa, diz Maria Baganha: “Em suma, o sistema migratório lusófono é um sistema bem consolidado na atividade ao longo dos séculos, envolvendo primeiro apenas dois países lusófonos, Portugal e Brasil e, de 1974-1975 em diante, ampliado aos países africanos de língua portuguesa” (Baganha, 2009, p. 18).

Entre o Brasil e Portugal existem fluxos e refluxos migratórios que contextualizam a atual migração. De finais do século XIX até à década de 1930, o Brasil foi destino histórico da emigração portuguesa: dos cerca de 1,3 milhões de migrantes saídos de Portugal, entre 1855 e 1914, 82% foram para esse destino, 2% para a Argentina e 15% para o Canadá. Ao Brasil, para onde os portugueses rumaram em primeiro lugar, terão chegado cerca de 1,3 milhões entre 1820 e 1930 (1,8 milhões se o período se estender a 1972) (Klein, 1991). A distribuição das regiões de fixação dos portugueses pelos estados brasileiros mostrava o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais a disputar os três primeiros lugares em qualquer das décadas, entre 1920 e 1970 (Klein, 1991).

A imigração de 1930 e 1960 foi estudada por Heloísa Paulo. Esta autora na sua investigação deu conta da “trajetória da adesão dos emigrantes ao salazarismo”, tendo depreendido que, independentemente das opções ou consciência política de cada “patrício”, o Estado Novo de Salazar soube alimentar a ligação do emigrante ao universo rural, à sua aldeia e às suas tradições regionais, assegurando, durante décadas, “mesmo sem a utilização de aparelhos formais de propaganda ... a devoção de uma grande parte da colónia portuguesa do Brasil” (Paulo, 2000, p. 563). Com a revolução de 1974 assistiu-se à migração de portugueses para o Brasil em um modelo de “Repulsão/Exílio”, encerrando-se assim a corrente migratória de Portugal para o Brasil no século XX (Pinho, 2013).

Enquanto na década de 1980, assiste-se a uma corrente migratória inversa, de brasileiros para Portugal, em plena época de crise brasileira. Esse fluxo relacionou-se com a expansão portuguesa em curso, associada a fontes de financiamento decorrentes da entrada na União Europeia e na Zona do Euro (Santos & Pinho, 2014). Na história recente é possível assinalar três momentos na emigração oriunda do Brasil para Portugal, aos quais se associam tipos de migração diferentes, embora entre os dois primeiros seja

possível encontrar uma causalidade cumulativa (Massey, Glodring & Durand, 1994) e acabam por ser associados apenas a um:

1. o primeiro período, de aparecimento do fluxo nos primeiros anos da década de 1980, intensificado com a entrada efetiva de Portugal na Comunidade Económica Europeia, é caracterizado por movimentos de retorno de portugueses imigrados no Brasil com os seus cônjuges, filhos e familiares, e de brasileiros que têm, com estes, relações de sociabilidade (contracorrente migratória), originados por períodos de alguma convulsão política e económica no Brasil e por sentimentos de insegurança generalizados (Pinho, 2001);
2. o segundo período, muito curto, na primeira metade dos anos de 1990, é caracterizado pelo desenvolvimento de um fluxo migratório marcado por uma autonomização crescente da lógica inicial de contracorrente, que se dirige, progressivamente, para localizações geográficas já diferentes daquelas de onde tinham partido os emigrantes portugueses para o Brasil. Constituiu-se, assim, como fileira migratória independente composta por indivíduos para quem o destino português já surge de forma mais inequívoca no ranking de destinos de emigração atrativos, devido à integração na União Europeia e à veiculação da imagem de um país moderno na comunicação social brasileira (Pinho, 2001, 2007; Vitorio, 2007);
3. o terceiro período, mais longo, com início nos últimos anos da década de 1990 e até à atualidade, de controlo mais rígido das fronteiras, quando coexistiram duas situações. Por um lado, alguma migração na continuidade do fluxo anterior. Por outro, uma imigração irregular sem precedentes, resultante da entrada de cidadãos brasileiros sem vistos de trabalho, demonstrando a dominância de processos que, embora já tivessem existido durante a década de 1990, nunca tinham tido o peso que adquiriram e que o regime de autorizações de permanência veio evidenciar de forma clara logo no primeiro ano da sua aplicação (Vitorio, 2007; Santos & Pinho, 2014).

A população migrante brasileira em Portugal corresponde a “em grande parte, uma imigração não qualificada” (Faustino et. al., 2009, p. 92). No entanto, já é perceptível uma inversão dos acontecimentos, “por um lado, os imigrantes não qualificados que estão em Portugal irão retornar ao Brasil,

uma vez que este está em crescimento. Por outro lado, a emigração brasileira será sobretudo qualificada, assistindo-se à vinda de muitos empresários para Portugal”, que perceberam que o país é porta de acesso à União Europeia (Faustino et. al., 2009, p. 92). Neste sentido, Portugal é utilizado como plataforma de exportação para o resto da Europa. Perante a crise de 2008, em 2013 a imigração brasileira em Portugal foi caracterizada como de “resistentes e retornados” os que permaneceram no turbilhão da crise e os que retornaram ao Brasil ou tentaram reconstruir a vida em outros países (Vitorio, 2015).

A partir de 2014, a instabilidade política do Brasil, e também, a eleição de Donald Trump, nos EUA, segundo o estudo da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), fez com que “muitos brasileiros que haviam investido na Florida, procurassem alternativas seguras, como o imobiliário português”. Segundo a APEMIP, em 2018 os brasileiros representaram 19% do investimento imobiliário estrangeiro em Portugal. Isso deveu-se a uma estratégia que Portugal implementou criando incentivos fiscais com o objetivo de atrair estrangeiros de alta renda para o sul da Europa. Em 2012, depois de buscar um resgate internacional, o estado português começou a oferecer vistos de residência para não europeus que comprassem imóveis com o valor superior a 500 mil euros. A proximidade da matriz cultural entre o Brasil e Portugal é muito grande, o que explica o elevado nível de assimilação cultural que as sucessivas vagas de imigrantes no Brasil, das mais variadas origens, foram absorvendo, evitando fenômenos de gueto e outros fatores de diferenciação que tendem a reduzir o bem-estar, tanto no país hospedeiro como por parte de imigrantes com um nível de segregação elevado (Reto, 2012).

Tendo por base o relatório de 2019 dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras português, no final de 2019 os brasileiros constituíam a maior comunidade de estrangeiros em Portugal (25,6%), seguidos pelos cabo-verdianos (6,3%) e o crescimento do número de cidadãos do Reino Unido que representam 5,8%, quando em 2016 o país ocupava a sexta posição. Esta subida é entendida como reflexo do Brexit (SEF, 2019). Os italianos aparecem na sétima posição, ainda que segundo o mesmo relatório, 29,5% dos cidadãos de nacionalidade italiana sejam naturais do Brasil (SEF, 2019). No mesmo relatório é possível observar que havia 590.348 cidadãos estrangeiros a viverem em Portugal.

Em 2010, o número de brasileiros em Portugal, com estatuto de residente legal, era de 119.195 habitantes (INE, 2011). Em 2019 esse número aumentou

para 150.919 (INE, 2020). Ainda, de acordo com o Censo Demográfico Brasileiro, realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) depois dos Estados Unidos, Portugal é o segundo principal destino da emigração brasileira, com 13,4% do total de emigrantes.

Ano	Total emigrantes
1986	7.470,00
1991	12.678,00
1996	20.082,00
2001	23.422,00
2003	26.508,00
2009	115.882,00
2010	119.195,00
2012	105.518,00
2016	79.569,00
2018	104.504,00
2019	150.919,00

Figura 12

Representação da população brasileira em Portugal entre 1986-2019³⁹.

O número de cidadãos brasileiros que vive em Portugal começou a decrescer em 2011, tendência que se repetiu em 2012, confirmando-se em 2016. Como principais fatores explicativos, concorrem a aquisição da nacionalidade portuguesa, a alteração de fluxos migratórios e o impacto da crise económica no mercado laboral de 2008. De acordo com o Relatório do SEF de 2013, no contexto atual das migrações, Portugal assume-se como um país de “regime misto”, ao ser recetor e emissor de migrantes (SEF, 2013). Ainda de acordo com o referido relatório, o crescimento sustentado da primeira década do século XXI apresenta uma inflexão explicada pela concorrência de três fatores: “o acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da atual Lei da Nacionalidade), a alteração de processos migratórios em alguns países de origem (Brasil e Angola) e o impacto da crise económica e financeira (redução do investimento e do emprego)” (SEF, 2013).

³⁹ Instituto Nacional de Estatística - INE, Anuário Demográfico e Relatório dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras português (vários anos) (atualizado em novembro de 2020).

Por outro lado, também é perceptível um retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal ao seu país de origem. O número de imigrantes que pediu ajuda para sair de Portugal quadruplicou em 2006, sendo os brasileiros os que mais recorrem ao Programa de Apoio ao Retorno Voluntário da Organização Mundial para as Migrações (OIM) (Paulo, 2010). Segundo dados da OIM, o número de pedidos de retorno voluntário passou de 252, em 2006, para os 1011, em 2010. Os brasileiros foram os que mais recorreram ao programa (80%), seguindo-se os angolanos, cabo-verdianos e ucranianos (Paulo, 2010).

De notar o destaque dado pelo supracitado relatório que fala dos “fenómenos migratórios como complexos”, falando-se da emergência de uma política harmonizada de migração e de asilo em desenvolvimento na União Europeia (SEF, 2013). Assim, em 2012, procedeu-se ao aperfeiçoamento da “Lei de Estrangeiros”, com a criação de dois instrumentos de atração de estrangeiros para residir em Portugal:

1. a autorização de residência para atividades de investimento (ARI) – um regime específico potenciador do investimento direto estrangeiro em Portugal
2. o “Cartão Azul UE” – potenciar o *brain gain* em Portugal com o regime europeu de autorização de residência para cidadãos altamente qualificados.

A partir de 2018, com a instabilidade vivida no Brasil e as mudanças no cenário internacional, Portugal voltou a receber um grande número de imigrantes brasileiros, registando em 2019 o maior crescimento de sempre. Entre os motivos de imigração mais relevantes apresentados pelos imigrantes brasileiros, em 2019, constam atividades profissionais (34,5%), reagrupamento familiar (26,9%), e os estudos (11,0%) (SEF, 2019).

Os últimos anos da primeira década do século XXI apresentaram mutações económicas e sociais tanto no Brasil como em Portugal, tendo esse último passado por momentos difíceis que foram agravados com a crise financeira, com repercussões mundiais, de 2008 (Martin, 2009). A crise mundial veio acrescentar fatores de desvio a possíveis previsões relativas à emigração brasileira para Portugal. Por outro lado, o crescimento da economia brasileira, devido aos eventos do Campeonato do Mundo de Futebol em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016, conduziram a uma diminuição dos fluxos migratórios brasileiros. Estes eventos conduziram a um inerente investimento em infraestruturas e tecnologia de comunicação, imprescindíveis para os

dois acontecimentos o que implicou um aumento de postos de trabalho. Nesta fase, o Brasil adquiriu novamente potencialidade como destino plausível na emigração portuguesa e no retorno de brasileiros. O país tornou-se uma alternativa, numa altura em que a taxa de desemprego em Portugal aumentou, passando de 8,0%, em 2007, para 16,3%, em 2013. A taxa de desemprego entre os imigrantes residentes no país já era de 17% em 2011. Com o agravamento do *déficit*, e a entrada do FMI em Portugal, acentuaram-se as medidas de austeridade no país e, em contexto de agravamento do desemprego, a emigração intensificou-se. Em alternativa aos destinos europeus, que nas últimas décadas constituíam os preferidos pelos emigrantes, devido ao acesso facilitado pela liberdade de circulação europeia, aparecia, portanto, a alternativa de migração para o Brasil (Santos & Pinho, 2014).

Ano	Números da imigração
1881-1900	316.204
1901-1930	754.147
1931-1950	148.699
1951-1960	235.635
1961-1967	54.767
1981-1991	4.605

Figura 13

Estimativas da imigração portuguesa no Brasil⁴⁰.

De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assistimos a um ciclo constante de imigração portuguesa para o Brasil e uma atual mudança nos “fluxos” da imigração.

Os números indicam também quantos portugueses e descendentes de portugueses vivem no Brasil, segundo dados do Observatório da Imigração Portuguesa, analisados para um intervalo de tempo entre 2003 e 2019 (Figura 14).

⁴⁰ Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

Ano	Total nascimentos Portugal	Total portugueses	Total população
2003	n.d.	n.d.	700.000,00
2005	n.d.	n.d.	700.000,00
2007	n.d.	n.d.	700.000,00
2008	384.244,00	493.227,00	700.000,00
2010	406.242,00	552.264,00	705.616,00
2012	425.396,00	558.737,00	612.203,00
2013	n.d.	n.d.	581.869,00
2015	n.d.	n.d.	670.760,00
2018	n.d.	n.d.	713.130,00
2019	n.d.	n.d.	821.276,00

Figura 14

Distribuição da população portuguesa e de origem portuguesa no Brasil (2003/2019)⁴¹.

Os portugueses que migraram, recentemente, para o Brasil, vão “não apenas rejuvenescer a população portuguesa que emigrou para o país no século passado” (Santos & Pinho, 2014, p. 15). A característica desse perfil de imigrante tem a “tendência de possuir um maior nível de escolaridade e qualificação, com certeza respondendo às necessidades de mão-de-obra com essas características no Brasil”, necessidades associadas às obras de infraestrutura relacionadas com os eventos desportivos mundiais como o Campeonato do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (Santos & Pinho, 2014: 15). Desde esse momento de transformação que o Brasil apresenta um relevante aumento do número de migrantes portugueses.

A presença, os fluxos e refluxos de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal sempre foi uma constante. O sonho europeu pode ser evidenciado nesses fluxos e atualmente o sonho de um “Brasil emergente” pode estar na base da atual imigração portuguesa para o Brasil.

41 Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, conforme informação concedida pelas embaixadas e consulados portugueses (atualizado em novembro de 2020).

Os fluxos de pessoas entre os “nossos” dois países existem desde 1500 com a chegada dos portugueses, passando pelas ondas de imigração de 1530, 1800, 1900 e a atual vaga de imigração que começou no ano 2000 (Pinho, 2013).

Os diversos fluxos de imigrantes entre Portugal e Brasil pode ser observado na figura 15. Dos dados apresentados é importante salientar o movimento de brasileiros para Portugal, “brasileiros” de origem portuguesa que regressaram a “casa” em 1800, as ondas de imigração de 1980 e as atuais de 2000 a 2008 e de 2008 a 2020.

Entretanto, observamos um aumento dos fluxos de pessoas entre Portugal e Brasil na qualidade de “turistas”. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o mercado brasileiro representou 5,5% do total do turismo internacional que aumentou 13,9% em relação ao ano de 2018⁴². Ainda de acordo com o INE, o Brasil foi em 2019 o terceiro maior mercado emissor de turistas estrangeiros com dormidas em Portugal.

A partilha de uma língua comum funciona como facilitador e redutor de custos de transação, quer da população migrante quer dos hospedeiros que a acolhem, empregam e integram. Além de influenciar a escolha do país de destino, a língua do hospedeiro é moldada pelos fluxos migratórios, sofrendo influências sobre a pronúncia, o léxico e as construções gramaticais (Reto, 2012). Assim, “é expectável que os imigrantes que partilham a língua-hóspede tenham mais êxito na sua integração social, como nos processos de aquisição de estatuto social” (Reto, 2012, p. 102).

42 INE (2019) Estatísticas do Turística de 2019

Direção	Período	Mudanças macro 2 países	Repulsão/atração	Tipos
Portugal-Brasil	Meados XIX e início XX	- Processo de modernização (tardio) - Pressão demográfica	- Incapacidade de absorção de mão-de-obra libertada da agricultura - Oportunidades de trabalho	Povoamento laboral
Portugal-Brasil	1974	25 de abril - Instabilidade geral - Retenção de poupanças - Entrada na CEE	Exílio - Hiperinflação, insegurança generalizada - Segurança - Língua, legislação	Forçada/exilados - Contracorrente - Migração qualificada
Brasil-Portugal	A partir de 1986 até +/- 1994	- Investimentos em infraestruturas em Portugal - "Recrutamento" - 11 de setembro	- Oportunidades no mercado de trabalho, valorização Euro - Língua, legislação	Laboral (predomínio)
Brasil-Portugal	+/- 1998 até +/- 2008	- Crise europeia - Austeridade	- Desemprego - Oportunidades de trabalho - Língua, legislação	- Retorno/ contracorrente - Qualificada/Artes (predomínio)
Brasil-Portugal	2ª década 2000	- Instabilidade brasileira e americana	- Desemprego - Oportunidades de trabalho - Língua, legislação Habituação	- Qualificada/ Artes - Empresários
Brasil-Portugal	Final segunda década de 2000			

Figura 15
Distribuição dos fluxos migratórios entre Portugal e Brasil⁴³.

⁴³ Adaptado de Pinho, F. (2013). Correntes e contracorrentes migratórias: as migrações entre Brasil e Portugal apresentado no Workshop CIES 17/04/2013

5.2. As crises e a globalização – Europa e América Latina

A primeira crise financeira internacional do século XXI ocorreu em setembro de 2007, despoletada pela falência do banco Lehman Brothers. Na Europa, as alterações tiveram impacto na designada crise da dívida pública que começou a desenhar-se em 2009. O pedido de ajuda externa solicitado pela Grécia (maio de 2010), pela Irlanda (novembro de 2010) e por Portugal (abril de 2011), países que se viram sem capacidade para cumprirem os seus compromissos financeiros, consolidaria a Crise da Zona Euro. Esta crise, acompanhada pela pressão das agências americanas de cotação financeira (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) que baixaram sucessivamente a cotação dos Estados e das empresas destes países, como da Bélgica, Espanha, Itália e França, com base na especulação sobre possíveis incumprimentos, levaria à implementação de medidas de “austeridade”. A aplicação destas medidas, coordenadas por representantes do Banco Mundial, FMI e Banco Central Europeu viria a desencadear, em todos estes países, sobretudo nos mais vulneráveis (Grécia, Irlanda e Portugal) contrações súbitas do PIB (superiores a 3%), um aumento exponencial do desemprego (acima dos 15%), despedimentos em massa no setor público e privado, redução de salários e benefícios sociais e aumento dos impostos diretos e indiretos, com sérias consequências para a economia.

Esta “crise económica” é diferente das anteriores, pois vivíamos num ambiente globalizado, onde as redes tecnológicas são usadas para uma conexão muito mais estreita do que em crises anteriores.

Ainda, na primeira década do século XXI, Fiori chama atenção para:

“a rapidez com que a utopia da globalização, do fim das fronteiras nacionais foram soterradas e para a velocidade ainda maior de retorno do sistema mundial à sua velha ‘geopolítica das nações’, com o fortalecimento das fronteiras nacionais e da competição económica mercantilista e aumento da luta pelas hegemonias regionais” (Fiori, 2007).

Em Portugal, a “crise económica” vinha-se arrastando desde o início do milénio, com o crescente endividamento interno e externo, baixas taxas de crescimento do PIB (0,3 a 1,5%), aumento do desemprego e dificuldades em enfrentar a abertura aos mercados emergentes (Cunha, 2012).

Na opinião de Henrique Iglesias, que foi presidente da Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB), na América Latina os efeitos da crise euro-americana dependem muito das decisões da União Europeia. A América Latina está “a viver um momento mais seguro, uma vez que se assiste a uma consolidação da democracia em vários países, mas ao mesmo tempo, existe todo um conjunto de fatores que torna tudo mais vulnerável. Isso porque estamos num planeta onde, quando ocorre algo num sector importante, o reflexo aparece logo noutra ponta do mesmo” (Iglesias, 2011).

A América Latina enfrentou esse grande desafio que foi a consolidação do desenvolvimento sustentável, conseguindo chegar a uma fase positiva de integração no processo de globalização. Segundo Ernesto Ottone:

“a atuação desta região face à crise global foi relativamente autónoma e bem-sucedida (...) existem motivos para pensar que a América Latina se pode transformar num protagonista nos assuntos mundiais. A América Latina pode desempenhar um papel muito importante num novo mundo com outras regras e outros tipos de globalização (Ottone, 2011, pp. 109-114).

Entre os países com maior desenvolvimento na América Latina, o Brasil tem reagido neste sentido com medidas pontuais nos setores mais afetados. O Mercosul (Mercado Comum do Sul, composto por cinco países da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), adotou práticas semelhantes e medidas prudentes para dificultar a invasão de produtos industriais, especialmente da China, que por consequência da crise nos países europeus e nos Estados Unidos, tem vindo a direcionar o seu comércio para a América Latina.

De uma forma geral o Brasil é considerado, na arena internacional, uma superpotência emergente, devido ao seu contingente populacional e ao crescimento económico que tem vindo a registar desde a aplicação do Plano Real. Com a criação da expressão BRIC (acrónimo para Brasil, Rússia, Índia e China), em 2001, o Brasil passou a ser um importante ator no cenário mundial, canalizando muitos investimentos (O'Neill, 2009).

Para além dos avanços nas áreas económica e comercial, o Brasil tem visto aumentar também a sua importância estratégica no globo, participando nas cimeiras do G-20 e em outras coligações e instituições de peso, participando de decisões que afetam diretamente o destino do sistema internacional nos seus diferentes aspetos.

O quadro geral de recessão da economia europeia atrapalha a expansão das exportações brasileiras para a União Europeia (UE). Os primeiros meses de 2011 foram palco de grandes sucessos, resultando num elevado grau de trocas bilaterais entre o Brasil e a Europa, aproximando-se pela primeira vez da marca dos 100 mil milhões de dólares (Gomes, 2012). Os bons números do início de 2011 acabariam por ser minados a partir de setembro do mesmo ano pela ameaça da crise na zona euro (Gomes, 2012).

A crise vivida em 2008 é global sem ser mundial. Na perspetiva de Manuel Castells, “enquanto a Europa e os Estados Unidos estavam, e ainda estão, em grande parte numa das mais profundas crises económicas desde 1930, o mesmo não acontecia com a China e América Latina” (Castells, 2011, p. 7). A complexidade dessa crise está diretamente associada ao mundo global interligado entre regiões e também nos diferentes sistemas económicos. E, por esse motivo, “o que acontece na China é importante para a Europa, o que acontece na Europa tem importância para o Estados Unidos, o que acontece no Brasil é importante para Portugal e o que acontece em Portugal é importante para a Alemanha (Cardoso, 2011, p. 51).

Em contrapartida, esta crise abrange muitas áreas da vida: social, cultural, individual, financeira, económica, das migrações... “é diferente na sua amplitude. É diferente no sentido em que estas camadas estão tão profundamente inter-relacionadas umas com as outras que não podemos realmente prever como é que algo que acontece na área financeira vai afetar a área cultural” (Banet-Weiser, 2011, p. 105).

Do mesmo modo, e antes de 2007, a América Latina, sobretudo o Brasil, passou por um momento de alterações políticas e económicas com o surgimento de novos atores sociais, programas políticos e formas de luta, conquistas no campo da geração e distribuição de rendimento, da democratização dos bens culturais, das ações afirmativas e da valorização das periferias e comunidades pobres das metrópoles que, de certo modo, fez com que a crise que passaria a ser global depois de 2008 rapidamente se estendesse à América Latina (Cocco, 2009).

Quando elencamos os fenómenos da globalização, as migrações são uma constante. Os fluxos, em rede, da economia e das pessoas, sofreram também alterações significativas com a crise iniciada em 2008. Verificou-se uma mudança no padrão desses fluxos, que se deve a transformações muito mais vastas e influentes, como as consequências da globalização dos capitais dos anos 1980 e das comunicações a partir dos anos 1990.

Ainda assim, as alterações nos processos de globalizações em virtude das crises permitem um novo “momento” na União Europeia e no Mercosul. Neste sentido, os parâmetros importantes na nossa investigação, as relações económicas, sociais e culturais entre Portugal e Brasil, membros dos grupos internacionais acima referidos, têm também sofrido alterações, graças aos fluxos tecnológicos, com as mudanças das posições económicas entre a Europa e América Latina. Importa destacar que os países que têm a língua portuguesa como produto de herança cultural, desde muito cedo presente nos cinco continentes, podem ser uma afirmação (económica, identitária, social, política e tecnológica) no atual movimento de fluxos e de pessoas.

Assim, na opinião do sociólogo Octávio Ianni, “este é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional e que dá lugar a um novo paradigma fundado na reflexão sobre a sociedade global” (Ianni, 2000, p. 239). Para este autor, “o conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é (...) global” (Ianni, 2000, p. 239). O sociólogo defende que “a sociedade nacional não dá conta, nem empírica nem metodologicamente, nem histórica nem teoricamente, de toda a realidade na qual se inserem indivíduos e classes, nações e nacionalidades, culturas e civilizações” (Ianni, 2000, p. 239). No que toca à globalização em língua portuguesa, as relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo característicos da sociedade global exigem novos conceitos, categorias e interpretações.

6. Os novos *media*. A questão tecnológica em português

Na atual sociedade em rede, a língua portuguesa tem vindo a afirmar-se no “mundo” virtual através da internet. Em março de 2020, de acordo com os dados da figura 16, é possível concluir que 171.750,818 cidadãos que falavam a língua portuguesa usaram a internet, representando 3,7% do universo total de utilizadores da internet. Da estimativa de 290.939,425 cidadãos que falam Português no mundo, apenas 59,9% usam a internet, embora o número de utilizadores de internet que fala Português tenha registado, entre os anos 2000 e 2020, um crescimento na ordem dos 2.167,0%, o que corresponde a uma taxa bastante promissora. Na figura 17 verificamos que desse total 72% são acedidos em Portugal, seguidos do Brasil com 70,5%, e de Cabo Verde com 48,2%. Estes dados quando comparados com os recolhidos para 2012, onde o acesso à internet em Portugal atingia os 50,7%, no Brasil 43,4%, em Cabo Verde 28,8%, salientam o crescimento de aproximadamente 30% no Brasil e de 21% em Portugal.

Top Ten Languages Used in the Web - March 31, 2020 (Number of Internet Users by Language)					
TOP TEN LANGUAGES IN THE INTERNET	World Population for this Language (2020 Estimate)	Internet Users by Language	Internet Penetration (% Population)	Internet Users Growth (2000 - 2020)	Internet Users % of World (Participation)
English	1,531,179,460	1,186,451,052	77.5 %	742.9 %	25.9 %
Chinese	1,477,137,209	888,453,068	60.1 %	2,650.4 %	19.4 %
Spanish	516,655,099	363,684,593	70.4 %	1,511.0 %	7.9 %
Arabic	447,572,891	237,418,349	53.0 %	9,348.0 %	5.2 %
Portuguese	290,939,425	171,750,818	59.0 %	2,167.0 %	3.7 %
Indonesian / Malaysian	306,327,093	198,029,815	64.6 %	3,356.0 %	4.3 %
French	431,503,032	151,733,611	35.2 %	1,164.6 %	3.3 %
Japanese	126,476,461	118,626,672	93.8 %	152.0 %	2.6 %
Russian	145,934,462	116,353,942	79.7 %	3,653.4 %	2.5 %
German	98,654,451	92,525,427	93.8 %	236.2 %	2.0 %
TOP 10 LANGUAGES	5,273,725,132	3,525,027,347	66.8 %	1,188.2 %	76.9 %
Rest of the Languages	2,522,890,578	1,060,551,371	42.0 %	1,114.1 %	23.1 %
WORLD TOTAL	7,796,615,710	4,585,578,718	58.8 %	1,170.3 %	100.0 %

Figura 16

Representação do top 10 das línguas mais usadas na internet (n.º de utilizadores de internet pela língua)⁴⁴.

44 INTERNET WORLD STATS – IWS (2020) – Usage and Population Statistics, Internet World Users by Language – Top 10 Languages

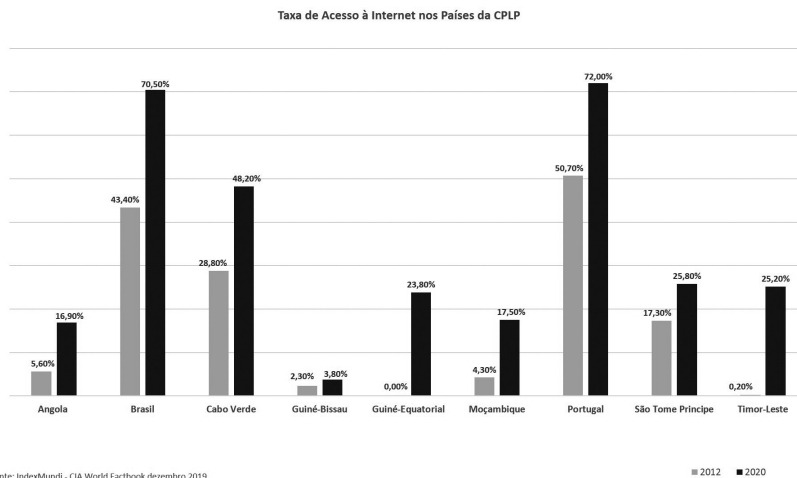


Figura 17

Taxas de acesso à internet nos países da CPLP⁴⁵.

Com base nos dados apresentados pela revista *Time* em 2010 o Twitter era utilizado por cerca de 23% dos consumidores de internet no Brasil, enquanto os americanos utilizam 11,9%. Segundo a reportagem “Why Is Twitter So Popular in Brazil?” o país seria responsável por quase 65% do tráfego no site do Twitter.

Na opinião de James Green, a contextualização do uso das ferramentas de *media* sociais no Brasil passa pela pós ditadura no Brasil (Green & Fastenperg, 2010). Refere Green que os *media* sociais são um modo de “contra-atacar” com liberdade de expressão. Este autor reforça ainda que os *media* sociais no Brasil criam espaços de inclusão digital, no crescimento da classe média por oposição aos *media* tradicionais. Para Raquel Recuero, o Twitter no Brasil “dá acesso a determinados tipos de capital social que outras ferramentas não dão, fazendo com que as redes sociais ali presentes funcionem como filtro das informações, organizando e tornando relevantes coisas específicas para seus grupos de interesse” (Recuero, 2010). Ainda, segundo Recuero: “o Brasil tem uma larga história de adoção dessas tecnologias mais “sociais”, como o Fotolog, o Brasil foi, durante uma boa parcela de tempo, o primeiro país em número de fotologs; *weblogs*” (Recuero, 2010). Segundo dados de 2020, o Brasil é o quarto país que mais utiliza o *media*

⁴⁵ Definitions of World Telecommunication/ICT Indicators, November 2020, International Telecommunication Union (Geneva), November 2020. Consultado em novembro de 2020.

social Twitter atrás da Índia, do Japão e dos Estados Unidos⁴⁶. Na análise desses elementos é ainda perceptível que o Brasil é o terceiro país em número de utilizadores no *media* social Instagram, perdendo para a Índia e para os Estados Unidos⁴⁷.

6.1. A rede das redes – a internet em Portugal e no Brasil

A internet é considerada uma rede de redes: redes locais de todo o mundo ligadas por fios, linhas telefónicas, cabos de fibra ótica, enlaces de micro-ondas e satélites em órbita. Mas a forma como os dados vão dum computador para o outro na internet, são invisíveis para o utilizador. O início desta rede é “de origem militar, a internet tem objetivos militares e desempenha, no domínio da informação, o mesmo papel que a interferência nas emissões inimigas desempenhou nas guerras mundiais anteriores” (Virilio, 2000, p. 88).

“A rede antecessora da Internet foi formada inicialmente pela conexão dos computadores de quatro *hosts*, da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), do Stanford Research Institute (SRI), da Universidade da Califórnia em Santa Barbara (UCSB) e da Universidade de Utah” (Pinho, 2003, p. 24).

Além da internet, é necessário esclarecer o que é a *World Wide Web* – *Grande Teia Mundial* que, muitas vezes, é confundida com ela, e que por todo o seu aparato tecnológico, teve por muitos anos, a reputação de ser difícil de aprender, difícil de usar e, simplesmente, pouco atraente, comparada às boas *interfaces* dos *BBS*'s⁴⁸, serviços *on-line* e a maioria dos *softwares* que as pessoas usam em microcomputadores. Mas a *World Wide Web* mudou tudo isso. A *Web* tornou-se rapidamente a *interface* gráfica do utilizador na internet, e continua sem rival mesmo em relação aos serviços *on-line* norte-americanos, em termos estéticos e de flexibilidade.

“... a World Wide Web é fundamentalmente um modo de organização da informação e dos arquivos na rede. O método extremamente

⁴⁶ <https://www.statista.com/statistics/242606/number-of-active-twitter-users-in-selected-countries/>

⁴⁷ <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>

⁴⁸ *Bulletin Board System*, em tradução literal, “sistema de quadros de mensagem”, ou seja, sistemas em que um computador central, equipado com diversos modems, serve como base para a troca de informações, entre os utilizadores que acedem o BBS a partir de seus computadores pessoais, usando modems e linhas telefónicas. Numa comparação, um BBS seria um híbrido dos atuais sistemas de correio eletrónico e *newsletters*, com algumas funcionalidades adicionais.

simples e eficiente do sistema de hipertexto distribuído, baseado no modelo cliente-servidor, tem como principais padrões o protocolo de comunicação HTTP, a linguagem de descrição de páginas HTML e o método de identificação de recursos URL.” (Pinho, 2003, p. 33).

A internet é feita por um protocolo (Internet Protocol - IP), ou um composto de vários protocolos, que ligam diferentes redes entre si, formando uma enorme rede de computadores. A Internet pode ser compreendida de duas formas, a primeira, como um protocolo (IP) responsável pelo endereçamento e encaminhamento de mensagens ou como um conjunto de protocolos, do qual o IP faz parte, sendo este conjunto responsável por toda a comunicação entre computadores.

Uma das realizações mais notáveis da internet não é necessariamente o que é capaz de fazer hoje, mas o facto de ter assumido as dimensões da atualidade, quando comparada com os seus propósitos iniciais. Começou com objetivos bem modestos, não foi idealizada para ser utilizada por milhões de pessoas no mundo inteiro. O conjunto de princípios que balizaram o surgimento da internet e que hoje suporta a sua evolução é o grande responsável por esse início comedido. Na verdade, esses princípios também não são imutáveis. O princípio da mudança constante talvez seja o único princípio da internet que deveria sobreviver indefinidamente (Carpenter, 1996). Essa característica permite que grandes transformações se acomodem naturalmente na estrutura da internet.

No ano de 1991, a internet foi libertada para uso comercial, possibilitando o comércio eletrónico o que conduziu a rede a ultrapassar um milhão de servidores. Na perspetiva de J.B. Pinho, este demonstra que o mundo dos negócios e os meios de comunicação descobriram a internet, levando os indicadores a registarem um crescimento de 341,64% anual, culminando num total de 2 milhões de servidores em 1993 (Pinho, 2007). Nesta fase, a rede mundial já acumulava repetidos recordes em número de utilizadores. Assim, como se registava um aumento dos internautas também as evoluções tecnológicas seguiram a passos largos.

A ferramenta, *software*, que viria a fixar-se no mercado foi idealizada por Bill Gates. Segundo Pinho, Gates “ingressou tardiamente na indústria da internet, com o lançamento, em 1995, do Microsoft Internet Explorer, um novo *browser* para o sistema operativo Windows 95” (Pinho, 2003, p. 35).

Nessa altura, a internet era conhecida como Web 1.0., de acordo com Sandra Crucianelli, um mecanismo onde os sítios ofereciam conteúdo fechado: “... no primeiro nível da sua evolução (a Web 1.0), os websites ofereciam pacotes fechados de informação” (Crucianelli, 2010, p. 11).

A Web 1.0 prevaleceu até meados de 2004, ano em que a Web 2.0 começou a ganhar força com novos atrativos, podendo ser considerada como a grande diferença. Na perspetiva de Crucianelli: “isso aconteceu a partir do que é conhecido como, socialização da rede (...), quando os utilizadores começaram a participar ativamente na gestão de conteúdo (...)” (Crucianelli, 2010, p. 11).

“... pessoas comuns podem fazer contribuições reveladoras, trazendo dados que revelam fatos desconhecidos ou abrindo as portas de bancos de dados que contêm registos documentais de interesse inestimável para os jornalistas. Tudo isso está disponível online graças a um processo que democratizou a posse da informação.” (Crucianelli, 2010, p. 11).

Atualmente, e neste período de mudanças proporcionadas pela internet, encontramos a mobilidade (redes *wi-fi*, GSM, telemóveis, celulares) à disposição dos utilizadores que se mantêm ligados onde quer que estejam. Assim, o *Internet Protocol* (IP) também é móvel. O IP móvel é uma proposta da IETF (*Internet Engineering Task Force*) como solução para estabelecer mobilidade na camada de rede para os utilizadores móveis da internet (Perkins, 1997). O IP Móvel permite que os utilizadores móveis continuem suas comunicações enquanto se locomovem de um ponto de acesso a outro na internet.

“Os sistemas de terceira geração representam uma mudança de paradigma, proporcionando um sistema avançado de telecomunicações que viabilizará a convergência entre a telefonia celular, Internet e multimídia. A terceira geração tornará serviços de informação disponíveis instantaneamente, por exemplo, um terminal de 3G pode ser utilizado como uma câmara de vídeo da qual o usuário pode enviar cartões eletrônicos e clips de vídeo em tempo real. Para obter êxito, as comunicações móveis de 3G devem prover o Mercado de massa com serviços multimídia móveis sem fio de alta qualidade, eficientes e de fácil utilização.” (Dias & Sadok, 2001, p. 22).

Atualmente, para os autores supramencionados, o IP é o protocolo dominante de *internetworking* em operação. Utilizando uma rede baseada no IP, aplicações desenvolvidas para redes de dados convencionais (com fio) podem operar em redes de dados sem fio. Assim, “avanços na tecnologia, tais como, telefonia IP e QoS podem ser aplicadas diretamente às redes sem fio. Dessa forma, as redes sem fio baseadas no IP proporcionarão tanto serviço de voz quanto de dados” (Dias & Sadok, 2001, p. 23), permitindo-se que os serviços sejam distribuídos na base de utilizadores de telemóveis.

Em 2010, surgiu no Japão a tecnologia 4G – Quarta Geração (Fourth Generation) de telefonia móvel⁴⁹. A 4G está baseada totalmente em IP, sendo um sistema e uma rede, que alcançou a convergência entre as redes de cabo e sem fio e computadores, dispositivos eletrônicos e tecnologias da informação para prover velocidades de acesso entre 100 Mbit/s em movimento e 1 Gbit/s em repouso, mantendo uma qualidade de serviço de ponta e alta segurança para permitir oferecer serviços de qualquer tipo, a qualquer momento e em qualquer lugar. As redes 4G apresentam tecnologia de quarta geração que permite uma navegação com velocidade de quatro a cem vezes superior ao 3G. Além disso, a rede 4G suporta mais protocolos de rede. A tecnologia 4G está disponível na Europa, na Ásia e nos EUA. No Brasil, a tecnologia entrou em operação em abril de 2013 nas cidades que receberam a Taça das Confederações tendo a sua implantação terminado em 2017⁵⁰.

No final de 2018 foi apresentada a tecnologia 5G. O 5G é o padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga, e é o sucessor das redes 4G que fornecem conectividade para a maioria dos dispositivos móveis. Como suas antecessoras, as redes 5G são redes móveis, nas quais a área de serviço é dividida em pequenas áreas geográficas chamadas de “células”. Todos os dispositivos sem fio 5G numa célula são conectados à internet e à rede telefônica por ondas de rádio através de uma antena local na célula. A principal vantagem da rede 5G é que terá ainda maior largura de banda, proporcionando maiores velocidades de download. Em 2020 as operadoras de telefone móvel lançaram a primeira experiência do 5G no Brasil com serviço ainda limitado. No entanto, devido à pandemia COVID-19

49 Ministério das Comunicações do Brasil (<http://www.conexaominicom.mc.gov.br/materias-especiais/1344-veja-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-tecnologia-4g>)

50 Ministério das Comunicações do Brasil (<http://www.conexaominicom.mc.gov.br/materias-especiais/1344-veja-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-tecnologia-4g>)

tanto Portugal como o Brasil foram obrigados a mudanças no calendário para a atribuição das licenças para o 5G.

A inauguração das comunicações móveis colocou a hipótese de receber, indiscriminadamente, a produção cultural de outros países, em línguas diferentes daquelas que são tradicionalmente utilizadas nas comunicações entre os grupos. Esta possibilidade trouxe consigo a necessidade de aquisição de novas competências linguísticas para estar a par do novo mundo. A língua portuguesa dispõe de um elevado potencial, decorrente do peso político e económico que lhe confere a expressão territorial e o volume demográfico dos povos que a utilizam como instrumento de comunicação, sendo de enfatizar o papel da internet como o veículo privilegiado para as comunidades lusas na diáspora, podendo acompanhar o país na sua língua materna e uma das mais generosas oportunidades para a afirmação da língua portuguesa no mundo da globalização (Pereira, 2012).

No anuário estático da Associação de Reguladores de Comunicação e Telecomunicações da CPLP de 2018, é referido que no mundo globalizado onde o desenvolvimento das comunicações eletrónicas passa pela implementação do 5G, novos sistemas operacionais, *cloud*, redes de cabos submarinos, e outras inovações tecnológicas, é imprescindível que os países da CPLP incorporem as mesmas nas suas estratégias nacionais com o intuito de fomentarem o desenvolvimento dos seus mercados e consequentemente o seu crescimento económico. Considera-se igualmente essencial que as questões inerentes à segurança cibernética, privacidade dos dados, *blockchain*, inteligência e políticas associadas ao setor sejam discutidas (Arctel-CPLP, 2018, p. 7)⁵¹.

No Brasil o setor das telecomunicações é regulado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). Trata-se do órgão integrante da Administração Pública Federal indireta, submetido a um regime autárquico especial e vinculado ao Ministério das Comunicações.

De acordo com a Arctel-CPLP de 2018 verificou-se que o serviço com maior relevância no Brasil era o serviço telefónico móvel, correspondendo a cerca de 229,2 milhões de assinaturas. No que diz respeito ao serviço de acesso à internet em banda larga móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 88,5% correspondendo a cerca de 184,6 milhões de assinaturas. No que se refere ao serviço de banda larga fixa, a sua expressão no

⁵¹ <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/publicacoes/5731389555f7f5b9373bca.pdf>

Brasil é substancialmente menos acentuada do que o serviço de acesso à internet em banda larga móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 15%, em 2018, correspondendo a cerca de 31,2 milhões de assinaturas. O serviço telefónico fixo, no Brasil apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 18,4%, correspondendo a cerca de 38,3 milhões de acessos. Este valor tem vindo a reduzir-se ao longo dos anos, sendo que a sua taxa de penetração diminuiu cerca de 1,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. No que diz respeito ao serviço de televisão por assinatura, em 2018, apresentou uma taxa de penetração de cerca de 8,4%, correspondendo a cerca de 17,6 milhões de assinaturas. Neste contexto, é de referir que o serviço de televisão por assinatura recorrendo ao satélite representou cerca de 54% do total das assinaturas de TV paga.

Em Portugal, o setor das telecomunicações é regulado pela Autoridade Nacional da de Comunicação (ANACOM). A ANACOM é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com património e receitas próprias. De acordo com Arctel-CPLP de 2018, o serviço com maior expressão em Portugal foi o serviço telefónico móvel, correspondendo a cerca de 17 542 assinaturas. As assinaturas utilizando a modalidade pré-pago representavam cerca de 31% do total das assinaturas. No que diz respeito ao serviço de acesso à internet em banda larga móvel, em 2018, a taxa de penetração situou-se nos 73,7% correspondendo a cerca de 7 573 assinaturas. No que concerne ao serviço de banda larga fixa, a sua expressão em Portugal não é tão acentuada como o serviço de acesso à internet em banda larga móvel, uma vez que a sua taxa de penetração ascendia a 36,8%, em 2018, correspondendo a cerca de 3 785 da taxa de penetração deste serviço. O serviço telefónico fixo, em Portugal apresentou, em 2018, uma taxa de penetração de cerca de 49,4%, correspondendo a cerca de 5 073 acessos. Este serviço tem apresentado um aumento da sua taxa de penetração ao longo dos anos, em virtude da proliferação das ofertas em pacote das operadoras. No que diz respeito ao serviço de televisão por assinatura, em 2018, este apresentou uma taxa de penetração de cerca de 38,3% correspondendo a cerca de 3 932 assinaturas.

6.2. *Social media e mass media* em discussão

Da panóplia dos dispositivos tecnológicos que compõem o espaço tecnológico de Portugal e do Brasil convém referir o papel dos *media sociais* ou *novos media* (Flew, 2008; Manovich, 2002; Lister et. al., 2009). Mais importante

do que distinguir *mass media* e *social media* importa compreender como estes meios de comunicação de natureza distinta coexistem e se articulam. Em 2006, Gustavo Cardoso demonstra na sua aplicação do conceito de sociedade em rede de Castells (2005) ao estudo dos *media* no contexto português, que os utilizadores tendem a articular diferentes meios de comunicação, *mass media* e *social media*, em vez de optarem por uns em detrimento de outros. O autor explica que a digitalização torna a comunicação sintética, tanto na sua dimensão tecnológica (reduz diferentes tipos de sinais ao código binário) como no conteúdo (há uma tendência para redução e simplificação das mensagens em formato digital, e.g. SMS, IM, *microblogging*). Ainda no mesmo estudo, o referido autor observa que os utilizadores articulam os diferentes meios de comunicação, digitais e de massa, em função dos seus objetivos, necessidades e preferências. Com base nestes dois argumentos, o autor considera que estamos perante a emergência de um novo modelo comunicacional que apelida de comunicação sintética em rede: “O modelo comunicacional gerado nas sociedades informacionais, onde o modelo de organização social que prevalecente é o da rede, é o da comunicação sintética em rede, um modelo comunicacional que não substitui os anteriores modelos” (Cardoso, 2006, p. 212).

Posteriormente, Manuel Castells também propõe que a articulação entre *mass media* e *social media* conduz a um novo tipo de comunicação, a auto-comunicação de massas (Castells, 2009). O autor observa que a internet possibilita que dois tipos de comunicação distintos, a interpessoal e a de massas, ocorram em simultâneo e se misturem, dando origem a um novo tipo de comunicação:

“Chamo a esta forma historicamente nova de auto-comunicação de massas. É comunicação de massas porque pode potencialmente atingir uma audiência global (...). Ao mesmo tempo, é auto-comunicação porque a produção da mensagem é auto-gerada, a definição do(s) potencial(is) receptor(es) é auto-direccionada, e a recuperação de mensagens ou conteúdos específicos da World Wide Web e electrónicos as redes de comunicação são auto-seleccionadas. As três formas de comunicação (interpessoal, comunicação de massa e auto-comunicação de massas) coexistem, interagem e complementam-se mutuamente, em vez de se substituírem. O que é historicamente novo, com consequências consideráveis para a organização social e mudança cultural, é a articulação de todas as formas de comunicação num hipertexto composto, interativo e digital que inclui, mistura

e recombina na sua diversidade toda a gama de expressões culturais veiculadas pela interação humana” (Castells, 2009, p. 55).

Com o surgimento da internet, as pessoas passam a poder ir mais além, em rede, com informações constantes, ideias, propostas e passando a estar no espaço público (Castells, 2011). As novas tecnologias são utilizadas para enviar mensagens (SMS, Facebook, “twitter”) para amigos que também mandam mensagens pelo Twitter. Por outro lado, a adesão organizada da sociedade civil proporciona o ampliar de um movimento (Castells, 2011). Pela primeira vez temos ferramentas que nos ajudam a construir alternativas. Estas ferramentas são designadas como redes sociais (Cardoso, 2011). A questão fundamental é que este novo espaço público, o espaço entre a rede, entre o espaço digital, e o espaço urbano, é ser um espaço de comunicação autónoma (Castells, 2012).

“(...) temos ferramentas que nos permitem reagir em termos dos movimentos globais. Desde há muito que falamos das redes financeiras globais, das redes comerciais, das redes de informação e agora temos connosco as redes sociais... temos ferramentas muito flexíveis e adaptáveis no quadro da internet e da sociabilidade... Nos países em que se sente a crise de maneira mais acentuada, provavelmente usa-se estas ferramentas de forma a expressar-se, organizar protestos, tentar mudar algo” (Cardoso, 2011, p. 55).

Os recetores tendem, então, a procurar canais alternativos de comunicação, usando aparelhos de comunicação interpessoal num processo de comunicação de massas, tendo em vista o estabelecimento de uma alternativa à difusão da comunicação das estações de televisão e rádio (Cardoso, 2009). As pessoas veem televisão e leem jornais, mas, ao mesmo tempo, comunicam entre si e perguntam o que é dito, se é ou não verdadeiro, cruzando com informações que conseguem obter na internet, através de jornais nacionais ou estrangeiros e canais de televisão por satélite (Eco, 2004; Cardoso, 2006). O desenvolvimento tecnológico e a apropriação dos *media* obrigam a existir ao mesmo tempo a comunicação de massas, as redes sociais e os *media* que combinam os dois. A característica primordial que perpassa toda a esfera da comunicação é a da ligação em rede (Cardoso, 2009). O novo modelo de comunicação em rede é um sistema de *media* onde a interatividade forma o seu modelo organizacional, modelo centrado na baixa interatividade, onde a televisão é fator determinante, e outro onde o centro é a internet, com alta interatividade. Inclusivamente, as partilhas

de informação são necessidades humanas antes mesmo da criação de movimentos sociais (Castells, 2012, p. 6).

No entanto, existem autores que ainda discordam da atuação da liberdade de informação nas redes sociais como Paul Virilio que apresenta a disseminação de boatos, suspeitas e informações infundadas e levianas como fragilidades desse exercício que pode ser acentuado no que foi popularmente chamado de *media* sociais e redes sociais (Virilio, 1999). Essa quebra da liberdade de informação também podia ser observada, nos meios tradicionais, como a televisão. Para o grupo de investigadores brasileiros em comunicação e semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo), a internet é um replicador de algo que já existe.

Na opinião de Baitello, “a escalada da abstração ou a escada da abstração é assim um salto no vazio, ou uma descida para o vazio, para o nada, para o vento. Este salto não é uma imagem de ação de devorar, mas sem dúvida uma metáfora do deixar-se engolir” (Baitello, 2010, p. 23).

Assumiu-se a ideia de que com a popularização dos meios tecnológicos atuais, um número cada vez maior de pessoas pode assumir o papel que antes era limitado e restringido a poucos mandatários das empresas jornalísticas. Qualquer um, com um mínimo de conhecimento das ferramentas tecnológicas, é capaz de enviar uma mensagem na rede mundial de computadores, estando essa mensagem disponível para um número cada vez mais crescente de utilizadores ligados à internet.

Entretanto, existem autores que não deixam de apresentar a possibilidade de mobilização por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. Na internet “todas as mensagens (informações) podem ser copiadas e transmitidas para recetores imóveis” (Flusser, 2007, p. 153).

Na atual sociedade, sem falsificações ou protótipos, apenas como hiper-realidade, novos modelos são criados não mais a partir do real, mas para substituir a realidade (Baudrillard, 1991). Na perspectiva de Baudrillard, “a simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real” (Baudrillard, 1991, p. 8). Entre as pessoas que utilizam a língua portuguesa para a comunicação está a tecnologia e as suas mensagens, notícias, suportes e imagens. Na sua totalidade, a mediação não é mais feita de homem para homem, mas sim a partir destes meios, ou seja, de simulações. A difusão da tecnologia aumenta o poder de forma infinita

à medida que os utilizadores dela se apropriam e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simples ferramentas a serem aplicadas, mas processos a ser desenvolvidos. Utilizadores e criadores podem tornar-se na mesma coisa. Dessa forma, os utilizadores podem assumir o controlo da tecnologia como no caso da internet.

No que toca às características dos *media* digitais, destacamos alguns conceitos: transparência, ubiquidade, estar sempre à mão e disponível, funcionalidade e eficiência, constituindo o contexto da percepção, do entendimento e da ação humana, e também dos conceitos de substituição como essência das TICs (Ilharco, 2003, 2008, 2009), da sociedade contemporânea e a hiper-realidade, como simulacro da terceira ordem de Jean Baudrillard (1991) e de McLuhan sobre *media* como o próprio ambiente (McLuhan, 2005).

Assim, concluindo, todas as sociedades são caracterizadas por modelos de comunicação e não apenas por modelos informacionais (Castells, 2005; Cardoso, 2009), passando de um modelo de comunicação de massas para um processo de auto-comunicação de massa (Castells, 2009) e para um modelo de comunicação em rede (Cardoso, 2009) modelado pela capacidade dos processos de globalização comunicacional mundiais juntamente com a difusão de *media* pessoais, em consequência do aparecimento da comunicação em rede (Cardoso, 2009) transmitindo as mensagens para recetores imóveis (Flusser, 2007) ou móveis (Postman, 2009), que podem ser utilizadores, produtores ou 'produtilizador' (Bruns, 2008) dos conteúdos *online*. A atual sociedade caracteriza-se também pelo uso em conjunto da comunicação de massa e dos social *media*, podendo ambos serem influenciados mutuamente, articulação e convergência de ambos os tipos de meios de comunicação (Manovich, 2002, Livingstone, 2002 e Flew, 2008).

As tecnologias de informação e comunicação são constituídas atualmente por uma quantidade enorme e crescente de instrumentos. Mais do que todas as transformações associadas às tecnologias, a internet é um novo ambiente de comunicação, criando um sistema dos *media* baseado na interligação em rede, possibilitando também um novo modo de relação entre os processos simbólicos.

As transformações do espaço luso-brasileiro também são caracterizadas pela interligação em rede. Essa convergência resulta da forma como as pessoas se apropriam e utilizam os *media* digitais sendo utilizadores, produtores ou "produtilizadores". Hoje, e fruto das atuais mudanças proporcionadas pela internet temos uma nova mobilidade, a possibilidade de estar conectado

em diversos pontos dentro da internet, criando uma convergência entre telefonia móvel, internet e multimédia. Existem ainda os novos suportes de conservação e distribuição de informação através da internet chamados de *media* sociais ou Web 2.0, que trouxeram a possibilidade de uma interação direta entre autores e leitores. O formato digital é a essência que distingue os novos *media* de outros tipos de meios de comunicação. A articulação entre *mass media* e *social media* conduz a um novo tipo de comunicação, a auto-comunicação de massas, num modelo de comunicação em rede que permite uma forte mobilização entre utilizadores que têm em comum a partilha da língua portuguesa.

7. Um caminho para uma língua portuguesa global

Em seguida, iremos expor uma análise interpretativista sobre comunicação e mobilidade no panorama mediático luso-brasileiro, explorando o material empírico utilizado à luz da articulação teórica desenvolvida, orientando os resultados da análise no sentido de uma compreensão no domínio disciplinar específico das Ciências da Comunicação (Orlandi, 2009, p. 28). Apresentamos os viventes da “língua portuguesa global” vivida por migrantes nos dois lados do Atlântico. Importa recordar que o perfil dos entrevistados está inserido no que Giddens (2010) chama de migração global, composta por naturais de países que são simultaneamente remetentes e destinatários de migrantes. Este perfil corresponde ao que Lévy (1997) chama de juventude metropolitana educada, migrantes escolarizados com acesso privilegiado a diversas fontes de informação e domínio das novas tecnologias. Podemos estabelecer também uma relação com o que Rosenau (2010) chama de cosmopolitas, pessoas que veem o mundo como território do qual são cidadãos.

Assim, a nossa amostra de entrevistados é constituída por migrantes portugueses (apresentados como PT e o número) e brasileiros (exibidos como BR e o número) que se movem entre as duas margens do Atlântico, pertencentes à classe média e média alta, residentes em meio urbano como a região Centro e Norte de Portugal e a região de São Paulo e do Rio de Janeiro no Brasil e utilizadores das novas tecnologias de informação e comunicação nas suas ligações entre Portugal e Brasil e outros países dando primazia a um “recorte” do espaço luso-brasileiro. Os entrevistados são uma amostragem de conveniência, podendo ser enquadrados em dois grupos: migrantes económicos por um lado e diplomatas por outro. Uma vez que “um discurso aponta para outros discursos” (Orlandi 2009, p. 39), as respostas às nossas perguntas foram consideradas como tendo sido dadas de acordo com a “posição” assumida pelos entrevistados numa produção de “gestos de interpretação”. Em relação ao género dos nossos entrevistados, 17 são homens e cinco são mulheres. Em termos geográficos, a investigação compreendeu imigrantes residentes em Portugal, provenientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil e imigrantes residentes no Brasil, provenientes das regiões Norte e Centro de Portugal. No referente à ocupação profissional, sete são executivos, três empresários, quatro diplomatas, três estudantes universitários, dois artistas, um *designer*, um jornalista, e um professor universitário. Esta amostra de conveniência tem relações de proximidade com as comunidades de imigrantes brasileira e portuguesa.

A categorização profissional indica a necessidade de utilizar a língua portuguesa na atividade desempenhada. Por outro lado, aponta o consumo dos meios de comunicação em língua portuguesa e o uso das tecnologias de informação e comunicação.

No que diz respeito à faixa etária, considerou-se 20 anos (estudantes, jovens executivos, artistas) como a idade mínima e 70 anos (empresários, executivos e diplomatas) como a máxima, resultando numa média de 45 anos. De salientar que a maior parte dos entrevistados estava em idade ativa de estudo e/ou trabalho. A faixa etária poderia ser um impedimento no consumo de novas tecnologias de informação e comunicação, como por exemplo os *media* sociais. Assim, tendo a ocupação profissional como critério de escolha da amostra, encontramos jovens e jovens adultos no ativo profissional o que justificava o uso desses meios.

Analisámos as respostas dos entrevistados tendo como pano de fundo a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, no âmbito da aplicação das teorias da comunicação, globalização e língua portuguesa. Assim, tentaremos estabelecer ligações, relações, identidades e dinâmicas entre as novas tecnologias de informação e comunicação, com o movimento das pessoas e os fluxos de informação nos países de língua portuguesa, Portugal e Brasil.

A análise das entrevistas pretenderá, seguindo Orlandi (2009), passar das situações empíricas, os lugares de sujeito, para a posição de cada sujeito no seu discurso. Logo, este significa as posições que têm sentido em relação ao contexto socio-histórico e à memória, o saber discursivo, já anteriormente referido, como repertório de cada sujeito. Tal posição condiz com a representação no espaço por onde circula o dizer. Quando analisamos os mecanismos de funcionamento do discurso, implica observar as condições de produção:

1. O que é material, a língua sujeita a equívocos e à historicidade;
2. O que é institucional, a formação social e a ordem;
3. O que é imaginário, mecanismo que produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso numa conjuntura socio-histórica.

Numa relação, sobressai a questão do “outro”, o relacionamento com o “outro”, que na linguagem “regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o

sujeito como o sentido”. Assim, “não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 2009, p. 39).

No percurso que nos leva aos entrevistados, na perspectiva da análise de discurso, de forma interpretativista, tomamos a palavra como um ato social com todas as implicações: conflito, reconhecimento, relações de poder, constitutiva da identidade e como relação de força (Orlandi, 2009, p. 39).

Todos os elementos, a natureza dos materiais analisados, as questões colocadas, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares, tudo irá constituir o dispositivo analítico construído.

7.1. Os atores e os vários cenários de comunicação no espaço tecnológico e global em língua portuguesa no quadro luso-brasileiro

O uso de uma língua deve o seu valor social à capacidade de esses usos se constituírem num sistema de diferenciais que se demarca de outros sistemas. Sobressaindo pela diferença, a língua pode ser encarada pelos próprios ou por terceiros com indiferença o que é considerado banal ou ignorado, de forma negativa como língua inútil, degradante, insignificante perante o todo ou de forma positiva sendo algo prestigiante. De acordo com Baudrillard, existe uma relação entre uma língua para relações de trabalho e uma língua como objeto de troca ou até de consumo, proporcionando-lhe um valor de uso, de troca, de símbolo e até de prestígio social (Baudrillard, 2007). A língua portuguesa é utilizada no trabalho de empresas públicas e privadas, nos regulamentos empresariais, na comunicação interpessoal, intergrupar e de massa, sendo usada nas relações bilaterais e multilaterais. Pode ser encarada como um objeto de troca comunicacional entre os atores do espaço falado em língua portuguesa. Sendo entendida como um símbolo comunicacional de prestígio, é um facilitador e interface dessa comunicação.

Quando falamos de interface usamos um termo adequado para referir a presença de atividades, no espaço social luso-brasileiro, que envolvem origens, processos e objetivos não inicialmente confluentes, mas antes pertencentes a áreas diferenciadas. Assim, cada componente da atividade comparece com o seu acervo (historicamente constituído) de práticas e de conhecimentos.

Esse elemento de “interdisciplinaridade” entraria, então, também, em linha de conta na observação da interface. Quando referimos interfaces comunicacionais também aludimos a fenômenos sociais, nos quais encontramos um perfil de práticas, de origens e objetos diferenciados que têm os seus processos internacionais desenvolvidos em função das suas necessidades próprias de movimentação na sociedade, mas que também encontram problemas de interação (comunicacionais) que não se resolvem totalmente de modo subsumido aos próprios objetivos de efetividade da área extra-comunicacional. Esta situação ressalta para a área da “comunicação” “como questão, como ângulo que solicita reflexão, ações e desenvolvimento de conhecimentos especiais” (Braga, 2004).

As Ciências da Comunicação são efetivamente um âmbito de interfaces, pois “na sociedade, a processual idade comunicacional se realiza por inclusividade, observando e absorvendo, de modo avassalador, toda e qualquer ação ou temática social” (Braga, 2004, p. 227). Essa condição decorre largamente de nos situarmos numa sociedade mediatizada. Para processar as suas interações, de comunicações mais amplas e abrangentes, mais difusas, mais diferidas, mais registadas, mas também mais ágeis, mais multidirecionais, mais específicas e especializadas, mais diversas, mais eficazes que o espaço luso-brasileiro desenvolveu uma relação comunicacional tendo a língua portuguesa como interface de comunicação. Nas diversas “interações” desse espaço sempre presente está a “comunicação”, sendo que as diversas interações estão frequentemente mais mediatizadas. Em todas as atividades os cidadãos portugueses (PT) e brasileiros (BR) que vivem entre as duas margens do Atlântico “assumiram” os processos comunicacionais enquanto questão pertinente para os seus interesses e objetivos específicos. A comunicação, embora sujeitando-se às especificidades de uma atividade determinada, vem ocupando uma relevante parte da ação feita em língua portuguesa.

Neste sentido, concordamos com Faraco que afirma que o futuro da língua “dependerá de as sociedades que a falam melhorarem substancialmente os seus índices socioeconômicos e culturais, sofisticarem as suas economias, desenvolverem os seus recursos de *‘reserva gráfica’*” afirmando que é importante “se projetarem como referência política internacional de um conjunto de valores fundamentais para a Humanidade tais como a paz, a democracia, a justiça, a distribuição equitativa da riqueza e o equilíbrio ambiental” (Faraco, 2016, p. 367).

Assim, a língua portuguesa é fator determinante nas relações entre Portugal e Brasil, entre seus migrantes e cidadãos locais, entre os empresários, e entre o governo e a diplomacia. Seja pelo consumo de comunicação de massa, seja pela comunicação interpessoal, intergrupala, institucional/organizacional, alargado a toda a sociedade, o “falar” Português surge como fator preponderante na comunicação que é tornada global pelos seus utilizadores. Na contemporaneidade, a emergência económica do Brasil é apresentada como uma “chave” no posicionamento internacional da língua portuguesa nas diversas áreas de negócios e como o surgir de um “*player*” na indústria cultural e criativa global. A língua dá acesso a um mercado económico em emergência ao mesmo tempo que proporciona a abertura de outros espaços na Europa e em África.

A língua portuguesa, tornada global, aponta, nas mais diversas relações, para uma matriz histórico-cultural portuguesa que hoje, por via dos meios de comunicação e transporte, surge no mundo tornado global, evidenciando a existência de relações luso-brasileiras. O grande número de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal é indicativo e dá conta da constante mobilidade, caracterizada por fluxos de imigrantes documentados e indocumentados. Os indocumentados portugueses e brasileiros, migrantes sem vistos de residência, demonstram também essa interface da língua portuguesa. Mesmo sem o visto, vivem nesse espaço de comunicação e relacionamento tendo como facilitador a língua portuguesa.

Deste modo, Portugal e Brasil vivem um diálogo de interdependência que perdura há mais de 500 anos, com períodos de relacionamento difícil, mas que nunca puseram em causa um relacionamento transatlântico reiteradamente alimentado ao longo dos séculos pela língua portuguesa. Os processos cruzados de internacionalização, num mundo global, geram destinos conjugados nos dois países. A intensificação do fluxo migratório brasileiro para Portugal fez com que a comunidade brasileira se tornasse a mais numerosa, aproximando-se de 1% da população residente, e o número de imigrantes portugueses no Brasil aumentou com a crise de 2008 e de 2014, assim como cresceu o número de turistas portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal.

Por outro lado, a língua comum é potenciada por um intercâmbio literário pujante e pelo imaginário das telenovelas, as brasileiras em Portugal e os atores portugueses no Brasil, como traço de união. A informalidade no trato brasileiro de comunicar alterou os setores de serviços em Portugal com particular realce para o comércio de retalho, a hotelaria e a restauração,

enquanto a presença dos portugueses trabalhadores no Brasil sempre foi vista como rigorosa e competente. Importa destacar, ainda, a omnipresença do futebol brasileiro nos campos e nos *media* portugueses entendidos como fatores que intensificam a interface e o contexto da língua portuguesa como comunicação.

A aproximação à cultura portuguesa e brasileira é marcada continuamente pelas relações entre Brasil e Portugal, denotando-se uma redescoberta de Portugal pelos brasileiros bem como a descoberta de um novo potencial de negócios feitos em língua portuguesa. A aproximação à cultura americana está bem patente no Brasil, mas “em algum momento” a cultura portuguesa sobressai. Segundo um dos entrevistados a “cultura brasileira tem as suas raízes na cultura portuguesa” (PT01). A afirmação “para conhecer Portugal tem que se conhecer o Brasil, e para conhecer o Brasil tem de conhecer Portugal” é constantemente mencionada por migrantes e empresários. Isto configura uma relação comum, assente no facto histórico primordial da expansão portuguesa e ainda na realidade do presente e na perspetiva de futuro de uma “memória institucionalizada”, algo patente “pelo conteúdo histórico, por todas as relações. Acho que faz parte da história do país que se deve manter” (PT02). A aproximação brasileira aos EUA, à cultura americana, durante as décadas de 50 e 60, pode ter possibilitado um distanciamento da cultura europeia. Mas, “hoje em dia assiste-se a um Brasil a redescobrir a Europa, a redescobrir o mundo e a absorver também todas essas aprendizagens e culturas” (PT01). Estamos, assim, perante uma relação determinada pelo sujeito afetado pela língua com história na atualidade, através da tecnologia dos novos *media* ou pelas viagens de avião mais baratas. Neste sentido, “estamos a passar, nos dois lados, por um resgate da nossa história e da nossa relação. Acho que esses meios de comunicação como o transporte aéreo têm sido uma ferramenta extraordinária. Hoje as pessoas estão a redescobrir Portugal” (BR01). É a composição de um espaço luso-brasileiro “o Português teve um papel importante na formação da nossa nacionalidade. Embora a nacionalidade seja muito diversificada. Somos alemães, italianos, portugueses, franceses, árabes, africanos, japoneses. Somos de todas as cores. Mas o nosso DNA é português” (BR01).

Uma das razões para essa aproximação prende-se com o aumento dos voos entre o Brasil e Portugal: “Hoje voa-se diretamente de Lisboa para 10 cidades brasileiras. Isso cria um novo fluxo, uma nova dinâmica não só entre o Brasil e Portugal, mas entre o Brasil e a Europa” (BR01). “Todo o brasileiro que vem aqui se reencontra. Encontramos aqui as nossas origens, encontramos a nossa identidade. Encontramos a nossa idiossincrasia quando

conhecemos Portugal” (BR01). Por outro lado, a preferência pela TAP é confirmada por um dos entrevistados: “(...) procuram uma empresa aérea que fale Português. A TAP é obviamente a preferida porque é a única que liga diretamente, sem passar por um aeroporto de língua estrangeira, dois polos que são da mesma língua” (BR02). Verifica-se um redescobrimto dos dois lados do Atlântico: “A história dos dois países pode facilitar a migração, sendo um atrativo para fazer negócios. Nos últimos anos tenho assistido à chegada a Portugal de muitos brasileiros que também começam a ver o país como uma hipótese para investir”. Continua o entrevistado: “mesmo assim acho que os brasileiros demoraram a perceber que Portugal podia ser uma boa hipótese para investir devido à facilidade da língua e das relações entre os dois países.” (BR10). Com a existência dos fluxos e refluxos contantes entre Portugal e Brasil era perceptível um certo desconhecimento dos dois lados do Atlântico ou uma imaginação errada. Por exemplo, o português imaginava o Brasil das telenovelas brasileiras e o brasileiro imaginava o português comerciante, ambos retratados pela ficção televisiva. O brasileiro estava preocupado em participar na América e o português em participar na Europa. A partir do final dos anos 90 é imaginada uma nova realidade nos dois espaços. Por um lado, um país emergente com possibilidades económicas de crescimento e por outro um país que participava de uma união europeia e tinha acabado de organizar uma Exposição Mundial – Expo 98.

Os negócios em língua portuguesa começam a aparecer, sendo o Brasil procurado por diversos países “o momento que o Brasil está vivendo faz a língua portuguesa ficar mais valorizada. O Brasil estava num momento único” (BR03).

As relações luso-brasileiras tendem a ser fortes, marcadas por um maior conhecimento, do lado português em relação ao Brasil: “Portugal sempre esteve mais atento ao Brasil do que o Brasil a Portugal” (BR04). Procurando observar as condições de produção e verificando o funcionamento da memória (Orlandi, 2009) é perceptível a presença das telenovelas brasileiras em Portugal desde finais da década de 70, que proporcionou uma aproximação à cultura brasileira e ao sotaque brasileiro “(...) por termos crescido a ouvir telenovelas brasileiras (...) o que pode ter feito com que o português conheça somente parte do Brasil e seja necessária “uma reconversão do que é o Brasil para eles” (PT03).

A preocupação na forma do uso e adaptação do sotaque Português por portugueses e brasileiros é percebida tanto nas relações comerciais como nas relações de convívio e estudo: “se um português chegar aqui e falar da

mesma maneira que fala em Portugal para um brasileiro, sobretudo um sem grande formação, ele não entende. É preciso adaptar algumas palavras” (PT04) uma vez mais a indústria cultural é relevante para a compreensão do “diferente” português: “não sei se é porque em Portugal passa muitas novelas brasileiras. No geral acho que temos menos dificuldade em perceber os brasileiros do que os brasileiros a nós” (PT05). “(...) eles foram muito mais expostos ao nosso Português do que nós a eles, pelos anos 80” (BR05). E as oportunidades e relevância do falar Português são utilizadas e “reutilizadas: “quando cheguei há 20 anos, as pessoas às vezes paravam para me ouvir falar. Hoje já não há muito essa percepção. Hoje há um fluxo muito grande” (BR06). Do mesmo modo, como crítica ao fluxo de produção cultural, diz um entrevistado que “Portugal nem existia no mapa até o Scolari ser selecionador... Portugal devora o Brasil pelas novelas. Daqui para lá não foi nada” (BR03). A referência ao consumo das telenovelas e à necessidade dos brasileiros para “religar” as relações pode ser entendida como tendo “diferentes sentidos”. O “redescobrimto” é produzido e reproduzido também pelos *media* sociais, sendo que “agora no “Facebook” já se começa a ver alguns filmes. Eu próprio divulgo as fotografias ou filmes publicitários que mostram o Alentejo, o rio Douro, Lisboa (...) para as pessoas conhecerem um pouco (...)” (PT06).

Os fluxos e refluxos nos dois lados do Atlântico são constantes, criando uma identidade que tem o ponto de encontro na língua portuguesa: “hoje em dia eu me sinto muito local, me sinto quase uma portuguesa. Quando perguntam até, às vezes, hesito: “Sou brasileira. Não, sou portuguesa (...)” (BR07). A convivência e a participação na sociedade do país de acolhimento é uma característica dos falantes de língua portuguesa no Brasil e em Portugal, sendo que “a emigração no Brasil se ficou a dever ao facto de se falar também aí a língua portuguesa. O português chegou aqui e integrou-se facilmente na sociedade. Há descendentes de portugueses na política, no desporto” (PT07). O mesmo aconteceu com os brasileiros, “grande parte dos brasileiros vinham para Portugal porque não falavam outra língua. E aí então é mais fácil estabelecer-se aqui do que noutros países (...) era mais fácil comunicar” (BR04). Isso poderá ser observado na seguinte afirmação: “Para mim a escolha seria sempre Portugal pela ligação familiar e pela facilidade da língua” (BR10).

Do mesmo modo, observamos “estereótipos” (Mazzara,1999) na relação com o “outro” nas duas margens do Atlântico. Estes estão presentes na imaginação do que é ser brasileiro e do que é ser português. A estereotipia é uma simplificação das características que um povo cultiva sobre outro, resultando

com alguma frequência na cristalização de preconceitos. Ambos acabam predispondo o comportamento dos indivíduos frente ao desconhecido, mas imaginando “(...) eu já sofri preconceito e também já foi o contrário. Já me botaram também num pedestal, que não era” (BR07), ou “quando cheguei cá o pessoal contou-me as anedotas de portugueses e pensei como é possível haver tantas. Mas não o dizem com maldade” (PT05). Por outro lado, “ainda se fala um pouco da colonização, isso já foi uma coisa do passado. Esqueça a colonização. Hoje é uma coisa completamente diferente” (PT11). Os estereótipos estão presentes e fazem parte do imaginário sendo esclarecidos, desconstruídos na comunicação em língua portuguesa. Essa desconstrução acontece com a comunicação e interface sendo observados em “que não era”, “não dizem com maldade” e “é uma coisa completamente diferente”. O conhecimento e reconhecimento são demonstrados pelas relações de comunicação e trabalho realizado em Português para marcar uma forte posição da língua portuguesa, conforme analisado no comentário apresentado, em 2000, no início dos trabalhos do Rock in Rio em Portugal: “A gente ouviu (...) o Santana Lopes (...) e o vice-presidente do Millennium dizendo: “Que bom que vocês vieram para mostrar que os brasileiros são profissionais”(BR03), “o povo português tem essa característica de ter um grau de reconhecimento e de admiração pelo trabalho” (BR02).

Nos dois lados do Atlântico ir e vir, o fluxo e refluxo de migrações, viagens de negócio e de turismo aproximam as distâncias, permitindo conhecer realidades que antes ainda eram desarticuladas. A diáspora portuguesa e brasileira é representada nos meios de comunicação, nos dois lados do oceano, e aponta-se para uma expansão da comunicação em espaços diaspóricos transnacionais, dando suporte para a comunicação em língua portuguesa. A “diasporização”, combinada com uma intensa mediação, tem alcançado o sentido de proximidade tanto em relação à proximidade entre membros de diásporas localizadas em Portugal ou no Brasil ou na relação de proximidade mediática e física compartilhada entre portugueses e brasileiros. Essas diásporas carregam a força da imaginação, como memória e desejo.

As relações dos atuais imigrantes portugueses no Brasil com as comunidades de imigrantes já aí estabelecidas tendem a ser pacíficas, registrando-se, no entanto, diferenças ao nível do perfil escolar, económico e social, e dos desejos e ambições. A atual imigração dos portugueses para o Brasil é marcada pela crise iniciada em 2008. Os imigrantes que chegaram durante e após o início da crise de 2008 apresentaram como elemento determinante a emergência do Brasil, deixando transparecer nas margens do discurso as condições económicas de Portugal. Naquele momento, o Brasil era muito

procurado, um dos entrevistados afirmou: “todo o mundo quer vir para o Brasil” (PT06). Destaca-se no discurso a ideia de que “uma geração que sai daqui a ganhar, se calhar, um décimo do que vai ganhar lá em Portugal. Porque lá em Portugal, devido à dimensão do país e ao crescimento que se está a sentir hoje em dia são precisos altos cargos” (PT01). A escolha de Portugal por brasileiros depois da crise de 2014 e das eleições dos EUA com a chegada ao poder de Donald Trump é caracterizada por uma “busca de novas experiências e qualidade de vida, a relação do custo e do benefício e a facilidade do idioma, proximidade da cultura e facilidade de adaptação” (BR11).

Na perspetiva de alguns entrevistados, a procura de um novo país relaciona-se com: “A minha geração, quando veio para cá, veio em busca de trabalho, de melhorar as suas condições de vida... Mas hoje as gerações que emigram fazem-no com outro espírito” (PT08). O “outro espírito” pode ser entendido no discurso de um dos entrevistados, como uma geração de migrantes possuidores de outras ferramentas, entre elas: a educação e a tecnologia. O intercâmbio de migrantes entre Portugal e Brasil mudou. Atualmente, migra para o Brasil um profissional qualificado que procura uma oportunidade profissional num país em transformação que tem como fator aliciante a partilha do mesmo idioma. A adaptação dessa nova geração de migrantes portugueses no Brasil começa a acontecer. As antigas gerações acreditavam que isso não iria resultar: “Ser o senhor engenheiro aqui não é o mesmo que ser o senhor engenheiro lá” (PT08), mas o processo tem evoluído tendo como ferramenta a língua portuguesa. O novo espírito do migrante pode ser encontrado tanto nos imigrantes brasileiros como nos portugueses. Consideramos que “o movimento (...) alterou-se, e isso é que é interessante. Antes, a maioria tentava ir para a Europa (...) Conversam comigo e dizem que é a crise e a falta de perspetivas de futuro” que abrem as portas para o espaço da língua portuguesa (PT09).

Por outro lado, também volta para o Brasil, ou migram para outro país europeu, um número considerável de imigrantes brasileiros que viviam em Portugal, sendo que “a imigração é um fluxo económico, ou seja, a imigração vai para onde existe a atividade económica mais forte” (BR04). Nesta perspetiva “A crise económica (...) afetou a estrutura basilar da comunidade brasileira” (BR08) em Portugal. A comunidade de portugueses já estabelecidos no Brasil tece sérias críticas às autoridades portuguesas: “A discriminação das autoridades portuguesas aos portugueses que vivem fora do País sobrepõe-se negativamente a qualquer meio de comunicação que possa haver com eles” (PT08). Dizem os portugueses radicados no Brasil: “vou a Portugal e não tenho o mesmo espaço, parece até que não nasci lá” (PT08).

Nesta sequência, a comunidade brasileira que vive em Portugal também propõe mudanças nas leis de migração: “leis de imigração “mais inteligentes”, com foco nas necessidades dos países e com estratégia de atração e retenção de talentos e investidores” (BR11).

O viver entre as duas margens carrega, em algum momento, um sentimento de pertença, quer ao Brasil quer a Portugal, mas sobretudo a pertença dos dois lados na língua portuguesa. Ao mesmo tempo os portugueses radicados no Brasil recebem críticas da nova geração de imigrantes que chegam ao país: “os portugueses mais antigos que estão nas associações portuguesas no Brasil, e que são muitas, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, não dão muita abertura para os mais jovens poderem participar” (PT07) e relacionam-se com brasileiros dispostos a “misturar” aprendizagem e conhecimentos. Importa destacar que “o brasileiro é um povo que recebe bem. Dentro da comunidade portuguesa nota-se alguma inveja” (PT04). Sobre a “mistura” das relações diz um entrevistado: “Acho que tem muita coisa boa nessa mistura. O brasileiro pode trazer muito para cá e aprender muito com o português. Voltar a aprender com o português... A mixagem” (BR02). Ora a identidade cultural desses migrantes não é fixa, é híbrida. Resulta de formações históricas específicas, de histórias de repertórios culturais de enunciação muito específicos, que construíram um posicionamento identitário. O mundo na relação com a sociedade em rede torna a interculturalidade necessariamente intercultural. Essa interculturalidade acontece através do contacto, da hibridação produtiva, do sincretismo ou da mestiçagem estética evitando o perigo da segregação e da retificação identitária, podendo assim converter-se em interculturalidade.

No movimento entre o “real da língua e da história”, o imaginário de uma sociedade está ligado ao domínio particular das produções e práticas culturais, mas também de outros como o económico ou social, visto que a língua comum funciona como facilitador de transação, dos migrantes, dos hospedeiros, quer dos empresários quer dos investidores.

O real da língua inscreve-se na contradição entre uma ordem própria da língua, imanente à estrutura, e uma ordem exterior. Fala-se de “real da língua e real da história”, o “real socio-histórico” que corresponde à ordem dos processos e das práticas sociais (Orlandi, 2009). Falar Português “ajuda bastante porque a comunicação é fácil, não cria barreiras (...) uma coisa que notei foi uma fronteira muito grande entre a emigração nos Estados Unidos e a emigração portuguesa aqui” (PT06). É importante referir que “a comunidade está muito inserida na sociedade pelo fator da língua. Têm muitos

filhos de portugueses. É muito difícil estar num lugar e não conhecer um filho ou neto de portugueses” (PT07). Nesta perspetiva, o sentir-se em casa, a vivência diária é “facilitada, claro que sim (...) aqui praticamente a gente se sente em casa. É a parte boa e a parte ruim de a língua ser igual e ser diferente. Porque eu acho mesmo que isso mostra como dois países que têm a mesma língua, como eles se adaptaram (...)” (BR07).

Neste seguimento, as relações empresariais também podem ser fortalecidas tendo a inovação de ponta lugar nessa relação. Assim, “o afeto e a língua são fatores competitivos e diferenciadores para os portugueses se tiver um bom produto e for competente” (PT03). A forte relação comercial entre Portugal e Brasil e desses com os restantes países trazem o reconhecimento internacional. Logo, “as línguas só são reconhecidas como línguas de escala global se vierem acompanhadas de substrato económico” (BR01), os “empresários angolanos estão a investir em Portugal porque dominam a língua” (BR06). Neste ponto de vista, “o Português já era visto como uma língua necessária para o currículo para evoluir profissionalmente” (PT10). “O prestígio internacional da língua não tem a ver apenas com vontade política, sim com a importância económica. E o crescimento económico do Brasil faz com que seja cada vez mais importante, muitas vezes, para quem quer vender, saber e ter o conhecimento do Português” (BR04).

A língua portuguesa aparece como contexto, interface e prestígio, inserida numa responsabilidade económica valorizada internacionalmente. Essa valorização é vivida naquilo que cada falante da língua portuguesa tem de melhor: a capacidade de se reinventar e de exprimir o que pensa, sente e imagina por meio da língua portuguesa. A comunicação em língua portuguesa privilegia relações económicas que exigem uma dada língua e descarta atividades que podem ser executadas por trabalhadores de outra nacionalidade ou competência linguística.

Entretanto, começa a ser perceptível uma “disputa” institucional pela defesa e valorização da língua portuguesa. A disputa pode ser percebida pela adoção do Acordo Ortográfico, ou pelo desacordo que adia a definição da entrada em vigor: “a língua para mim evolui, tem que evoluir. Querer manter o Português inalterado pelos tempos é uma impossibilidade. O brasileiro cresce, traz palavras de fora, ele transforma. Claro que a percepção dos portugueses é de que o brasileiro fala mal o Português. Pelo lado do Brasil, acredito que a língua tem alguma força como tem o Mandarim” (PT09). Considera-se que “a postura não é unânime em Portugal. A postura de uma disputa que existe nos portugueses, uma espécie de busca de propriedade

da língua, em parte, contribui para deixar o Brasil sozinho nisso” (BR04). Mas encontramos no discurso dos entrevistados novamente a presença da facilidade da língua portuguesa nos negócios, “a escolha de Portugal para ampliar os meus investimentos relacionou-se com facilidades da língua. Seria mais fácil começar a investir num novo país cuja a língua se domina, noutra país o desconhecimento da língua seria uma dificuldade”. Este entrevistado afirmou também que, no início, até em Português “tive algumas dificuldades com a língua, principalmente no mundo dos negócios é importante perceber bem” (BR10).

Nem todos veem a língua portuguesa como língua franca num futuro próximo e “não se pode imaginar que o Português passe a ser uma língua franca. São nove os países em que o Português é língua oficial” (BR08). Mas acreditam que “as línguas são importantes no seu espaço” (BR05) ganhando peso cultural e comercial, “a língua portuguesa ganha relevância porque as pessoas têm que saber comunicar. É diferente alguém querer comunicar ou alguém querer comunicar connosco. Quando alguém quer comunicar quem tem que se mexer é o outro, não somos nós” (BR03). Nesse sentido, “o Brasil (...) vai também impor que a nossa língua tenha que ser aprendida por várias pessoas (...) Porque não podemos impor também? São importantes essas posições culturais para defender as nossas raízes, as nossas origens” (PT01). Os negócios internacionais entre Portugal e o Brasil são feitos em Português “(...) em Português e não em Inglês. Isto é um avanço considerável e palpável” (BR01). Palpável quando temos os manuais de trabalho da Embraer, da Galp ou da Petrobras redigidos em língua portuguesa. Palpável quando as reuniões do Comité Olímpico Internacional acontecem em Português. Palpável quando as fileiras dos cursos de língua portuguesa para estrangeiros enchem as universidades e escolas de línguas. Assim, “os horizontes que se abrem do ponto de vista de perspectivas de investimento, de criação de novas tecnologias no Brasil a partir de uma base importante são a variedade, a diversidade biológica e a flora”. Continua o entrevistado, afirmando que será “o Brasil a responder pela perspectiva de que o Português venha a ser uma língua de mais trânsito internacional” (BR08). De notar o papel da língua portuguesa como produção e uso nos meios de comunicação. Papel evidenciado como produção, fruição e relacionamento social, e ainda, como modelos de comunicação, em particular, o papel predominante dos conteúdos mediáticos da telenovela nas sociedades de língua portuguesa: “a força da língua portuguesa é causa e consequência dessa explosão da comunicação no Brasil, explosão onde a televisão é o grande vetor e a internet está chegando junto” (BR05).

A rede complexa de processos de interligação de práticas económicas e políticas a nível mundial, e os seus fluxos, promovem as relações e trocas comerciais entre diversos países, as constantes “mutações” têm ligação direta e indireta a quase tudo que fazemos e a atual relação, comunicação entre Portugal e Brasil passa por esses fluxos, demonstrando uma “força económica” da língua portuguesa. É importante referir que “vamos fazer biotecnologia, nanotecnologia em Português para dar esse substrato económico e valorizar a nossa língua e tudo aquilo que emana da nossa língua: a nossa história, cultura, a nossa forma de ser. É uma forma também de exportar para o mundo esse produto, um produto cultural” (BR01).

Como superpotência emergente, o Brasil pode abrir as portas para as relações económicas a partir de Portugal e Portugal pode entrar na América Latina pelas portas do Brasil: “Eles estão a crescer muito e nós estamos sem mercado, quer interno quer europeu, para absorver a nossa produção que tem vindo a crescer. Se queremos sair da crise (...) vale a pena (internacionalizar para o Brasil)” (PT10). Assim, “(...) empresas brasileiras que queiram se internacionalizar o melhor caminho é Portugal. Porque você tem um primeiro contacto com esse contraste de culturas, tem essa primeira experiência de como é que você tem de se adaptar a um país novo” (BR03).

Quando a língua pode ser o principal elemento de negócio, como no caso da comunicação, as relações entre Portugal e Brasil são determinantes: “onde é que a gente deve fazer a nossa sede na Europa? Onde é que falam Português?” (BR05). A língua é determinante: “não existe nenhum país na Europa onde a Globo seja tão conhecida, seja tão importante no panorama televisivo. Mas sobretudo é a língua” (BR05). Essa relação torna uma empresa brasileira como a Globo “a maior produtora de conteúdo cultural em língua portuguesa no mundo” (BR05). Essa produção em língua portuguesa é distribuída para o espaço dos países da língua portuguesa e não só. As telenovelas da Rede Globo são também vendidas para as emissoras de outros países e são exibidas com legendas ou dobradas, garantindo o (re) conhecimento da língua portuguesa. Existiu uma proteção ou disputa de espaço televisivo em Portugal, como é o caso das telenovelas produzidas pela TVI que passaram a liderar sobre as telenovelas brasileiras, mas que, com presença física da Rede Globo em Portugal, e dado o trabalho feito pela Globo (Brasil) e pela SIC (Portugal) com produções conjuntas, registou-se uma retomada da liderança na audiência das telenovelas brasileiras. O fenómeno é explicado por um dos entrevistados: “(...) os diretores de programas da SIC com a imprensa falam bem da TVI, falam bem da produção nacional (...) começam a procurar soluções portuguesas, talk-shows (...)”

E aí, é claro que se você tem um programa e você já o trata mal, coloca-o no ar às duas da manhã e aí ninguém vê”. E continua: “Eu trago atores brasileiros, faço eventos, passo notícias positivas, ajudo a SIC a promover as suas próprias novelas, as nossas novelas na SIC (...) desde que a nossa presença física aumentou com Gabriela, o remake da Gabriela foi o programa mais visto na SIC” (BR05).

É perceptível algum “protecionismo” e muitas vezes uma falta de diálogo entre estruturas brasileiras e portuguesas que parecem começar a diminuir com as “mutações” ocorridas no globo. Na contramão da globalização, o protecionismo voltou a ganhar corpo no mundo. Esse protecionismo praticado pelo Brasil é motivo de queixa dos imigrantes portugueses: “como não produzimos aqui, mas em Portugal, para entrarmos com a mercadoria tenho de pagar no ato de levantamento da mercadoria uma carga muito grande de impostos” (PT04). Mas “depois, as leis, a carga de impostos, só para entender as tributações (...) são um absurdo” (PT09). Entretanto, tendo a língua portuguesa como ferramenta esses portugueses encontram uma solução para o protecionismo como a criação de empresas (pequenas ou médias) com participação mista portuguesa e brasileira. Ou pelo apoio de redes empresariais como a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), “há a AICEP, essa ajuda (...) Sim funciona. Agora aqui em Santos quem nos ajudou foi o Consulado Honorário e a AICEP sendo aqui o mais perto no Consulado de São Paulo” (PT04).

Apesar dos esforços, tornados já internacionais, os atores do espaço falado em Português demonstram ainda haver necessidade de mais comunicação: “tem pouca comunicação entre os mercados de língua portuguesa (...) Óbvio que esse movimento começou, principalmente com a crise. Porque até então (...) está tudo bem aqui, ninguém olha para fora” (BR03). Essa pouca comunicação é lida como pouca “interação” e pouco reconhecimento do mercado português e brasileiro. Essa falta de reconhecimento dava-se pelo passado recente de desconhecimento dos seus espaços. Procurando compreender os diferentes sentidos, o atual posicionamento internacional dos fluxos “força” uma maior relação, comunicação, entre o espaço luso-brasileiro e os seus atores. Nesta sequência “agora tem é de recuperar algumas coisas que ficaram para trás historicamente e por conta da política também. A política fez muitos estragos no Brasil. A política não, os políticos” (PT09).

Assistimos ao fenómeno em que “claramente o Brasil vai tomando espaço. Portugal tem um espaço importante na União Europeia (...) Eu assumi

a função de presidente da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), que é a organização internacional do transporte aéreo, durante um ano, e também da associação das empresas europeias. E tinha uma razão: foi porque falava Português” (BR02). No referente à internacionalização das empresas brasileiras e portuguesas percebemos no discurso dos entrevistados que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi 2009, p. 39). Este discurso tem em conta também as dimensões históricas, enraizadas em ambos os países e a capacidade de comunicação, que nos remete para a necessidade referida por brasileiros e portugueses de um maior conhecimento das realidades culturais para além da língua: “Tem de ser diferente (...) Para ser igual (...) o Brasil já está num nível muito bom. Dependendo do trabalho que se está à procura tem de ser melhor ainda” (PT09). Neste sentido, “a pessoa tem que ser bem formada. E disciplina(da). Os portugueses são extremamente disciplinados” (BR02).

As novas tipologias de empresa ou organização da sociedade em rede permitem que as empresas que chegam ao Brasil ou a Portugal não sejam caracterizadas de “Retorno das Caravelas”, como ocorreu com a chegada das grandes empresas portuguesas no Brasil na década de 90 como a Portugal Telecom, EDP e Sonae. Nos dias de hoje não são caravelas, mas “são os *barquinhos a motor* que estão a acostar ao Brasil, tranquilamente, entrando neste mercado que precisa daquele *know-how*, que arranjam parceiros brasileiros, parceiros de capital normalmente para entrar neste mercado que é muito exigente e difícil” (PT03).

Assim, partimos do micro para o macro ambiente no sistema contemporâneo global, com a presença da comunicação de massas e o grande movimento de pessoas, parte do nosso objeto de investigação no quadro luso-brasileiro, “o facto de se poder circular livremente permitiu um trânsito extraordinário entre os dois países que nunca existiu desta forma” (PT03). Encontramos um cenário em mudança, em que Bhabha via as antigas divisões norte/sul re-articuladas em novas formas híbridas de diálogo, mas num diálogo desigual, verificamos maiores e mais fortes relações, comunicação entre os Estados do Sul que não são mais caracterizados como países do terceiro mundo (Bhabha, 1990). No entanto, “mas tendo em vista essa geometria variável na formação de coligações no mundo (...) O Brasil/BRICS que inclui Índia, China, África do Sul, Rússia. Não se pode chamar a este grupo de países de terceiro mundo” (BR01). “Esta emergência dos países da orla sul já está a ter um efeito muito significativo na geopolítica internacional. A multipolaridade, por um lado, e a emergência de novos atores

vai fazer seguramente centrar um pouco mais a atenção em subsistemas internacionais” (PT03).

Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) apresentam uma força distinta através do *soft power*, este poder é considerado uma habilidade de um corpo político para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais (Nye, 2004). Uma maneira diferente de distinguir os efeitos subtis de culturas, valores e ideias no comportamento de outros. Neste sentido, considera-se que “exercemos um tipo de poder diferente que se chama *soft power* e tem que ser assim porque o Brasil não tem uma estrutura militar como os Estados Unidos. Exercerá a persuasão ou a dissuasão pela força dos seus argumentos e não pela força das suas armas. Esse é o *soft power*” (BR01). Nesse sentido, a entreajuda luso-brasileira é marcada na complexidade do cenário internacional: “Se olharmos para os últimos cento e tal anos as duas economias estiveram quase sempre em contraciclo. Ou seja, Portugal e o Brasil sempre responderam reciprocamente entreajudando-se em função das necessidades circunstanciais da sua economia e do seu mercado” (PT03). Relações que “na medida em que ainda não mudaram essas estruturas formais de poder, a única forma de os países acederem ao poder numa redemocratização do espaço político no mundo é através da criação de novas coalizões. Estamos a falar dos BRICS, do G20 e da CPLP” (BR01). Assim, “Apesar de a CPLP ser uma organização que ainda tem um caminho a percorrer. Por vezes, injustamente, diz-se que a CPLP não conseguiu atingir os resultados. Acho que é preciso olhar para a CPLP com objetividade e ver que é uma organização muito recente” (PT03).

A imprensa inglesa apresentou o Brasil e Portugal como superpotências que utilizam o *soft power* para prosperar em tempos difíceis. No ranking da imprensa inglesa dos 30 países que melhor utilizam uma influência subtil internacional, o Brasil apareceu como 19.^a e Portugal como 25.^a potência. Em conjunto Portugal e Brasil utilizando a língua portuguesa como contexto e interface de comunicação e podem criar um modelo de *soft power* por meio das especificidades da uma cultura feita em língua portuguesa. Esse trabalho internacional beneficiará todos os países que tem em comum a língua portuguesa representados pela CPLP. Num momento de crise económica internacional caracterizado por instabilidades constantes, a ação de *soft power* da língua portuguesa representa uma ligação às estruturas internacionais com características de globalização que mais uma vez determinam a língua portuguesa global.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa mostra-se como uma ferramenta necessária para o jogo do atual cenário internacional dos países que a compõem, pois, “O Brasil lançou a sua candidatura à FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura) e os votos da CPLP fizeram a grande diferença” (BR01). Mais tarde, a vitória do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio) foi conseguida também graças ao trabalho da CPLP. No plano macro as realizações são construídas, mas ainda é necessário “chegar ao dia a dia das pessoas” (BR04), assim como é necessário ampliar a comunicação com os três polos do Atlântico: “O Brasil tem uma dificuldade enorme em entender África e até de entender a Europa. Nesse ponto Portugal necessita de fazer essas aproximações” (BR02). Por outro lado, diz um entrevistado que “Portugal é importante para nós. Apesar de ser um mercado pequeno, é importante (...) ou seja, se a gente pegasse por tamanho de mercado e faturamento hoje, eu devia estar morando em Luanda. Porque a Globo, em Luanda, tem 250 mil assinantes, 240 mil assinantes na Pay TV” (BR05). Assim, são dois os pontos que caracterizam a língua portuguesa global nas relações luso-brasileiras com África. O primeiro é o conhecimento e as relações privilegiadas que Portugal tem com os PALOP. O passado colonial e a vivência pós-colonial deixou em Portugal uma referência cultural para os PALOP e hoje permite criar um espaço económico e empresarial. O segundo relaciona-se com a visão do Brasil sobre os PALOP, entendidos como um mercado consumidor daí a necessidade de tentar criar pontes de ligação diretamente com os PALOP, mas para facilitar as negociações devem contar com a interface dos atores portugueses criando uma triangulação atlântica de comércio e negócios em língua portuguesa.

O ampliar das relações no cenário internacional entre Europa, América Latina e África pode ser uma das funções da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A língua portuguesa é perceptível como relação de intimidade entre brasileiros e portugueses e aparece como elemento unificador entre os países, mais forte do que o termo Lusofonia. O termo língua portuguesa respeita o imaginário brasileiro e português e pode ser estendido a todo o imaginário dos países de língua portuguesa: o termo “luso tem a ver com Portugal e língua portuguesa tem a ver com Portugal. A língua, apesar de ter diferenças perceptíveis e gritantes, é a mesma língua” (BR08). Entretanto o “luso” de lusofonia traz uma característica de hegemonia portuguesa e nesse momento de globalização, a força encontra-se na partilha de uma mesma língua: a língua portuguesa. Neste sentido, “acho uma chatice a tal da lusofonia, porque acho que não é isso, acho isso uma bobagem. E a gente está querendo criar um núcleo separado? Eu acho que o país devia-se comunicar, não precisa ter um título para isso. A mim só afasta, eu não

gosto disso” (BR03). Nas relações comerciais tornadas globais é necessária uma facilitação na descrição do espaço falado em Português. Essa ajuda pode ser encontrada na definição de: “língua portuguesa” sendo esta uma língua global.

Todavia, é perceptível uma demonstração da palavra lusofonia nos meios de comunicação portugueses para descrever, por exemplo, o *Rock in Rio* em Lisboa. Na notícia do *site Sapo Música* intitulada “Rock in Rio em maio de 2014 em Lisboa com investimento de 25 milhões de euros”, Roberta Medina refere Portugal para a internacionalização do *Rock in Rio* e para a criação de valor acrescentado ao evento. Disse Roberta Medina: “Portugal é o melhor caminho para a internacionalização das marcas”, afirmação na qual foi acrescentada pelo *site* noticioso “da lusofonia”⁵². A afirmação de Medina referia-se às marcas do Brasil e da América Latina e não da lusofonia. A empresária Roberta Medina não utiliza a palavra lusofonia para descrever esse espaço. A formação discursiva do jornalista do *site* foi encarada a partir de uma posição dada em uma conjuntura socio-histórica que determinou o que poderia e deveria ser dito (Orlandi, 2009).

Numa relação profunda entre comunicação e sociedade no âmbito global e local, a comunicação funciona como criadora da realidade social, sendo (re)produtora da ordem social. A realidade é criada, mantida, desenvolvida e transformada através da comunicação e linguagem (Craig, 2007). Os processos de comunicação em língua portuguesa aparecem como uma fonte criadora e produtora de mudanças. Isso significa que qualquer comunicação, interpessoal, intergrupala de massa ampliada para a auto-comunicação de massa é compreendida com contexto e interface. Essa mediação e mediação é um processo global, sendo que os fluxos e refluxos da língua portuguesa no espaço e no tempo dessa mesma língua apresentam modificações sob o combinado do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais induzidos pelo atual processo de mudança. Estes processos de comunicação são reais, observáveis, por mais “irreais” ou “virtuais” que possam parecer.

A comunicação eletrónica tem um profundo efeito sobre as formas tradicionais de comunicar e a forma como vemos a sociedade e a nós mesmos. A ligação eletrónica entre Portugal e Brasil feita pelos seus migrantes é uma constante, tanto pelo uso dos meios de comunicação como pelo

52 <http://musica.sapo.pt/noticias/concertos/rock-in-rio-em-maio-de-2014-em-lisboa-com-investimento-de-25-milhoes-de-euros>

consumo mediático de produções locais, do seu país de origem e por produções conjuntas. Assim, “a ligação a Portugal é quotidiana através do e-mail, Skype, Facebook, telefone. A ligação com Portugal não tem de ser provada, documentada. Eles vivem uma experiência profissional, vão a Portugal, voltam para o Brasil” (PT03). Entre as pessoas está a tecnologia e as suas mensagens, notícias, suportes e imagens, o que permite que “as fronteiras diminuam de forma que você praticamente está com as pessoas todos os dias... é muito bom você sentir que está perto. Sentir que você não está perdendo as coisas que estão acontecendo” (BR07). A relação entre memória e atualidade é lida como uma possibilidade de manutenção e de, ao mesmo tempo, transformação dos sentidos. Para Orlandi, “todo o dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória e o da atualidade”, sendo assim que aparece uma palavra com grande representação na língua portuguesa, a “saudade” (Orlandi, 2009, p. 33).

A imaginação cultural da diáspora corresponde a lembranças objetivadas e institucionalizadas, que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações de imigrantes nos dois lados do Atlântico. Neste sentido, “os meios de comunicação são fundamentais para se conseguir estreitar as distâncias entre o nosso Portugal e os países onde se vive” (PT08), “(...) estou longe, mas estou perto” (PT06). Assim, “para matar as saudades muitas vezes” (PT11), têm de recorrer “aos blogues da terrinha para matar a saudade” (PT05). Deste modo, a revolução tecnológica introduz nas nossas sociedades, não tanto uma quantidade de inusitadas novas máquinas, mas antes um novo modo de relação entre os processos simbólicos (Martín-Barbero, 2006). A globalização feita em língua portuguesa é definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial ligando localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa, interagindo o local com o global. A identidade deixa de ser definida apenas pelo espaço local, pelas práticas da comunidade imediata ou pelo contorno das fronteiras nacionais, trata-se duma identidade global em língua portuguesa, na qual elementos de diferentes origens se aglutinam, influenciam mutuamente, definem e redefinem-se.

Na existência da articulação entre *media* de massa e *media* sociais percebemos o consumo dos meios de comunicação pelos “*media* sociais” e pelo telemóvel. Estas aplicações de comunicação podem indicar maiores relações comunicacionais entre Brasil e Portugal.

Importa destacar o alto consumo da televisão brasileira presente no hábito diário dos imigrantes portugueses no Brasil: “da SIC tento ver só quando tem os jornais, porque de resto são telenovelas repetidas e não dá muito gosto de ver” (PT05). “Já estou aqui há anos e já me habituei à dinâmica da televisão brasileira” (PT11). “O Português fica 90% na televisão local. Até porque a televisão brasileira é excelente” (PT08). O consumo de televisão por cabo pelos portugueses no Brasil é muito baixo devido à qualidade proporcionada pela televisão brasileira que retira a audiência para a televisão local ou por preferência de “viver” o momento da migração “totalmente” no Brasil. Por outro lado, quem corta relações com a televisão adere à busca de informação pela internet: “Quando estou aqui não gosto de ficar presa ao que está lá. Recebo as notícias da minha família. Quando quero saber alguma coisa do ponto de vista económico ou tributário entro na internet e pesquiso” (PT09). No entanto, a qualidade do telejornalismo português foi evidenciada: “a única coisa boa da SIC é o jornal. Gosto muito do jornal da SIC (...) Mas eles insistem muito nas novelas” (PT07), contudo é demonstrada uma preferência pela telenovela brasileira.

É perceptível o consumo de jornais brasileiros e nenhum consumo de jornal português em suporte físico, sendo as notícias e informações consultadas em *sites* de notícias tanto brasileiros como portugueses. “Não chega cá. Não conheço nenhum jornal português que seja distribuído aqui” (PT08). “Estou sempre a ver os jornais portugueses online. Às vezes ligo a TSF *online*” (PT03). As trocas de *emails* são geralmente para fins de negócios, dando-se preferência ao uso dos *media* sociais e aplicativos para a troca de informações.

O uso do telemóvel também aparece como um hábito comum para as conversas entre os imigrantes portugueses no Brasil e a terra natal: “dou um toque para o telemóvel ou mando-lhe uma mensagem” (PT05). Tendo surgido “(...) redes no Facebook que se chamam de novos patrícios, (...) a nova comunidade portuguesa que está a chegar. Essa dá-se toda muito bem” (PT04). Os *media* sociais, assim como os diversos sites da internet em língua portuguesa colocam o “Português” entre as 10 línguas mais usadas na internet, no Facebook e no Twitter. A página de Facebook apontada pelo entrevistado na verdade é um grupo e conta com cerca de dez mil seguidores. É composta por portugueses que vivem no Brasil e por portugueses que tem “alguma ligação ao Brasil”. Segundo a descrição da página é um “grupo vocacionado para portugueses que vivem no Brasil, funcionando como rede de partilha de informação”. São aceites para participar do grupo pessoas cujo perfil indique a cidade brasileira onde residem. Assim, “cidadãos portugueses que não residam no Brasil ou cidadãos brasileiros que

pretendam aderir devem justificar o pedido de adesão ao grupo, através de mensagem enviada ao administrador” conforme indica a descrição do grupo. Nesse grupo são partilhadas oportunidades de emprego no Brasil, imagens de cidades portuguesas, convites para festas no Brasil, notícias sobre políticas de imigração no Brasil e partilhas sobre corrupção política no Brasil e em Portugal.

Observamos o consumo de televisão local em maior escala que o consumo de televisão brasileira pelos imigrantes brasileiros em Portugal, sendo de destacar a procura de produções brasileiras na televisão portuguesa (telenovelas brasileiras exibidas na SIC e RTP). As telenovelas brasileiras transmitidas na SIC e na RTP são produtos acabados de comprar aos canais brasileiros Rede Globo e Rede Record. No caso da estação televisiva SIC, esta transmite a telenovela brasileira em horário nobre. Como exemplo apresentamos a novela “Avenida Brasil”, transmitida em 2013, teve no último dia de exibição uma audiência inédita de 1,5 milhão de telespectadores em Portugal (dados da empresa GFK).

A presença dos mais variados canais de televisão brasileiros em Portugal deve-se à procura dos canais também pelos portugueses e não somente pelos imigrantes brasileiros: “As duas televisões de maior audiência no Brasil estão disponíveis no cabo em Portugal. Isso é uma realidade, quer dizer, tem milhares de pessoas que assistem, não só brasileiros” (BR04).

O consumo de imprensa portuguesa também é um hábito dos imigrantes brasileiros em Portugal, assim como algum consumo de imprensa brasileira em Portugal, com destaque para a *Veja*, revista de distribuição semanal brasileira publicada pela Editora Abril que trata temas variados de abrangência nacional e global como questões políticas, económicas e culturais. Ao mesmo tempo são procuradas informações em *sites* de notícias portuguesas e brasileiras: “Eu não espero até a uma hora da manhã para ver o jornal nacional da Globo. Nunca vejo. Eu acompanho o dia inteiro, pelo que se aconteceu alguma coisa importante no Brasil eu já sei pela internet” (BR05).

Por outro lado, existe uma grande troca de *e-mails*, principalmente para negócios e diplomacia. A amostra referiu utilizar mais as aplicações do que o telemóvel, o telefone e até mesmo os *media* sociais. Isso acontece pelo acesso às aplicações dos aparelhos tecnológicos como o telemóvel que permitem através de uma conexão à internet, a existência de uma comunicação *online* rápida e gratuita no mesmo tempo em outro espaço. A nossa amostra referiu essa prevalência que é corroborada pelos dados de utilização

do Facebook (detentor do WhatsApp) que apontam a língua portuguesa como uma das mais usadas na rede.

7.2. O panorama comunicacional no quadro luso-brasileiro

Após uma abordagem interpretativista assente no enquadramento teórico e na análise empírica, apresentamos uma articulação dos temas e dos argumentos abordados num quadro sinótico de conceitos a que damos o nome de “Panorama comunicacional no quadro luso-brasileiro”. O atual panorama comunicacional do mapa luso-brasileiro exhibe uma complexa rede de temas relevantes na contemporaneidade que são confirmados na investigação empírica. A língua portuguesa aparece como contexto e interface de comunicação nas relações luso-brasileiras. Mais que uma cultura específica, a língua portuguesa marca o espaço luso-brasileiro.

No centro de todas as relações encontra-se a língua portuguesa, que suporta todas as orientações e ativa todos os movimentos existentes. Observando-se a projeção cultural das relações em língua portuguesa intimamente ligada à história dos países até à contemporaneidade e à identidade resultante dessa projeção. Essa relação está intrinsecamente relacionada com a cultura e a história através de referências constantes nos testemunhos recolhidos que encontram fundamentação teórica na nossa investigação, apresentando a possibilidade de uma língua portuguesa global que recebe fluxos culturais em Portugal e no Brasil, vivenciando um espaço intercultural e global.

As relações luso-brasileiras apresentam uma realidade cultural constituída pelo conjunto de populações e respetivos territórios unidos por laços históricos e por canais de identidade iniciados pela utilização oral da língua. A essa mesma identidade liga-se a educação através do reconhecimento de um espaço educativo em língua portuguesa. Esta é reconhecida também como língua de ciência, relacionando-se com o conhecimento das sociedades portuguesa e brasileira, com o fluxo constante de pessoas, investigadores e alunos, criando uma internacionalização da língua portuguesa que conduz a uma elevação económica da língua. O atual momento internacional e tecnológico proporciona a Portugal e ao Brasil um poder económico internacional, elevando o potencial da língua portuguesa global e criando um espaço palpável falado em Português. Essa interconexão central aponta para a formação de novas maneiras de contar a história das próprias identidades.

Assim, observamos a utilização da língua portuguesa nos meios de comunicação social, dos mais variados, públicos e privados com uma profunda ligação aos *media* da língua portuguesa e aos respetivos governos nacionais. Existe uma reorganização e reordenamento das produções e mudanças na indústria produtora de conteúdos televisivos, sendo as produções mediáticas produzidas no Brasil e em Portugal consumidas também em outros países.

A língua portuguesa, espalhada pelos cinco continentes, integra países que constituem objetos passíveis de tratamento e de incorporação de valor acrescentado, determinando, por exemplo, tráfegos físicos e virtuais, como as estruturas de turismo e de lazer ou de negócio. Os investimentos portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal, e o turismo crescente de lado a lado apresentam significativas alterações nessas relações e provocam consequentes migrações. A aproximação entre Portugal e o Brasil é identificada como uma estratégia internacional da economia portuguesa que aposta crescentemente no mercado brasileiro como um dos seus mais importantes componentes. A ligação entre turismo e fluxos migratórios é tornada mais forte através da tendência, a médio prazo, de reforço crescente das interligações entre a União Europeia e o Mercosul. A revalorização do capital político é alicerçada pela presença da comunidade portuguesa no Brasil e da comunidade brasileira em Portugal. A utilização da plataforma atlântica portuguesa permite fazer uma ponte utilitária entre o Brasil e a África, intermediando negócios e valorizando a própria política africana de Portugal e do Brasil.

A utilização de uma mesma língua comum representa um valor económico para a língua portuguesa, beneficiando os utilizadores (capital humano) da diminuição dos custos de transações nas trocas comerciais, contribuindo para a organização das empresas transnacionais e funciona como uma oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural. Por outro lado, a língua portuguesa afirma-se em ambiente de trabalho sendo empregue nas organizações internacionais, em transações comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, em acordos de investimento direto no estrangeiro, em contratos empresariais, no âmbito do turismo e do intercâmbio científico-tecnológico, associada às relações interpessoais quotidianas. O uso de uma mesma língua é importante na comercialização de produtos de *media*, na produção conjunta de telenovelas, na presença de correspondentes internacionais e no apoio aos canais televisivos internacionais dos diversos países que compõem a língua portuguesa. A partilha de uma língua comum funciona como facilitador e redutor de custos de

transação, quer da população migrante quer dos hospedeiros que a acolhem, empregam e integram.

Além de influenciar a escolha do país de destino, a língua do hospedeiro é moldada pelos fluxos migratórios, sofrendo influências sobre a pronúncia, o léxico e as construções gramaticais. É expectável que os imigrantes que partilham a língua-hóspede tenham mais êxito na sua integração social, como nos processos de aquisição de estatuto social. Nesta perspetiva, os efeitos das crises económica de 2008 e política de 2016 no Brasil, abrangem muitas áreas da vida: social, cultural, individual, financeira, económica das migrações sendo duas crises diferentes na sua amplitude.

A identidade de um espaço luso-brasileiro encontra-se dependente do domínio particular das produções e práticas culturais. Além das produções conjuntas de telenovela, também existem propostas de produção do género musical, teatral, literário e artísticos diversos. O intercâmbio empresarial acontece nas mais diversas áreas de negócio, sendo observada uma raiz histórica ou uma matriz histórico-cultural portuguesa, referência que é muitas vezes comentada nas entrevistas. Por outro lado, o espaço de fluxos tecnológicos perpassa todas as áreas-chave das entrevistas sendo baseado nas novas tecnologias de comunicação. O resultado desta transversalidade da língua portuguesa verifica-se na própria matriz cultural portuguesa dos países. A comunicação surge como o elemento transversal que possibilita cada nível de ação. Daí que, num sistema organizacional, seja possível identificar unidades sociais que se cruzam de acordo com os objetivos estabelecidos e de acordo com as orientações seguidas. A comunicação representa uma ação específica, com a função de promover as ligações entre todas as áreas-chave e o conjunto da ação em língua portuguesa que resulta destas mesmas ligações.

Assim, a *língua portuguesa como interface, contexto e veículo comunicacional* pode ser observada de acordo com a possibilidade de designar uma ação comunicativa com impacto transversal ao longo de todas as áreas-chave das entrevistas. Desse panorama empírico, emergem cinco contribuições principais: i) Fator unificador da língua portuguesa num espaço de fluxos supra estatal; ii) Relevância internacional da língua portuguesa; iii) Relevância da comunicação mediatizada face às instituições; iv) Portugal como interface dos países de língua portuguesa; v) O termo “língua portuguesa” em detrimento de “lusofonia”.

Seguidamente, iremos desenvolver as cinco contribuições sob a perspetiva da fundamentação teórico-prática articulada e tendo em conta o material empírico apresentado.

7.3. Comunicação e mobilidade no panorama comunicacional e mediático luso-brasileiro: a relevância da língua portuguesa como interface, contexto e veículo comunicacional

É na partilha e no movimento, através da comunicação, que o espaço global da língua portuguesa pode gerar oportunidades, que confirmem e promovam as relações entre Portugal e Brasil. Será pela palavra, pelo gesto, pela atitude, que os falantes da língua portuguesa poderão experimentar e estimular o seu potencial para criar novas relações, embora de formas sempre diferenciadas e em circunstâncias dinâmicas.

Das referências feitas, emerge e consolida-se o horizonte da comunicação pragmática, alicerçada na interface de uma linguagem, falada ou escrita. Convém referir que “envolver-se em estratégias comunicativas, consigo próprio e com os outros, é algo que constitui um esforço conjugado de palavras, de expressões e de gestos, capazes de estimular e consolidar pontes de aproximação e empatia entre os seres humanos” (Salgado, 2013, p. 60).

Qualquer que seja a situação comunicacional (face a face ou mediada), a pessoa será sempre o alvo e o agente do processo comunicativo. Essa comunicação permite a exploração propositiva dos fluxos de informação, de experiências diversificadas, da participação aberta, da motivação e facilitação, da partilha, da intermediação estatal ou empresarial e da ênfase na colaboração como papel social significativo. O ser humano está em permanente situação de aprendizagem e comunicação com o mundo circundante (Watzlawick et al., 1993; Rosengren, 2000), e é dentro desse mundo que está o panorama luso-brasileiro. As mediações comunicacionais são as transformações do tempo e do espaço a partir das migrações populacionais e dos fluxos de imagens refletindo sobre esses dois eixos conjuntamente (Martín-Barbero & Moura, 2009).

O panorama mediático luso-brasileiro pode ser olhado no nosso *corpus* empírico de diferentes maneiras definindo este espaço, o luso-brasileiro, como muito diversificado e com um modelo de fluxos interligados que tem a

“vantagem da interdisciplinaridade”⁵³. Nessa relação é importante destacar o momento de mudança não só no Brasil como nos BRICS e nos demais países emergentes. Nessa análise é perceptível o surgimento de uma língua portuguesa em momentos importantes nas relações internacionais. É possível perceber as implicações comunicacionais deste tipo de mobilidade e os fluxos transnacionais entre determinados países que estão ligados pela história do colonialismo, mas também pelas similaridades linguísticas. As relações entre os países emergentes, entre a América Latina e África, entre Brasil e Moçambique, por exemplo, encontram em Portugal um ator privilegiado, seja pelo seu posicionamento geográfico, pelo seu papel histórico, pela sua posição ou ainda pelo seu lugar na União Europeia. Nesta perspectiva, Lisboa tem um papel importante como ponto de encontro entre os países da língua portuguesa. Trata-se de uma nova realidade, que emerge diretamente da fala da língua portuguesa e da globalização. Surge um espaço em rede, constantemente ligado, em evolução e consolidando-se no modelo de rede global de informação (Castells, 2005) e na mobilidade das pessoas (Appadurai, 1996). Importa destacar também o contributo específico das histórias humanas no meio do “grande retrato” da atual sociedade da informação nas relações luso-brasileiras. Existe uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede (Castells, 2005): o espaço de fluxos (Castells, 2005; Hannerz, 1997). Contamos histórias reais de pessoas diferentes verificando o impacto humano nesta globalização que de acordo com Appadurai é caracterizada pela migração e pela comunicação de massas que “criam conjuntamente um novo sentido do global como moderno e do moderno como global” (Appadurai, 1996, p. 23).

Em Portugal, o imigrante brasileiro é facilmente reconhecido e entendido. Este fator prende-se sobretudo com o (re)conhecimento da realidade, língua e até mesmo do sotaque brasileiro que graças à presença de telenovelas brasileiras no panorama televisivo português desde a década de 70 e devido ao constante fluxo de pessoas entre os dois países. Os imigrantes brasileiros também são bem-vindos graças à ligação histórica. Por outro lado, a mudança macroeconómica que aconteceu com a globalização e a crise iniciada em 2008 tornou o Brasil como “o destino desejável”.

Hoje em dia assistimos a um novo fluxo entre blocos como Mercosul e a União Europeia, entre os países da CPLP e entre Portugal e Brasil. O colonizado

53 Alfredo Gontijo, diretor do *leat* – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares em entrevista ao *Jornal de Ciência*, Rio de Janeiro, SBPC, 28 de outubro de 2005.

define e estabelece agora limites ao colonizador, sem forçar, no entanto, os “estereótipos” ex-colônia ou pós-colonialismo que já não encontram grande expressão nas relações luso-brasileiras. Verifica-se um movimento que privilegia as relações da língua com os seus falantes apesar da pouca referência dada ao espaço da CPLP nos jornais brasileiros, onde José Góes propôs a “experiência do invisível (...) uma ação de força contra a ideia da própria comunidade” (Góes, 2017, p. 291). Esta análise empírica identifica relações privilegiadas “alguma coisa mais forte que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali” (Orlandi 2009, p. 32), observando-se uma mudança e um relacionamento “privilegiado” com Portugal e com o Brasil, que sempre existiu, até porque, como podemos constatar, sempre existiu uma identidade comum que é assumida nas políticas dos países (Saraiva, 2001; Fafe, 2010; Amorim, 2011). Essa identidade comum é a língua que hoje emerge num espaço global, e já de certa forma supra estatal, ou seja, em que os Estados, sendo atores importantes, já não são atores únicos nem decisivos. A mobilidade das pessoas, da cultura, das empresas e organizações é a natureza desse novo espaço de falantes da língua portuguesa. Os portugueses são bem-vindos como imigrantes no Brasil, e os brasileiros são também bem-vindos em Portugal, e, tal como acontece com outros imigrantes falantes de Português, há essa assunção de identidade comum.

Esta investigação possibilitou a identificação de novos níveis das relações transnacionais no espaço global da língua portuguesa, dentro dos fluxos da globalização. Esta troca já não ocorre somente por via das instituições, indo mais além com o presente a ditar o futuro, assim como o passado ditou o presente, sendo marcado pela emergência de um novo patamar de comunicação global em língua portuguesa. Neste contexto os *media* sociais, *mass media*, telemóveis, OTT, viagens, negócios e investimentos assumem o protagonismo mediático complementando, e indo frequentemente além do trabalho das instituições representativas dos países de língua portuguesa. A língua portuguesa está “em movimento ativo no processo de comunicação de que é parte integrante (e, sem dúvida, a parte maior), significa, mas também age. Move. Estimula. Desencadeia (André, 2020, pp. 304-305).

Numa perspetiva interpretativista, no quadro da tradição sociocultural das Ciências da Comunicação, identificamos o panorama comunicacional luso-brasileiro que nos possibilitou a caracterização do espaço falado em Português, multicultural e global na atual sociedade da informação. Esta tem

como tendência a mobilidade das pessoas, a emergência de países como o Brasil, Angola e Moçambique, os negócios feitos em língua portuguesa e as produções conjuntas, o consumo dos meios de comunicação de massa, passando para um processo de autocomunicação de massas, em rede, num espaço de fluxos, com o uso de dispositivos móveis dos mais variados tipos, tendo a língua portuguesa como fator de união, bem como uma aproximação à cultura portuguesa.

7.3.1. O fator unificador da língua portuguesa num espaço de fluxos supra estatal

O papel de uma língua comum é o objetivo da cooperação que orienta a ação política dos países membros da CPLP. A língua portuguesa é um ativo intangível que agora é beneficiada pelo fluxo de rede. Quanto maior for o número de utilizadores, maior será o benefício que cada um extrai da sua partilha. É fator de unificação a língua portuguesa estar espalhada pelos cinco continentes, integrando países que constituem objetos passíveis de tratamento e de incorporação de valor acrescentado que determina, por exemplo, os tráfegos físicos e virtuais, como o turismo (de lazer ou de negócios), a migração ou as redes sociais da internet. Os países de língua portuguesa têm uma matriz linguístico-cultural de dimensão multioceânica, multicontinental, multicultural e multirracial com vista à configuração de uma plataforma comum que estabelece no espaço e na cultura uma unificação que amplifica o campo de ação de cada parte, sem “condicionar ou subordinar qualquer delas” (Lopes et al., 2011). Assim, “em primeiro lugar facilita muito o facto de estarmos num país em que se fala a mesma língua que nós. Isso é fator preponderante para te adaptares a um lugar” (PT01).

É nas relações políticas, de comunicação, de língua e literatura que a perspectiva de se compreender a unificação a partir da comunicação se torna mais visível. A língua como instrumento de comunicação está vinculada à formação da identidade do agrupamento humano (Martino, 2010). É fator de unificação partilhar a mesma língua, a portuguesa, nas relações com a União Europeia (Portugal), Mercosul e BRICS (Brasil) e SADC (Southern Africa Development Community) (para Angola e Moçambique). A CPLP unificada pode articular diversos espaços regionais, não excludentes, nos quais um ou mais dos nove participam, em especial em órgãos multilaterais, ao lado de organizações de abrangência global como a Commonwealth, à qual Moçambique pertence, e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Neste sentido, “por exemplo, quando o Brasil lançou a sua candidatura à FAO os votos da CPLP fizeram a grande diferença. Se não fossem os votos da CPLP,

provavelmente, o Brasil teria perdido. Ganhou, mas com uma margem de votos muito pequena. Isto mostra que a CPLP, até para essas coisas, é uma coalizão de poder que, de facto, tem essa capacidade de influenciar” (BR01).

As estratégias multilaterais podem ter alguma dificuldade nas relações entre os países de língua portuguesa, podendo os trabalhos surgir, mais rapidamente, em relações bilaterais. Por outro lado, o fator unificador da língua portuguesa é perceptível em algumas ações supra-estatais, que são potencializados pela atualidade económica dos Países do Sul, Brasil, pelo constante movimento das pessoas, ou mais recentemente pelas crises de 2008 e 2014. Os fatores de unificação pela língua portuguesa, entre Portugal e Brasil, podem vir a ser multilaterais, sendo esta alargada a todos os países de língua portuguesa, pois “a comunidade é muito inserida na sociedade pelo fator da língua. Tem muitos filhos de portugueses. É muito difícil estar num lugar e não conhecer um filho ou neto de portugueses” (PT07) e “Portugal e Brasil é uma parceria estratégica para os próximos 20 a 30 anos” (PT03).

Esse alargamento caracteriza-se pelo movimento das pessoas dentro desse espaço, ou fora dele, como migrações internas, dentro e entre os países de língua portuguesa, e externas como “sentidos de Exílio ou Diáspora, fazem também com que os portugueses constituam a segunda maior comunidade de habitantes no Luxemburgo, e que os cabo-verdianos sejam um dos maiores grupos na Holanda”, além dos movimentos turísticos com ou sem data de regresso (Cunha, 2009, abril). Nesta perspetiva “eu acho que ter mais pessoas que falam Português (...) aproxima brasileiros ou portugueses. Porque é assim, às vezes quando a gente está viajando, até a passeio mesmo, a gente encontra um português ou um brasileiro e a gente já fica feliz” (BR07).

Os referidos movimentos em fluxo também estão presentes nos novos *media* eletrónicos, provocando no globo um processo de implosão, em que todas as localizações se interligam, mas segundo um modelo de rede, que inclui vários centros (McLuhan & Fiore, 1968) e que mais uma vez a língua portuguesa aparece como fator de unificação criando transformações nos modelos e modos de comunicação (Martín-Barbero, 2004a). Assim, o fator unificador da língua portuguesa tem uma matriz histórico-cultural portuguesa com reflexos das informações globalizadas e difundidas nos meios de comunicação. Estes fluxos demonstram que no século XXI passamos de um mundo pequeno para um reduzido e onde, simultaneamente, estamos a nivelar o terreno do jogo (Friedman, 2005), tendo os falantes de língua

portuguesa a possibilidade de colaborarem e competirem globalmente. Segundo a opinião de um entrevistado, “já disseram que as relações comerciais estão boas, estão se desenvolvendo, estão a crescer” (PT11). Enquanto, outro entrevistado considera que “as empresas e os portugueses têm sempre muitos contactos no Brasil ou por amigos ou por outras empresas portuguesas com quem já tinham contacto. Estão a entrar tranquilamente neste mercado e a fazer parcerias com as empresas brasileiras” (PT03).

O fluxo supra-estatal de pessoas, bens e dados tem como fator unificador a língua portuguesa sendo caracterizado pelo “deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial” (Hannerz, 1997, p. 11). Este movimento também provoca modificações no espaço e o tempo sob o efeito combinado do paradigma das tecnologias de informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo de mudança histórica (Castells, 2005). Assim, o falar Português demonstra um domínio social que provem dos códigos culturais partilhados pelos países de língua portuguesa que estão embutidos na estrutura social, de maneira que esses códigos abrem acesso a estruturas de poder “sem que a elite precise de conspirar para impedir o acesso às suas redes” (Castells, 2005). Segundo um dos entrevistados, “o Brasil vai tomando espaço. Portugal tem um espaço importante na União Europeia (...) Eu assumi a função de presidente da Associação Internacional de Transporte Aéreos (...) E tinha uma razão: foi porque falava Português” (BR02).

As novas tecnologias de informação e comunicação introduzem nas sociedades um novo modo de relação entre “os processos simbólicos que constituem o cultural, e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento em força produtiva direta.” (Martín-Barbero, 2006, p. 54). Nesse cenário, os falantes de Português vivem em coemergência da pessoa com os universos sociais, tendo a comunicação eletrónica um profundo efeito sobre as formas tradicionais de se comunicar e a forma como vemos a sociedade e nos vemos a nós mesmos (Maturana & Varela, 1980). Através da internet, por exemplo, verificamos a informação que é difundida (disseminada) sem qualquer controlo central (descentralizado), podendo ser facilmente copiada (multiplicada) e estendida.

No espaço dos países de língua portuguesa e na “diasporização” junto da intensa mediação, alcança-se um “sentido de proximidade” tanto entre membros de diásporas (simbólico), no mesmo ou em diferentes lugares, e a partilha mediáticas e físicas com pessoas de diferentes origens (Georgiou,

2011). Na opinião de um entrevistado, “a língua portuguesa é de Portugal, claro. Com certeza. Mas existe o “brasileiro”, como eles chamam aqui, que é a nossa língua, que é a língua do Brasil” (BR09).

Na mediação em língua portuguesa o fator de unificação pode ser entendido como um processo de comunicação de ordem social e elemento transformador em processo de interação, como mediações que são transformações do tempo e do espaço com fluxos de pessoas e fluxos virtuais de comunicação supra-estatais.

7.3.2. Relevância internacional da língua portuguesa

Uma cultura e língua comuns são fatores facilitadores do comércio, indústria, negócios diversos, até mesmo de política externa. Estes elementos confluíram para que a língua portuguesa seja atualmente uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental. Para tal, contribuíram as relações comerciais internacionais como os trabalhos da portuguesa Galp Energia ou das brasileiras EMBRAER e Odebrecht, ou as relações educacionais e de formação como o brasileiro SENAI, bem como as produções conjuntas da brasileira Globo e da portuguesa SIC, destacando-se, ainda, a internacionalização do Rock in Rio com a presença em Lisboa ou das pequenas e médias empresas no Brasil como a Famaval Latin America. Na perspectiva de um dos entrevistados, a rede “Globo é hoje a maior produtora de conteúdo cultural em língua portuguesa no mundo. E aí vamos chegando aqui à questão da existência numérica da língua, ou seja, o Português hoje é a quinta ou sexta língua mais falada do mundo” (BR05). Na sequência da sua entrevista destaca o papel das produções conjuntas: “Fizemos duas novelas em coprodução. A primeira ganhou o *Emmy* e a segunda é a novela mais vista, na SIC, a *Dancin Days*” (BR05). Outro entrevistado complementou que é necessário “fazer aquele ‘crowdfunding’. As próprias comunidades podem se organizar para isso. Agora acredito que isso vem mais do lado dos negócios de arte e cultura, num primeiro momento, e a seguir vem os negócios tradicionais” (PT09). Uma das entrevistadas considera que “alguma coisa mudou de posição. E é óbvio que é a língua portuguesa, no meu olhar, ela ganha relevância porque as pessoas têm que saber se comunicar”. Esta realçou que “é diferente a gente querer comunicar ou alguém querer comunicar. Quando alguém quer comunicar quem tem que se mexer é o outro, não somos nós” (BR03).

A internet é outro elemento indispensável no processo de difusão das empresas dos países de língua portuguesa. Segundo um dos entrevistados,

é “graças também às tecnologias de comunicação, mas graças sobretudo também a este sentimento que o Brasil está a crescer, que é um mercado interessante que oferece oportunidades interessantes e de que Portugal tem uma ligação natural” (PT03).

A relevância internacional da língua portuguesa, logo a seguir ao Inglês e ao Espanhol, deve-se ao crescimento populacional e ao crescimento económico do Brasil, Angola e Moçambique (Reto, 2012). Nesse ponto de vista um dos entrevistados diz: “adoro que o Brasil tenha também acordado economicamente como país porque isso torna a língua muito forte. O Brasil tornando-se uma potência, como já é, vai também impor que a nossa língua tenha que ser aprendida por várias pessoas”. O mesmo afirmou que “a nossa língua já é a quarta mais falada no mundo, mas o facto de o Brasil ter, nestes últimos anos, ocupado este lugar de destaque no panorama mundial obviamente que todas as empresas de todos os países e pessoas que querem trabalhar no Brasil têm de aprender a nossa língua”. Na sua entrevista terminou referindo que “isso está a proporcionar o aparecimento de uma quantidade enorme de novos faladores da língua portuguesa” (PT01).

A língua portuguesa desempenhará um papel internacional no século XXI, ao impor-se como língua de ciência, de expressão cultural, transformando-se num meio de afirmação e numa poderosa vertente da economia dos países de língua portuguesa. O sociólogo Renato Ortiz pensa o mundo, não a partir da América, mas no que toca ao seu fluxo, e levanta as possibilidades das realidades nacionais, lançando luz sobre as mesmas a partir de outro ângulo. Este considera como “falso problema a homogeneização da cultura”, pois entende que diversidade e semelhança caminham juntas, “expressando a matriz modernidade-mundo numa escala ampliada” (Ortiz, 1997, p. 23). Na perspectiva de Ortiz, que podemos verificar e vivenciar a internacionalização da língua portuguesa, não somente no espaço dos países que falam o Português, mas também em outros países, *players* nas relações em língua portuguesa. A mesma opinião é partilhada por um dos nossos entrevistados, que argumentou que “na Costa Rica e na Venezuela depois do Inglês o que mais lhes interessava aprender era o Português. Primeiro pela necessidade pelo Brasil. Percebemos que o Português já era visto como uma língua necessária para o currículo” (PT10). Esta ideia é reforçada por outro entrevistado que defendeu “estou aqui para que no futuro me possa ajudar a melhorar o meu currículo que é uma coisa que me têm pedido e as empresas têm valorizado muito por ter esta experiência de intercâmbio” (PT02).

A comunicação instantânea à escala global e a partilha de significados relaciona a globalização, a internacionalização da língua portuguesa, com as tecnologias eletrónicas. Esta internacionalização está intimamente ligada ao mundo conectado, atualmente, impulsionada pela emergência dos países do Sul, destacando-se os eventos internacionais que tiveram lugar no Brasil, a reorganização económica dos países como os BRICS, e as relações estreitas nas áreas económica, política, cultural e social com profunda relação com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse seguimento, um dos entrevistados concluiu que “esta emergência dos países nomeadamente da orla sul já está a ter um efeito muito significativo na geopolítica internacional (...) Vai seguramente centrar um pouco mais da atenção em subsistemas internacionais que eram considerados, mas sobre os quais ainda havia uma dúvida sobre o seu real poder e capacidade de influenciar” (PT03). Outro dos entrevistados diz: “isso não as impede de adotar novas palavras porque o mundo tem tido novas coisas. Têm surgido novas invenções, que têm de ser em Português (...) Pelo Brasil acredito que a língua tem alguma força como tem o Mandarim” (PT09). Outro entrevistado defendeu que o Brasil “é um país de 190 milhões de pessoas que fala Português, que faz questão de falar Português e que já tem condição de potência suficiente para garantir que o Português é a sua língua e a língua que falará” (PT03). Na continuação desse raciocínio defende que “para afirmar a língua portuguesa como língua de trabalho nas organizações internacionais (...) existe uma coisa que é a pressão natural da demografia e do mercado” (PT03). Nesse seguimento dizem ainda: “Em alguns organismos internacionais ela é uma das línguas oficiais. Por exemplo, na OUA eu só discursava em Português. Sem falar no Mercosul (...)” (BR08).

O movimento dessa internacionalização altera a própria noção de espaço. Pode-se dizer que no atual contexto da globalização a memória coletiva não só se materializa num “nicho” como se articula em cada um deles através dos meios de comunicação. Os fluxos e refluxos de informação constroem a entrada e a saída de dados, informações, conhecimento e pessoas no atual ambiente global, falado em Português, da sociedade da informação. Seguindo esse ponto de vista, um dos entrevistados afirmou que “muitos dos nossos alunos dos Estados Unidos ou do Canadá estão a aprender Português porque consideram relevante por conta do mercado brasileiro. Sinto que os brasileiros, mesmo fazendo um esforço por aprender o Inglês, prezam muito a sua língua” (PT09).

Além das ações económicas e empresariais da internacionalização da língua portuguesa, identificámos o papel do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), produto palpável da CPLP que, para além de internacionalizar a língua, procura funcionar como um centro difusor das variedades do Português, como meta de fortalecer a unidade da língua, e também como lugar em que a pluralidade linguística dos países da CPLP encontre eco na investigação, no ensino e na aprendizagem das línguas de África, da Ásia, das línguas indígenas brasileiras e dos falares portugueses. O presidente do IILP disse que o Português está presente em muitos espaços fora dos países de língua oficial portuguesa, defendendo que “é prova de que a língua embarcou definitivamente na era da globalização, das transnacionalidades e das novas territorialidades, associadas ao século XXI, e expressas nas comunidades de falantes no exterior” (Oliveira, 2012, p. 5). Este autor considera indispensável a presença internacional da língua portuguesa nos *websites* internacionais da SADEC (Southern African Development Community): “É preciso ocupar espaço. E unificar as línguas (de Portugal e do Brasil) nos conteúdos desses *websites*.” (G. Oliveira, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012).

Nesse seguimento, outra característica da internacionalização da língua portuguesa é a crescente presença dos Centros Culturais Brasileiros e do Instituto Camões de Portugal em diversos países. Assim como a criação de centros de estudos do Brasil, da língua portuguesa, em universidades internacionais como é o caso do King’s Brazil Institute do King’s College de Londres onde a procura e o investimento de alunos internacionais é uma crescente e onde é possível perceber o posicionamento internacional científico do Brasil como emergente no cenário global, levando conjuntamente ao posicionamento internacional da língua portuguesa. Um dos nossos entrevistados afirmou: “Ao que me parece, tem mais interesse das pessoas em querer estudar o português. A gente percebe que inclusive italianos, franceses, querendo muito falar o Português, porque querem trabalhar no Brasil (...)” (BR09). “Muitas vezes, para quem quer vender, ou quem quer estar num determinado mercado, é preciso saber e ter o conhecimento do Português, de forma a chegar a esse público” (BR04). Seguindo este raciocínio, outro entrevistado, defendeu que “o momento que o Brasil está vivendo faz a língua portuguesa ficar mais valorizada” (BR03).

Na atualidade, o momento internacional e tecnológico dos países de língua portuguesa proporciona um alto poder económico e internacional, elevando o potencial da língua portuguesa global, criando um espaço palpável falado em Português. Hoje em dia a língua portuguesa é vista como um

novo mercado de consumo a ser explorado nos *media*, na arte, na indústria, sendo cada vez maior e mais difundido, seja pela sociedade da informação em rede, seja pela globalização.

7.3.3. Relevância da comunicação mediatizada face às instituições

As mudanças nos conceitos de espaço e tempo integram um conjunto de argumentos do conceito de sociedade em rede como modelo social radicalmente novo (Castells, 2005). Assim, na perspectiva de Manuel Castells: “Tanto o espaço como o tempo estão a ser modificados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo atual processo de mudança histórica” (Castells, 2005, p. 493-4). Esta opinião é partilhada por um dos entrevistados, tendo confidenciado que “a ligação a Portugal é quotidiana através do e-mail, Skype, Facebook, telefone. A ligação com Portugal não tem de ser provada, documentada. Eles vivem uma experiência profissional, vão a Portugal voltam para o Brasil” (PT03).

Os conceitos de espaço, de fluxos e de tempo atemporal, independente dos fusos horários, característicos da sociedade em rede, apresentam alguns pontos comuns com os conceitos de espaço acústico e de tempo sincrónico e instantâneo, tal como McLuhan havia identificado na década de 60. Nesse sentido, a comunicação mediatizada em língua portuguesa ganha maior relevância face às comunicações institucionais. Os cidadãos dos países de língua portuguesa podem estar conectados com os demais países de língua portuguesa e não só, assim como os migrantes desse espaço podem estar em contacto instantâneo com o seu país de origem em qualquer hora e dia. Essa ligação pode ser conseguida através da utilização da internet e dos diversos benefícios oferecidos pelos *media* digitais ou OTT (*Over-the-top*). Nesse seguimento, um dos entrevistados defendeu: “Eu só não *deleto* o Facebook porque é uma coisa que eu preciso, me sentir perto da minha família, dos meus amigos do Brasil” e também “Skype é uma coisa e tal, mas às vezes não dá” (...) De facto, o Facebook é muito bom porque você mostra que você está presente, as pessoas chamam para eventos” (BR07).

De todas as transformações associadas à penetração de tecnologia, a internet assume um papel relevante como novo ambiente de comunicação. Assim, a atividade humana está a ser modificada pela forte penetração da internet. Uma nova estrutura social, a sociedade em rede, estabelece-se de diversas formas e com diferentes consequências para a vida dos indivíduos. O avanço da internet proporciona o conectar e estar conectado em qualquer

lugar do planeta, a qualquer hora, proporcionando milhões de possibilidades em rede. Tendo por base a expressão criada pelo M. McLuhan em 1967, considera-se a interdependência das novas tecnologias da informação e comunicação, neste caso a internet, o elemento para criar no mundo a imagem da Aldeia Global. Esta ideia vai ao encontro do defendido por um dos nossos entrevistados: “A rede tecnológica são negócios. Quando falo em negócio falo em rede tecnológica, lógico. Não é o Skype. Na verdade, é criar até sistemas virais” (PT09).

Os *social media* enfatizam a sociabilidade como a principal característica dos meios de comunicação a que se aplica. É entendida como sinónimo de redes sociais, aplicações cuja finalidade é promover a comunicação, a sociabilidade e o *networking* (estabelecimento de ligações e relações, criação de redes) através da facilitação da criação, manutenção e eventual intensificação das relações e comunicações interpessoais e sociais por exemplo: *blogues, wikis, YouTube, social bookmarking*. Os *social media* podem focar-se tanto na sociabilidade como na criação e difusão de conteúdos (Postman, 2009). Nessa partilha de informação encontramos alguns dos personagens da nossa investigação, que utilizam os *media sociais*, uma comunicação mediatizada com maior relevância face às instituições (estado, governo, organismos internacionais). Na opinião de um dos entrevistados: “Agora no Facebook já se começa a ver alguns filmes. Eu próprio divulgo as fotografias ou filmes publicitários que mostram o Alentejo, o rio Douro, Lisboa (...) Eu vou despachando para as pessoas conhecerem um pouco” (PT06). As relações entre idiomas expressam poder e a garantia da diversidade linguística sendo esta uma conquista democratizante pela qual é preciso lutar de modo permanente. Poder-se-ia pensar que a globalização conduziu a uma homogeneização empobrecedora das línguas e à imposição progressiva do Inglês, no entanto, as novas comunicações em rede vão-se desenvolvendo na forma de “uma galáxia multilingue, na qual o Português assume uma importância real, impulsionado, seguramente, pela forte presença do Brasil nas redes sociais” (Oliveira, 2011).

A articulação entre *mass media* e *social media* conduz a um novo tipo de comunicação, a autocomunicação de massas. A aplicação deste conceito é defendida por um dos nossos entrevistados que disse: “Via Facebook, cinco vezes por semana entro em contacto com os meus primos, amigos ou com tios. Estou sempre em contacto com alguém. As próprias redes sociais aproximam muito. O Facebook, o YouTube aproximam muito, sobretudo em termos de pesquisa (...) Há muitas pessoas em Portugal que filmam, gravam, que postam e que têm canais no YouTube (PT07).

A internet permite que dois tipos de comunicação distintos, a interpessoal e a de massas, ocorram em simultâneo e se misturem, dando origem a um novo tipo de comunicação. Estas são as ferramentas que constroem alternativas, designadas como redes sociais situadas num espaço autónomo de comunicação. Segundo Manuel Castells, “a realidade como é vivida, sempre foi virtual porque é sempre percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com um certo sentido que escapa à sua rigorosa definição semântica” (Castells, 2005, p. 489). Na opinião de um dos entrevistados, “o facto de ver a outra pessoa, a facilidade de não se ter de contar os minutos por causa do preço das chamadas deixa-nos muito à vontade” (PT02). Outro dos entrevistados considera que “é fácil, basta ir ver ao Google. O Brasil está com um bom ritmo, então as empresas têm de aproveitar” (...) há redes no Facebook que chamam os novos patrícios, que é esta nova comunidade portuguesa que está a chegar (...)” (PT04). O mesmo acontece com a mudança no consumo de produção dos meios tradicionais para os meios digitais. Um dos intervenientes da nossa pesquisa argumentou: “Eu acompanho o dia inteiro, pelo que se aconteceu alguma coisa importante no Brasil eu já sei pela internet. Se tem alguma coisa importante no Brasil eu vejo a Globo na internet” (BR05).

O mundo atual é um espaço denso de informação gerada tecnologicamente. Difere do mundo de há poucas décadas principalmente devido ao imenso fluxo de dados que corre entre pontos distribuídos por todo o mundo, podendo influenciar os falantes de língua portuguesa naquilo que fazem. Contudo, é através da mesma língua portuguesa que este fenómeno transversal de comunicação se torna possível.

7.3.4. Portugal como interface dos países de língua portuguesa

As relações luso-brasileiras tornam Portugal um intermediário nas relações do Brasil com outros países de língua portuguesa, sobretudo os países africanos de língua portuguesa. As relações bilaterais podem ser tornadas multilaterais com a utilização da plataforma atlântica portuguesa para fazer uma ponte utilitária entre o Brasil e a África, intermediando negócios e valorizando a própria política africana de Portugal e do Brasil. A triangulação geográfica entre Brasil, Portugal e PALOPS possui raízes históricas, dado o passado colonial de intensas trocas entre os continentes europeu, africano e ameríndio. Neste sentido, um dos entrevistados destacou: “Do interesse que tem cada vez mais esta triangulação entre o Brasil na América Latina, Angola em África e Portugal na Europa, esta triangulação de comércio, de empresas, de projetos, de pessoas, de artistas” (PT03).

No início de 1960, como amadurecimento geoestratégico e político assiste-se a um desenvolvimento de uma política para África definida pelo Brasil. Começou a evidenciar-se na presidência de Jânio Quadros, no marco da chamada Política Externa Independente (Santos, 2001). O Brasil efetivou a sua presença em África com a realização de uma “política africana” que inicialmente, já esbarrava nas relações especiais do Brasil com Portugal (nos termos do Tratado de Amizade e Consulta de 1953) (Santos, 2001). Embora as relações entre o Brasil e África evoluam muito bem até à década seguinte, desde 1974 foi necessário um tempo considerável para que a autonomia dos novos estados se consolidasse, para que fossem possíveis relações amistosas com Lisboa.

Mais tarde, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi dada grande importância por parte do governo brasileiro ao relacionamento com os estados do Hemisfério Sul, e, dentro destes, aos países africanos, entre eles Angola e Moçambique. O Brasil tem projetos de cooperação técnica com a África, segundo Lula da Silva: “o comércio com a África quintuplicou em relação ao início do governo. A tal ponto que se a África fosse considerada um país, seria o nosso quarto maior parceiro comercial. Só viria atrás da China, dos Estados Unidos e da Argentina” (Amorim, 2011, p. 481). Nessa sequência, um dos entrevistados observou que “a relação com Portugal é distinta da relação do Brasil com esses outros países de língua portuguesa. As ações que o Brasil vem empreendendo na área da cooperação técnica são de natureza diferente.” (BR08). Na mesma linha de pensamento encontramos o sociólogo Álvaro Comin que defendeu: “o Brasil ainda vai ampliar em muito as relações com a África” (A. Comin, comunicação pessoal, novembro 20, 2012). Nesse sentido, o conselheiro do Brasil junto à CPLP Leonardo Lott considerou que as “relações de Brasil e Angola são muito boas, porém foi percebida uma desconfiança de Angola em um eventual plano de hegemonia brasileira através da língua, o que não é verdade” (L. Lott, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012). Sobre ter Portugal como interface entre as relações do Brasil e demais países de língua portuguesa, Lott afirma que: “para os PALOPS a capital cultural é Lisboa e não Brasília ou o Rio de Janeiro (...) Grande parte do capital angolano está em Portugal e existe muito investimento do Brasil em Angola, claro que é uma influência da língua” (L. Lott, comunicação pessoal, dezembro 12, 2012). Assim, para um dos entrevistados, Portugal reconhece o papel do Brasil e de África, pois “Portugal tem uma vocação natural para lidar com o Brasil, para compreender o Brasil” (PT03), sendo ainda perceptível que o “Brasil tem um problema: o facto de ser muito voltado para dentro não tem experiência de sair para fora. Portugal tem essa experiência. Portugal penetra na Europa, penetra

nos Estados Unidos e consegue penetrar em África, tem conhecimento de como o fazer” (BR02). Este entrevistado complementa que existe um fluxo de conhecimento nessa interface: “o brasileiro pode trazer muito para cá e aprender muito com o português. Voltar a aprender com o português” (BR02). Este ponto de vista foi confirmado por outro entrevistado: “hoje tem empresas grandes vindo para cá comprar empresas portuguesas. Isso é um processo evolutivo. Mas isso é responsabilidade dos próprios países, também. Tem coisas que são inevitáveis. E são normais” (BR03).

O interface Portugal/Brasil resulta efetivamente num fluxo cultural que é descrito por Ulf Hannerz como um “complexo de assimetrias” que “ganhou forma séculos atrás na Europa, e, ao acelerar neste século, também criou por si algumas das condições para os posteriores contra fluxos e fluxos entrecruzados” (Hannerz, 1997, p. 14). Assim, são esses fluxos entrecruzados que em Portugal aparecem como interface nas relações com os países de língua portuguesa. Esta caracteriza-se pela matriz histórico-cultural portuguesa e pela presença nos continentes com as descobertas e pela relação sustentável com as ex-colónias. É, ainda, interface pela relação em fluxo de mobilidade e migrações, identidade e economia, organizações e relações bilaterais entrecruzadas e multilaterais.

É na hibridação cultural que hoje percebemos os fluxos, e refluxos de informação desse espaço falado em língua portuguesa.

7.3.5. O conceito de “língua portuguesa” em detrimento do conceito “lusofonia”

Podemos falar de Lusotropicalismo, Lusofonia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou simplesmente língua portuguesa? Qual é a melhor designação para identificar o espaço falado em língua portuguesa na atual sociedade global e em rede? A pergunta foi formulada e respondida por diversos autores, académicos e intelectuais deste espaço e também analisada nesta pesquisa.

Sobre Lusofonia “há quem considere que Portugal, perdido o Império, inventou a Lusofonia para tentar recuperar uma parte desse espaço” (Pinto, 2005, p. 291). A “nostalgia imperial” (Lourenço, 1999; Martins et al., 2006; Vale de Almeida, 2004) é denunciada por diversos autores (Cabecinhas & Nhaça, 2008). A “Comunidade Lusófona” ao albergar realidades completamente distintas umas das outras, leva-nos a pensar num “Espaço Lusófono” que se manifesta como universo de desigualdades sociais, económicas, culturais e

demográficas (Graça, 1992). O seu mérito reside na coragem em desvelar a complexidade da vivência e partilha duma mesma língua em diferentes países nos tempos atuais (Martins et. al., 2006). Em 2001, a investigadora Enilde Faulstich considerou o termo Lusofonia como uma abstração cujo conceito se espalha pelo universo diversificado dos países que falam a língua portuguesa. A ideia de Lusofonia remete para a ideia luso-tropicalista de Gilberto Freyre (1900-1987). O luso-tropicalismo, segundo Freyre, é uma ideologia especificamente portuguesa que deu origem a uma civilização profundamente multirracial (Freyre, 1940). O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que espaço lusófono é “uma designação ingrata que não dá conta das polifonias que circulam no interior dela e lhe dão vida e à qual, por isso, prefiro espaço dos países de língua oficial portuguesa” (Santos, 2005). Vitor de Sousa corrobora essa proposta solicitando uma desconstrução da “interpretação identitária” da lusofonia (Sousa, 2017).

Todavia, na atualidade, para facilitar a compreensão deste espaço falado em Português, na rápida, veloz e atual sociedade da informação e em rede a concretização académica dá-se pelo contexto social e histórico e pela evolução dos paradigmas que norteiam a sociedade onde vivemos. É imprescindível a relação entre cultura e desenvolvimento, direitos económicos empresariais e direitos culturais dos cidadãos. Segundo Canclini “numa época de industrialização da cultura, estes direitos não se limitam à proteção do território, da língua e da educação. O direito à cultura inclui o que podemos chamar de direitos conectivos como o acesso às indústrias culturais e às comunicações” (Canclini, 2005, p. 12). Assim, a comunicação e a identidade em língua portuguesa complementam-se e direcionam-se para os fluxos globais de comunicação e de informação. Existe um “ativismo em rede” com ações transnacionais em que as tecnologias da comunicação, especialmente a internet, assumem preponderância nas estratégias de planeamento, articulação e ação do resultado “da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, partilhar, expressar e difundir factos, ideias, valores, visões do mundo e experiências individuais e coletivas em torno de identidades, interesses e crenças, e num espaço muito curto de tempo” (Machado, 2007, p. 68). Logo, as “novas geografias mediáticas” e os processos de autocomunicação de massas são parte do contexto em que a formação identitária em língua portuguesa vem sendo desenvolvida.

A dimensão internacional da língua portuguesa caracteriza-se pelo facto de ser a língua e não uma cultura específica, ou uma dada evolução cultural, que marca o espaço luso-brasileiro, e os benefícios que o uso duma mesma língua proporcionam nos negócios, economia e *media* digitais, o que

favorece a opção de “língua portuguesa”. No entanto, na perspetiva de um dos entrevistados “o luso tem a ver com Portugal e portuguesa tem a ver com Portugal. A língua, apesar de ter diferenças perceptíveis e gritantes, é a mesma língua” (BR08).

Outro dos intervenientes desta pesquisa considera que “a lusofonia... é como se alguém tivesse querendo criar um conceito (...) E lusofonia para mim é como se tivessem querendo criar um título para fazer aquilo ser interessante”. E continua: “É a língua portuguesa. A língua portuguesa é um facto. Está ali (...) E aí o que eu acho que falta é a gente querer se relacionar com esses países, querer fazer esse intercâmbio cultural e de negócios” (BR03).

Numa sociedade em rede, marcada pela abundância da informação, por estímulos sensoriais constantes, a expressão ‘língua portuguesa’, ou ‘espaço dos países de língua portuguesa’, tem um maior poder, como referencial comunicativo, porque proporciona rapidamente um entendimento e aprovação no panorama internacional político e económico.

Podemos concluir que chegámos a um caminho para uma língua portuguesa global, onde se observa uma parte do complexo espaço dos países de língua oficial portuguesa, nas relações bi-laterais entre Portugal e Brasil, servindo de farol para toda a comunidade. Esta é baseada no exercício empírico e auto etnográfico que foi realizado, onde oferecemos uma formulação para a realidade que propomos: uma língua portuguesa com estatuto global e com influência direta no relacionamento internacional em determinados espaços intercontinentais: Portugal e Brasil.

A mobilidade proporcionada pelos *media* digitais, bem como pelo movimento de pessoas no espaço luso-brasileiro tem como fator preponderante e unificador o uso da língua portuguesa. A comunicação de massas e a autocomunicação de massas em língua portuguesa conferem relevância internacional à língua, podendo ser identificada, como propomos nesta análise, como língua portuguesa global, com um fator identitário e cultural, mas também económico e socioeconómico. A mobilidade global, assente na interface da língua portuguesa global, dá-se por via da matriz histórico-cultural portuguesa, pelo interesse que esta provoca noutras culturas, pela transformação do Brasil e pela expectativa de desenvolvimentos no mesmo sentido em África. Esta mobilidade é moldada pela evolução da sociedade contemporânea intimamente ligada aos novos *media*. As comunicações mediatizadas ganham relevância neste novo panorama comunicacional, na

perspetiva não apenas mediática, mas conectiva, face às instituições representativas dos diferentes países de língua portuguesa.

Neste cenário, Portugal é uma interface nas relações entre o espaço global da língua portuguesa. Como ponto de partida e chegada à dimensão internacional da língua portuguesa verifica-se no espaço dos países de língua oficial portuguesa uma maior tendência para o uso de “língua portuguesa” em detrimento de “lusofonia”. Além disso, numa sociedade em rede, marcada pela abundância da informação, por estímulos sensoriais constantes, a expressão língua portuguesa tem um maior poder, como referencial comunicativo, porque proporciona um mais fácil e rápido entendimento no panorama internacional político e económico. Concluímos que a língua portuguesa é uma interface, um contexto e um veículo comunicacional. A Comunicação Organizacional e Estratégica desse espaço, das empresas, organizações e instituições, beneficiam-se ao investir economicamente nos aspetos culturais dessa geografia, que irá auxiliar como um reforço da comunicação e o (re)conhecimento da língua portuguesa global.

8. A mancheia que vê o mar entre Portugal e o Brasil

Os países que têm a língua portuguesa como língua oficial apresentam uma articulação de espaços, povos e culturas, sendo a língua portuguesa culta e de dimensão internacional e intercontinental. A expressão lusofonia, uma construção diaspórica, com uma matriz histórico-cultural portuguesa integra objetivos que remetem para a centralidade de Portugal. No entanto, encontramos um conjunto de países com uma mistura de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo da colonização europeia. Nesse espaço existe toda uma série de migrações, internas e externas que geram o (re)conhecimento entre os países que falam Português.

Hoje em dia, existe um novo mercado em língua portuguesa, cada vez maior e mais difundido na Sociedade da Informação e em Rede. No atual contexto internacional, os países de língua portuguesa elevam o potencial da língua portuguesa global, criando um espaço palpável falado em Português.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma institucionalização, uma “triangulação”, dos fluxos e refluxos entre Portugal, Brasil e PALOPS. A importância de uma língua comum foi uma orientação da CPLP enquanto a internacionalização da língua portuguesa tem tido o acompanhamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Por outro lado, a economia feita em língua portuguesa é constituída de fluxos constantes, internacionalmente, desde a década de 90.

Ao longo da nossa análise falámos de um espaço globalizado no qual a compressão do espaço-tempo alargou o horizonte da humanidade e intensificou a circulação de bens e pessoas. A globalização foi geradora de mudanças sociais qualitativas, tomando como referência a expressão “aldeia global” de McLuhan. A globalização não é só uma ideologia mercantil, afetando também o imaginário diário das pessoas que vivem e se movem em fluxo no espaço dos países de língua portuguesa. Assim, como referência da globalização identificamos os movimentos migratórios. A noção de fluxos identifica os fenómenos da globalização, quer se trate de fluxos de informações, de bens ou de pessoas. Nesta perspetiva, importa fazer referência ao conceito de Canclini com a “glocalização”, que aponta para a participação no mundo global através de diversas ferramentas, também culturais, em espaços geográficos localizados (cidades, estados e regiões). Nesse contexto são perceptíveis mudanças nos relacionamentos entre os países, deixando emergir uma nova dependência dos mercados emergentes, Brasil, Angola e Moçambique, e da sua inserção na nova ordem económica global.

A crise financeira iniciada em 2008 é diferente das anteriores, pois foi vivida no ambiente globalizado, com conexões muito mais estreitas e desencadeou novas migrações e novos cenários sociais. Um dos países que se destaca nessa alteração de cenários é o Brasil, país que figura como potência nos BRICS e no G20. Esse novo momento permite uma nova relação entre o Mercosul e a União Europeia, entre Portugal e Brasil.

As Tecnologias de Informação e Comunicação, constituídas atualmente por uma quantidade enorme e crescente de instrumentos, como a internet, geram um novo ambiente de comunicação, criando um sistema *mediático* baseado na interligação em rede, possibilitando também um novo modo de relação entre os processos simbólicos e comunicativos. A atual convergência é o resultado da forma como as pessoas se apropriam e utilizam os *media* digitais, como utilizadores, produtores ou “produtizadores” desse espaço. Assim, fruto das atuais mudanças proporcionadas pela internet temos uma nova mobilidade, a possibilidade de estar conectado em diversos pontos no seio da Rede, criando uma convergência entre telefonia móvel, internet e multimédia. Existem novos suportes de preservação e distribuição de informação, por meio da internet, chamados de *media* sociais ou Web 2.0, que trouxeram a possibilidade de uma interação direta entre autores e leitores entre criadores e consumidores (emissores e recetores). O formato digital é a essência que distingue os novos *media* de outros tipos de meios de comunicação. A articulação entre *mass media* e *social media* conduz a um novo tipo de comunicação que dá pelo nome de autocomunicação de massas, num modelo de comunicação em rede, e que permite uma forte mobilização entre utilizadores.

Entre os fluxos tecnológicos de informação e comunicação encontramos uma articulação complexa das Ciências da Comunicação, que atendem a um amplo leque teórico desenvolvido desde o início do século XX. A comunicação humana, adotando artifícios, descobertas, instrumentos, interpretada intersubjetivamente permite a investigação do fluxo de informações geradas e geridas pela humanidade. Na revolução da informação, são criados novos instrumentos e métodos bem como novas realidades. A Sociedade da Informação constitui-se como um paradigma da ação e da reflexão dos homens num mundo onde a informação surge através de imagens e sons.

A comunicação surge como um processo partilhado, simbólico que produz e reproduz padrões socioculturais, como ordem social (nível macro) e transformada em processos de interação (nível micro). Por outro lado, a

comunicação eletrónica veio dar um novo encadeamento ao contexto cultural, e é nessa nova ligação cultural que se encontra o espaço dos países de língua portuguesa. No entanto, mais importante do que os meios são as pessoas e o que elas fazem com os meios e as matrizes comunicativas da cultura. Hoje testemunhamos uma transformação do tempo e do espaço falado em Português, com migrações populacionais e fluxos virtuais.

O número da população no espaço dos países de língua portuguesa tem como falantes, como língua materna, 250 milhões de pessoas, às que se juntam cerca de 50 milhões de falantes de Português na diáspora mundial, o que dá assim um total de cerca de 300 milhões de falantes de Português em todo o mundo.

A inserção dos falantes de Português no mundo globalizado passa pela internacionalização da língua portuguesa, tendo o Português se tornado uma língua proeminente nos meios de comunicação, com destaque para os *media* proporcionados pela internet. Isto pode ser observado no avanço desse espaço na economia, pois se a área dos países de língua portuguesa fosse um só país, representaria a sexta economia maior do mundo. Assiste-se aí a um desenvolvimento natural dos contactos e intercâmbios entre entidades desses países, propiciados pelas afinidades históricas, culturais e linguísticas, criando uma cooperação entre o Brasil e Portugal. Existe um aumento do número de acesso aos meios de comunicação e uma maior presença de emissoras de televisão brasileiras em Portugal com oito emissoras (duas religiosas), com transmissão na televisão por assinatura, e duas emissoras portuguesas com transmissão no Brasil.

Neste cenário, a nossa investigação interpretativista contemplou uma análise empírica qualitativa, visando aprofundar a problemática, identificando e definindo critérios e opções relevantes e apropriados para o nosso estudo, que contempla também uma pesquisa analítica, propondo, a partir das observações empíricas, uma teorização interpretativista passível de ser aplicada fora do contexto empírico concreto em que foi gerada. Num processo orientado para encontrar o *corpus* mais adequado à investigação empírica, recorreremos a uma análise interpretativista, qualitativa, para a seleção dos entrevistados, não procurando a representatividade estatística, mas a representatividade social e a diversidade dos fenómenos no movimento das pessoas entre Portugal e Brasil.

Neste trabalho refletimos em conjunto com os entrevistados, criando uma investigação participativa, sobre a língua portuguesa no mundo, as relações

entre Portugal e Brasil e as migrações, os *media*, a internet e as comunidades virtuais e a utilização dos meios de comunicação.

Na nossa teorização refletimos sobre o panorama comunicacional no quadro luso-brasileiro, que apresenta uma complexa rede de áreas-chave, entre os quais destacamos: Cultura, História, Economia, Educação, Identidade, Media, Migrações, Turismo, Governo, Organização, Raízes, Negócio, Intercâmbio, Produções e Crises.

Nesse panorama comunicacional identificámos uma identidade comum, a língua, que emerge num espaço global, e já de certa forma supra-estatal, ou seja, em que os Estados, sendo atores importantes, deixaram de ser atores únicos e decisivos. A mobilidade das pessoas, da cultura, empresas e organizações são a resposta desse novo espaço falado em língua portuguesa. Os portugueses são imigrantes no Brasil, e os brasileiros são imigrantes em Portugal e, tal como acontece com outros imigrantes falantes de Português, há essa assunção de identidade comum. No decorrer da nossa análise identificámos novos níveis das relações transnacionais no espaço global da língua portuguesa, dentro dos fluxos da globalização que já não ocorre somente por via das instituições, indo mais além com o presente a ditar o futuro, marcado pela emergência de um novo patamar de comunicação global em língua portuguesa, tendo os *media* sociais, *mass media*, telemóvel, viagens, negócios e investimentos assumido o protagonismo mediático complementando, e indo frequentemente além do trabalho das instituições representativas dos países de língua portuguesa.

Na tradição sociocultural das Ciências da Comunicação identificámos no “panorama comunicacional luso-brasileiro”, na atual sociedade da informação que tem como tendência a mobilidade das pessoas, a transformação de países como o Brasil, Angola e Moçambique, os negócios feitos em língua portuguesa e as produções conjuntas, o consumo dos meios de comunicação de massa, passando por um processo de autocomunicação de massas, em rede, num espaço de fluxos, com o uso de dispositivos móveis dos mais variados tipos, tendo a língua portuguesa como fator de união, bem como uma aproximação à cultura portuguesa.

Este trabalho configura uma procura de caminhos e pistas que foi estimulada pela necessidade de compreender a Sociedade da Informação, os *media* digitais, a globalização, a comunicação, a identidade e as relações luso-brasileiras, faladas em língua portuguesa, no atual momento da Sociedade da Informação e em Rede.

A mobilidade proporcionada pelos *media* digitais, bem como pelo movimento de pessoas no espaço luso-brasileiro tem como fator preponderante e unificador o uso da língua portuguesa. A comunicação de massas e a autocomunicação de massas em língua portuguesa conferem relevância internacional à língua, podendo ser identificada, como propomos nesta investigação, como língua portuguesa global, como fator identitário e cultural, mas também económico e socioeconómico.

A mobilidade global assente na interface da língua portuguesa global, dá-se por via da matriz histórico-cultural portuguesa, pelo interesse que esta provoca noutras culturas, e pela emergência mundial do Brasil. Esta mobilidade é moldada pela evolução da sociedade contemporânea intimamente ligada aos novos *media*. As comunicações mediatizadas ganham relevância neste novo panorama comunicacional face às instituições representativas dos diferentes países de língua portuguesa.

Neste cenário, Portugal é uma interface nas relações entre o espaço global da língua portuguesa. Como ponto de partida e chegada à dimensão internacional da língua portuguesa, verifica-se no espaço dos países de língua oficial portuguesa uma maior tendência para o uso de “língua portuguesa” em detrimento de “lusofonia”. O facto de ser a língua e não uma cultura específica, ou uma dada evolução cultural, que marca o espaço luso-brasileiro, bem como as potencialidades que o uso duma mesma língua proporciona nos *media* digitais, favorecem esta opção. Além disso, numa sociedade em rede, marcada pela abundância de informação, por estímulos sensoriais constantes, a expressão “língua portuguesa” tem um maior poder, como referencial comunicativo, proporcionando um melhor e mais rápido entendimento no panorama político e económico internacional.

Cabe igualmente sublinhar, como ideia aglutinadora da nossa análise, que a língua portuguesa é uma interface, contexto e veículo comunicacional.

Assim, rematámos com os contributos teóricos deste trabalho que conjugam cinco *outputs* ou resultados concretos: o fator unificador da língua portuguesa na atual sociedade global; a relevância internacional da língua portuguesa; as comunicações mediatizadas que ganham força face às instituições; Portugal enquanto interface nas relações entre os países de língua portuguesa; e “língua portuguesa” em detrimento de “lusofonia”.

Em suma, acreditamos na possibilidade de novas ligações e entendimentos em investigações futuras a partir da estrutura teórica que aqui articulámos, esperamos que este trabalho seja um contributo para a compreensão dos fluxos comunicacionais no espaço falado em língua portuguesa na atual sociedade da informação. Será este o caminho para uma língua portuguesa global?

Posfácio

A língua portuguesa
e a sociedade da informação
em Portugal e no Brasil

Moisés de Lemos Martins⁵⁴

⁵⁴ Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, e também do Museu Virtual da Lusofonia.

Em *Língua portuguesa global. Comunicar no panorama mediático luso-brasileiro* José Gabriel Andrade traça uma perspectiva do papel exercido pela língua portuguesa na sociedade da informação, centrando a atenção no espaço luso-brasileiro. O seu particular ângulo de enfoque é a influência da língua portuguesa na economia e nos negócios em Portugal e no Brasil. Mas não deixa de atender, também, às particularidades identitárias e culturais que este espaço manifesta.

Fazendo notar, por um lado, que o Brasil é um país emergente, que se afirma economicamente na cena mundial, assinala, por outro lado, as grandes transformações que ocorreram em Portugal, em razão das tecnologias da comunicação e da informação, as quais aceleraram a comunicação, tanto entre as pessoas como nas instituições, e tornaram possível uma incomparavelmente maior mobilidade dos cidadãos.

De um modo pedagógico e instrutivo, José Gabriel Andrade expõe as diferenças políticas e culturais, existentes entre o espaço de língua portuguesa e os espaços da Francofonia e da Commonwealth. Mas a linha principal do seu pensamento vai no sentido de apresentar a língua portuguesa como instrumento de mediação e de interface na Comunicação Organizacional e Estratégica. Esta valorização da língua portuguesa como ator do espaço económico, junto das empresas, organizações e instituições no espaço luso-brasileiro concorre para o (re)conhecimento da língua portuguesa global.

A globalização é uma consequência própria da era da técnica, em que as tecnologias da informação e da comunicação nos mobilizarem, total e infinitamente, para o mercado, a competição e o ranking (Carvalho, 2019; Martins, 2010), e tornam possível o desenvolvimento de “identidades transculturais e transnacionais” (Martins, 2018a, 2018b), que exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982).

É precisamente a questão geo-estratégica e cultural do combate pela ordenação simbólica do mundo que constitui o cerne da questão lusófona (Martins, 2018b). Colocam-se nesta questão, geo-estratégica e cultural, os problemas de uma língua hegemónica, o Inglês, e com ela, não apenas a subordinação da língua portuguesa, como também a subordinação das

atividades, política, económica, científica e cultural, dos países lusófonos (Martins, 2018c; Martins & Macedo, 2019).

O reconhecimento da necessidade deste combate pelo ordenação simbólica do mundo pode constituir um elemento importante para o desenvolvimento das Ciências da Comunicação, tanto em Portugal como no Brasil, e especificamente da Comunicação Organizacional e Estratégica em língua portuguesa, o que vai permitir contrariar a atual tendência de a Comunicação Organizacional e Estratégica se realizar quase exclusivamente em termos anglo-saxónicos.

O estudo de José Gabriel Andrade tem, com efeito, este carácter pioneiro, de trazer para o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade as suas preocupações sobre as organizações e os negócios em Língua Portuguesa, apresentando propostas e resultados de análise na linha da Comunicação Organizacional e Estratégica. E assim, se por um lado aplica aos estudos das Ciências da Comunicação a linha de investigação que Luís Reto e a sua equipa têm desenvolvido desde 2012 (Reto, Org., 2012; Reto *et al.*, 2018, 2019, 2020), por outro, prolonga e aprofunda os estudos da equipa que na Universidade do Minho se dedica, há duas décadas, a trabalhar sobre a Lusofonia nas Ciências da Comunicação (Martins, Org., 2000, 2001; Martins *et al.* (Orgs.), 2011, 2014; Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007; Martins, 2007, 2014, 2015, 2015/2016, 2017).

O ponto de partida de *Língua portuguesa global. Comunicar no panorama mediático luso-brasileiro* assenta numa investigação etnográfica e autoetnográfica. Esta investigação permitiu ao autor, sendo luso-brasileiro, uma perspetiva de observação mais aprofundada das linhas de investigação das Ciências da Comunicação e da Lusofonia. José Gabriel Andrade iniciou a sua participação ativa nestas temáticas, na cidade de Santos, em São Paulo (Brasil), no ano de 2002, quando ainda era estudante de licenciatura em Ciências da Comunicação. Foi a partir dessa data que iniciou as suas travessias transatlânticas. Este cruzamento de novos territórios, novas paisagens e novas atmosferas do conhecimento, permitiu-lhe observar e analisar os fluxos e refluxos da Comunicação em língua portuguesa. Com esse objetivo interagiu com muitos agentes do campo da Comunicação, tanto académicos como dos setores económico e dos negócios, tendo-os apresentado no livro.

Esta experiência alargada no domínio dos estudos da Comunicação e da Lusofonia permitiu a José Gabriel Andrade produzir narrativas contemporâneas de paisagens tecnológicas, que exprimem atmosferas sensíveis e

sociais, as quais tanto remetem para um tempo de “mobilização total para o mercado” (Martins, 2010), como simultaneamente remetem “para um tempo agitado, um tempo de sobreaquecimento contínuo, que mobiliza as emoções e configura um imaginário social de formas melancólicas” (Martins, 2020, p. 7).

A análise de José Gabriel Andrade confirma, pois, a ideia de “formas imaginárias que resultam da combinação entre *techne* e *aesthesis*, ou seja, entre técnica e emoção, e também, entre *techne* e *arche*, o que quer dizer, entre o novo e o arcaico (Martins, 2020, p. 7). Mas é através destas formas melancólicas que, “pelo desejo de ser-e-estar-com-outro”, o sentido de comunidade é reconfigurado, em permanência (Martins, 2020, p. 8).

Pode dizer-se, por outro lado, que este livro de José Gabriel Andrade vai ao encontro de outros estudos já realizados no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, com destaque para os estudos realizados no quadro do projeto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais”, que Rosa Cabecinhas coordenou entre 2010 e 2013. No quadro deste projeto são realizados estudos aprofundados sobre a Lusofonia, como reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede (Martins, Cabecinhas & Macedo, Orgs., 2010).

Esta ideia de Lusofonia, que remete para o sentido de uma “comunidade transnacional e transcultural” (Martins, 2018a, 2018b, 2018c), não é alheia à cinética moderna, uma cinética tecnológica. Assim, no debate sobre a globalização, que é uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação, os países de língua portuguesa não podem deixar de desempenhar o seu papel. Mas uma ideia de globalização que a esgote na sua dimensão económica financeira “dá-nos uma identidade definida, ou seja, definitiva, uma identidade de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e preformantes no mercado global” (Martins, 2015, pp. 9-10). Este entendimento de cultura global não passa de uma conceção cosmopolita de cultura, a cultura-mundo (Martins, Cabecinhas & Macedo, Orgs., 2011), uma cultura da unidade, servida por uma única língua, o Inglês.

Através da expansão do capitalismo, o mundo unificou-se. Mas também é verdade que se diversificou, por via de resistências e adaptações diversas (Sahlins, 1993, p. ix). É este o contexto em que me parece dever ser situado aquilo a que podemos chamar de “globalização multiculturalista” (Martins, 2011b) e que nos vai permitir enquadrar a “língua portuguesa global”.

A “globalização cosmopolita”, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por Estados-nações em crise. No entanto, pode-o ser, pela “globalização multiculturalista”, que reúne os povos de áreas geoculturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as línguas nacionais (Martins, 2011b). A “globalização multiculturalista” é a globalização do que é diverso, do que é diferente, do que é outro. É feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições.

O livro de José Gabriel Andrade afasta-se, todavia, da noção do luso-tropicalismo, uma teoria social, proposta nos anos 30 do século passado, pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que exalta a identidade brasileira e o seu “jeitinho cordial”, através do elogio com que brinda o colonialismo português, um colonialismo que apenas na fantasia de Freyre foi moderado e respeitador das diferenças étnicas, através da miscigenação. A quimera da excecionalidade do colonialismo português teria na lusofonia um equivalente em tempos pós-coloniais (Martins, 2004, 2006). Ou seja, no espaço dos países de língua portuguesa, Portugal reclamaria para si a excecionalidade da sua colonização, e do mesmo passo a centralidade da sua posição. E se falamos de língua portuguesa, Portugal seria o dono dela.

Nos dias de hoje, é fundamental uma posição esclarecida sobre os equívocos do luso-tropicalismo (Martins, 2004, 2006), quando se debate a globalização, a Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP) e a língua portuguesa como uma língua global, nas organizações internacionais, nas indústrias culturais e criativas, no comércio eletrónico e na ciência. Na sequência da proposta de Luís Reto e da sua equipa (Reto, 2012; Reto *et al.* 2019, 2020), que valorizam “a dimensão económica da língua”, e por essa via uma ideia de “língua portuguesa global”, José Gabriel Andrade relança esta proposta articulando a sociedade da informação, ou seja, a comunicação eletrónica mediatizada, com a Comunicação Organizacional e Estratégica. *Língua portuguesa global. Comunicar no panorama mediático luso-brasileiro* propõe-nos, na realidade, o Português como um instrumento de mediação e de interface, não apenas no espaço lusófono, ao serviço do interconhecimento dos povos que falam a língua portuguesa, mas igualmente no movimento de fluxos transnacionais e transculturais do espaço global, que vai das indústrias criativas aos negócios e às trocas científicas.

Na era da técnica e da sociedade em rede, uma época marcada pela abundância de informação, e de igual maneira pela mobilização para a competição e o ranking (Martins, 2010) e pelo “sex-appeal do inorgânico” (Perniola,

2004), o que significa uma retração da razão, pode dizer-se que a proposta de José Gabriel Andrade, de um espaço agregado por uma “língua portuguesa global”, constitui, sem dúvida, um contributo importante para o reconhecimento da diversidade dos povos e culturas de Portugal e do Brasil.

Referências bibliográficas

Andrade, J. G. (2017). Língua portuguesa global: um estudo de caso luso-brasileiro. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 172-194). Braga: CECS. Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2643/2552

Andrade, J.G. (2018). The Portuguese Language in a Globalized World. In V. Leister (ed.). *Brazil and the Emergence of a Digital Lusosphere* (pp. 19-39). Lanham: Lexington Books.

Bourdieu, P. (1977). “Sur le pouvoir symbolique”. *Annales*, n. 32(3), pp. 405-411. <https://doi.org/10.3406/ahess.1977.293828>.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.

Brito, R. & Martins, M. L. (2004). Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. In *Livro de Atas do III Congresso da Sopcom*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/1005>.

Cabecinhas, R. (2016). Relatório final [do Projeto] Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais. Ref.ª: PTDC/CCI-COM/105100/2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/44021>

Carvalho, C.A. (2019). Moisés de Lemos Martins [entrevista]. *Matrizes*. São Paulo, v. 13(1), pp. 93-106. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1>

Martins, M. L. (Org.) (2000). *Comunicação e Sociedade, 2 – As Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono*, I. Braga: Universidade do Minho.

Martins, M. L. (Org.) (2001). *Comunicação e Sociedade, 3 – As Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono*, II. Braga: Universidade do Minho.

Martins, M. L. (2004). Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: PUC. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/1075>

Martins, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins; H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.) *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/29957>.

Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/24115>.

Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio, (Orgs.), *Teorias e Práticas dos Media. Situando o local no global* (pp. 267-278). Lisboa: Edições Lusófonas. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/24250>.

Martins, M. L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. <http://hdl.handle.net/1822/29167>.

Martins, M. L. (2011b). Globalization and Lusophone World. Implications for citizenship. In M. Pinto e H. Sousa (Orgs.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84). IAMCR Conference, 2010. Coimbra: Grácio/CECS. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/25344>.

Martins, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC- IP-PUC. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/29178>.

Martins, M. L. (2015). Média digitais e lusofonia. *Lusofonia e Multiculturalismo. Promessa e travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/39698>

Martins, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e mundo Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, XIII, 11-18. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/45164>

Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (ed.). *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas: O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus/CECS. Disponível em [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)

Martins, M. L. (2018a). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), pp. 3-11. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.1.30438>

Martins, M. L. (2018b). “Communication studies cartography in the Lusophone world”. *Media, Culture & Society*, v. 40(3)1-6. <https://doi.org/10.1177/0163443717752812>

Martins, M. L. (2018c). “Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica”. *Comunicação e Sociedade*, n 34, pp. 87-101. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/57437>

Martins, M. L. (2020). “Tecnologia e literatura: as narrativas transmediáticas”. *Letras de Hoje*, v. 55, n. 1, pp. 4-13. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2020.1.34786>.

Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.) (2010). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Sociedade em Rede*. Coimbra: Grácio Editor/ Lusocom, Sopcom, CECS. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/36702>

- Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.) (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Cultura-mundo*. Coimbra: Grácio Editor/ Lusocom, Sopcom, CECS. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/29848>
- Martins, M. L., Cabecinhas, R., Macedo, L., & Macedo, I. (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. CECS: Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/29765>
- Martins, M. L. & Macedo, I. (Eds.) (2019). *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*, Famalicão: Húmus. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/62825>
- Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In M. Ledo (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/24127>
- Perniola, M. (2004) [1994]. *O Sex-Appeal do Inorgânico*. Coimbra: Ariadne Editora.
- Reto, L. (Org.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editora.
- Reto, L. et Al. (2019). *Empregabilidade em África e Competências Linguísticas: O Caso da Língua Portuguesa*. Lisboa: Instituto Camões.
- Reto, L. et Al. (2020). *A Língua Portuguesa como Ativo Global*. Lisboa, Imprensa Nacional – Instituto Camões.
- Sahlins, M. (1993). "Goodbye to 'Tristes Tropiques': Ethnography in the context of modern history". *Journal of Modern History*, 65, 1-25. March.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T., Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Zahar.
- Almeida, S. (2019, dezembro 31). Só Portugal tem as contas em dia no Instituto da Língua, Jornal de Notícias. Consultado em outubro 15, 2020, em <https://www.jn.pt/artes/so-portugal-tem-as-contas-em-dia-no-instituto-da-lingua-11662220.html>
- Amorim, C. (2011). *Conversas com jovens diplomatas*. Benvirá.
- Andrade, J. (2018). The Portuguese Language in a Globalized Word. In V. Leister (org). *Brazil and the Emergence of a Digital Lusosphere*, pp. 19-39. Lexington Books.
- André, C. (2020). *Da minha língua vê-se o mar. Literatura e ensino da língua*. Academia das Ciências de Lisboa.
- António, B. (1999). *Tempo de Mudança*. Relógio D'Água.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.
- (2001). *Globalization*. Duke University Press.
- Arctel-CPLP (2018). *Anuário das Comunicações*. Associação de Reguladores de Comunicação e Telecomunicações da CPLP. Consultado em novembro 15, 2020 em: <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/publicoes/573138955f7f5b9373bca.pdf>
- Assaman, H. (2000). *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. (4. ed.) Vozes.
- Baganha, M. (2009). The Lusophone migratory system: Patterns and trends. *International Migration*, 47 (3), 5-20. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x>
- Bairon, S. (1995). *Multimídia*. Global.
- Baitello Junior, N. (2010). *A serpente, a maçã e o holograma: esboços para uma teoria da mídia*. Paulus.
- Banet-Weiser, S. (2011). A crise e o obstáculo inevitável ao progressivo avanço do capitalismo. In M. Castells, J. Caraça & G. Cardoso (Eds.), *Aftermath As culturas económicas da crise em debate*, pp. 91-107. Editora Mundos Sociais.
- Baudrillard, J. (1990). *A transparência do mal*. Papyrus.
- (1991). *Simulacros e Simulações*. Relógio D'Água.
- (2007). *A sociedade de consumo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Polity Press.
- (2004). *Dentro e fora da caixa de ferramentas da sociabilidade. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Zahar.

- Bayly, C. (2004). *The Birth of the Modern World*. Blackwell.
- Bell, D. (1973). *The coming of post industrial society: a venture in social forecasting*. Basic Books.
- Bhabha, H. (1990). *Nation and narration*. Routledge.
- (2008). *The location of culture*. Routledge.
- Bloomfield, S. (2012) Something in Common. *Monocle*, 57, 33-57.
- (2014) The Soft Parade. *Monocle*, 69, 67-69.
- Braga, J. L. (2004). Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. In A. Lemos, J. Silva, S. Sá (Eds), XIII Encontro Anual, da Compós, *Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação* (pp. 1-18). São Bernardo do Campo.
- Brito, N. (2010, Novembro 16). *Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas*. [Apresentação de comunicação]. Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas, Instituto Camões, Lisboa.
- Bryan, G., Belloto, T. (2012, Abril 1). A língua é rock. *Revista Língua*. Ano 7, Número 78, 12-15.
- Bruns, A. (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Prodsage*. Peter Lang.
- Burke, P. (2004, Julho 11). Origens distantes da globalização. *Folha de S. Paulo*. Consultado em novembro 6, 2020 em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1107200407.html>
- Burnay, C. (2005). Ficção Nacional: a emergência de um paradigma televisivo. In S. Moreira & J. Vieira (Eds.), *Congresso da Intercom de 2005* (pp. 1-17), Rio de Janeiro.
- (2006). Identidade e identidades na ficção televisiva nacional. *Revista Comunicação & Cultura*, 1, 57-71.
- Burrell, G., Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*. Ashgate.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, (pp. 183-214). Porto: Campo das Letras.
- (2011). Narrativas identitárias e memória social: estudos comparativos em contexto lusófono. In J. Gama, A. Gonçalves, F. Raguso, M. H. Palhinha (Eds.) *Cultura Portuguesa, Interculturalidade e Lusofonia*, (pp. 171-184). Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Filosofia.
- (2014) "Quem quer ser apagado?": Representações da História e a Descolonização do Pensamento. In M. Batista, S. Maia (Eds.), *Comunicação Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp. 506-513), Aveiro: Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/1822/40803>
- Cabecinhas, R., Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas, L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*, (pp. 109-132). Campo das Letras.

Canclini, N. (2006). La globalización: productora de culturas híbridas?. In J. Encina & M. Serrano (Coord.) *Construyendo colectivamente la convivencia en la diversidad: los retos de la inmigración* (pp. 81-94). Atrapasueños.

— (2005). Todos tienen cultura: Quiénes pueden desarrollarla?. In *Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo*. Banco Interamericano de Desarrollo. Consultado em setembro 13, 2020, em www.iadb.org/biz/ppt/0202405_canclini.pdf

Cardoso, F. H. (1996). Discurso por ocasião da sessão solene de abertura da Reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In *Fernando Henrique Cardoso – Discursos anos 1996 – 2.º Semestre* (pp. 92-95). Presidência da República Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação-Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca: Biblioteca da Presidência da República

— (2012). Discurso do Doutorando Fernando Henrique Cardoso. *Informação*. Boletim Bianual de Informação da Universidade Autónoma de Lisboa, 55, 10-13.

Cardoso, G. (2006). *Os Média na Sociedade em Rede*. Fundação Galouste Gulbenkian.

— (2009). *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*. Porto Editora.

— (2011). A falência do interesse próprio e o poder da pertença. In M. Castells, J. Caraça & G. Cardoso (Eds.), *Aftermath As culturas económicas da crise em debate*, pp. 47-67. Editora Mundos Sociais.

Carpenter, B. (1996). *Architectural Principles of the Internet*. RFC 1958. B. Carpenter.

Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras.

Castells, M. (1996). Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional, *Novas perspectivas críticas em educação*. Artes Médicas.

— (2005). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I: A sociedade em rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.

— (2007). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.

— (2009). *Communication Power*. Oxford University Press.

— (2011). A crise global não é global e as culturas económicas alternativas. In M. Castells, J. Caraça & G. Cardoso (Eds.), *Aftermath As culturas económicas da crise em debate*, pp. 5-27. Editora Mundos Sociais.

— (2012). *Networks of Outrage and Hope*. Polity Press.

Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre, *Blogue de História Lusofona*, Ano VI, 261-280. http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo_Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf

Castro, I. (2013, Outubro). *Língua portuguesa como língua de ciência e inovação é objetivo da CPLP*, Comunicação apresentada na II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Lisboa.

Chaparro, M. (2008). *Sotaques d'aquém e d'além-mar – Percursos e gêneros do jornalismo Português e brasileiro*. Sumus.

Cocco, G. (2009). *MundoBraz – O devir do mundo no Brasil e o Brasil no devir do mundo*. Record.

Comissão Europeia (2007). *Brazil – Country Strategy Paper 2007-2013* [Versão eletrônica]. Consultado em novembro 16, 2020, em: http://www.eeas.europa.eu/brazil/csp/07_13_en.pdf

Corrêa, L. F. (2007). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Fundação Alexandre de Gusmão.

Costa, G. (2013, Maio 7). Países lusófonos felicitam Brasil pela eleição para a OMC. *África 21 Digital*. Consultado em setembro 13, 2020, em: <http://www.africa21digital.com/politica/ver/20032122-paises-lusofonos-felicitam-brasil-pela-eleicao-para-a-omc>

— (2013 a, Julho 21). Brasil é o maior devedor de instituto da CPLP que promove a língua portuguesa. *Portugal Digital*. Consultado em setembro 13, 2020, em: <http://www.portugaldigital.com.br/cultura/ver/20078685-brasil-e-o-maior-devedor-de-instituto-da-cplp-que-promove-a-lingua-portuguesa>

Craig, R. (2007). Communication Theory as a Field. In R. Craig & H. Muller (Eds.), *Theorizing Communication*, (pp. 63-98). Sage.

Craig, R. & Muller, H. (2007). *Theorizing Communication*. Sage.

Cristóvão, F. (Coord.) Amorim, M., Marques, M., Moita, S. (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Texto Editores.

Crucianelli, S. (2010). *Ferramentas Digitais para Jornalistas*. Centro Knight para Jornalismo nas Américas. Knight Center.

Cunha, I. F. (2007). Identidade e Reconhecimento nos media. *MATRIZES 1* (1), 187-208. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p187-208>

— (2009, abril). *A Lusofonia face à Globalização*. Comunicação apresentada no congresso [SOP-COM/LUSOCOM], Universidade Lusófona, Lisboa.

— (2011). *Memórias da televisão*. Livros Horizonte.

— (2012). Oposição política e crise econômica em Portugal. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, 4 (1), 26-31. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdt-se/3247>

- (2013). A globalização da investigação em Ciências Sociais: O caso dos Estudos de Comunicação no Espaço Ibero-Americano e Lusófono. *MATRIZES* 7(1), 149-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p149-165>
- Cunha, I. F., Burnay, C., Castilho, F. (2012). Portugal: Velhas Estratégias para novos Tempos. In M. I. Lopes, G. Gómez (org.), *Obitel 2012 Transnacionalização da Ficção Televisiva nos Países Ibero-Americanos*, (pp. 447-98). Editora Sulina.
- Deleuze, G. (2000). *Conversações*. Editora 34.
- Dias, K. L., Sadok, D. (2001, Maio). Internet móvel: Tecnologias, Aplicações e QoS. Comunicação apresentada no 19.º Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores. Florianópolis.
- Drucker, P. F. (1994). *Sociedade pós-capitalista*. Pioneira.
- Eco, U. (2004, Abril 8). Il pubblico fa male alla televisione?. *Espresso Online*. Consultado em outubro 4, 2015, em <http://www.espressonline.it/eol/free/jsp/detail.jsp?m1s=o&m2s=null&idContent=479137&idCategory=4789>
- Ellis, C., Bocher, A. (2000). Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. In N. K. Densin, Y. S. Lincoln (Eds.) *Handbook of qualitative research*, (pp. 733-768). Sage Publication.
- Fafe, J. F. (2010). *A Colonização Portuguesa e a Emergência do Brasil*. Temas e Debates.
- Faraco, C. A. (2016). História sociopolítica da língua portuguesa. Parábola Editora.
- Faulstich, E. (2001). CPLP: Um lugar de falas múltiplas. In J. Saraiva (Ed.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, (pp. 105-143). Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Faustino, H., Peixoto, J., & Baptista, P. (2009). *As Características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*. Alto-Comissariado para a imigração e o diálogo intercultural.
- Feldman-Bianco, B. (2004 Outubro). *Brasileiros em Portugal, Portugueses no Brasil: Construções do "Mesmo" e do "Outro"*. Comunicação apresentada no Seminário "Migrações Internacionais, Estado-Nação e Cidadania, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.
- Fernandes, J. (2008). Os laços culturais e a globalização – a comunidade lusófona e a CPLP enquanto actores nas actuais dinâmicas de desenvolvimento. In M. Moraes Valença (org.), *Globalização e marginalidade: transformações urbanas (1.ª ed.)*. EDUFRN.
- Ferreira, V. (1999). A voz do mar. *Espaço do Invisível*, 5, 83-84.
- Fiori, J. L. (2007). A nova geopolítica do sistema mundial no início do século XXI. *Educação Pública*. Consultado em outubro 4, 2020.
- Flew, T. (2008). *New Media: An Introduction*. Oxford University Press.
- Flusser, V. (2007). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Cosac Naify.

Fonseca, L. (2008, Maio). *CPLP e Lusofonia*. Comunicação apresentada no Colóquio Semana Cultural da CPLP, Lisboa.

Freixo, A. (2006). Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. *Cena Internacional – Revista de Análise em Política Internacional*, 8 (1), 35-54.

— (2009). *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da idéia de lusofonia em Portugal*. Apicuri

Freyre, G. (1933) (2003). *Casa-Grande & Senzala*. Global Editora.

— (1940). *O mundo que o Português criou*. José Olympio.

— (1942). *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Casa do Estudante do Brasil.

Friedman, T. (2005). *O mundo é plano*. Actual Editora

Galito, M. S. (2006). Impacto Económico da Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho. *CI-CPRI, AGL*, 1, 1-97. <https://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2013/01/Impacto-Economico-LP-LT.pdf>

Genzuck, M. (1993). *A Synthesis of Ethnographic Research. Occasional Papers Series*, Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Center for Multilingual, Multicultural Research, Rossier School of Education, University of Southern California, Los Angeles.

Georgiou, M. (2011). Diaspora, Mediated Communication and Space: A Transnational Framework to Study Identity. In M. Christensen, A. Jansson & C. Christensen (eds), *Online Territories. Globalization, Mediated Practice and Social Space*, (pp. 205-221). Peter Lang Publishing.

Giddens, A. (1976). *The Constitution of Society*. Polity Press.

— (1990). *The Consequences of Modernity*. Stanford University Press.

— (1991). *Modernity and Self-identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Polity Press.

— (1999). *Runaway World: How globalization is reshaping our lives*. Profile.

— (2002). *As Consequências da Modernidade*. Celta Editora.

— (2010). *Sociologia*. Gulbenkian.

Gil, I. (2008). As interculturalidades da multiculturalidade. In M. Lajes, A. Matos (coords.), *Portugal: Percursos da Interculturalidade*, 4. (pp. 30-48). AICID, IP.

Góes, J. (2017). *O jornalismo e a experiência do invisível. Identidade, Lusofonias e a visível herança colonial brasileira* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Gomes, T. (2012, fevereiro 23). A crise europeia e seu reflexo na economia brasileira, [Mensagem de blog]. Consultado em <http://www.blogindustrial.com.br/index.php/2012/02/23/a-crise-europeia-e-seu-reflexo-na-economia-brasileira/>

Graça, P. B. (1992). *A Informação Cultural de Portugal – Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional*. ISCSP – UTL.

Green, J., Fastenberg, D. (2010). Why is Twitter so popular in Brazil?. Time. Consultado em fevereiro 5, 2020, em <https://time.com/time/world/article/0,8599,2026442,00.html#ixzz1BOSlj2lc>

Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.

Hannerz, U. (1997). Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da antropologia transnacional, *Mana*. 3(1)7-39. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100001>

Hayano, D. (1979). *Auto-ethnography: Paradigms, problems and prospects*, *Human Organization*, 38(1), 99-104.

Holanda, S. B. (1983). *Raízes do Brasil*. José Olympio.

Horta, B. (2010, Novembro 16). Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas. [Apresentação de comunicação]. Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas, Instituto Camões, Lisboa.

Ianni, O. (2000). *Sociologia da Globalização*. Civilização Brasileira.

Iglesias, H. (2011, outubro 26). Impactos da crise na América Latina estão atrelados às decisões da União Europeia. *Agência Brasil*. Consultado em outubro 16, 2020, em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-26/impactos-da-crise-na-america-latina-estao-atrelados-decisoes-da-uniao-europeia-diz-enrique-iglesias>.

Ilharco, F. (2003). *Filosofia da Informação: Introdução à Informação como Fundação da Ação, da Comunicação e da Decisão*. Universidade Católica Portuguesa Editora.

— (2009). A Interculturalidade e as Novas Tecnologias, In M. Lajes, A. Matos (coords.), *Portugal: Percursos da Interculturalidade*, 4 (pp. 141-183). AICID, IP.

INE (2009). *Anuário Estatístico de Portugal 2008*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2010). *Anuário Estatístico de Portugal 2009*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2011). *Anuário Estatístico de Portugal 2010*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2012). *Anuário Estatístico de Portugal 2011*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2013). *Anuário Estatístico de Portugal 2012*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2014). *Anuário Estatístico de Portugal 2013*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE (2015). *Anuário Estatístico de Portugal 2014*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

- INE (2016). *Anuário Estatístico de Portugal 2015*. Instituto Nacional de Estatística, IP.
- INE (2017). *Anuário Estatístico de Portugal 2016*. Instituto Nacional de Estatística, IP.
- INE (2018). *Anuário Estatístico de Portugal 2017*. Instituto Nacional de Estatística, IP.
- INE (2019). *Anuário Estatístico de Portugal 2018*. Instituto Nacional de Estatística, IP.
- INE (2020). *Anuário Estatístico de Portugal 2019*. Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Johnson, S. (1997). *Interface Culture: how new technology transforms the way we create and communicate*. HarperCollins.
- Klein, H. S. (1991). The social and economic integration of Portuguese immigrants in Brazil in the late Nineteenth and Twentieth Centuries. *Journal of Latin American Studies*, 23 (2), 309-337.
- Lampraia, L. F. (1999). *Diplomacia Brasileira. Palavras, contextos e razões*. Lacerda Editores.
- Laurel, B. (2014). *Computer as theatre*, Second Edition. Addison-Wesley.
- Leister, V. (2018). *Brazil and the Emergence of a Digital Lusosphere*. Lexington Books.
- Levinson, P. (1999). *Digital McLuhan: A guide to the information Millennium*. Routledge.
- Lévy, P. (1997). *Cibercultura*. Instituto Piaget.
- Lister, M., Dovey, J., Giddings, S., Grant, I. e Kelly, K. (2009). *New Media: A critical introduction*. Routledge.
- Livingstone, S. (2002). *Handbook of New Media. Thousand Oaks*. Sage.
- Lopes, E. R. (Coord.) (2011). A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental. *SaeR/Jornal Sol 2011*, 304, 268-274.
- Lopes, I. (2003). Telenovela: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação e Educação*, 26, 21-33.
- Lopes, M., Gomes, G. (2012). Síntese comparativa dos países Obitel em 2011, In M. Lopes & G. Gomes (Coords) *Transnacionalização da Ficção Televisiva nos Países Ibero – Americanos* (pp. 23-86). Sulina.
- Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*. Gradiva.
- Macedo, A. (2011). Emigrei para a Globo. *Diário de Notícias*, 9.
- Machado, C. (2000, Agosto 17). USP acerta contas com Gilberto Freyre, *Folha de São Paulo*. Consultado em setembro 5, 2020, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1708200016.html>
- Machado, J. A. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 18, 248-285.

- Manovich, L. (2002). *The Language of New Media*. The MIT Press.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Edições Universitárias Lusófonas.
- Martin, P. (2009). Recession and migration: a new era for labor migration?. *International Migration Review*, 43 (3), 671-691.
- Martín-Barbero, J. (2004). Ofícios de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Loyola.
- (2004a). *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In Moraes, Dênis de. (org). *Por uma outra comunicação* (pp. 57-102). Record.
- (2006). Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In D. Moraes (org) *A sociedade midiaticizada* (pp. 51-80). Mauad.
- Martín-Barbero, J., Moura, M. (2009). Jesús Martín-Barbero: As formas mestiças da mídia, *Pesquisa FAPESP*, 163.
- Martino, L. (2010). *Comunicação e identidade: quem você pensa que é?*. Paulus.
- Martins, E., Costa, E., Freire, J. & Almeida, S. (2018). UNILAB: Connecting the Lusosphere through Higher Education. In V. Leister (org). *Brazil and the Emergence of a Digital Lusosphere*, pp. 63-90. Lexington Books.
- Martins, H. (1998). *Classe, Status e Poder*. Imprensa das Ciências Sociais.
- Martins, M. (2004). *Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- (2011). Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs. Grácio Editor .
- (Eds.) (2015). *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e Travessia*. Húmus.
- (2017). *Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Martins, M., Sousa, H., Cabecinhas, R. (eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Campo das Letras.
- Martins, M. & Macedo, I. (Eds.) (2019). *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*. Húmus.
- Martins, M.J. (2004). Ondjaki - O que enfrenta os desafios, *Jornal de Letras*, Ano XXIV, 882, 16-17.
- Massey, D., Glodring, L. e Durand, J. (1994). Continuities in transnational migration: an analysis of nineteen Mexican communities, *American Journal of Sociology*, 99 (6), 1492-1533.

- Masuda, Y. (1982). *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Editora Rio.
- Mata, I. (2010). Diversidade e Universalismo da Língua Portuguesa. [Mensagem de blog]. Consultado em: <http://congressolinguaportuguesa.blogspot.pt/2010/11/inocencia-mata.html>
- Matos, J. M. (1982). *A sociedade do conhecimento*. Ed.UNB.
- Maturana, H., Varela, F. J. (1980). *Autopoiesis and Cognition*. D. Reidel.
- Maxwell, J. (2005). *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*, Thousand. Sage Publications.
- Mazzara, B. (1999). *Estereótipos y prejuicios*. Acento Editorial
- Melo, J. (1997). Indústria Cultural Lusófona: As Perspectivas do Fluxo Cultural Luso-Brasileiro. In O. Riondet, E. Rebouças & M. Durampat. *Anais III Colóquio França-Brasil de Pesquisadores da Comunicação* (pp. 165-176). Intercom.
- McLuhan, M. (1994). *Understanding Media: The extensions of man*. The MIT Press.
- (2005). *The Medium is the MASSAGE*. Ginglo Press.
- McLuhan, M., Fiore, Q. (1968). *The Medium is the Massage*. Gingko Press.
- Miyamoto, S. (2009). O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52 (2), 22-42.
- Moreira, A. (2000). Luso-tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão. In J. C. Venâncio (Org.), *Revisitar Gilberto Freyre*, (pp. 17-22). Veja.
- Mourão, F. (1995). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a base linguística e a base material. *São Paulo em Perspectiva*, 9 (1), 163-168.
- Nabuco, J. (1880). Camões. In G. Leuzinger e Filhos (Eds.) *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880*, Ouvidor 31.
- Negroponte, N. (1995). *A vida digital*. Companhia das Letras.
- Nye, J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. PublicAffairs.
- O'Neill, J. (2009, Maio 21). Dá para crescer mais de 5% ao ano, *Revista Época*. Consultado em agosto 5, 2020, em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT73916-15223-73916-3934,00.html>
- Oliveira, G. (2019). O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP – Aspectos da gestão de uma organização político-linguística original. *Linha D'Água*, 32 (2), 11-36.
- (2012), A língua portuguesa nas diásporas, *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, 1, (2) 4-5.

— (2011, junho 20). Língua Portuguesa: expansão e diversidade. *Jornal A Semana*. Consultado em julho 10, 2020, <https://outraspalavras.net/sem-categoria/lingua-portuguesa-expansao-e-diversidade/>

Oliveira, I., Rego, R. (2013). Promoção da língua pede marketing. *SOL*, 352, 37.

Orlandi, E. (2009). *Análise de Discurso – Princípios e procedimento*. Pontes.

Ortiz, R. (1997). *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. Olho d'Água.

Paulo, C. (2010, Setembro 19). Quadruplicaram pedidos de imigrantes para sair de Portugal, *Diário de Notícias*, Consultado em julho 19, 2020, <https://www.dn.pt/portugal/quadruplicaram-pedidos-de-imigrantes-para-sair-de-portugal-1666180.html>

Paulo, H. (2000). *Aqui também é Portugal: a Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Quarteto.

Perdigão, D., Herlinger, M., White, O. (orgs). (2012). *Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada*. Campus

Pereira, S. M. (2012). A dimensão cultural da Lusofonia como factor de relevância Económico, [Tese de Doutoramento não publicada], IEP, UCP.

Perkins, C. E. (1997). Mobile IP, *IEEE Communications Magazine* 35(5), 84-99. <https://ieeexplore.ieee.org/document/592101>

Pimentel, J. V. (2000). As Relações entre o Brasil e a África subsaariana, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), 5-23.

Pinho, F. (2001). *Migrações e Processos Comunicacionais. O Caso dos Brasileiros em Portugal*, Lisboa, [Tese de mestrado não publicada], ISCTE.

— (2007). A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In J. Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal* (pp. 59-85). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

— (2013, Abril). Correntes e contracorrentes migratórias: as migrações entre Brasil e Portugal. Comunicação apresentada no Workshop CIES 17/04/2013, Lisboa.

Pinho, J. B (2003). *Jornalismo na Internet: planeamento e produção da informação on-line*. Summus.

Pinto, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.

Postman, J. (2009). *Social Corp*. New Rider.

Postman, N. (1993). *Technopoly: The surrender of culture to technology*. Vintage Books.

Recuero, R. (2010). RT, Por Favor: Considerações sobre a difusão da informação no Twitter, *Revista Fronteira*, 12, 1-16.

Reis, C., Meireles, L. (2008, Julho 5). Está na moda aprender português. *Jornal Expresso*. Consultado em junho 5, 2020, em <https://expresso.pt/actualidade/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>

Reto, L. (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Texto.

— (2020, Maio 3). Português cresceu como língua, mas perdeu valor económico. *Revista Visão*. [On-line Visão]. Consultado em junho 12, 2020, em <https://visao.sapo.pt/actualidade/cultura/2020-05-03-portugues-cresceu-como-lingua-mas-perdeu-valor-economico-investigador/>

Ribeiro, R. J. (2005). *O afeto autoritário*. Ateliê Editorial.

Rodrigues, J. (2020, Julho 14). RTP “na luta” para reforçar distribuição de conteúdos portugueses no Brasil. *Jornal Económico*. Consultado em junho 13, 2020, em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/rtp-na-luta-para-reforcar-distribuicao-de-conteudos-portugueses-no-brasil-613346>

Rosenau, J. (2004). *Distant Proximities: Dynamics beyond Globalization*. Princeton University Press.

— (2010). *As pessoas contam*. Edições Pedago.

Rosengren, K. (2000). *Communication as introduction*. Sage.

Salgado, C. (2013). Comunicação Enquanto Paradigma de Humanização, *Gaudium Sciendi*, 5, 54-63.

Santos, B. S. (1994). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós- Modernidade*. Edições Afrontamento.

— (2002). Between prospero and caliban: colonialism, postcolonialism and inter-identity, *Luso-Brazilian Review*, XXXIX, 24, 9-43.

— (2005). As oportunidades lusófonas, *Rua Larga*, 7, 48-49.

— (2005a). *A crítica da governação neoliberal*. O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.

Santos, J. (2001). CPLP: Gênese e Instituições. In J. Saraiva (Ed.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, (pp. 17-43). Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

Santos, M., Pinho, F. (2014, Novembro). A emigração portuguesa em contexto de crise económica. Comunicação apresentada no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP – Brasil.

Santos, M. (2002). *O lugar do cotidiano. A natureza do espaço*. Edusp.

- Saraiva, J. (2001). CPLP: Plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. In J. Saraiva (Ed.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)* (pp. 57-59). Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Sarmiento, C. (2010). *Culturas Cruzadas em Português*. Almedina.
- Sayad, A. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, 13, 7-32.
- Schaff, A. (1990). *A sociedade informática*. Unesp.
- Schwartz, S. (2000, Agosto). Gilber Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil. Comunicação apresentada no *Seminário "Gilberto Freyre: Patrimônio Brasileiro"*, São Paulo.
- SEF (2010). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2009. SEF.
- SEF (2011). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2010. SEF.
- SEF (2012). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2011. SEF.
- SEF (2013). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2012. SEF.
- SEF (2014). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2013. SEF.
- SEF (2015). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2014. SEF.
- SEF (2016). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2015. SEF.
- SEF (2017). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2016. SEF.
- SEF (2018). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2017. SEF.
- SEF (2019). *Relatório de Imigração*, Fronteiras e Asilo – 2018. SEF.
- Soares, M. (2000). Soares critica governos de Portugal e do Brasil. *Diário de Notícias*, 19-29.
- Sousa, V. (2017). *Da portugalidasde à lusofonia*. Humus.
- Sousa, V. (2004). Tentativas da criação de uma comunidade lusófona. In E. Estanque, A. Ferreira, H. Costa, M. Canelo, R. Bebiano, S. Ferreira (Eds) Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 8, (pp. 1-15). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/VivianaSousa.pdf>
- Straubhaar, J. (2013). TV Globo e as novas mídias lusofónicas: a deusa ferida ou ainda dominante?. In M. Martins (Ed.) *Conferencia Internacional Interfaces da Lusofonia* (p. 27). Braga: Livro de Resumos.
- Tedlock, B. (2000). Ethnography and ethnographic representation. In N. K. Denzin, Y. S. Lincoln (Eds) *Handbook of qualitative research* (p. 455-486). London: Sage Publication.
- Toffler, A. (2000). *A terceira onda*. Record.

- Trecece, D. (2000). A flor e o canhão: a bossa nova e a música de protesto no Brasil (1958/1968). *História Questões e Debates*. Jun/jul, 121-165.
- Vale de Almeida, M. I. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desen-tendimento Portugal-Brasil: comentário às análises de imprensa, *Psicologia*, 17(2), 381-384.
- Vannini, A. (2009). Interpretive Theory, *Encyclopedia of Communication Theory*. Sage Publications.
- Vaz, P. (2001). Mediações e tecnologia, *Revista da Famecos*, 16, 45-58.
- Veloso, C. (1984). *Língua. On Velô*, [LP]. Rio de Janeiro: Philips.
- Virilio, P. (1999). *A Bomba Informática*. Estação Liberdade.
- (2000). *Cibermundo: A Política do Pior*. Editorial Teorema.
- Vitorio, B. (1974) *A imagem do Brasil na imprensa portuguesa*. Universidade Técnica de Lisboa.
- (2003). Lusofonia: Proposta para a Reinvenção de uma Comunidade, In J. Pinho (Ed.) *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2003*, (pp. 11-20). S. Paulo: Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- (2007). *Imigração Brasileira em Portugal – Identidade e Perspectiva*. Leopoldianum.
- (2015). *Imigrantes brasileiros e a crise em Portugal*. Leopoldianum.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana. Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação* (9.ª ed.). Editora Cultrix.



UMinho Editora



Universidade do Minho

Este trabalho propõe uma teorização sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da sociedade da informação. Procurámos analisar o espaço luso-brasileiro no contexto da rede das redes, a *Internet*, analisando a importância dos diferentes meios de comunicação social bem como a mobilidade proporcionada pelos media digitais e a movimentação de negócios em língua portuguesa no espaço luso-brasileiro. O espaço da lusofonia é analisado na perspectiva luso-brasileira e no quadro das relações que prevalecem na sociedade contemporânea globalizada. O trabalho parte de um *corpus* teórico diversificado, assente essencialmente na reflexão sobre os fenómenos da língua portuguesa no espaço luso-brasileiro, da globalização, das tecnologias de informação e comunicação, e da comunicação como fundadora, produtora e reprodutora da realidade. Neste enquadramento partimos do posicionamento da tradição sociocultural em ciências da comunicação, com contribuições de outras linhas de pesquisa e de estudos de outras áreas científicas, explorando a comunicação e o uso de novas tecnologias de informação como contexto para uma 'língua portuguesa global'. Procuramos mostrar, sugerir e apontar a relevância das novas tecnologias, o seu uso e do ambiente por elas criado, para a comunicação em língua portuguesa na contemporaneidade. Apresentamos a análise das relações luso-brasileiras na atual sociedade e a emergência da 'língua portuguesa global'. Esta análise interpretativista dos resultados demonstra o papel da língua portuguesa como um interface, contexto e veículo comunicacional, numa altura em que se assiste a um maior interesse pela cultura portuguesa e a uma transformação do Brasil.

ISBN 978-989-8974-53-2



9 789898 974532 >